

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação do Departamento de História
Linha de Pesquisa: Historiografia e História das Idéias**

ABREU E LIMA: UMA LEITURA SOBRE O BRASIL

Luís Cláudio Rocha Henriques de Moura

Setembro de 2006

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação do Departamento de História
Linha de Pesquisa: Historiografia e História das Idéias

ABREU E LIMA: UMA LEITURA SOBRE O BRASIL

Aluno: Luís Cláudio Rocha Henriques de Moura

**Dissertação de mestrado apresentada
como requisito parcial à obtenção
do grau de mestre em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Geralda Dias Aparecida (HIS/UnB)
Banca examinadora: Prof. Dr. Jaime de Almeida (HIS/UnB)
Prof. Dr. José Carlos Brandi Aleixo (UnB)

Setembro de 2006

Aos esquecidos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Geralda Dias Aparecida, que pela segunda vez me orienta em minhas pesquisas.

Aos professores Estevão Chaves de Rezende Martins e Jaime de Almeida, pelas sugestões indicadas na ocasião da defesa do Projeto, que me apontaram novos e possíveis caminhos de se explorar o tema. Agradeço ainda às professoras Tereza Kischner, Eleonora Zicari e Vanessa Brasil, que me indicaram leituras e sugeriram abordagens durante a elaboração do trabalho.

Ao programa da CAPES, pela bolsa que me permitiu concentrar minhas atividades na pesquisa.

À minha companheira Sandra Pérez, que participou intensamente da construção do trabalho, principalmente durante nossas pesquisas em arquivos e bibliotecas.

Aos meus pais, Lídia e Luís Carlos, que sempre me apoiaram e incentivaram os meus estudos.

Aos meus amigos, entre eles Jacques de Novion, antigo companheiro de trabalho.

Por fim, não posso deixar de agradecer aos demais professores do departamento e aos funcionários da secretaria da Pós-Graduação, por seu suporte, sempre necessário.

RESUMO

O objetivo da dissertação *Abreu e Lima: uma leitura sobre o Brasil* é analisar a trajetória intelectual de José Inácio de Abreu e Lima (1796 – 1869) entre 1828 e 1844. Para a abordagem de suas idéias, são estudadas quatro de suas principais obras historiográficas, produzidas na Grã Colômbia e no Brasil. Abreu e Lima contribuiu para a construção da América dentro e fora do país. As décadas posteriores à independência política da América Ibérica foram marcadas pela transição do pensamento político e pela modernização do Estado e o surgimento da idéia de Nação. Neste período, surgiram obras e intelectuais preocupados em pensar o continente, em si e dentro do mundo capitalista em expansão. A literatura e a historiografia foram dois instrumentos utilizados para se pensar a identidade americana.

Nos anos em que viveu na Grã Colômbia (1819 – 1831), Abreu e Lima produziu um estudo sobre os últimos anos do governo de Simón Bolívar. De volta ao Brasil em 1832, participou de um dos principais centros de produção de pensamento sobre o país: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. Foi sócio do IHGB entre 1839 e 1844, quando esteve presente nas primeiras discussões sobre a periodização da incipiente historiografia brasileira. Neste último ano, retirou-se do Instituto depois de sérios desentendimentos com Januário da Cunha e Adolfo Varnhagen. A partir deste ambiente e das obras eleitas, busca-se compreender algumas idéias deste autor.

ABSTRACT

The main objective of the dissertation *Abreu e Lima: a reading on Brazil* is to analyze the intellectual trajectory of Mr. José Inácio de Abreu e Lima (1796 – 1869) between 1828 and 1844. For the boarding of his ideas, I analyze four of his main historiographic works, which had been produced in Brazil and in the Great Colombia. Abreu e Lima contributed to the construction of the American Continent inside and outside the country. The decades before Iberian America's political independence had been marked by the political thinking transition, the State's modernization and the sprouting of the idea of Nation. During this period, it had appeared workmanships and intellectuals worried in thinking the continent, itself and inside of the capitalist world in expansion. Literature and the historiography had been two instruments to think the American identity.

In the years he lived in the Great Colombia (1819 - 1931), Abreu e Lima produced a study on the last years of Simon Bolivar's government. In his return to Brazil, in 1832, he participated of one of the main centers of thinking production in the country: the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB), established in 1838. He was a fellow of the Institute between 1839 and 1844, where he was present in the first discussion about division into periods on the incipient Brazilian historiography. In 1844, he left the Institute after serious misunderstandings with Januário da Cunha and Adolph Varnhagen. Based on this environment and on the elect workmanships, this work seeks to understand some ideas of this author.

RESUMEN

El objetivo de la tesina *Abreu e Lima: una lectura sobre Brasil* es analizar la trayectoria intelectual de José Inácio de Abreu e Lima (1796 – 1869) entre 1828 y 1844. Para abordar sus ideas, se estudian cuatro de sus principales obras historiográficas, producidas en la Gran Colombia y en Brasil. Abreu e Lima contribuyó a la construcción de América dentro y fuera de este país. Las décadas posteriores a la independencia política de la América Ibérica estuvieron marcadas por la transición del pensamiento político y por la modernización del Estado y el surgimiento de la idea de Nación. Durante este período, surgieron obras e intelectuales preocupados en pensar el continente, en sí y dentro del mundo capitalista en expansión. La literatura y la historiografía fueron dos instrumentos utilizados para pensar la identidad americana.

En el período durante el que vivió en la Gran Colombia (1819 – 1831), Abreu e Lima produjo un estudio sobre los últimos años del gobierno de Simón Bolívar. A su regreso a Brasil en 1832, participó en uno de los principales centros de producción de pensamiento sobre este país: el Instituto Histórico y Geográfico Brasileño (IHGB), fundado en 1838. Fue socio del IHGB entre 1839 y 1844, cuando estuvo presente en las primeras discusiones sobre la periodización de la incipiente historiografía brasileña. Este último año, salió del Instituto tras serios enfrentamientos con Januário da Cunha y Adolfo Varnhagen. A partir de este ambiente y de las obras seleccionadas, se busca comprender algunas de las ideas de este autor.

SUMÁRIO

Siglas	X
Introdução	11
CAPITULO I – DA AÇÃO MILITAR AO OFÍCIO DE HISTORIADOR	23
1. O percurso de Abreu e Lima na América Andina: da emancipação à fragmentação	24
2. <i>Resumen histórico</i> : da origem à publicação	40
3. Objetivo pátrio e as referências do <i>Resumen histórico</i>	53
4. A divisão interna e a monarquia na Grã Colômbia	61
CAPITULO II – A IGREJA E A MONARQUIA NO BRASIL DE 1835 NA PERCEPÇÃO DE ABREU E LIMA	74
1. De general de Bolívar a defensor de Pedro I: o posicionamento no Brasil	75
2. As idéias de Abreu e Lima sobre a Igreja e a manutenção da Monarquia brasileira	88
3. A defesa da monarquia como sistema de governo	105
CAPÍTULO III - DEFESA DA MONARQUIA E A VISÃO DE ATRASO DO BRASIL NOS ANOS 1830	110
1. Desvantagens do sistema representativo republicano no Brasil	110
2. A República e os povos americanos	119
3. O estado intelectual: da herança ibérica à literatura nacional	132
CAPÍTULO IV - A PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL: PRIMEIROS TRABALHOS	145
1. A institucionalização da história	146

2. O <i>Compendio</i> e o objetivo pátrio	150
3. A natureza, o progresso e o futuro do país	159
4. Considerações sobre o índio, o negro e o português: a idéia de civilização	164
5. A história do tempo presente: a política e a unidade territorial	174
6. Um toque autobiográfico: o nativismo pernambucano e a Revolução de 1817	180

CAPITULO V – A HISTORIOGRAFIA ATRAVÉS DA POLÊMICA ABREU E LIMA – VARNHAGEN

186

1. A avaliação do <i>Compendio</i> : leituras distintas	187
2. O <i>Juízo</i> de Varnhagen: a crítica e o veto do Instituto	197
3. A <i>Resposta</i> ao Instituto através da polêmica historiográfica	202

CONSIDERAÇÕES FINAIS

221

ANEXO

230

FONTES E BIBLIOGRAFIA

231

FIGURAS

1. <i>Resumen histórico</i> , edição de 1922.	54
2. Pintura de Abreu e Lima no <i>hall</i> dos próceres da independência da Venezuela, no edifício da Assembléia Nacional.	54
3. Contracapa do <i>Bosquejo Histórico</i> .	104
4. Capa do segundo tomo da primeira edição do <i>Compendio</i> .	151
5. Gravura de Pedro I contido na primeira edição do <i>Compendio</i> .	151
6. Contracapa da única edição da <i>Resposta</i> .	206

SIGLAS

IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIAHGP - Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar idéias de José Inácio de Abreu e Lima (1796 – 1869) referentes à imagem de Brasil que se apresenta em alguns de seus trabalhos sobre história. A partir do campo da Historiografia e História das Idéias, são analisados quatro importantes textos historiográficos de sua autoria. O interesse central consiste em acompanhar a trajetória intelectual deste autor, exposta em sua produção como historiador. São abordados, entre os seus estudos de história, os mais conhecidos pela historiografia nacional e que foram elaborados durante o período de 1826 até 1844.

Este pensador brasileiro apresenta um perfil singular, viveu na América Andina e participou ativamente das discussões relativas à organização política do continente. Na América, na primeira metade do século XIX, surgiram mentes preocupadas em pensar o papel e o contexto do continente. Influenciadas por idéias e acontecimentos políticos que tinham lugar na Europa e nos Estados Unidos, procuraram entender o que então era a América. Abreu e Lima fez parte das discussões em que havia pensadores preocupados com questões semelhantes, como era o caso de Andrés Bello, Domingo Sarmiento, Esteban Echevarría, Juan Bautista Alberdi, Gonçalves de Magalhães, e San Martí, entre muitos outros.

Sua atividade de investigação do passado iniciou-se ainda em terras da Grã Colômbia, onde esteve lutando a serviço de Bolívar entre 1819 e 1831. De volta ao Brasil no ano seguinte, imprimiu continuidade às suas pesquisas e foi um ator que participou do estudo da história brasileira que via a luz nas décadas de 30 e 40. Nesta época, figurava como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838.

São analisados quatro livros escritos por Abreu e Lima e procura-se descrever o seu ambiente de produção. Trata-se das principais questões que estavam em debate na América Ibérica durante o processo de independência. Entre os interesses dos homens daquela época estavam a discussão quanto ao melhor sistema de governo para o continente, a

manutenção/fragmentação da unidade territorial das ex-colônias e a influência da formação cultural e política dos novos países no início de sua construção no século XIX.

Especificamente, concentrei-me na análise da trajetória intelectual e política de Abreu e Lima, desde sua vivência nos anos de guerra civil na Grã Colômbia, no final dos anos 1820, até deixar o Rio de Janeiro com destino a Recife em 1844. Apesar de meu interesse principal estar centrado em seu período no Brasil, resulta necessário explorar sua experiência na América Hispânica. Assim, antes de abordar seus escritos na Corte brasileira, é examinada sua atuação política e seu trabalho produzido entre 1828 e 1830, quando se encontrava na Grã Colômbia. Isto, porque neste período ocorreu seu amadurecimento intelectual e dito trabalho permite indicar continuidades e rupturas de seu pensamento em relação às obras que serão produzidas durante sua estadia no Rio de Janeiro.

Nesta cidade, na Corte, exerceu a atividade política e intelectual, e polemizou com destacados representantes da política imperial. Entre estes se encontravam: Januário da Cunha Barbosa, Francisco Adolfo Varnhagen, Evaristo da Veiga e Diogo Antônio Feijó. Os dois primeiros participaram de um fervoroso embate intelectual com Abreu e Lima a respeito da historiografia brasileira. Implícitas no desentendimento com estes dois renomados representantes do IHGB estão as suas diferentes posições políticas em relação ao Brasil. Partidário de Pedro I, Abreu e Lima entrou em atrito com promotores da abdicação de 07 de abril e de defensores da *Regência* que viriam a ser posteriormente fortes nomes no Instituto Histórico.

No final da década de 1830, colaborou nas discussões que se iniciavam sobre a construção do Estado, da identidade brasileira e da Nação. No Brasil, um dos instrumentos utilizados na construção da memória e da nacionalidade foi a historiografia produzida no Instituto Histórico. Muitos dos intelectuais, reconhecidos como da primeira geração de românticos, participaram desta etapa inicial da produção ocorrida dentro do IHGB. Entre eles, na condição de sócio honorário, estava Abreu e Lima, envolvido nos primeiros

esforços do Instituto na busca de uma periodização para a história brasileira. Foi nesta ocasião que travaou um duro embate historiográfico com Varnhagen e Januário da Cunha.

Os trabalhos de Abreu e Lima são considerados de relevo para a historiografia brasileira, como atestam intelectuais como Silvio Romero, Gilberto Freyre, Honório Rodrigues, Barbosa Lima Sobrinho, Vamireh Chacon, Carlos Guilherme Mota, entre outros. Além de reconhecerem a importância da produção do “general das massas”, por vezes apontada como de vanguarda, denunciam a ausência de interesse e pesquisas sobre suas obras, afirmando a necessidade de estudos sobre este personagem.

Os primeiros reconhecimentos aos trabalhos de Abreu e Lima apareceram ainda durante sua vida e vieram de dentro do próprio IHGB em 1858. Neste ano, o então presidente do Instituto, visconde de Sapucaí, reavalia a contribuição do *Compendio* e reconhece a importância da contribuição do general. Apesar da referência desde o Instituto, não haverá de fato uma preocupação do órgão em analisar a produção deste autor¹.

Décadas mais tarde, um estudo que traz à tona a sua figura provém de esforços de sua província natal. Em 1882, Francisco Augusto Pereira da Costa publicou o *Diccionario biographico de Pernambucanos célebres*² em Recife. Dito trabalho é importante pela sua pesquisa documental, levantada logo após a morte do general, servindo de precioso suporte para pesquisas posteriores.

Pouco tempo depois, entre 1883 e 1902, Sacramento Blake publicou no Rio de Janeiro seu *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Este trabalho é menos completo do que o de Pereira da Costa em relação à vida do general. Por outro lado, é mais amplo na

¹ GUIMARÃES. Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da Imediata proteção se Sua Majestade: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 156 (388): jul/set. 1995. Pp. 567 e 570.

² PEREIRA DA COSTA. F. A. *Diccionario biographico de Pernambucanos célebres*. Recife, Typographia Universal, 1882.

atribuição de possíveis obras. Aparece uma lista com 27 escritos, livros em sua maioria e alguns periódicos. Supostamente todos tinham a autoria de Abreu e Lima³.

Sílvio Romero aborda a obra do general e reconhece importância a seu trabalho como historiador. Na *História da Literatura brasileira*, de 1888, aparecem questões ligadas à disputa no IHGB. Em especial, Romero destaca o trabalho que deu origem à disputa entre os membros do Instituto:

“Seus escritos em que foi o primeiro, entre nossa a encetar a crítica sem reserva, profligando as autoridades de palha, engrandecidas por nossa fatuidade, foram por esta ridicularizados. Apresso-me em dizê-lo: Abreu e Lima não é para mim mais do que um autor de ordem terciária, medido pela bitola de seus congêneres europeus. Aferido, porém pelo padrão brasileiro, ele se ostenta muito acima do nível de seus rivais pátrios”⁴.

Mais precisamente sobre a discussão entre o general e o cônego Januário da Cunha Barbosa, tem-se o seguinte comentário a favor do autor do *Compendio*: "Abreu e Lima infligiu-lhe uma formidável surra literária a que Januário pouco sobreviveu"⁵.

Outro trabalho sobre o brasileiro no século XIX veio da Venezuela. O correspondente do Instituto no Rio Grande do Sul, J. Arturo Montenegro, enviou ao Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco (IAHP) uma carta do historiador venezuelano Manuel Landaeta Rosales, que o presenteava, desde Caracas, com a edição do *Diario de Caracas* de 16 de janeiro de 1896, onde havia escrito um artigo sobre Abreu e Lima. Este é um documento interessante que aponta diversas fontes, jornais, documentos de estado, cartas pessoais e livros sobre a participação de Abreu e Lima nas lutas de emancipação americana que ocorreram na Venezuela e Colômbia⁶.

³ BLAKE, A. V. Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 4º vol., 1898.

⁴ ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, vol. 24-A da coleção Documentos Brasileiros da livr. José Olympio Editora, tomo II e V, 7ª edição, 1980. P. 187. Romero, considerado conservador, em seu livro define Abreu e Lima como “Patriota Liberal”.

⁵ O trabalho referido por Romero é a réplica de Abreu e Lima: *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima*. ROMERO, Sílvio. Op. Cit. P. 187.

⁶ MONTENEGRO, J. Arturo. “Carta Importante”, Pp. 25-30. IN: *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, que a publica no seu número N°. 48 – 50, 08 de janeiro de 1896. Pp. 25-30, Recife, 1896.

No século passado, o primeiro esforço de relevo para manter viva a memória de Abreu e Lima veio da Venezuela. Em 1922, o Ministro das Relações Exteriores desse país, a fim de promover a memória do general, incentivou a publicação do *Resumen histórico de la última Dictadura del Libertador Simon Bolívar*⁷, disponibilizando a obra para leitura e estudos quase cem anos após sua elaboração.

Um dos primeiros pesquisadores sobre a biografia de Abreu e Lima foi o brasileiro Argeu Guimarães. Em 1926, este autor contribuiu para a permanência da memória do pernambucano com sua obra. Em Recife, Guimarães publicou *Um brasileiro na epopéia bolivariana*⁸. Este trabalho pioneiro aborda o período em que Abreu e Lima lutou na América Andina servindo ao exército de Bolívar.

Entre os estudos historiográficos brasileiros está a análise de José Honório Rodrigues, que reconhece importância aos trabalhos do general. Sobre a historiografia brasileira, Rodrigues assinala o valor do trabalho do autor do *Compendio*. Considera Abreu e Lima como um dos precursores da nova periodização proposta pelo IHGB para o Brasil. Em relação a esta periodização, aparece o seguinte comentário: “Na verdade, porém, quem primeiro pretendeu concretizar a idéia ventilada do Instituto Histórico foi o general José Inácio de Abreu e Lima, no seu *Compendio da História do Brasil*”. Rodrigues também critica a análise negativa de Varnhagen produzida em 1844 ao livro e dá valor ao *Compendio*⁹.

⁷ ABREU E LIMA, J. I. *Resumen histórico de la última Dictadura del Libertador Simon Bolívar*. O trabalho publicado em 1922, foi uma homenagem do governo venezuelano ao centenário da Independência do Brasil.

⁸ GUIMARÃES, Argeu. *Um brasileiro na epopéia bolivariana (Biographia do General Abreu e Lima)*. Recife, Empreza Graphico-Editora, 1926. O livro é muito raro. Alguns anos antes, Abreu e Lima já aparecia timidamente como autor importante para a literatura brasileira em: GAMA, A. C. Chichorro da. *Breve Diccionario de autores clássicos da literatura brasileira*. Edição da Revista da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: S. A. Litho-typographia fluminense, 1921.

⁹ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil – Introdução Metodologia*. 5ª edição, São Paulo: Editora Nacional, 1978. P. 126.

Em 1969, novamente por incentivo do governo venezuelano¹⁰ com motivo do centenário da morte de Abreu e Lima, Barbosa Lima Sobrinho escreveu uma memória e proferiu conferência no IHGB sobre o autor. Sobrinho abordou principalmente o episódio da avaliação e da apreciação do *Compendio* e pediu um “julgamento atual” da obra. Nesta oportunidade encontram-se as seguintes palavras: “mas a 135 anos de tudo isso, já nos podemos permitir certa isenção (...) Não é possível considerar a apreciação de Varnhagen em si mesma”. Esta conferência foi publicada na RIHGB, sendo o segundo esforço que partiu de dentro do próprio Instituto¹¹.

Em 1979, há a reedição da mais reconhecida obra de Abreu e Lima, a segunda edição de *O Socialismo* (1855), que conta com um prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. Onde o escritor destaca: "Não nos faltam heróis nacionais e figuras de grande projeção. Mas, por assim dizer, limitadas às fronteiras do Brasil, quando muito às fronteiras de Portugal. Mas figuras continentais, com serviços prestados a outros países da América Espanhola, são raras, excepcionais"¹². A participação de brasileiros na luta de independência da América Hispânica foi um fato pouco comum, que contou com a reduzida presença de alguns poucos homens. Esta atuação singular contribuiu qualificando-o e agregando importância à sua obra como objeto de estudos e reforçando a relevância de se recuperar a memória de Abreu e Lima.

O interesse por Abreu e Lima voltou à história brasileira em 1983, com o trabalho produzido por Vamireh Chacon, *Abreu e Lima: General de Bolívar*, a pedido do ministro conselheiro da embaixada venezuelana no Brasil, José Napoleón Paredes Castellano, após ter conhecido anterior trabalho no qual Chacon havia pré-biografado o general¹³. Neste ano, ocorreu outra iniciativa da Venezuela para a divulgação da figura e obra do general

¹⁰ SOBRINHO, Barbosa Lima. “Prefácio”. IN: ABREU E LIMA, J. I. *O Socialismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Faperj, 2001. P. 14.

¹¹ SOBRINHO, Barbosa Lima. *Centenário da morte do general José Inácio de Abreu e Lima*. IN: ‘Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro’. Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, abril – junho – 1969. Saiu em 1970.

¹² Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho à 2ª edição à obra *O Socialismo*, de 1855. ABREU E LIMA, J. I. *O Socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. P. 11.

¹³ CHACON, Vamireh, *História das idéias socialistas no Brasil*. 2ª ed., Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1981.

bolivariano, o *Resumen histórico* foi reeditado pelo *Centro Abreu e Lima de Estudios Brasileños* de Caracas. Ainda neste ano, em Recife, saiu a segunda edição de *Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil* publicada inicialmente em 1845¹⁴.

Estudo que reforça a importância de Abreu e Lima é a obra *Las utopías sociales en América Latina en el siglo XIX*¹⁵, de Abramson. O autor faz a seguinte afirmação a respeito da relação da memória brasileira com Abreu e Lima: "*fue necesario esperar visita del presidente de la República de Venezuela, Luis Herrera Campís, al cementerio inglés*¹⁶ *de Recife - el 13 de agosto de 1981 - para que finalmente los brasileños se acordaran del general de Bolívar*". Abramson, neste trabalho, aborda o estudo mais conhecido de Abreu e Lima: *O Socialismo*. O autor considera relevante este livro pelo seu pioneirismo na América e o aponta como uma das obras mais importantes sobre as idéias socialistas neste continente em sua época. Segundo o autor, está é uma "*obra única de su género en la América Latina del siglo XIX; es, de todos sus escritos, el más importante*". Gilberto Freyre já havia percebido a importância de Abreu e Lima ante as idéias socialistas¹⁷.

Mais recentemente, o historiador Carlos Guilherme Mota¹⁸ faz uma breve abordagem sobre o trabalho de Abreu e Lima, considerando seu esforço na busca de um sentimento nacional de identidade. Reconhece o *Compendio da História do Brasil* como uma das primeiras obras que tentaram contribuir para afiançar dito sentimento:

“dois livros tornam-se desde logo fundamentais. A nosso ver, revelam perspectiva mais avançada e estimulante que os de Varnhagen, dentre outros: a *História do Brasil*,

¹⁴ ABREU E LIMA, J. I. *Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da história do Brasil*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983.

¹⁵ ABRANSOM, Pierre-Luc. *Las utopías sociales en América Latina en el siglo XIX*. México: Fondo de cultura económica, 1999. Pp. 160 -1.

¹⁶ Devido a uma polêmica entre Abreu e Lima e a Igreja Católica publicada pela imprensa de Recife, foi proibido de ser enterrado em solo católico. Foi sepultado no "Cemitério dos ingleses", em Recife. FILHO, Andrade Lima; PEREIRA, Nolo. *O Bispo e o General. Polêmica amena sobre uma questão antiga: a negativa de sepultura ao General Abreu e Lima pelo Bispo Cardoso Ayres*. Recife, Separa da Revista do Departamento Estadual de Cultura, Ano III - N.º 8 – dezembro de 1973.

¹⁷ FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, 1960.

¹⁸ MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC, 2000. P. 228.

de Francisco Solano Constâncio, e o conhecido *Compendio da História do Brasil*, escrito pelo general José Inácio de Abreu e Lima, o ‘general das massas’¹⁹. Tem-se, neles, dois marcos que indicam a abertura de um novo período da história do autoconhecimento, ou melhor, da definição de uma identidade histórica propriamente nacional”.

Outros autores também reconhecem a importância dos trabalhos do general. Recorrendo à historiografia, pode-se reforçar esta afirmação, pois julgamentos positivos apareceram em obras de importantes historiadores. Em sua maioria, as citações reforçam a qualidade dos escritos e a necessidade de análises sobre eles.

A biografia produzida por Chacon foi até agora o trabalho mais completo sobre a vida de Abreu e Lima e conta com o uso de amplas fontes documentais distribuídas entre o Brasil, a Colômbia e a Venezuela. No entanto, pelo fato de ser uma biografia, não possui a finalidade específica de analisar as obras do general. Além deste trabalho e dos raros volumes de suas obras, não se encontram reflexões mais profundas sobre seus escritos.

A Venezuela continua demonstrando o mesmo interesse por Abreu e Lima e procura resgatar sua memória dentro do Brasil. Primeiro em 1922, com a publicação do inédito *Resumen histórico*; depois em 1983, com o trabalho de Chacon e recentemente, em 2003, o general é novamente recordado. Em visita a Pernambuco, o presidente da Venezuela Hugo Chávez foi à cidade pernambucana, de nome Abreu e Lima, inaugurar um busto do revolucionário e recordar a atuação do brasileiro junto aos patriotas de seu país²⁰.

Considerando este percurso, pode-se afirmar que o silêncio não é “abstrato”, neutro, está carregado de sentidos; por isso, considerando a desproporção entre a produção do autor e o interesse sobre sua obra, avalio o assunto como relevante ao tema da pesquisa²¹.

¹⁹ Nome dado a Abreu e Lima pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa em uma comédia anônima intitulada: *A rusga da Praia Grande ou o quixotismo do general das massas*, em 1834.

²⁰ Em 2006 foi acordada, em parceria entre os dois governos, a construção de uma refinaria de petróleo em Pernambuco. A refinaria foi denominada Abreu e Lima.

²¹ HOBBSAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004; CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia*. Editora Campus. RAJAGOPALAN, Kanavillil. “A construção de identidade e a política de representações”. Pp. (77-88). IN: FERREIRA, Lucia M; ORRICO, Everlyn G. D. (orgs.). *Linguagem, Identidade e Memória Social. Novas tendências, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As Formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. 5ª

Este fato remete para questões referentes à complexidade do trabalho historiográfico. As permanências e ausências produzidas durante o ofício do historiador são componentes importantes nas teorias e construções historiográficas. A ausência/presença de determinado assunto ou personagem implica diversas questões em sua origem: ideológicas, subjetivas, práticas, de momento, de espaço de produção, entre outras tantas.

A produção da historiografia nos traz considerações pragmáticas que apontam à elaboração do discurso e de seu alinhamento ideológico em determinado contexto, relacionada às implicações relativas às disputas de poder presentes entre práticas e posicionamentos ideológicos distintos. Por seguinte, além das questões de “poder”, existem questões subjetivas quanto ao “fazer” da pesquisa e da produção historiográfica. Assim, o (re)fazer historiográfico é uma constante no campo da reconstrução do passado, o que possibilita uma e outra vez novas leituras sobre os mesmos temas.

Procurei encontrar alinhamentos e referências intelectuais de seu pensamento. Para percorrer este caminho, dividi os capítulos de acordo com o “espaço de experiência” no qual cada obra foi escrita. São consideradas as implicações de um momento de transição de idéias, com o desenvolvimento do pensamento político moderno, assim como também a conformação das diferentes visões de América e do Brasil, em consonância com as distintas correntes teóricas que chegaram e se matizaram dentro da realidade americana. Neste estudo, são consideradas ainda as continuidades e mudanças existentes no percurso de suas idéias, explicitadas nas obras estudadas.

No primeiro capítulo, o trabalho é iniciado sob o título *Da ação militar ao ofício de historiador*, que se concentra no estudo do período de 1826 a 1831 na Grã Colômbia, quando as guerras civis assolavam o território após as lutas de emancipação iniciadas em 1810. O interesse central consiste no escrito divulgado inicialmente em artigos entre 1828 e 1830, e editado como livro em 1922 sob o título: *Resumen histórico de la última dictadura*

ed., Campinas.SP Editora da UNICAMP, 2002. PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre; Ed. Universidade /UFRGS, 2001

*del Libertador Simón Bolívar comprobada con documentos*²². O objetivo deste texto era defender as ações políticas de Bolívar atacadas por intelectuais europeus.

O segundo capítulo, *O Brasil de 1835 na percepção de Abreu e Lima*, visa analisar o posicionamento intelectual e político de Abreu e Lima nos primeiros anos após seu retorno ao país. O foco central da análise concentra-se na abordagem nas questões objetivas e jurídicas do *Bosquejo histórico, político e litterário do Brasil*²³, um estudo analítico sobre as origens brasileiras e o momento em que atuava intelectual e politicamente. O trabalho foi elaborado em 1835 para combater e criticar dois projetos apresentados à Assembléia Geral pelos deputados Rafael de Carvalho e Antônio Ferreira França. O primeiro deles propunha o fim da monarquia e o estabelecimento da república. O segundo pedia a separação da igreja brasileira da cúria romana. Analiso a conjuntura de seu retorno ao Brasil e o seu objetivo imediato que era a defesa jurídica da monarquia brasileira na Assembléia Geral.

O terceiro capítulo, *Defesa da monarquia e a visão de atraso do Brasil nos anos 1830*, segue com a análise sobre o *Bosquejo, histórico, político e Literário*. Além de apresentar o objetivo “jurídico”, o trabalho de Abreu e Lima é uma análise bastante crítica sobre o estado político e intelectual brasileiro, que busca compreender o papel do país dentro da expansão capitalista no mundo ocidental. O foco da análise são suas idéias acerca do estado da constituição da população, a produção literária e o desenvolvimento político.

No capítulo seguinte, *A periodização da história do Brasil: primeiros trabalhos*, abordo as idéias presentes no trabalho historiográfico de Abreu e Lima que mais despertaram interesse aos historiadores: *Compendio da Historia do Brasil*, publicado em 1843²⁴. O estudo foi elaborado para atender aos interesses declarados pelo IHGB sobre o desenvolvimento da periodização da história do Brasil.

²² ABREU E LIMA, J. I. *Resumen Histórico de la última dictadura del libertador Simon Bolívar. Comprobada con documentos*. Rio de Janeiro: empre. Ind. Editora “O Norte”, 1922.

²³ ABREU E LIMA, J. I. *Bosquejo histórico político e litterario do império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nicheroy, de Rego e Comp., 1835.

²⁴ ABREU E LIMA, J. I. *Compendio da História do Brazil desde o seu descobrimento até o magestoso acto de coroação e sagração do Sr. D. Pedro II*, Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert 1843.

Em seguida, no quinto capítulo, *A historiografia através da polêmica Abreu e Lima – Varnhagen*, analiso um livro de Abreu e Lima e o artigo de Varnhagen que iniciou uma polêmica entre estes dois historiadores. Esta disputa envolveu diretamente Abreu e Lima, Januário da Cunha e Varnhagen. O *Compendio* provocou reações dentro do Instituto e foi criticado no artigo publicado pela *Revista* desta instituição sob o título de *Primeiro Juízo Submetido ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca do ‘Compendio da Historia do Brasil’ pelo Sr. José Ignácio de Abreu e Lima*²⁵. O texto do futuro “pai da historiografia brasileira” apresentava a versão oficial do Instituto, constituída em meio a querelas políticas e pessoais.

A última obra analisada faz parte dessa discussão historiográfica entre os integrantes do Instituto. Descontente com o parecer do IHGB, o general bolivariano se afastou da instituição e retornou ao Recife ainda em 1844. No mesmo ano, publicou nesta cidade um volume em resposta à análise de Varnhagen, escrito quando ainda estava na capital do império. Este foi a *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barboza ou Analyse do primeiro juizo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do COMPENDIO DA HISTORIA DO BRASIL*²⁶. Além de atacar seus opositores, produziu um estudo que discutia questões historiográficas e trabalhos elaborados até aquele momento. A *Resposta* foi sua a última publicação a respeito desta polêmica com membros do Instituto.

Procuo relacionar o ambiente intelectual e político que condicionou suas obras como elo importante da análise. O estudo visa contextualizar a produção histórica do autor e as questões essenciais tratadas por ele para o entendimento da época e para os espaços eleitos.

²⁵ VARNHAGEN, Adolpho. “Primeiro Juizo submetido ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca do Compendio da Historia do Brasil pelo Sr. José Ignácio de Abreu e Lima”. IN: *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo VI, 1843.

²⁶ ABREU E LIMA, J. I. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barboza ou análise do primeiro juizo de Francisco Adolf de Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brazil*. Pernambuco: na typographia de M. F. de Faria, 1844.

O trabalho de Abreu e Lima apresenta questões que envolvem o início e a periodização da historiografia brasileira, questões relativas à construção da memória, à disputa de poder e à relação do passado com o presente. Trata-se de uma produção diversificada, considerada importante para o momento de sua elaboração e para a historiografia posterior, porém ainda é pouco explorada e conhecida. Assim, tomando em consideração as questões acima, este trabalho pretende produzir uma análise sobre a trajetória intelectual deste autor a partir de suas obras.

CAPÍTULO I

DA AÇÃO MILITAR AO OFÍCIO DE HISTORIADOR

“Yo no veo modo humano de mantener Colombia, la convención nada hará que valga, y los partidos, la guerra civil será el resultado”.

Simon Bolívar¹

“Nosotros estamos muy distantes de intentar la defensa del Libertador; ella está hecha, y es a su ilustre defensor a quién solamente tributaremos este pequeno pero sincero homenaje de reconocimiento y gratitud”.

Abreu e Lima²

Abreu e Lima participou das lutas pela independência da América Andina entre 1819 e 1831. De capitão de artilharia, chegou a general e alcançou prestigiado espaço político na região. No início da segunda metade da década de 1820, o projeto de união territorial da Confederação da Grã Colômbia defendido por Bolívar passou a ser questionado. Durante as campanhas por autonomia, ex-participantes das guerras de emancipação exilados na Europa, propagavam críticas às ações centralizadoras de Bolívar. Em 1828, Abreu e Lima foi convocado para defender o líder venezuelano de ataques vindos do exterior³.

Com este objetivo, o escrito que quase um século depois ficaria conhecido como *Resumen histórico de la última dictadura del Libertado Simon Bolívar. Comprobada con*

¹ Carta de Bolívar ao General Mariano Montilla em 7 de janeiro de 1828. IN: PEREIRA, Gustavo. *Simon Bolívar: escritos anticolonialistas. Ministro de Estado para la cultura*: Venezuela. 2005. P. 358.

² ABREU E LIMA, José Inácio. *Resumen histórico de la última dictadura del Libertador Simón Bolívar comprobada con documentos*. Rio de Janeiro: empre. Ind. Editora “O Norte”, 1922. P. 133.

³ MOURA, Luís Cláudio R. H. de. *Abreu e Lima: um elo entre o Brasil e a América Andina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. Monografia de Graduação. Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília. Na ocasião, foi estudado Abreu e Lima entre 1819 e 1831.

*documentos*⁴, foi produzido em função dos conflitos políticos que rodeavam as ações políticas dos últimos anos da vida de Bolívar. O objetivo principal é analisar algumas idéias contidas neste texto, considerado sua mais importante produção intelectual durante sua permanência na América Andina, e um de seus primeiros estudos publicados como historiador.

1. O percurso de Abreu e Lima na América Andina: da emancipação à fragmentação

O caminho intelectual e militante de Abreu e Lima se iniciou ainda em Pernambuco. Nascido no Recife, estudou no Seminário de Olinda, onde as idéias de pensadores liberais europeus eram divulgadas e estudadas. Em 1812, aos 17 anos, dirigiu-se ao Rio de Janeiro para estudar na Academia Real Militar, onde concluiu o curso como capitão de artilharia em 1816. Foi enviado a Angola pelo exército para trabalhar como Lente⁵. Em dezembro do mesmo ano, retornou a Pernambuco, onde foi preso e enviado para Bahia pouco antes de estourar a Revolução de 1817⁶. Na prisão esteve junto com seu pai, o Padre Roma, que havia sido preso como um dos principais líderes da Revolução pernambucana de 1817. Após a execução do pai, deixou o Brasil com ajuda da maçonaria e se dirigiu aos Estados Unidos, em concreto à cidade da Filadélfia, onde se encontraria com seu contato, Antônio da Cruz Cabugá, representante diplomático do governo revolucionário que buscava apoio naquele país⁷.

Após o fracasso da Revolução de 1817, Abreu e Lima e seu irmão Luís Roma, com a ajuda da maçonaria, fugiram da prisão na Bahia e se dirigiram a Filadélfia. Depois de breve permanência nos Estados Unidos, durante a qual estabeleceram alguns contatos com

⁴ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit.

⁵ Termo usado na época relativo a professor.

⁶ TAVARES, Francisco Muniz, *História da revolução de Pernambuco em 1817*. Recife: Imprensa Industrial, 1917.

⁷ PEREIRA DA COSTA, F. A. *Dicionário biográfico de Pernambucanos célebre*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. Fac-simile da edição de 1882. Seu pai foi um de seus professores no Seminário de Olinda.

revolucionários americanos na Filadélfia, dirigiram-se para o Caribe. Poucos meses mais tarde, em 1819, Abreu e Lima deslocou-se para a base Revolucionária de Angostura, onde se alistou nas fileiras do exército de emancipação quando contava apenas com 23 anos de idade⁸.

Nos anos seguintes, participou de diversas batalhas importantes para a emancipação da América Andina. Em território granadino, venezuelano e equatoriano, acumulou vitórias e obteve prestígio ao lado de influentes líderes regionais. Colaborou também na formação de novos Estados. Servindo ao exército comandado por Bolívar, participou de diversas disputas militares e políticas na Grã Colômbia. No entanto, não se limitou aos combates físicos. Também colaborou com idéias, através do uso de sua pena a favor dos países que recém surgiam e da atuação política de Simón Bolívar.

O século XIX é considerado como o da formação do Estado e da Nação no mundo ocidental⁹. A América Ibérica sofreu este processo de maneira distinta em suas diversas regiões. De modo geral, encontram-se maiores diferenças ao comparar o caminho da América lusitana e a da Hispânica, com a implementação da monarquia e das repúblicas, respectivamente, e o maior ou menor traço de continuidade e ruptura com as antigas metrópoles.

O processo de “forja da nação”, segundo Bernardo Ricupero, ocorreu em dois momentos. O primeiro foi essencialmente político, pós-independência, onde se buscava especialmente construir um Estado. O segundo, a partir de meados do XIX, teve um caráter mais cultural, com a criação de instituições de saber e cultura, assim como a publicação de obras que buscavam a identidade do novo estado. A geração dos anos 1830, formada pela elite intelectual e econômica, construiu o debate político-cultural que marcaria todo o quadro ibero-americano¹⁰.

⁸ MONTENEGRO, J. Arturo. “Carta Importante”, Pp. 25-30. IN: *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, que a publica no seu número N.º. 48 – 50, janeiro. Pp. 25-30, Recife, 1986.

⁹ RÉMOND, René. *O século XIX (1815 – 1914)*. São Paulo: Ed., Cultrix. 1997.

¹⁰ RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 – 1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

A primeira metade da década de 1820 foi importante para a conquista e início da afirmação das independências na América como um todo, e também de seus estados. No entanto, na América Andina, após o sucesso da declaração política de sua autonomia, surgiram problemas que colocaram a unidade territorial da recém constituída Grã Colômbia em cheque. Durante as guerras de independência das unidades andinas que formariam a Grã Colômbia, a integração política da Venezuela, Nova Granada e Quito começou a apresentar os primeiros sinais de fragmentação. O projeto de unidade de Bolívar não iria resistir aos diferentes interesses políticos e regionais que passavam a ser o foco central das disputas na década de 1820.

A dissolução da Grã Colômbia contou com os mais diversos motivos. Houve problemas relacionados com as precárias vias de comunicação, com as diferentes economias, a distinta situação dos escravos nas regiões, o papel dos mestiços e dos índios dentro destas sociedades, a divisão da elite fomentada pela militarização do processo de independência, além de divergentes interesses pessoais e políticos que inviabilizaram o projeto bolivariano.

Estes são elementos que influenciaram o processo de dissolução da Grã Colômbia. No entanto, os fatores que levaram à construção de diferentes Estados nacionais eram anteriores ao período das lutas pela independência. Ditas diferenças tinham raízes históricas mais profundas, provenientes da sua organização colonial. Segundo John Lynch, o "mundo hispânico não se caracterizou pela integração, e sim pela rivalidade do Chile com o Peru, de Guayaquil com Callao, de Lima com Ríó de La Plata, de Montevideú com Buenos Aires, antecipando enquanto colônias as divisões das futuras nações"¹¹. Assim, mais do que um problema novo, as distintas identidades já haviam se formado no período colonial.

Hans-Joachim König reforça esta idéia ao afirmar que o “nacionalismo” e a “identidade nacional” também foram demandas em todas as regiões americanas e a segunda

¹¹ LYNCH, Jonh. *Las Revoluciones Hispanoamericanas*, 1808-1826. Editorial Ariel, S. A.: Barcelona, 1989. P. 229.

foi construída a partir das especificidades locais, dentro de um cenário maior de expansão do capitalismo, que gerou processos políticos e ideológicos distintos¹².

Malcon Deas confirma a idéia e considera que os processos de formação da nação na Colômbia e a Venezuela foram diferentes, apesar da proximidade quanto à origem destes povos e à sua história. Avança sobre o conhecimento do passado e afirma que a população dos dois países tinha consciência das diferenças das “*dos naciones hermanas*” antes da separação, que ocorreria em 1830¹³.

Um dos fatores mais relevantes para se entender a divisão da Grã Colômbia foram as disputas entre os poderes regionais. A Venezuela serviu inicialmente como base de apoio para os revolucionários americanos. Desde ali, os exércitos de Bolívar se organizaram e partiram para liberar as demais regiões da América. Libertaram primeiramente o interior da Venezuela; em seguida, marcharam sobre Nova Granada e, em seqüência, voltaram para libertar Caracas e anexar Guayaquil.

Nova Granada já era um importante centro administrativo colonial, pois Bogotá era a capital do vice-reino neo-granadino. A área possuía uma economia mais desenvolvida do que a de Caracas. Porém, com o avanço da guerra, a Venezuela constituiu um núcleo de poder militar e chegou a possuir o mais forte aparato bélico da região. Ainda durante a guerra, esta província continuou exercendo um importante papel na região e foi constituída como república no Congresso de Cúcuta (Nova Granada) de 1821, que elaborou a sua Constituição¹⁴.

A própria dinâmica do conflito fortaleceu os regionalismos e as divisões internas. Inicialmente, a unidade se impôs pela necessidade de manter a guerra e se fortaleceu com a

¹² KÖNIG, Hans-Joachim. “Nacionalismo: um problema específico de la investigación histórica de procesos de desarrollo”. IN: URÁN, Victor Manuel Uribe; MESA, Luís Javier Ortiz (orgs). *Naciones, gentes y territorios. Ensayos de historia e historiografía comparada de América Latina y el Caribe*. Editorial Universidad de Antioquia. Universidad Nacional de Colômbia, 2000.

¹³ DEAS, Malcon. *Temas comparativos en la historia republicana de Colômbia y Venezuela*. Pp. 305-319. IN: URÁN, Victor Manuel Uribe; MESA, Luís Javier Ortiz (orgs). Op. Cit.

¹⁴ HALPERÍN DONGHI, Túlio. *Historia de América Latina, 3. Reforma y disolución de los imperios ibéricos 1750-1850*. Alianza Editorial: Madrid, 1985. P. 229.

Constituição centralista de Cúcuta. No entanto, quando se estabeleceu o avanço patriota nas demais regiões, sobretudo depois de 1826, a unidade foi questionada e abriu espaço aos interesses locais¹⁵. A unidade era mantida em grande medida pela figura dos dirigentes locais e Bolívar era considerado o mais destacado entre todos. A figura pessoal de Bolívar exerceu um poder decisivo para a manutenção da Grã Colômbia, pois a fragmentação de fato só se deu após sua retirada da vida política americana e com sua morte, no final de 1830.

Os conflitos estavam presentes no começo das guerras e mantiveram-se com o desenvolvimento do sistema administrativo implementado na região. Os venezuelanos reclamavam dos gastos militares, e ainda da distância entre Bogotá e Caracas, fato que não permitia que a capital venezuelana tivesse uma maior participação nas decisões de governo, o qual podia gerar favoritismos em relação a Bogotá. Aos poucos, os venezuelanos passaram a considerar uma "recolonização" a influência e presença neogranadina nos cargos públicos.

Bogotá vivia um momento de expansão em sua economia com a centralização da administração liberal de Santander, que passou a exercer uma grande liderança e reforçou sua importância política na Grã Colômbia. A crítica contra esta situação levou a divergências entre os dois centros. O descontentamento era visível, principalmente entre os militares venezuelanos, como o comandante em chefe do Departamento da Venezuela, José Antonio Páez¹⁶. O conflito se acirrou também pelas constantes acusações de corrupção na administração central em Bogotá¹⁷.

As alianças foram um fator importante para a manutenção do poder neste jogo de interesses no final da guerra. As intrigas e divergências eram constantes entre as elites que consolidavam o poder na recém criada Confederação. Muitos dos chefes militares estavam assumindo novos espaços políticos e se perfilavam as diferentes forças políticas e ideológicas, como também as lealdades em torno às várias lideranças e seus projetos

¹⁵ Idem. P. 230.

¹⁶ LYNCH, Jonh. Op. Cit. P. 246.

¹⁷ HALPERÍN DONGHI, Túlio. Op. Cit. P. 234.

gerados pela revolução. Nesse cenário, Abreu e Lima, integrante da elite revolucionária, precisava fazer sua opção. Ele havia conseguido muitas condecorações, amigos e inimigos, e estava decidido pelo projeto político de Bolívar neste tenso cenário grã-colombiano.

As disputas políticas em geral eram permeadas por questões pessoais. Disso, Abreu e Lima não escapou. No final do ano de 1825, sua posição na Venezuela já não era nada confortável, apesar de sua patente de coronel e de participar intimamente do círculo de Bolívar e também de Antonio Páez. Defensor do projeto bolivariano da unidade da Grã Colômbia, acabou enfrentando-se com o grupo de Páez, que já caminhava em direção à luta pela autonomia da Venezuela.

Seus adversários buscaram vários motivos para enfraquecer sua posição no jogo político dos novos poderes que se constituíam. Sua opção em defesa do regime monárquico brasileiro foi usada para afastá-lo da política da Grã Colômbia. Entre 1825 e 1826, vivenciou seu pior momento, quando viu limitado seu espaço político devido a divergências com Páez e ao afastamento de Santander. Também nesse período houve um resfriamento da relação pessoal entre ele e Bolívar. Seu espaço só seria recuperado em 1828, quando se reconciliou com o Libertador e retornou a trabalhar para a manutenção do projeto da unidade da Grã Colômbia.

Como se comentou acima, na luta pelo poder político na Grã Colômbia, destacou-se um movimento que buscava a autonomia da Venezuela. Páez, como Comandante militar e líder político de prestígio, foi a grande liderança desse movimento. Pertencia ao seu círculo de poder o militar, intelectual e jornalista Antonio Leocadio Guzmán, futuro desafeto de Abreu e Lima. O jornalista venezuelano será um dos responsáveis diretos pela perda de posição política do brasileiro.

Proprietário do periódico *El Argos*, Guzmán desejava aumentar ainda mais seu poder e era favorável à fragmentação colombiana¹⁸. Atacou Abreu e Lima tanto pela sua

¹⁸ Seu filho, Antônio Guzmán Blanco, foi eleito presidente da Venezuela (1870 – 1888).

posição política de defesa do regime monárquico no Brasil e seu alinhamento ao grupo de Bolívar, quanto pela sua conduta em questões de foro íntimo. Aproveitando-se de uma questão pessoal de Abreu e Lima, relacionada com um envolvimento com a sobrinha de Bolívar, Guzmán iniciou uma série de ataques ao brasileiro através de seu periódico. Permeavam o ataque pessoal divergências de caráter político que soaram negativamente entre seus inimigos e aliados. Este episódio gerou um forte golpe à sua prestigiada posição¹⁹.

Em um momento em que as identidades americanas estavam se definindo, a situação dos estrangeiros no poder começava a incomodar. No plano político, Abreu e Lima passou a ser visto como um estrangeiro, acima de tudo como brasileiro²⁰, cujo país mantinha um regime político contrário às Repúblicas americanas. Dito fato o convertia em suspeito para exercer cargos de comando nos países nascentes. Durante a guerra pela independência, os estrangeiros que tinham aderido à causa republicana não foram discriminados. Porém, agora se tratava do exercício da disputa política na organização dos novos países.

Em 1825, Abreu e Lima já contava com grande prestígio e espaço político após ter servido sob o comando de Páez²¹, Santander, Urdaneta e Bolívar. Entrou em choque com o grupo de Páez, e participou de um atrito com o jornalista e político Antonio Leocadio Guzmán. Assim como no Brasil, na América Hispânica também era costume os ataques pessoais serem feitos através dos jornais²².

De acordo com Manoel Landaeta Rosales²³, as acusações de Guzmán se iniciaram depois de que o general Soublette, então Ministro da Guerra, convidou Abreu e Lima para ocupar o cargo de Chefe do Estado Maior, no lugar do coronel irlandês que se aposentara,

¹⁹CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima: general de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Chacon encontra a análise desta desavença em: DÍAZ SÁNCHEZ, Ramón. “*Guzmán (Elipse de una ambición de poder)*”. Madri - Caracas, Editorial Edime, 2ª ed., MCMLII.

²⁰ Idem. P. 87.

²¹ Abreu e Lima aparece entre os oficiais citados na autobiografia de Antonio Páez. PÁEZ, José Antonio. *Autobiografía*. Colômbia: Editora Bedout S. A., 1973.

²² MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992.

²³ Artigo de Manoel Landaeta Rosales. Apud, MONTENEGRO, J. Arturo. Op. Cit.

Jorge Woodberry. Guzmán não estava de acordo com a troca de um estrangeiro por outro, embora o brasileiro já houvesse exercido a função de chefe do Estado Maior do Apure e interinamente em Puerto Cabello, sob o comando de Páez²⁴.

No exemplar de *El Argos* de 6 de setembro de 1825, Guzmán atacou Abreu e Lima e o “Imperador do Brasil”, aproveitando-se dos ânimos venezuelanos em relação ao conflito entre este país e a Argentina no Rio da Prata. Por outro lado, defendeu a Argentina que, de acordo com o jornal, estava ameaçada de invasão pelo Império brasileiro. Não apenas neste jornal, as desavenças entre o império brasileiro e as repúblicas hispânicas serviam para fomentar a discórdia entre as duas regiões. É fato conhecido que o próprio Bolívar tinha receios quanto ao governo brasileiro.

Enquanto a América Hispânica escolhera o caminho da ruptura, com a eleição do sistema republicano, o Brasil se aproximara da continuidade com a manutenção da monarquia, liderada pelo príncipe herdeiro do trono português. A forma de governo não foi o único elemento que distanciava as duas ex-colônias. O Brasil elegera afastar-se do projeto americano e aproximar-se da Europa. Esta posição foi reforçada durante quase todo o século XIX, sobretudo dentro da esfera das relações internacionais que se estavam construindo naquele momento²⁵. Um exemplo foi a ausência do Brasil no Congresso do Panamá em 1826, como também os desentendimentos com a região do Prata no ano anterior.

²⁴ CHACON, Vamireh. Op. Cit. Segundo Chacon, tratava-se de uma advertência ao Ministro da Guerra, “então chamado de Secretário da Guerra, General Carlos Soublette, que era um ‘ultraje’ confiar o cargo de chefe do Estado-Maior do Departamento, em torno de Caracas, a ‘un hombre de fortuna’ esquecendo o signatário de George Woodberry”. Desde 1827, exercia o cargo de Chefe do Estado Maior, com o qual permaneceu até 1831. Carta de Abreu e Lima a Páez em 1868 no *Diário de Pernambuco* de 20 e 21 de março de 1874.

²⁵ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. Ver também ALEIXO, José Carlos. *O Brasil e o Congresso Anticriônico do Panamá*. Brasília: FUNAG, 2000. Estes são dois estudos interessantes sobre o posicionamento do Brasil na América. O Brasil enviou um representante ao congresso, Teodoro José Biancard, que, porém não chegou ao seu destino. Outros “países” americanos também estiveram ausentes do encontro como foi o caso da Argentina, Chile, Bolívia e Estados Unidos.

Além da escolha diferente em relação ao sistema de governo do Brasil no cenário americano, a própria posição de Abreu e Lima, conhecido defensor do sistema monárquico brasileiro, levantava suspeitas sobre sua lealdade às repúblicas vizinhas. Em carta a Santander, de 14 de julho de 1823, escreveu mostrando seu apoio ao projeto monárquico:

“el sistema imperial constitucional, el paso más acertado para os brasileiros, pois toda outra forma de gobierno los hubiera confundido y reducido a una completa anarquía y (di)solución: el Brasil es inmenso, poblado solamente en sus costas y de una mezcla de clases que nunca podrían ligarse bajo ningún sistema que se separase mucho de la forma antigua”²⁶.

A defesa da monarquia foi um posicionamento que Abreu e Lima manteve por toda sua vida e que se reforçou bastante nas décadas de 1830 e 1840, quando estava novamente residindo no Brasil. Apesar de sua visão de acordo com a opção monárquica brasileira, era clara sua posição republicana em relação à América Andina da época. A carta em questão informava seus laços e posições na América hispânica:

“nada de esto me hace separar de mi juramiento; yo me he ligado a Colombia y mientras haya un enemigo con quien combatir no dejaré sus playas (...) Yo soy americano; no soy extranjero, y no quiero confundirme con una turba que ha venido sólo a disfrutar de esta ventaja”²⁷.

Essa declaração buscava amenizar sua origem brasileira dentro do cenário hispânico. É interessante a afirmação de ser americano, pois neste momento se iniciava a formação de uma identidade americana reforçada nas décadas seguintes, que superava um sentimento local, relativo à “*patria chica*” e se diferenciava da identidade mais ampla, a da metrópole. Tratava-se de ser americano na América Ibérica²⁸.

²⁶ Carta de Abreu e Lima a Santander em 14 de junho de 1823, encontrada em Sua fonte foi *Archivo Santander (publicación hecha por una Comisión de la Academia de la Historia, bajo la dirección de Don Ernesto Restrepo Tirado*. Bogotá, Águila Negra Editorial, tomo X. Pp. 230 e 231. Apud CHACON, Vamireh. Op. Cit. P. 101.

²⁷ Carta de Abreu e Lima a Santander em 23 julho de 1823, encontrada no *Archivo Santander (publicación hecha por una Comisión de la Academia de la Historia, bajo la dirección de Don Ernesto Restrepo Tirado*. Bogotá, Águila Negra Editorial, tomo X. Pp. 230 e 231. Apud CARBONELL, Diego. “*La Personalidade de Abreu y Lima*”. Pp. CXVII – CXXVII. P. CXVIII. IN: ABREU Y LIMA, J. I. *Resumen Histórico de la última dictadura del Libertador Simon Bolívar*.

²⁸ PIMENTA, João Paulo Garrido Pimenta. “Portugueses, americanos, brasileiros: indtidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano”. IN: *almanack brasiliense* n°. 03. <http://www.almanack.usp.br>.

Em 1825, dada sua origem pátria, a situação de Abreu e Lima se complicou frente a uma parte da elite venezuelana. No mesmo número do *El Argos* de 6 de setembro, foi questionada sua reputação para exercer o cargo de Chefe do Estado Maior na Venezuela. Este exemplar apresentou ainda um comentário que comprometia também a reputação da família de Bolívar, pois insinuava a existência de um forte relacionamento entre sua sobrinha Benigna e o militar revolucionário das guerras de libertação, Abreu e Lima, agora um estrangeiro.²⁹

Após as acusações pela imprensa, na noite de 8 de setembro, Abreu e Lima atacou Guzmán e feriu-lhe na face com sua espada³⁰. No dia 11 de setembro do mesmo ano, Abreu e Lima foi de fato preso. O pernambucano tentou sua defesa no Conselho de Guerra, apoiando-se nas disputas políticas ao redor do governo de Bolívar e de seu projeto de unidade. Fez gravíssimas acusações contra Guzmán e seu grupo. Afirmou publicamente que seu inimigo havia promovido uma reunião que teria como fim derrubar Bolívar e seu governo.

Segundo Chacon, Abreu e Lima havia declarado ter “presenciado uma reunião na casa de Nariño na qual se atacou violentamente o Libertador e propôs-se a separação entre Colômbia e a Venezuela. Abreu e Lima alegou haver sido dos raros a protestar contra este *tenebroso y miserável partido*”³¹. Desde este episódio rompeu com alguns de seus ex-companheiros de luta.

Abreu e Lima ainda tentou um recurso através de uma sua carta de defesa datada de 21 de setembro, mas a mesma não surtiu efeito. Nela, alegava que o ocorrido teria sido apenas um crime civil, enquanto o incidente estava sendo julgado por um tribunal militar³². Perante o Conselho de Guerra dos Generais, foi julgado e condenado em 8 de dezembro de

20/05/2006. O artigo foi apresentado no *Primer Encuentro de Historiadores de Brasil y de Colombia*, realizado em Bogotá em agosto de 2005.

²⁹ O episódio foi duramente crítica por *El Colombiano*, no dia 14 de setembro. CHACON, Op. Cit.

³⁰ MONTENEGRO, J. Arturo. Op. Cit. No artigo, o episódio é abordado. Indica que a desavença apareceu narrada no número 698 do *Diario de Caracas* de 28 de janeiro de 1896.

³¹ CHACON, Vamireh. Op. Cit. P. 95.

³² Idem. P. 95.

1825 e obrigado a cumprir pena de seis meses no deserto de *Bajo Seco*, entre o lago de Maracaibo e a cordilheira dos Andes na Venezuela.

Neste episódio, Páez não ficou ao seu lado, como ele esperava. A desilusão deve ter sido ainda maior a respeito do incidente ocorrido durante sua prisão. Ainda de acordo com Chacon, “[c]erto da proteção contra o estrangeiro, Guzmán foi ao ponto de comparecer ao quartel de Páez, onde Abreu estava preso, e ali o insultou e exigiu até sua morte na presença do general”³³. A raiva e rancor pelo episódio ocorrido com Guzmán permaneceram até o final de sua vida.

Em carta de 1868, Abreu e Lima faz o seguinte comentário: “Por que, pois, me separam de V. os intrigantes? General, quando me lembro de Nariño, Carabaño, Guzmán, Lander, Pedro P. Dias e outros, tenho gana de fazer a todos o que fiz a Guzmán, a esse miserável que V. diz nas suas memórias que se jactava de ser seu inimigo: canalha!”³⁴, deixando clara a sua opinião quanto ao antigo opositor venezuelano.

Guzmán não foi o único inimigo que o atacou publicamente na imprensa. Argeu Guimarães³⁵ recorda que o poeta Luiz Tejada, que estava em campanha aberta contra Bolívar e seu grupo, escreveu duramente contra Abreu e Lima. Chacon³⁶ afirma ainda que Tejada combateu seu posicionamento ao lado do projeto centralista de Bolívar. Segundo este autor, Tejada escreveu “grandes ataques pessoais pela imprensa contra a fidelidade de

³³ Ibidem. P. 95

³⁴ Carta de Abreu e Lima a Antonio Páez, publicada no *Diário de Pernambuco*, 20 e 21 de março de 1874. Inicialmente a carta foi publicada na Argentina em 1868 em *La Revista de Buenos Aires, Historia Americana Literatura y Derecho*. Año VI, nº. 66, tomo XVII. Buenos Aires, pp. 162-171. A carta foi uma resposta a outra carta enviada por Páez a Abreu e Lima no mesmo ano quando esteve no Rio de Janeiro em passagem pra Argentina. Nesta ocasião, antes da publicação, entregou um exemplar de sua autobiografia ao antigo amigo. Ricardo Alberto Rivas, em uma análise sobre a correspondência entre os dois, faz o seguinte comentário sobre o conteúdo da carta: “*La carta dirigida a Páez es una autoevaluación positiva con la finalidad de difundir una imagen de prócer derrotado por circunstancias conspirativas, minimizando las diferencias de momento que lo habían alejado del General venezolano, además de recordar hechos y personas comunes como escenario de reconciliación*”. IN: RIVAS, Ricardo Alberto. “*Abreu e Lima, Páez y la elite argentina*”. *Universidad Nacional de La Plata*, <http://www.anphlac.hpg.ig.br/ensaio22htm>. 13/01/2003.

³⁵ GUIMARÃES, Argeu. *Vida e morte de Natividade Saldanha (1796 – 1832)*. Edições luz-braz: Lisboa, 1930. P. 180.

³⁶ CHACON, Vamireh. *Da confederação do Equador à Grã-Colômbia (1796-1830): escritos políticos e manifesto de Mundrucu*. Brasília: Senado Federal, 1983.

Abreu e Lima ao Libertador”³⁷. Este episódio reforça a idéia do seu profundo envolvimento na vida política andina, não sendo o incidente com Guzmán apenas um ato isolado com fortes características políticas. Também Pierre-Luc Abramson, sobre o assunto, afirma que: “*estuvo involucrado en los conflictos políticos y en las envidias personales que dividieron a Bolívar, Páez y Santander. Esos conflictos le valieron su remisión al consejo de guerra por haber dado de sablazos a un oficial que lo había insultado*”³⁸.

Segundo Rosales, quando Abreu e Lima saiu da prisão, continuou suas atividades políticas ao lado de lideranças próximas a Bolívar. Neste momento, a Grã Colômbia estava mais perto da fragmentação. Ao retornar a Bogotá, de sua viagem ao Peru em novembro de 1826, Bolívar encontrou a Confederação dividida³⁹. Páez já havia se rebelado e aumentado seu poder na Venezuela. As forças regionais se sobressaiam sobre as forças centralistas de Bolívar⁴⁰. Páez era o Comandante em chefe do Departamento da Venezuela e sua posição representava a de muitos venezuelanos que o apoiavam. A sua insubordinação se agudizou quando foi chamado, em abril de 1826, até Bogotá para ser julgado por procedimentos ilegais, em concreto por liderar o movimento separatista.

Como reação, apoiado por *llaneros* e militares venezuelanos, Páez tentou proclamar a autonomia da Venezuela em 30 de abril de 1826. O posicionamento de Bolívar frente a sua atitude não foi apoiado entre seus pares. Segundo Lynch, Bolívar foi favorável ao diálogo, enquanto Santander queria uma ação dura e exemplar sobre a ação do venezuelano. Para Halperín Donghi, “*La guerra termina en 1825, y ya en 1826 los roces entre Santander y Bolívar se entrelazan con el conflicto entre el primero y Páez*”⁴¹.

O conflito entre o centralismo de Bolívar e o federalismo de Páez ameaçou o projeto unificador. Com o fim de conseguir manter a unidade da Grã Colômbia, Bolívar se dirigiu

³⁷ Idem. P. 34.

³⁸ ABRAMSON, Pierre-Luc. *Las utopías sociales en América Latina en el siglo XIX*. México: Fondo de cultura económica, 1999. Pp. 156-7.

³⁹ Na carta de Abreu e Lima a Páez em 1868, há menção de sua participação nas campanhas de libertação do Peru. No entanto, não são conhecidas provas documentais de sua atuação, sendo a carta a única referência.

⁴⁰ LYNCH, Jonh. Op. Cit. P. 246.

⁴¹ LYNCH, Jonh. Op. Cit. P. 247. HALPERÍN DONGHI, Túlio. *Historia de América Latina, 3. Reforma y disolución de los imperios ibéricos 1750-1850*. Alianza Editorial: Madrid, 1985. P. 234.

no final desse ano à Venezuela para um diálogo. Levou seu aparato militar, embora não o fizesse com intenção de enfrentar a Páez militarmente, até porque os altos cargos militares na Colômbia estavam nas mãos de oficiais venezuelanos. Em 1º de janeiro de 1827, foi firmado um pacto entre as duas lideranças. A Venezuela continuou integrada à Grã Colômbia e, em contrapartida, Bolívar teve que oferecer anistia política aos rebeldes, garantir suas posses e reformular a constituição centralista em vigor. Em Bogotá, os ânimos também não eram muito favoráveis à manutenção da Grã Colômbia e Santander se alinhara entre os partidários desta posição⁴². Apesar de conseguir manter a unidade nesta ocasião, o projeto de Bolívar iniciava seu final.

Os anos de 1827 e 1828 foram tempos de grandes dificuldades para o projeto da gran-colombiano. A anarquia era crescente e Bolívar, a fim de recuperar o controle da situação, instituiu um governo mais forte e centralizado. A Constituição de Cúcuta não prevalecia mais. Santander ficou contra o novo regime, pois julgava-o demasiado militarizado e conservador, passando a considerar a centralização como uma ameaça aos avanços liberais conseguidos desde 1822. Em março de 1828, Santander recebeu o apoio do general Padilla, que se sublevou em Cartagena contra a autoridade central de Bolívar. A rebelião, que contava com um alto número de negros e pardos, foi duramente reprimida⁴³ e muitos líderes deste episódio foram condenados à morte.⁴⁴

Santander, apesar de também haver participado como um dos chefes do movimento e do atentado contra a vida de Bolívar em setembro de 1828, foi poupado da pena de morte e partiu para o exílio na Europa. Sua presença no velho continente colaborou para o acirramento das críticas negativas que vinha sofrendo Bolívar por parte de intelectuais liberais europeus. Estas críticas tomaram vulto e passaram a incomodar Bolívar e seus aliados, ao ponto de o Libertador combatê-las. O instrumento para esta defesa foi o trabalho de Abreu e Lima que ficaria conhecido como: *Resumen histórico de la última Dictadura del Libertador Simon Bolívar: comprobada con documentos*.

⁴² LYNCH, Jonh. Op. Cit. P. 249.

⁴³ Idem. P. 250.

⁴⁴ Abreu e Lima participou como *conjuez* do tribunal marcial, da *Corte Suprema de Justicia* de Venezuela, que condenou o coronel realista à morte. A informação aparece na *Gaceta de Caracas*, número 26, de 29 de dezembro de 1821. Apud: MONTENEGRO, Arturo. Op. Cit.

Em 1828, na tentativa de impedir o sucesso dos ataques dos exércitos peruanos e bolivianos que tinham a intenção de anexar o Equador, Bolívar enviou Sucre e Juan José Flores para defender a unidade da Grã Colômbia⁴⁵. Abreu e Lima participou deste episódio, retornando ativamente ao exército, na batalha de repressão aos revoltosos de Quito. O sucesso dos patriotas foi grande. Em 1º de fevereiro, sob o comando de Sucre e através do mar, 4.000 colombianos reprimiram o movimento de invasão ao Equador que ocorria em Cuenca. Abreu e Lima novamente se destacou em combate e, em 1830, assumiu o Comando Maior do Departamento de Magdalena, na Colômbia. No mesmo ano, o pernambucano foi promovido a general, entre outros motivos pela sua participação na Batalha de Porte de Tarqui, no Equador.

Apesar deste sucesso, o governo da Grã Colômbia chegava ao fim. Em 1829, os venezuelanos alcançaram sua autonomia e, seguindo seu exemplo, o Equador separou-se em 13 de maio de 1830. O governo forte levado a cabo por Bolívar entre 1828 e 1830 não foi suficiente para concretizar seu sonho da unidade. Abreu e Lima, recordando a sua última função no exército bolivariano, sob o comando do venezuelano, comenta que:

“Estava em Bogotá, quando se dissolveu a convenção de 1830, e o General Bolívar não consentiu que lhe dessem um voto para presidente – ele queria sair do país – ele via já que Colômbia se ia desmoronar e temia sublevações no Magdalena, para onde se queria retirar a fim de embarcar ali para a Europa; e me mandou adiante para ter mão nas facções como chefe que eu era ali muito conceituado”⁴⁶.

Segundo este autor, Abreu e Lima tomou a responsabilidade da reorganização do movimento bolivariano. Reuniu sob seu comando a “*Brigada Pacificadora del Hacha*” e, em 27 de dezembro, escreveu um ofício ao Secretário (como se chamava então o Ministro) da Guerra, “comunicando-lhe ‘*el horrible efecto*’ da notícia da morte do Libertador e a

⁴⁵ Abreu e Lima, em sua carta a Páez, em que afirmava que já havia lutado naquela região em 1824, e por isso foi convocado para juntar-se às tropas de Bolívar pelo oceano. No documento que atesta seus trabalhos ao exército bolivariano, assinada em 24 de abril de 1831 pelo Comandante General del Departamento de Magdalena, Marianno Montilla, temos a seguinte afirmação: “*que [Abreu e Lima] mandó en 1824 la Escuadra y la brillante División auxiliar del Peru que sarpó de Venezuela*”. O documento não prova sua estadia no país andino, mas aponta sua participação. Apud: CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima: General de Bolívar*. P. 254.

⁴⁶ *Diário de Pernambuco*. Carta de Abreu e Lima a Páez em 1868.

decisão de manter-se fiel a ‘*a la unión y la voluntad general del pueblo legítimamente representado*’⁴⁷. Esta foi uma proclamação de apoio ao projeto centralista e ao último Presidente da República da Grã Colômbia, o general venezuelano Rafael Urdaneta, que enfrentava naquele momento uma crescente resistência dos neogranadinos.

Na defesa do projeto bolivariano, depois da saída de cena de Bolívar⁴⁸, Abreu e Lima procurou manter a luta através da imprensa⁴⁹. Fundou um jornal em Cartagena, *La Torre de Babel*, em que atacava os anti-bolivarianos. Porém, a situação não se prolongou por muito tempo, pois teve que combater um levante regional. Como informa Chacon, “[e], o pior, passando do discurso à praxis, Abreu é noticiado na *Gaceta de Colombia*, em 16 de janeiro de 1831, depois da morte de Bolívar, pegando em armas para ‘*destrucción de los facciosos de Rio Hacha*’⁵⁰. Demonstrava assim seu alinhamento com a idéia centralista de unidade, mesmo quando esta já não existia.

Liderando o movimento da unidade, Abreu e Lima e seus partidários, herdeiros políticos de Bolívar, reuniram-se e formularam sete compromissos que apareciam na ata da reunião que criara a Brigada Pacificadora. As idéias citadas no documento resumem bem as concepções ideológicas que Abreu e Lima seguia na América Andina e que continuaria mantendo no Brasil. Os compromissos eram os seguintes:

- 1- Não servir a nenhuma facção divisionista.
- 2- Defender a República e a integridade nacional.
- 3- Obedecer e respeitar Urdaneta.
- 4- Obedecer e respeitar as autoridades constituídas do Departamento de Magdalena (principalmente, os magistrados).
- 5- Defender até a morte o santuário das cinzas de Bolívar.

⁴⁷ Ofício ao Ministro da Guerra, de 17 de dezembro de 1830. Apud: IN: CHACON, Vamireh. Op. Cit. P. 112.

⁴⁸ Antes de morrer, Bolívar reconheceu o título de General de Abreu e Lima, negado pelo governo de Santander. Ver SOBRINHO, Barbosa Lima. “Prefácio”. IN: ABREU E LIMA. J. I. *O Socialismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Faperj, 2001. P.14.

⁴⁹ Na Carta de Rosales publicada pelo IAHP, indica que os últimos anos que Abreu e Lima esteve na América Hispânica sua atuação política e militar foi intensa, apontando diversos episódios, e problemas sobre o reconhecimento de sua patente de general em 1830.

⁵⁰ No documento de Motilla, a participação de Abreu e Lima neste episódio é confirmada. IN: CHACON, Vamireh. Op. Cit. Pp. 111-12.

- 6- Salvar a Grã Colômbia da anarquia e da guerra civil.
- 7- Dirigirem-se ao Secretário de Guerra para referendar sua proclamação e remetê-la ao corpo e colunas do exército⁵¹.

As idéias contidas no documento eram as reafirmações do que Abreu e Lima havia defendido durante os últimos anos da Confederação. O legalismo e o respeito à autoridade constituída eram as bases para a manutenção do território e para se evitar a perpetuação da guerra civil. Apesar dos seus esforços, o projeto não se efetivou.

Os combates dirigidos pela “Brigada Pacificadora” foram vitoriosos no começo. No entanto, as tropas se dividiriam novamente. O general Luque divergiu do movimento em Cartagena, com isso, o general Mariano Montilla subiu ao poder. Abreu e Lima, muito decepcionado, pediu licença para retirar-se do exército e se dirigir ao exterior. O pernambucano relatou o que ocorreu naquela ocasião que o fez pedir retirada e querer abandonar aquelas terras: “Assisti, portanto, às ultimas agonias de Colômbia, assisti à sua morte, fiz tudo por ela – despedacei as facções, esmaguei Santa Marta; mas não pude livrar Cartagena da traição do general Luque, e aí subiu (sic) o general Montilla, e eu com ele”⁵². Esta foi sua última atuação na América Andina.

Já havia pedido a retirada das forças militares; porém, sua solicitação não foi aceita e a resposta foi o ato oficial de sua expulsão da Colômbia pelo general Ignacio Luque. Com ele, foram expulsos outros homens que lutaram pela independência da Grã Colômbia, entre os que estavam O’Leary, Adlercreutz e Urdaneta. Posteriormente, o próprio Luque foi expulso, em meio às intrigas que separaram os dois aliados. Também foi expulso o próprio Motilla⁵³. O episódio aponta à “autofagia” em um momento em que as elites buscavam definir os Estados e estabelecer seus projetos e espaços políticos. Américo Carnicelli explica que a expulsão de Abreu e Lima foi decretada em 9 de agosto de 1831 pelo Ministro da Guerra, general José Maria Obando, outro dos seus velhos inimigos, no

⁵¹ A informação está nos Fólios 845-853, tomo 145, Sección República, Secretaría de Guerra y Marina, Archivo Nacional de Colômbia, Bogotá. IN: CHACON, Vamireh. Op. Cit. P. 113.

⁵² Carta de Abreu e Lima a Páez no *Diário de Pernambuco*.

⁵³ *Gaceta de Colombia*, 4 de setembro de 1831. IN: CHACON, Vamireh. Op. Cit. P.110.

Equador na época da tentativa de reprimir o separatismo local⁵⁴. Obando tinha os seus motivos: além de Abreu e Lima defender um projeto distinto do seu, fora acusado por ele de assassinar Sucre.

Foi nesse ambiente que Abreu e Lima escreveu sua memória de defesa de Bolívar, paralelamente a sua atividade militar. Sua participação na guerra civil lhe deu um status de testemunha e de sujeito envolvido na trama apresentada. Seu estudo foi elaborado a partir da perspectiva de um indivíduo que estivera envolvido nas questões narradas, apresentado opiniões e julgamentos sobre eventos e pessoas.

2. *Resumen histórico: da origem à publicação*

Durante sua permanência na América Hispânica, Abreu e Lima escreveu pelo menos três trabalhos conhecidos pelos pesquisadores. Apenas o *Resumen histórico* foi publicado em livro. Este trabalho é singular, pois não se conhecem estudos produzidos por outros brasileiros presentes no processo de emancipação da América Andina. Sua origem política também é original, pois é uma defesa de Bolívar feita para defender seu governo na Europa, onde estava sendo atacado por intelectuais liberais. Apesar destas características, o trabalho foi pouco explorado pelos estudiosos, talvez em parte por sua publicação tardia, ocorrida apenas em 1922.

A atividade intelectual esteve presente entre os seus interesses na Grã Colômbia. Chacon aponta a possibilidade de sua participação no periódico revolucionário *Correo del Orinoco* em 1819, logo após sua incorporação ao exército de libertação⁵⁵, pois diversos artigos presentes no periódico são referentes ao Brasil, e mais precisamente à província de Pernambuco. O contato que o levou para Angostura foi o revolucionário e intelectual venezuelano Juan Germán Roscio, que assumia o cargo de diretor do *Correo* no lugar de Francisco Antonio Zea.

⁵⁴ Informação encontrada em Américo Carnicelli. *La Masonería en la Independencia de América (1810 – 1830)*. Bogotá, edição do autor, tomo I, 197), tomo I. IN: Idem. P. 114.

⁵⁵ *Ibidem*.

Sua aproximação com a história teve início em princípios dos anos de 1820. Nesse período, em Bogotá, manteve contato com James Henderson, cônsul da Inglaterra na Nova Granada. O diplomata havia escrito o livro *História do Brazil*, publicado em 1821. Seu encontro com este intelectual inglês foi relatado por Abreu e Lima quase vinte anos depois: “foi elle mesmo quem me proporcionou a sua obra; e como notasse nella muitos erros de historia e geografia, e muita má vontade aos Brasileiros, os quaes tratava como selvagens”⁵⁶.

Abreu e Lima informa que, a partir da crítica do trabalho de Henderson, produzira um estudo de história. Foi seu primeiro trabalho na área. Relata que fizera “uma analyse e refutação da tal historia, e a dediquei ao General Santander, Vice-Presidente encarregado do Poder Executivo”⁵⁷. Este episódio indica que, desde o início da década de 1820, já mostrava interesse pelo estudo da história.

Entretanto, foi somente em 1826 que Abreu e Lima escreveu seu primeiro trabalho como intelectual a serviço da Grã Colômbia. Santander solicitou a ele um estudo sobre os limites fronteiriços entre a Colômbia e o Brasil. Neste ano, escreveu um trabalho denominado: ‘Memória sobre os limites entre o Brasil e a República da Colômbia’. Este estudo foi recusado pelo neogranadino, na ocasião presidente da Confederação, por ser considerado contrário às instruções indicadas, seu destino foi o arquivamento⁵⁸.

Este trabalho sobre as fronteiras insere-se nos esforços que os países americanos faziam para delimitar suas fronteiras e buscar reconhecimento internacional dos novos Estados. O momento era de autoconhecimento e havia uma preocupação em conhecer os

⁵⁶ ABREU E LIMA, J. I. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou Analyse do primeiro juiz de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brazil*. Recife, Pernambuco: Tipographia de M. F. de Faria, 1844. P. 49.

⁵⁷ Idem. P. 49. Não conhecemos nenhuma referência sobre este estudo em nossas fontes.

⁵⁸ Ibidem. Não é conhecida publicação deste trabalho. Sabe-se apenas pela citação de de Abreu e Lima e que seus originais foram recuperados por ele em 1827.

recursos naturais, a cultura local e, em geral, ampliar o saber relativo aos próprios territórios que formariam os espaços nacionais⁵⁹.

Entre as principais questões que permeavam a criação do Estado e da Nação, estava a territorialidade. Como os demais países, o Brasil, durante seu processo de organização do Estado no século XIX, e ainda no início do XX, buscou ampliar suas fronteiras avançando sobre áreas litigiosas, indefinidas, pertencentes ao território das colônias hispânicas, o que Magnoli chama, mantendo suas destintas e devidas proporções e objetivos, de “Destino Manifesto brasileiro”⁶⁰.

Como se comentou antes, o gosto pela pesquisa e apreço pelo documento acompanhava Abreu e Lima, desde a época em que vivia na América Hispânica, quando pesquisara e separara documentação histórica, como ele mesmo afirma. Comentando a memória entre as fronteiras do Brasil e da Colômbia, declarou seu apreço por tal material: “a vista de imensos e preciosíssimos documentos, existentes nos arquivos do Vice-Reinado da Nova Granada, e de Mappas e Roteiros manuscritos, e aproveitei o tempo para extractar e copiar muitos desses documentos”⁶¹. A preocupação com a documentação na época era essencial, pois esta era a “história viva”, o testemunho da “verdade”.

Apesar das referências feitas pelo autor sobre a produção de outros trabalhos no período em que esteve na América Andina, o único a ser publicado foi o *Resumen histórico*. Trata-se de uma memória que prioriza questões políticas e militares que ocorreram na Grã Colômbia após o ano de 1826, e que se estenderam até 1830, quando se efetivou a fragmentação e a criação de diversos estados na região andina.

⁵⁹ LISBOA, Karen Macknow. *Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX*. IN: MOTA, C. G (org). *A viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000. Pp. 268-9; KÖNIG, Hans-Joachim. Op. Cit.

⁶⁰ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Moderna, 1997.

⁶¹ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 79.

Abordou principalmente acontecimentos da vida política e militar da região. Entre eles estão o Congresso do Panamá, a rebelião de Páez em 1827, a Convenção de Ocaña em 1828, quando é reforçada a Ditadura de Bolívar e é promulgado seu projeto. Discutiu também o atentado ocorrido no mesmo ano contra a vida do Libertador; a pacificação alcançada pelas tropas bolivarianas no sul da América Andina, a renúncia de Bolívar ao projeto monárquico em 1829 e o assassinato do general Sucre em novembro do mesmo ano. Termina seu trabalho com a dissolução andina do ano seguinte.

Neste livro, Abreu e Lima foi um narrador-personagem da história. Uma história “recente” na qual sua memória e suas questões pessoais provavelmente estavam fortemente presentes. Em alguns momentos aparece envolvido na trama histórica e frequentemente usa a terceira pessoa do plural e se posiciona como “colombiano”. O trabalho de Robert Rowland sobre o Brasil considera que a formação do sentimento “nacional”, quanto à definição da identidade, está relacionada com a adesão à pátria, sendo mais uma opção política do que de origem⁶².

Seu envolvimento aparece inclusive como documentação e testemunho de seu trabalho. Ao comentar um episódio de conflito entre Bolívar e o general Urdaneta, afirma ter sido ele o responsável pela redação da resposta deste último a Bolívar⁶³. Também aparece explicitamente noutro momento destas memórias o seu envolvimento como personagem, apresentando sua opinião sobre os temas tratados. Isto ocorre, por exemplo, quando narra um fato de 1827, em que critica a ação de Bolívar ao presentear Páez com uma de suas espadas em uma visita à Venezuela.

O problema consistia que, no ano anterior, Páez havia se rebelado contra a autoridade central da Grã Colômbia. De acordo com o relato de Abreu e Lima, ele mesmo foi um dos que alertaram Bolívar sobre essa atitude: “*yo hice esta observación al mismo*

⁶² ROWLAND, Robert. “Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente”. IN: ISTVÁN, Jancsó (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: hucitec; Ed.Unijuí; Fapesp, 2003.

⁶³ ABREU E LIMA, J. I. *Resumen histórico*. P. 221.

Libertador”⁶⁴. O que não considerou Abreu e Lima era que Bolívar naquele momento estava buscando manter a centralidade de seu governo e de seu projeto, e que resultava mais factível alcançar o sucesso com Páez como aliado do que como inimigo.

Além do trabalho escrito por Abreu e Lima, outros participantes estrangeiros deixaram suas memórias sobre as lutas militares e políticas do processo de independência da América Andina. Entre os relatos mais conhecidos, podem ser mencionados o do irlandês Daniel O’Leary, que escreveu *Memórias de O’Leary*, e a memória do francês Luís Peru de Lacroix, autor de *Diário de Bucaramanga*. Peru de Lacroix escreveu seu livro⁶⁵ entre abril e maio de 1828, quando acompanhou Bolívar em Bucaramanga até a dissolução da Convenção de Ocaña, que havia criado a Confederação de Grã Colômbia. Peru de Lacroix. Em 1830, após a morte de Bolívar, tornou-se General, mas nesse mesmo ano foi expulso em 1830 junto com outros patriotas. O’Leary escreveu um trabalho mais extenso, dividido em diversos volumes, que abarca o período em que esteve atuando nos exércitos bolivarianos e, posteriormente, na guerra civil que assolou a região durante a última metade da década de 1820.

Provavelmente o escrito de Abreu e Lima tenha sido publicado inicialmente na Colômbia e em Londres. Vamireh Chacon afirma que o estudo foi “de início impresso, disperso, em jornais e panfletos da época, entre 1828 e 1830”⁶⁶. O *Resumen histórico* possibilita a compreensão das idéias e o posicionamento de Abreu e Lima no cenário político da Grã Colômbia. Não escreveu uma obra de reflexão, mas sim uma memória que tinha um objetivo claro, o de um instrumento político. A própria origem do trabalho indica a sua natureza. Portanto, foi um escrito que não nasceu da reflexão de um pensador, mas foi o produto da necessidade política de um momento e tinha como alvo responder às acusações européias em relação às ações de Bolívar nos últimos anos de guerra civil.

⁶⁴ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 240.

⁶⁵ LACROIX, Luis Peru de. *Diário de Bucaramanga. Vida pública y privada del Libertador Simon Bolívar*. 9 edição. Bogotá: editora bedout, s/d.

⁶⁶ CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima: general de Bolívar*. P. 105.

Sua elaboração demonstra o grau de confiança e até de aproximação de suas idéias às de Bolívar. Este poderia haver recorrido a outros militantes, originários da região, para representá-lo. No entanto, preferiu a um estrangeiro, um “americano português”, para atuar em sua defesa⁶⁷. A escolha do Libertador contrariava a posição identitária que estava sendo construída com a valorização da origem pátria, que em alguns momentos aproximava-se da xenofobia⁶⁸ “usada” como instrumento de autoconstrução.

Entre tantos patriotas americanos, por algum motivo concluiu Bolívar naquele momento ser Abreu e Lima o indivíduo mais indicado para o trabalho. Em uma breve carta ao general Montilla, encarregou-lhe ao brasileiro a missão:

“Bogotá, 7 de febrero de 1828.

Al señor general Mariano Montilla.

Mi querido general:

Como es necesario repeler la mentira con la verdad y no tenemos en Maracaibo quien escriba, suplico a Vd. que mande a De Lima a contestar todo en aquel lugar, que tanto necesita de opinión y calor. Espero este nuevo servicio de Ud y en tanto soy su afectísimo amigo.

Bolívar.”⁶⁹

A tarefa de Abreu e Lima era refutar os principais críticos europeus de Bolívar. Entre os críticos mais contundentes de Bolívar estava Benjamin Constant, um dos mais respeitados ideólogos liberal, bastante considerado na Europa e nas Américas⁷⁰. Bolívar estava sendo acusado de autoritário e ambicioso por encastelar-se no poder. De acordo com Diego Carbonell, estas acusações eram produzidas por diversos liberais e americanos exilados no velho continente, que estiveram envolvidos no processo de guerra civil que assolou a região.

⁶⁷ Durante a emancipação da América Andina e em suas guerras civis havia um ativo contingente de estrangeiros. CASTRO, Moacir Wenerck de. *O libertador: A Vida de Simón Bolívar, 1783-1830*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

⁶⁸ Ver KNIGHT, Alan. “Pueblo, política y nación, siglos XIX y XX. IN: URÁN, Victor Manuel Uribe y MESA, Luís Javier Ortiz (orgs). Op. Cit.

⁶⁹ *Cartas del Libertador*. Tomo VI (julio de 1827 – 1828). Caracas: Banco de Venezuela, Fundación Vicente Lecuna, 2ª ed. – 1968. P. 177. No volume indicado destaca-se que a carta vem “de una copia de letra de O’Leary”. Também existe uma explicação sobre ‘De Lima’: “José Ignacio de Abreu y Lima, noble y valeroso oficial brasileño, al servicio de Colômbia desde 1818. Ascendió a general de brigada”.

⁷⁰ Segundo Buarque de Holanda, Pedro I em sua constituição apara-se nas teorias políticas de Constant, porém faz uma interpretação própria. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico*. Tomo II, 2º volume, 1978.

Carbonell indica os motivos que produziram a necessidade de se fazer oposição aos ataques que infligiam sobre Bolívar desde 1824 na Europa. Para este autor, as denúncias feitas pelos adversários políticos de Bolívar que estavam na Europa foram acolhidas por influentes ideólogos do liberalismo, em uma época em que Bolívar buscava o reconhecimento diplomático da Grã Colômbia na Europa, mais especificamente na França. O autor afirma que: “*Bejamin Constant se hizo vocero de la animadversión de Santander y otros, y en la prensa de Paris quizo arrasar con lo que ya estaba reciamente fincado en el povenir*”⁷¹.

A estratégia da defesa era, após a elaboração do trabalho, enviar os artigos ao Abade de Pradt, que desde 1824 estava empenhado em fazer a defesa de Bolívar e que, então, ficaria responsável pela publicação do material enviado desde a América⁷². Carbonell descreve com mais precisão o momento, citando uma “advertência” presente no texto original, onde Abreu e Lima afirmava que Constant e o abade De Pradt se encontravam em intenso debate político na páginas do periódico *Courrier Français*, de janeiro de 1829⁷³.

O ataque perpetrado por Constant não foi o único sofrido por Bolívar na Europa. Em dezembro de 1829, o “agente confidencial” da Grã Colômbia escreveu a Bolívar para informar que acabava de aparecer outra obra na imprensa criticando sua atuação. Tratava-se de *Memoirs of Bolívar*, escrita por Docoudray⁷⁴. Na mesma época também apareceu o outro trabalho de Hippisley, publicado pouco antes do início da década de 20. Docoudray e Hippisley estiveram lutando na América até 1816, ano em que foram expulsos do exército bolivariano. Estas obras foram tão influentes na opinião acerca de Bolívar na Europa na primeira metade do século XIX, que em um artigo enviado a um periódico em 1858,

⁷¹ CARBONELL, Diego. “*La Personalidade de Abreu y Lima*”. Pp. XCVII – CXXVII. IN: ABREU E LIMA. *Resumen histórico de la última dictadura del Libertador Simon Bolívar*. P. C

⁷². Idem. P. C.

⁷³ Ibidem. P. CII.

⁷⁴ Ibidem. Pp. XCVII – CXXVII. IN: *Resumen Histórico*. Carbonell indica Ducoudray Holstein como o autor de *Memoir of Simon Bolívar*, editado em Boston, em 1829.

utilizando estes autores, Karl Marx fez críticas a Bolívar e o descreveu muito negativamente⁷⁵.

Em 1828, quando estava fora do serviço ativo, Abreu e Lima tomou conhecimento do seu dever como escritor. Neste mesmo ano, foram iniciadas as atividades para a elaboração do trabalho⁷⁶. Este estudo foi escrito em duas partes. A primeira, elaborada entre 1828 e 1830, é apresentada a Bolívar neste último ano:

“Habiendo yo ido por casualidade á Bogotá em Marzo de 1830, hallé allí al Libertador, y fué entonces que el vió la 1ª parte de esta memoria escrita en Cartagena, mucho antes da revolución de Venezuela. Parecióle concisa pero exacta, y insto para que yo continuase dicha memória”.

A segunda etapa da obra, denominada *Segunda Parte*, foi escrita após março de 1830. Para esta parte houve uma recomendação feita por Bolívar para que Abreu e Lima abordasse como principal assunto a questão da monarquia.

Após receber o incentivo de Bolívar para continuar o trabalho, Abreu e Lima escreveu a *Segunda Parte*. O debate sobre a possibilidade de adotar o regime monárquico na Colômbia encontrava-se presente nos anos de 1820. O fato de Páez ter apresentado a proposta de adoção da monarquia, serviu de argumento para justificar a separação de Venezuela. Abreu e Lima assim se referiu a este pedido: “*principalmente al objeto de la somada monarquia en Colombia, que había servido de pretexto para la separación de Venezuela, para cuyo efecto me franquió todos sus documentos privados, correspondências e informes*”⁷⁷.

⁷⁵ O artigo foi publicado no tomo III de *The New American Cyclopaedia*. Apud: SCORON, Pedro. *Contribuição para uma história da América Latina – Marx e Engels*. São Paulo: ed., populares, 1982. P. 50.

⁷⁶ ABREU E LIMA, José Inácio. *Resumen Histórico*. Pp. 135 e 203. Segundo Abreu e Lima, a defesa foi escrita em dois momentos. Logo nas páginas iniciais do trabalho, que intitulou de *Primeira Parte*, aparece uma nota de Abreu e Lima. É uma reconsideração de uma narrativa sobre o General Páez, onde comenta sobre a execução do trabalho. Nesta nota, que se justificava pela data, aparece que “*Esto se escribía en septiembre de 1829*”. No entanto, podemos ponderar que o trabalho se estendeu até início de 1830. Considerando a documentação usada na obra encontramos, entre as mais recentes, pode-se encontrar uma notícia datada de 17 de novembro.

⁷⁷ Idem. P. 206.

Em quase dois anos, Abreu e Lima pesquisou, acumulou documentação e escreveu a defesa de Bolívar. Esta não foi a única vez em que usou a pena nas fileiras bolivarianas, mas talvez este foi o trabalho mais importante e que melhor representa seu posicionamento político e ideológico. Trata-se também de seu primeiro trabalho conhecido de cunho historiográfico, pois outras produções se perderam com o tempo.

Seu estudo, porém, não foi publicado como livro naquela época. O trabalho foi lançado como volume em 1922, com ocasião das comemorações cívicas brasileiras relacionadas aos cem anos do 7 de setembro. O volume foi uma oferenda da Venezuela ao centenário da independência brasileira⁷⁸. Segundo os responsáveis venezuelanos pelo empreendimento, o volume foi uma forma de seu governo participar das comemorações dos cem anos de independência política do Brasil e, assim, de estreitar os laços culturais entre as duas nações⁷⁹.

O trabalho parece não haver despertado muita curiosidade. O *Resumen histórico* é uma obra que não foi muito conhecida no passado, e não o é no presente. Não se conhecem estudos em que a obra seja analisada com maior profundidade, além do trabalho de Diego Carbonell presente no volume de 1922.

Entre as obras pesquisadas sobre Abreu e Lima, observaram-se constantemente imprecisões nas informações encontradas nas fontes do século XIX, o que demonstra pouco conhecimento sobre o assunto e/ou sobre a obra. Acredita-se que um possível fator de influência ao seu conhecimento limitado pode estar relacionado ao fato do trabalho haver sido editado somente em 1922, quase 110 anos depois de sua elaboração. Nesta edição, e durante nossas pesquisas, não se encontra nenhuma referência a outras publicações da obra, a não ser a reedição de 1983.

⁷⁸ Nesta ocasião, nos eventos de comemoração, o IHGB realizou um congresso sobre América.

⁷⁹ Segundo Carbonell, os originais do livro foram entregues pelo governo venezuelano ao Instituto Arqueológico y Geográfico de Pernambuco. Op. Cit. P. CXXXVI. Ao final do livro, encontramos um selo do IAHGP e a impressão de um escrito pelo 1º secretário do instituto, Mario Carneiro de Rego Melo. Abaixo temos “*facsimile de la auténtica con que el Secretario (...) autoriza la copia que sérvio para editar la presente obra*”.

Entre as informações encontradas sobre o trabalho, aparecem algumas obras que trazem referências sobre o tema. Entre as mais antigas estão publicações datadas do último quartel do século XIX. Em 1882, o também pernambucano de Recife, Francisco Augusto Pereira da Costa (1851 – 1923)⁸⁰ publicou seu *Diccionario biographico de Pernambucanos célebres*⁸¹. Através de uma breve mas bem informativa bibliografia, em um dos verbetes de seu *Diccionário* manteve vivas muitas informações sobre a memória e a produção intelectual de Abreu e Lima. Nesta ocasião, Pereira da Costa agrupou e apresentou com pioneirismo uma grande quantidade de dados sobre a vida e as obras de seu conterrâneo. Alguns dos trabalhos que Pereira da Costa apontou como de autoria de Abreu e Lima não são conhecidos por outros estudiosos que abordaram o assunto, ou bem já não existem mais. Alguns deles podem ser de autoria de outro escritor ou haver desaparecido pela sua raridade⁸².

Em seu *Diccionario*, Pereira da Costa fez apenas um breve comentário sobre este estudo, sem ao menos indicar que o conhecesse por um título. O fato chama a atenção, pois, quando Pereira da Costa indica os trabalhos em sua obra, cita-os por nomes específicos. As obras de Abreu e Lima são indicadas pelos títulos como hoje são conhecidas e em letra itálica.

Sobre o trabalho, existe um comentário de Pereira da Costa. Em uma referência à produção literária escrita por Abreu e Lima na América espanhola, considerou que: “apenas consta um esboço da vida pública do general Bolívar, escrito em 1830, para ser enviado ao abade de Pradt, que acabava de defendel-o na Europa de uma tremenda accusação de Bejamim Constat”⁸³. O desconhecimento, ou o pouco conhecimento, deste trabalho demonstrado pelo autor do *Diccionario biographico de pernambucanos célebres*, parece

⁸⁰ PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Diccionario Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. Fac-simili da edição de 1882.

⁸¹ Este trabalho foi publicado inicialmente através de fascículos pelo *Diário de Pernambuco* a partir de 1882. Idem.

⁸² Segundo seus biógrafos mais antigos, este foi um caminho comum tomado por suas obras.

⁸³ PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. Op. Cit. P 566.

reforçar-se quando é analisado seu relato. O texto é visivelmente derivado do próprio relato de Abreu e Lima, que se encontra em uma carta dirigida a Antonio Páez em 1868⁸⁴.

Na carta destinada a Páez, abordou o assunto da seguinte maneira: “o General Bolívar me encarregou (...) de escrever um esboço da sua vida pública para mandar ao Abade de Pradt que acabava de defende-lo na Europa, de uma tremenda acusação de Benjamin Constant”. Como se pode perceber, as semelhanças com o texto de Pereira da Costa sugerem que a informação foi retirada da carta de Abreu e Lima. Em sua obra, a carta foi publicada quase em sua íntegra, com alguns pequenos cortes.

Poucos anos depois, em 1888, Sílvio Romero, apesar de abordar em suas análises as obras de Abreu e Lima, não fez nenhuma referência ao trabalho elaborado a serviço de Bolívar⁸⁵. Parece desconhecê-lo, ou não o considerou parte integrante do que chamou de Literatura Brasileira.

Outro de nossos mais antigos relatos sobre a produção intelectual de Abreu e Lima vem do *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, publicado inicialmente em 1898⁸⁶. Este autor foi o estudioso que apontou a maior quantidade de trabalhos de autoria do general. Apresentou em torno de 25 obras, além de participações em artigos e edições de periódicos. Embora aponte um elevado número de trabalhos creditados a Abreu e Lima, Sacramento Blake não fez comentários mais precisos sobre o “*Resumen histórico*”.

No entanto, Blake não se limitou a repetir Pereira da Costa, que foi reconhecidamente uma de suas fontes. Adicionando informações sobre o assunto, formulou o seguinte comentário e indicação sobre a obra:

⁸⁴ Carta de Abreu e Lima a Antonio Páez. *Dário de Pernambuco*.

⁸⁵ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura brasileira*. 7ª ed. Rio de Janeiro: j. Olympio; Brasília: INL, 1980. Em seu trabalho Romero abordou principalmente o que considerou as obras historiográficas de Abreu e Lima da década de 1830 e 1840.

⁸⁶ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Conselho Federal de Cultura, 4º Vol., 1970. Blake esteve na Colômbia como diplomata brasileiro, onde aproveitou sua estadia pra pesquisar sobre Abreu e Lima e Natividade Saldanha.

“Vida do general Simão Bolívar, libertador da Colômbia e do Peru – Foi enviado o manuscrito ao Abbade de Pradt que defendera Bolívar de uma acusação iníqua, a elle feita por Bejamin Constant, ao menos a primeira parte, foi publicada em Carthagená da Colômbia, 1827 com documentos fornecidos pelo biographado”⁸⁷.

Pode-se perceber que Blake está mais informado sobre o *Resumen histórico* que Pereira da Costa, ao afirmar que o trabalho teve uma primeira parte e que esta foi publicada em 1827, em Cartagena, na Colômbia. O ano da publicação está errado, pois a carta de Bolívar é datada de fevereiro de 1828. Além da imprecisão das novas informações, não entrou em maiores detalhes sobre o trabalho. Provavelmente, o mais interessante é que Sacramento Blake cita a obra por um nome determinado: *Vida do general Simão Bolívar, libertador da Colômbia e do Peru*. Este detalhe abre espaço a lacunas sobre uma possível “edição” antes de 1922, ou a um título original dado então por Abreu e Lima.

Apenas em 1922, o trabalho de Abreu e Lima tornou-se um volume. A transformação do trabalho em um livro foi uma proposta do governo venezuelano, que se incumbiu de editar e publicar o material contido nos originais de Abreu e Lima, pertencentes ao *Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco*. O governo venezuelano foi o responsável em diversos momentos pela abordagem de Abreu e Lima e sua obra no Brasil. Neste volume, além do trabalho de Abreu e Lima, constituído por duas partes e as suas respectivas notas, também consta a participação de dois intelectuais, o brasileiro Goulart de Andrade e o venezuelano Diego Carbonell⁸⁸.

A contribuição dos dois escritores aparece em textos que exploraram Abreu e Lima e a América Hispânica. Ditos textos parecem ter o papel de contextualizar, de localizar a obra e o autor em um contexto específico da história hispano-americana daquele momento. Assim, com a temática abordada nos textos anteriores ao *Resumen histórico*, existe uma idéia da intenção da promoção de uma aproximação cultural. De fato, pode-se deduzir que ocorra na medida em que o leitor brasileiro tome contato com a história de nossos vizinhos, seja por personagens da independência ou pela figura de Abreu e Lima. Para a Venezuela,

⁸⁷ Idem. P. 458.

⁸⁸ Na ocasião da publicação, Goulart de Andrade era membro da Academia Brasileira de Letras. Diego Carbonell era o ministro da Venezuela no Brasil e também membro da Academia Médica Brasileira.

também ocorre o mesmo, quando o leitor venezuelano se aproxima da história brasileira, no artigo de Diego Carbonell sobre Abreu e Lima, o que promove um intercâmbio cultural entre os dois países.

Desta maneira, devido aos temas abordados, estes trabalhos conjunturam o estudo de Abreu e Lima na América Hispânica, ao tempo que o inserem como personagem daquele momento de luta. Entre os textos em questão, estão os seguintes capítulos: “*A epopéa de Artigas, por Zuan Zorrilla de San Martín, Versión de Goulart de Andrade*”;
“*Bolívar, por José Henrique Rodo (versión de Goulart de Andrade)*” e “*La personalidad de Abreu y Lima, por Diego Carbonell*”. Como se pode ver, os textos colocam Abreu e Lima lado a lado com importantes nomes, como Artigas, Bolívar e San Martín, além de invocar o emblemático nome de Rodó.

Nesta breve biografia de Carbonell, aparece uma informação interessante sobre o *conhecimento* do trabalho entre os estudiosos do assunto naquele momento. Logo na abertura do texto, o autor descreve a presença/ausência da obra na época. De maneira contundente, declara Carbonell:

“El libro que hoy se publica, es desconocido de los escritores que más ahondaron en la extensa bibliografía bolivariana. El señor Manuel Segundo Sánchez, cuya erudición es auténtica, apenas si recuerda, con incertidumbres, una biografía que ‘parece’ haber sido editado en Londres. De este libro o folleto, de existencia nebulosa, no se tiene noticias.”⁸⁹

Um fato simbólico, porém que agrega força e atualiza o comentário anterior, foi constatado durante a coleta de informações acerca da obra. Devido ao desconhecimento do trabalho, foram encontrados durante a pesquisa poucos e breves trabalhos que abordam o *Resumén histórico*. Foi o próprio livro o material mais completo a respeito da história do estudo, da sua origem e sua publicação.

⁸⁹ CARBONELL, Diego. Op. Cit. P. XCIX.

Depois da edição comemorativa de 1922, tem-se conhecimento apenas de uma reedição do trabalho em Caracas, em 1983⁹⁰. Esta publicação também surgiu em decorrência das comemorações cívicas, mas desta vez na Venezuela. Na comemoração do segundo bicentenário de nascimento de Simon Bolívar, o *Centro Abreu e Lima de Estudios Brasileños de la Universidad Simón Bolívar* reeditou o trabalho. Nesta ocasião, o Diretor do Instituto de Altos Estudos da América Latina considerou o *Resumén* a “*primera publicación importante*” do então jovem centro. Esta edição é resumida em relação à primeira. O trabalho foi impresso na íntegra, porém não os capítulos antecessores. Neste volume, não vêm impressos os textos de Goulart de Andrade. No entanto, o trabalho de Diego Carbonell sobre Abreu e Lima permaneceu⁹¹. Além destas duas edições, não se encontra nenhuma outra, assim como não encontramos trabalhos que abordem o estudo. O silêncio ao redor de sua obra, mesmo após a edição tardia, não se quebrou. A ausência de análises sobre este trabalho continua presente e o *Resumen histórico* é um digno representante deste destino da obra de Abreu e Lima.

3. Objetivo pátrio e as referências do *Resumen histórico*

Para fazer a defesa de Bolívar na Europa, Abreu e Lima escolheu escrever um trabalho de cunho historiográfico⁹² e que se apresentasse idôneo frente às demandas européias sobre os acontecimentos grã-colombianos. Na obra, encontra-se a definição do trabalho como uma “*Memória*” sobre os ocorridos recentes. O estudo também tinha uma característica que vai estar presente em seus textos, pois possuía um objetivo “pátrio” no sentido de que vinha para defender o “bem” da América e o desenvolvimento da nação que surgia.

⁹⁰ ABREU E LIMA. José Inácio. *Resumen histórico de la última dictadura del libertador Simon Bolívar*. Caracas-Venezuela: Centro Abreu e Lima de Estudios Brasileños. 1983.

⁹¹ É interessante analisar a capa deste trabalho considerando as idéias de representações sobre uma identidade cultura comum, a capa do livro é formada pelos mapas da Venezuela e do Brasil.

⁹² Neste momento, a história como “mestra da vida” tinha importância especial dentro da “literatura”. No processo de construção da nação na América Latina, tem espaço privilegiado entre os intelectuais. IN: DIEHL, Antônio Astor. *A Cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998; RICUPERO, Bernardo. Op. Cit.



Figura 1: *Resumen histórico*, edição de 1922.



Figura 2: pintura de Abreu e Lima no *hall* dos próceres da independência da Venezuela, no edifício da Assembléia nacional.

No início do século XIX, a América como um todo presenciava um grande interesse pela produção intelectual liberal da Europa, e uma relativa circulação destas idéias e homens em seu território. O ambiente favorável ao liberalismo na América foi impulsionado pela Independência norte-americana que ocorreu em 1776, e pela Revolução Francesa de 1789, reforçando-se com o rompimento do controle colonial⁹³.

A literatura das luzes havia entrado no continente americano já no século XVIII. Nos últimos anos deste século, os americanos passaram logo a consumir, com relativa liberdade, clássicos da literatura ilustrada, principalmente durante a época da expansão destas obras em 1790. Segundo Jonh Lynch⁹⁴, eram conhecidos os seguintes autores em solo americano: Newton, Locke, Adam Smith, Descartes, Montesquieu, Voltaire, Diderot, Rousseau, Condillac e Dalambert; como também o eram ibéricos como Victoria e Suárez.

Os autores ilustrados franceses e ingleses são correntemente indicados quando o assunto é ilustração na América. Entretanto, estudos mais recentes apontam a influência e poder que tiveram os pensadores ilustrados ibéricos, tanto para o desenvolvimento da política moderna na Europa como na América.⁹⁵

Buscando-se analisar o alinhamento teórico de Abreu e Lima, encontram-se citados em sua obra os importantes ideólogos europeus. Entre os pensadores abordados durante o texto, aparecem nomes como Francis Bacon, René Descartes e Maquiavel, de acordo com a tradição dos pensadores do período das luzes e sua forte influência em um momento em que o Romantismo começara a ocupar espaço no meio intelectual⁹⁶. Não há citações diretas de autores mais recentes à sua época. A influência de George Washington também está presente no trabalho, como exemplo a ser seguindo quanto aos princípios liberais.

⁹³ BUSHNELL, David. "A Independência da América do Sul Espanhola". IN: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

⁹⁴ LYNCH, Jonh. Op. Cit. P. 32.

⁹⁵ FILHO, Rubens Barboza, *Tradição e Artificio. Iberismo e Barroco na Formação Americana*. Belo Horizonte: editora UFMG – Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Companhia das letras. MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero: culturas e idéias nas Américas*. São Paulo: companhia das Letras, 1988.

⁹⁶ RICUPERO. Rubens. Op. Cit. Pp. 45-47.

Percebe-se também a forte influência de políticos e ideólogos da América do Norte. Ao final, nas últimas páginas desta parte, Abreu e Lima encerra traçando um paralelo entre Simón Bolívar e George Washington. De acordo com Carbonell, traçar comparações com Washington era ferramenta comum na época em que foi escrito o *Resumen histórico*⁹⁷.

Abreu e Lima buscou contar essencialmente os movimentos militares e políticos que ocorreram em relação à centralização e à fragmentação que teve lugar na Grã Colômbia entre 1826 a 1830. Durante o período, são narrados episódios ligados à vida política da região e abordadas principalmente questões referentes à insubordinação às leis do Estado, fonte da guerra civil. Com menos frequência e de maneira superficial, questões econômicas foram analisadas, considerando o impacto e o desgaste da guerra sobre a economia e os esforços de estabelecer um novo Estado na região.

Os acontecimentos foram contados desde a perspectiva central da defesa de Bolívar sobre os últimos desenvolvimentos que ocorriam no continente. Como pontos específicos, combateu principalmente a difamação contra a suposta ambição e exercício da tirania por Simón Bolívar. Defendeu o Libertador de querer se apropriar do poder, invocou lições de Maquiavel, em sua obra prima, quando lembra que, se um “Príncipe” for ambicioso, desejará um estado corrompido e desorganizado, e que Bolívar lutava pelo contrario, pela organização de um estado forte e centralizado.⁹⁸

O segmento denominado de *Primeira Parte*⁹⁹, logo em seu início, declarava como seu objetivo analisar os acontecimentos políticos ocorridos entre a partir de 1826. Ao

⁹⁷ ABREU E LIMA, J. I. *Resumen histórico*. 1922. P. 185. Para fazer o paralelo, Abreu e Lima utilizou-se do volume *Vida de Jorge Washington comandante en jefe de los Ejércitos, durante la guerra que estableció la independencia de los Estados Unidos de América y su primer presidente*, por David Ramsay.

⁹⁸ Idem. P.149.

⁹⁹ O trabalho foi realizado em pelo menos duas etapas. As partes foram denominadas simplesmente de *Primera e Segunda Parte*. Acreditamos que essa denominação seja posterior, pois, por não haver sido escrito inicialmente com o propósito de ser uma obra, não fora feita divisão e denominação de capítulos. Simplesmente se seguiram as duas etapas temporais da construção do trabalho. Não há referência se esta foi a denominação de Abreu e Lima, ou de seu compilador. Apesar do trabalho ser apresentado em uma composição em “duas partes”, pode-se observar muita semelhança entre elas em sua forma de apresentação, metodologia de trabalho e conteúdo.

princípio da obra, Abreu e Lima delimitou algumas questões práticas que caracterizam seu trabalho:

“nuestro objeto, pues, se reduce a dar una idea sucinta de la marcha del Libertador en su carrera dictatorial, desde que piso el malhadado (sic) territorio de la República en 1826 hasta la conclusión de nuestros disturbios domésticos en Pasto [1830]”¹⁰⁰.

Além de explicitar seu objetivo logo no início, apontou diretamente o acusador de Bolívar: Bejamim Constant. Afirmava que um “*gênio eminente y recomendable por vasta extensión de ideas que há hecho circular en el inmenso océano político de ambos mundos, há osado atacar la reputación del Libertador*”.¹⁰¹ É interessante observar como, no início da *Segunda Parte* do *Resumen histórico*, quase dois anos após declarar a sua intenção, o autor esclareceu novamente o que envolvia a situação. Fez uma apresentação da conjuntura e do motivo pelo qual estava sendo escrito, reforçando o seu pensamento declarado anos atrás. Foi então que explicou mais precisamente a sua missão e o que se estava acontecendo em relação ao posicionamento de Bolívar:

“Quisiéramos prescindir de las calumnias que la hidra demagógica há esparcido en estos últimos meses contra su bien intencionada conducta, asi como quisiéramos olvidar las mismas supuestas quejas, que desde la Europa vinieron a turbar su tranquilo corazón (...) Un escritor distinguido presentó en la Europa al Libertador como un vil ambicioso, afirmandose en su poder por meio de muertes y ejecuciones, siguiendo de este modo la carrera vulgar y sangrienta de los usurpadores”¹⁰².

Em resposta às demandas européias e assim como havia recebido a ordem de Bolívar¹⁰³, Abreu e Lima, nesta *Segunda Parte*, se fixou muito mais na questão da Monarquia na Grã Colômbia do que o fizera na *Primera Parte*, onde esta questão praticamente não aparecera. Seu assunto principal transformou-se na proposta e rejeição do projeto monárquico e nas disputas políticas que ocorreram entre os diversos grupos envolvidos no processo da guerra civil.

¹⁰⁰ Ibidem. Pp. 132-3.

¹⁰¹ Ibidem. P. 131.

¹⁰² Ibidem. Pp. 205-6.

¹⁰³ Ibidem. P. 206.

Outro elemento novo que apareceu na *Segunda Parte* relaciona-se com o público ao qual era dirigido o trabalho. Apesar de o escrito estar voltado a uma demanda vinda do exterior, Abreu e Lima não deixou de se direcionar aos “colombianos”:

“nuestro honor exige ahora satisfacer a los colombianos, a quienes debe interesar la verdad, que tanto se há procurado ocultar en conflicto de los partidos. Esta verdad no es outra que la pureza de las intenciones del General Bolívar, coincidências de sus principios proclamados desde los primeros dias de su carrera política hasta ahora”¹⁰⁴.

Essa afirmação reforça a idéia de que o trabalho circulou pela Colômbia e que estas idéias foram conhecidas pela elite local.

Entre os provocadores da instabilidade política estava a imprensa, a qual criticou por suas declarações sobre as ações de Bolívar e a situação na América. Atacou o que classificou como a “fúria” dos que se “*apoderan outra vez de la imprenta; los excessos de un partido provocan los excesos del outro*”. Não criticava apenas os jornais pelos seus excessos, mas também por faltar com a verdade. Segundo Abreu e Lima, “*la imprenta vomitaba por todas partes un oceano de falsedades para corromper los incautos*”¹⁰⁵.

Mas não se contentou em se referir apenas à imprensa. Em um dado momento, dirigiu-se diretamente à Europa e aos inquisidores de Bolívar. Afirmou que criticavam erroneamente ao “Libertador” e que a diferença entre a Europa e a América Andina, esta última vista naquele momento como “*un infierno*”, era imensa e não havia como fazer uma comparação. Distanciando os dois mundos, esclareceu que era necessário conjunturar a situação antes de julgar o que se estava realmente acontecendo:

“Vosotros, que desde vuestros gabinetes pesáis el mundo en la balanza de vuestro quietismo; si vosotros evanecidos con la civilización europea: venid a las ardientes regiones del ecuador y a los países conquistados para la libertad, (...) y notaréis la diferencia que existe entre las canas del viejo

¹⁰⁴ Ibidem. P. 206. Abreu e Lima não esclarece em sua obra a quem ele chama de “colombianos”, dirigindo-se às três nações andinas.

¹⁰⁵ Ibidem. Pp. 157 e 164.

mundo y el vello de la puberdad americana. Venid y vereis lo infinito en la cadena de nuestras pasiones desenfreadas; vereis la naturaleza luchando con la razón para expelela de su seno, y los torbellinos de Descartes vivamente representados por la multitud de nuestros vícios y necesidades”¹⁰⁶.

A afirmação reflete um ponto relevante no trabalho, pois está presente a demonstração da concepção das idéias de “civilização” e “progresso” ao comparar a América com a Europa. O comentário, carregado de ideologia etnocêntrica, reflete o ambiente intelectual referente ao estado evolutivo da América. No comentário pode-se observar a concepção sobre a idade jovem do continente, em relação ao grau de evolução cultural de seus habitantes. Este pensamento comum na época se reflete em que o desenvolvimento linear estava em andamento¹⁰⁷.

Outro trecho que explica melhor seu posicionamento sobre o assunto apresenta a seguinte idéia: “*los pueblos de la Europa, que nuestra edad, nuestros usos, y cuanto constituye nuestra existencia física y moral, dista inmensamente de las formas constitutivas de las sociedades europeas*”¹⁰⁸. Apesar de não entrar diretamente nesta discussão, ou de reconhecer algo diretamente sobre a “degeneração” do povo americano, Abreu e Lima considera as diferenças entre os dois continentes e destaca que estas são tanto de caráter físico quanto moral.

A base de seu estudo era “*comprobad[a] con documentos*” e teve como referência os principais acontecimentos políticos do agitado cenário da Grã Colômbia. A maior parte dos documentos eram oficiais e referentes a acontecimentos políticos e militares, segundo ele franqueados por Bolívar. A fim de dar entendimento e compreensão ao processo em que se encontrava a América Andina, Abreu e Lima descreveu os fatos e procurou comprovar o que relatava com documentação relativa ao assunto. Declarando-se a favor das ações de Bolívar, legitimou-as dentro da legalidade constitucional e procurou defender a existência

¹⁰⁶ Ibidem. P. 146. Grifo nosso.

¹⁰⁷ GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750 – 1900)*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

¹⁰⁸ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 165. Grifo nosso.

da Grã Colômbia e da República, frente ao processo de desmembramento que estava ocorrendo.

O primeiro segmento conta com 48 notas que, segundo Carbonell, assim como se encontravam no original, foram inseridas ao final do texto. Em sua maioria, as notas são números do periódico oficial do Estado, *Gaceta de Colombia*, com reproduções de documentos oficiais. Dito jornal trazia impressos em seus exemplares diversos documentos de Estado, entre os quais se encontravam comunicações, proclamações de governantes, declarações judiciais, mensagens de Bolívar, ofícios, atas, manifestos e circulares, além de alguma carta pessoal e artigos da própria *Gaceta*. O estudo trazia a visão dos governos representados através do uso da documentação oficial.

No segundo momento de seu trabalho, Abreu e Lima demonstrou a mesma preocupação com a documentação de suas fontes que apresentara na elaboração da *Primeira Parte*. Novamente a sua fonte principal foram os números da “imprensa oficial”, a *Gaceta de Colombia*. O documento mais recente utilizado foi uma *Gaceta*, de 7 de março de 1830, que continha a primeira resolução em que o primeiro Congresso Constituinte do Peru apoiava Bolívar em seu mandato como Ditador, datada de 15 de fevereiro de 1825¹⁰⁹.

Ainda em relação à análise e à verossimilhança de seu trabalho, Abreu e Lima esclareceu sua preocupação com a metodologia usada. Ao tempo que faz um *mea culpa*, busca legitimar-se através da veracidade de suas informações:

“pude no ser exacto en mis raciocinios: correcto en mi lenguaje: generoso con las faltas ajenas, o demasiado imparcial con ciertos hombros; pero, cuanto a la exatitud de los hechos, puedo apelar a Colombia toda para que los desmienta si es posible”¹¹⁰.

Reconhece o julgamento, mas tenta ser imparcial. Buscando objetividade, o autor procura escrever uma memória “*Este pequeño rasgo, libre de embargos escolásticos y lleno*

¹⁰⁹ Ibidem. P. 291.

¹¹⁰ Ibidem. P. 207.

de verdades irá todo comprobado con documentos”¹¹¹. Também se preocupa com a reação negativa de algum personagem de seu *Resumen histórico*. A respeito, introduz a seguinte explicação: *“hice, por tanto, de todo esto el uso que creí más conveniente para no comprometer a nadie, ni excitar animosidades, con la publicación de algunos documentos, que no debían aparecer por entonces”*¹¹². Talvez este cuidado se devesse em parte às recentes lembranças da punição que sofrera após seu conflito com Guzmán, que lhe havia rendido seis meses de detenção e o afastamento do principal ciclo de poder colombiano. Este cuidado, além de pela preocupação de apresentar um trabalho idôneo, existe também provavelmente no sentido de que podia ver-se envolvido ou comprometido com seus pares, entre os quais se encontravam aliados, amigos pessoais, superiores e inimigos.

Este comentário não significa que se abstinhasse de criticar ou elogiar abertamente as pessoas envolvidas nos relatos apresentados. Em toda a obra, aparecem fortes acusações, principalmente contra Francisco Santander e seus aliados. Com menos intensidade, aparecem também julgamentos contra Antonio Páez. Abreu e Lima serviu sob o comando de ambos, com os quais manteve laços de amizade, porém não se eximiu de tecer críticas contra os antigos aliados. Argeu Guimarães¹¹³ aponta que Abreu e Lima foi “amigo íntimo” do neogranadino e que são numerosas as cartas trocadas entre os dois. Apesar da amizade, sabe-se que se desentenderam em 1826 e que todos seus juízos posteriores sobre Santander são negativos.

4. A divisão interna e a monarquia na Grã Colômbia

Entre os argumentados apresentados para fazer a defesa de Bolívar, utilizou o estado de “anarquia” pelo qual se passava a Grã Colômbia durante estes últimos anos. Procurou demonstrar as instabilidades causadas pela divisão de poder existente entre as elites regionais. Combateu ainda a idéia de monarquia para o governo Grã-colombiano,

¹¹¹ Ibidem. P. 133.

¹¹² Ibidem. P. 206.

¹¹³ GUIMARÃES, Argueu. “Natividade Saldanha”. Pp. 157-164. IN: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, vol. 25, nº. 119-122, 1923.

apontando a proposta monárquica como um dos principais motivos utilizados pra a efetivação da fragmentação territorial.

Sua pena acompanhou a trajetória de Bolívar nestes quatro anos de guerra civil, em expedições pelo Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. Além de defendê-lo como militar, argumentou também em favor de sua administração como governante e como magistrado. A narração de diversos episódios da construção do Estado na América Andina ocupa um espaço privilegiado em sua obra. Os esforços na edificação de diversos congressos constituintes e na elaboração de legislação para a formação e administração dos estados idealizados por Bolívar. Estas passagens procuram legitimar as ações de Bolívar dentro da necessidade “contratual” do estabelecimento de um novo corpo jurídico para o país.

Apesar do momento incipiente e inicial da construção dos Estados modernos, o termo Nação estava presente no vocabulário da época e de Abreu e Lima. Defendendo a soberania e independências das “nações” americanas, buscava reafirmar a soberania de “*los pueblos*” para reforçar a existência dos Estados. Embora a construção moderna do estado seja muito recente, afirma-se que Bolívar buscava manter a “integridade nacional” quando o nacional ainda não existia ou apenas se insinuava. Seria mais comum ou apropriado ter argumentado, como também o fez, em nome da integridade territorial.

Durante o *Resumen histórico*, pode-se perceber o descontentamento de Abreu e Lima com o estado constante de guerra civil na região, principalmente depois de 1826. As rebeliões contra a unidade da Grã Colômbia eram vistas como produto da ambição pessoal ou de partidos, que buscavam poder e riqueza através do estabelecimento de novos Estados.

Para Abreu e Lima, existiam responsáveis diretos pelo estado em que se encontravam naquele momento. Em seu trabalho, reconheceu e atacou o que chamou de “partidos” e “facções”¹¹⁴, apontando ambos como responsáveis pela desestruturação e

¹¹⁴ Morel, em seu trabalho sobre o *Partido Caramuru*, afirma que o termo no vocabulário da época era considerado negativamente desde o ponto de vista patriótico, por esta relacionada à divisão, “partido”, em um momento em que se buscava criar uma nação una, de um só povo. MOREL, Marcos. “Restaurar, Fracionar e Regenerar a nação: o Partido Caramuru nos anos 30”. Pp. 407 - 430. IN: JANCSÓ István (org). Op. Cit.

“anarquia” na Colômbia naquele momento, em que a falta de centralização abria caminho ao enfraquecimento do governo e do centralismo desejado¹¹⁵. No *Resumen histórico*, observam-se diversas idéias de Abreu e Lima que resultavam muito próximas às idéias defendidas por Simón Bolívar. O posicionamento a favor da unidade americana e a fidelidade ao Libertador estão presentes durante toda a obra.

Em meio à guerra civil, apontada como responsável pelo fracasso da Grã Colômbia, a unidade foi rachando e se desestruturando. Essa fragmentação era movida por sujeitos determinados e por diferentes interesses. Segundo a obra, os responsáveis pelo fim do projeto de unidade seriam:

“Los disturbios, la efervescencia de los partidos, la acrimonia con que se le ha ofendido tantas veces inicuaamente, la divergencia de tantas ideas políticas, como las que se han popagado en estes últimos tres años; la intriga de los anarquistas, la seducción y perfidia de un pueblo vecino mezclado en nuestras agitaciones doméstica; la rebelión de nuestras cohortes, y la corrupción de los apoderados del pueblo, há sido pequeños esfuerzo para sofocar su grande patriotismo”¹¹⁶.

Sobre a luta de poder na América Andina e sobre seus protagonistas, colocava-se por vezes a favor de um ou outro personagem em suas narrativas, em geral militares de alta patente do primeiro escalão do círculo de Bolívar. Sem deixar de emitir opinião sobre os conflitos, o autor apresentava e julgava o ocorrido de acordo com os fatos descritos em seu trabalho.

Em meio aos relatos, são mencionados os nomes dos envolvidos nos episódios. Os personagens que aparecem no *Resumen histórico*, em sua maioria, estavam vivos na época de sua publicação. Com as acusações e os julgamentos dirigidos a diversos participantes nos conflitos, é bem provável que Abreu e Lima tenha feito ou cristalizado algumas inimizades. Além de Bolívar como personagem principal, estavam como coadjuvantes os Generais Santander e Páez. Junto a estes, já citados, apareceram nomes de importantes

¹¹⁵ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P.136.

¹¹⁶ Ibidem. P. 133.

figuras políticas, como: o general Rafael Urdaneta, Mariano Motilla, Sucre, Obando, López, Córdoba, Dr. Muñoz e Padilla.

Sobre o assunto, Carbonell referenda Abreu e Lima. Destaca que “*abundan juicios que son adversos al general Santander; y mismo a Páez a quien Abreu y Lima quiso tanto, es juzgado severamente*”¹¹⁷. Ainda criticando as ações dos dois generais, verifica-se que o *Resumen histórico* resulta muito mais duro e crítico com Santander do que com Páez. De fato, o neogranadino é apontado como principal partícipe da separação da unidade grã-colombiana, embora seja Páez considerado um dos primeiros defensores da monarquia. Suas críticas aos ex-companheiros focam-se principalmente no envolvimento e posicionamento nas guerras civis que levaram à fragmentação do projeto centralista¹¹⁸.

Sobre a divisão política que se formava, pode-se apontar o posicionamento de Abreu e Lima em relação à Bolívar, Páez e Santander. Diego Carbonell faz algumas comparações interessantes sobre o juízo que faz de Santander e de Páez, comparando o *Resumen histórico* com as obras e opiniões de outros estrangeiros que escreveram a respeito do assunto, isto é, O’Leary e Lacroix. Em relação às opiniões de O’Leary, encontra-se a seguinte análise: “*muchos de esos juicios de Abreu e Lima, a propósito del Libertador y de Santander, les eran familiares (Lacroix e O’Leary)*”. No que diz respeito às críticas e acusações dirigidas a Santander, Carbonell afirma o seguinte: “*Cuanto el general Santander, Peru de Lacroix y Abreu y Lima están en perfecto acuerdo de opiniones*”¹¹⁹.

Em 1868, aparece ainda uma opinião de outra testemunha participante dos conflitos andinos do final da década 1820. Florentino Gonzáles, jurista reconhecido na Europa e América, favorável ao liberalismo de Santander, comentando a carta a Páez publicada na *Revista* argentina, faz uma análise em que aponta que Abreu e Lima considera Santander “*un perverso, un enemigo de su país, porque Santander era el jefe del partido que luchaba*

¹¹⁷ CARBONELL, Diego. Op. Cit. Pp. XCVII – CXXVII.

¹¹⁸ Na *Segunda Parte* encontramos também referências aos nomes do general Francisco Ribas, Carabaño, Miguel Pena, Bustamante, Augustín Hormen, Bermúdez, Briceño Mendez.

¹¹⁹ Idem. P. CXIII.

*por sostener la Constitución colombiana, y que cuando ésta fue destruida trabajó por dar a Colombia instituciones verdaderamente liberales y apropiadas*¹²⁰.

Outro personagem mencionado no texto foi seu inimigo Antonio Leocadio Guzmán. Na época, seu opositor era ainda mais influente, pois exercia o cargo de Ministro do Interior da Venezuela, fato este que não atenuou as acusações de Abreu e Lima, que o apontou inclusive como um dos envolvidos no atentado contra a vida de Bolívar que ocorrera em 1828. Atacou-o chamando-o de “*apóstolo de la tiranía del Liberticidio*”, e afirmou que este, meses antes, havia acusado injustamente Bolívar de tirano.

Aproveitando o momento, sem esclarecer melhor a nota ou mesmo se identificar, lembrou do próprio incidente com Guzmán. Escreveu o seguinte sobre o episódio:

“el mismo que dos meses antes de su misión al Perú, llevando el mensaje de la Monarquía a Bolívar, había sido acuchillado en las calles públicas de Caracas por detractor impudente; no habiendo perdonado conducta alguna de hombre público, que no fuése manchada en sus asquerosos escritos”¹²¹.

Em outubro de 1825, Guzmán levou uma carta de Antonio Páez a Bolívar, na qual estava contida a idéia da implementação do projeto de monarquia na Grã Colômbia. Como é sabido e declarado no *Resumen histórico*, Bolívar negou a implementação do sistema monárquico¹²², caminho correto segundo o militar brasileiro, que, diferentemente do que viria a defender no Brasil, combatia a monarquia para a Grã Colômbia.

Sobre o projeto monárquico na Grã Colômbia, posicionou-se contra sua implementação. Em sua análise da questão, começa por buscar a origem do que chama de “*males*” da Colômbia, cujos responsáveis considera ser os “*autores de la monarquía*”. De acordo seu relato, o primeiro projeto monárquico foi proposto na Venezuela em 1825. Na

¹²⁰ Este comentário de Florentino Gonzáles aparece em um breve artigo na *Revista de Buenos Aires* subsequente ao final da carta a Páez. IN: RIVAS, Ricardo Alberto. Op. Cit.

¹²¹ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit P. 211.

¹²² Idem. P. 213. Podemos confirmar que Abreu e Lima está se referindo ao seu desentendimento com Guzmán quando cruzamos as datas. De acordo com Abreu e Lima, “dois meses antes”, em setembro, foi o mês em que agrediu Guzmán. A agressão foi duramente criticada em periódicos da época.

época, foi o general Páez o responsável pelo projeto, que seria negado por Bolívar¹²³. No entanto, o líder *llanero* não estava sozinho em seu intento, possuía diversos aliados. Os apoiadores da monarquia, Páez e seus companheiros, são descritos da seguinte maneira: “*Ribas, Carabaño, y el insigne General Mariño, que tantos males há causado à Venezuela desde 1817, han sido tan viles, y tan hipócritas*”¹²⁴. Ao atacar a idéia de separação e seus sustentadores, Abreu e Lima criticou o projeto construindo uma explicação simplificada para a questão e considerou responsável Páez pela separação da Venezuela da Grã Colômbia.

Este não foi o único momento em que se discutiu a implementação da monarquia na Grã Colômbia. Durante todo o período de 1825 a 1830, o assunto esteve presente na esfera política pós-independência. Em um dos parágrafos do *Resumen histórico*, a idéia sobre a declaração da monarquia na Colômbia é colocada de maneira bem clara. Afirma-se que: “*no somos monarquistas en Colombia, lo repetimos; desde el año de 25 nos hemos opuesto a semejante proyecto*”¹²⁵. Declaração recorrente durante a segunda parte da memória que se ocupa em demonstrar as origens, as tentativas de implementação e a oposição de Bolívar em torno do projeto monárquico.

Apesar de se posicionar contra a implementação da monarquia para a Grã Colômbia, não a considerava desapropriada como sistema de governo em si. Em seu comentário transparece inclusive um certo pesar pela impossibilidade monárquica na região andina. Sua opinião se apoiava em impossibilidades práticas, derivadas das divisões internas:

“No quisiéramos renovar la materia de monarquía, porque ella se há hecho odiosa; pero la serie de nuestra relación lo hace indispensable. Es verdad que en Bogotá se pensó en tal proyecto, y se pensó muy seriamente; él fué la consecuencia, como digimos, de un amargo pero patriótico convencimiento de la impossibilidad de constituirnos, sin contener los partidos dentro de límites prefijados por leyes y garantidos por el poder; pero este desígnio no

¹²³ Ibidem. P. 209.

¹²⁴ Ibidem. P. 212.

¹²⁵ Ibidem. Pp. 240-1.

envolvía ninguna violación de los sagrados principios proclamados por los pueblos de América”¹²⁶.

Durante o percurso construído por Abreu e Lima, aparece a sua visão política sobre a Colômbia naquela época. Reconhecia a dificuldade do momento, muitas vezes com críticas sobre os que assumiam o poder na América Hispânica ou aos atos de rebelião. Seu pensamento neste momento expunha-se como muito próximo ao de Bolívar, em relação à fragilidade e os problemas enfrentados na construção do Estado desde o início das guerras de emancipação na segunda década do XIX¹²⁷. Para Abreu e Lima, “[s]éase nuestra ignorancia colonial, ó bien nuestra inexperiencia, nuestros vicios y necesidades, o séase la consecuencia de una revolución espantosa”¹²⁸. Esta descrição da situação da América aponta a influência em seu pensamento das “visões de América” acerca da infantilidade e amadurecimento americano provenientes de teorias européias¹²⁹.

Em nome da continuidade da unidade política e territorial, através da centralização, escrevia defendendo a administração da Ditadura de Bolívar. No *Resumen histórico*, afirma-se a idéia de que as medidas tomadas por Bolívar para manter a unidade foram necessárias, embora não considerava que estivessem de encontro com os princípios liberais propagados na época. Na formação do nacionalismo e dos Estados, a soberania nacional do povo, ou dos povos, tinha o objetivo da inserção dos novos estados na economia mundial. Nesta construção, escolheu-se o caminho em nome destes povos, que eram os fins últimos da criação da nação e da identidade¹³⁰.

Para Abreu e Lima, Bolívar respeitou o “princípio soberano dos povos” não exercendo a tirania, de acordo com os cânones do liberalismo. Ricupero chama a atenção para a questão do uso de influências intelectuais distintas, em que “a independência e a montagem do aparelho de Estado se justificam através da argumentação ainda basicamente

¹²⁶ Ibidem. P. 233.

¹²⁷ Estas idéias são muito semelhantes a algumas encontradas nos escritos de Bolívar, como a *Carta da Jamaica* de 1815. IN: PEREIRA, Gustavo. Op. Cit. *Manifiesto de Cartagena* de 1812, IN: <http://www.bibliotecasvirtuales.com/biblioteca/SimonBolivar/manifiestodeCatagena.htm>, 03/07/2003.

¹²⁸ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 134.

¹²⁹ GERBI, Antonello. Op. Cit.

¹³⁰ KÖNIG, Hans-Joachim. Op. Cit.

iluminista”. Defendendo o governo bolivariano, Abreu e Lima afirma que este dava a “*garantía de sus principios; cuando él afianzaba de un modo más que liberal el gran dogma de la soberanía del pueblo, que era la opinión general*”. Por outro lado, os que atacam Bolívar não estavam de acordo com tais princípios, que traziam a desonra do liberalismo, eram “*el oprobio de los liberales de Colombia*”¹³¹.

Esta afirmação chama a atenção quando é comparada às análises elaboradas em relação ao comportamento das elites que assumiram o governo pós-independência no Brasil. Estudiosos consideram que os grupos dominantes eram formados por liberais que mudaram seu posicionamento em relação ao seu discurso, quando chegaram ao poder e consideraram ser necessário exercer um governo forte e centralizado para evitar a fragmentação da antiga América portuguesa, recorrendo a práticas relacionadas a um posicionamento mais conservador¹³². Um fato que exemplifica o argumento foi a manutenção da monarquia dos Bragança para o Estado americano recém constituído.

Apesar das hostilidades ocorridas entre o Peru e a Grã Colômbia são apresentadas a existência de uma relação amistosa entre as duas regiões. É interessante a consideração de uma idéia de nacionalidade quando se analisa o conflito entre os países, indicados como “*dos naciones hermanas en origen y sangre*”. De acordo com Abreu e Lima:

“La Nación Peruana salía sin duda de la más abyecta presión, cuando vuelta en si oyo los gritos de su propia conciencia. Un gobierno puramente nacional no podia desatender al voto general pronunicado por la paz, y por la injusticia de la guerra, rotos vínculos que encabedaban la opinión, se pronunció esta de un modo positivo sobre los motivos de una lucha que no era nacional. Colombia fué vindicada y el Libertados recibió del Gefe del Gobierno provisório los testimonios más honrosos en cuanto la pureza de sus intenciones”¹³³

A guerra civil era considerada uma forte inimiga à administração do Estado, “*Los pueblos abatidos con el peso de la guerra y de las exacciones; el Ejército siempre en*

¹³¹ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. Pp. 230-1.

¹³² Ver MARTINS, Wilson. Op. Cit.

¹³³ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 280.

movimiento”¹³⁴. Além de enfraquecer o poder central, a guerra arruinava o poder econômico e as instituições legais. Para Abreu e Lima era claro: a divisão era o grande inimigo da República. O seu descontentamento em relação aos partidos está presente em toda a obra. Para o autor do *Resumen histórico*, a responsabilidade da divisão era dos partidos e dos facciosos. É interessante observar que Bolívar era apresentado como um homem sem “facção” ou partido¹³⁵.

Abreu e Lima acusou os inimigos de Bolívar de traição, combateu a monarquia e defendeu a legalidade a favor do governo. É preciso considerar qual o sentido com que foi escrito este trabalho. Era um intento de “defesa” da reputação de Bolívar. Com o objetivo de descrever os acontecimentos, buscou exhibir um ponto de vista nos atos de Bolívar, a fim de conseguir a paz e a integração da Grã Colômbia. Os elogios aos atos do Libertador são constantes durante todo o texto. Suas ações, com alguma rara exceção, não são criticadas.

O Libertador é apresentado como defensor dos “povos soberanos” e da soberania das recém libertas colônias. Bolívar, de acordo com o estudo, tinha uma verdadeira “*idolatria a la soberania nacional y un rencor eternos, la rãbia mas atroz a la Dictadura*”. Seus atos foram apresentados como instrumentos necessários para estabelecer a “*paz, orden y libertad*” das nações que se estavam formando¹³⁶, inserindo-o dentro dos ideais do liberalismo¹³⁷, apesar do exercício de um governo forte e centralizado.

Em poucas ocasiões aparecem opiniões discordantes das práticas de Bolívar. Uma das principais críticas diz respeito justamente à acusação de tirano que sofria o Libertador, ao mencionar a brandura com que Bolívar tratava os líderes das rebeliões¹³⁸, apresentando um comportamento bem distinto ao de um governante tirano. Para ter uma maior aproximação de sua imagem sobre Bolívar, pode-se acompanhar as seguintes linhas em uma das últimas páginas de sua *Primera Parte*:

¹³⁴ Idem. P. 139.

¹³⁵ Ibidem. P. 140.

¹³⁶ Ibidem. Pp. 184 e 283.

¹³⁷ RÉMOND, R. Op. Cit.

¹³⁸ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 170.

“Hemos pasado en revista los más importantes hechos de su vida política; y ya como soldado ó como Magistrado, su language y sus obras han sido uniformes y consecuentes: su espíritu, el de la libertad que inflama su corazón: su anhelo, la felicidad de Colombia, de la América toda: su ambición, ocupar el eminente rango de ciudadano; él há manifestado siempre una ciega idolatría a la soberanía nacional, y un rencor eterno, la rabia, mas atroz á la Dictadura al mando supremo y al Depotismo. Bolívar há excedido en desprendimiento y en adhesión á la libertad á todos os hombres que han preexistido”¹³⁹.

Ao final do estudo, assim como Bolívar, também se mostrava descontente com os rumos tomados pelas novas repúblicas. Em um ato de defesa e de crítica ao caminho republicano hispânico, marcado por conflitos, aponta sua opinião sobre a América:

“Pueblos de América, que gemís bajo la cuchilla de los ambiciosos ! decidid sobre el lugar que debe ocupar el Libertador de Colombia entre los bienhechores del género humano. Méjico, Guatemala, Chile, Y Buenos Aires ¿en dónde están los monumentos de vuestros hechos ilustres? Confundidos en el horror de la monarquía, los cubren las cenizas de vuestras víctimas. La suerte de la América, encadenada por las manos del destino, nos arrastra poderosamente por la maligna influencia del mal ejemplo (...) que deje ver por entre las tinieblas de las pasiones cuando importa à los pueblos de la América la causa del General Bolívar”¹⁴⁰.

Nesta primeira edição, a obra já vinha marcada com uma análise elaborada por Carbonell. Encontra-se uma leitura descontextualizada sobre a obra, que parece não ter considerado seu objetivo principal. De fato, a obra é bastante descritiva e furta-se a maiores análises, na busca de descrever os fatos apontados e “comprová-los” com a documentação. Assim o ilustra o seguinte comentário:

“hay algo en el texto de Abreu y Lima que me va a permitir establecer mi criterio actual sobre tal obra: me refiero a su método apologético sin posible análisis, y eso lo condena todo aquel que desee establecer la firmeza de sus conclusiones hasta donde lo permita la interpretación”¹⁴¹.

¹³⁹ www.bolívar.ula.ve: Este foi o *site* que se utilizou como fonte. *Ultima dictadura del Libertador Simón Bolívar*, Río de Janeiro, 1922. "O Norte". É interessante a última referência dada sobre o texto, onde aparece uma Terceira parte, editada em Caracas em 1925. Nas edições de 1922 e de 1983, não aparecem referências sobre nenhuma outra parte do estudo. ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. Pp. 180-1.

¹⁴⁰ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 288.

¹⁴¹ CARBONELL, Diego. Op. Cit. P. CXXVI.

No final de seu trabalho, aborda brevemente o Brasil. Apesar de curta, a declaração é importante, pois reforça o seu posicionamento político quanto a questões referentes ao governo brasileiro. Esclarece sua posição sobre a situação política do país, quando a compara ao projeto que defendeu na Colômbia. Ao mesmo tempo em que combatera a monarquia na Grã Colômbia, era a favor da monarquia para o Brasil. Este comportamento pode demonstrar como Abreu e Lima não era um “anti-monárquico” ou “republicano” por convicção, mas sim procurara analisar a situação a partir de uma perspectiva dada, embora, mais tarde, em outros trabalhos, deixasse clara sua preferência pela monarquia constitucional.

Colocando-se a favor do sistema monárquico no Brasil, defendeu o trono do Bragança em nome da unidade territorial. Em suas palavras, aparece uma declaração esclarecedora sobre sua opinião a respeito de Pedro I:

”en Brasil el monarca más liberal de la tierra, el creador y fundador de un império popular, el primero que teniendo en la mano la diadema, la arrojó de sí para recibirla de la nación, destruyendo por este noble ejemplo el gran dogma de la legitimidad que no viniera del pueblo; ese mismo monarca, profesando los principios que combaten toda usurpación tiránica, disolvió en 1823 la primera asamblea constituyente, aunque diera con otra mano una Constitución más liberal”¹⁴².

Este posicionamento não era novo. Abreu e Lima era a favor da monarquia pelo menos desde 1823. Diego Carbonell aponta trechos de algumas cartas trocadas entre ele e Santander onde se aborda o assunto. Em uma delas, datada de 15 de junho de 1823, Abreu e Lima defendia o sistema de seu país: “*el Brasil el sistema imperial constitucional es sólido*”. Na mesma carta, também comenta que teria muito orgulho em apresentar-se no Brasil, em caráter oficial, como também que gostaria de vir ao Rio de Janeiro como representante do novo governo na condição de *Secretario de Legación*, já que conhecia muito bem as intrigas da corte¹⁴³.

¹⁴² ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 287-8.

¹⁴³ CARBONELL, Diego. Op. Cit. P. CXVIII.

Este posicionamento a favor da monarquia de Pedro I lhe causaria diversos conflitos quando do seu retorno ao Brasil em 1831. No Rio de Janeiro, Abreu e Lima participou ativamente das polêmicas em volta da legitimidade do trono e do sistema de governo brasileiro.

O *Resumen histórico* foi o último trabalho intelectual prestado a Bolívar e à sua causa. Em relação à sua publicação na Europa, não foi encontrada nenhuma negativa quanto à sua ocorrência, porém há uma brecha para hesitações em afirmá-lo. Em um dos capítulos introdutórios da obra, editada em 1922, uma informação desperta dúvidas sobre a publicação efetiva do texto no velho continente. Neste ano, Diego Carbonell, baseando-se no trabalho de Sacramento Blake, afirma que “*tenemos casi la certeza de que el trabajo fué enviado a de Pradt*”¹⁴⁴.

Entretanto, Abreu e Lima com muita certeza, e sem deixar espaço para dúvidas quanto ao seu envio à Europa e sua destinação à impressão, afirma o seguinte no início da *Segunda Parte*:

“Concluído este trabajo, el Libertador envió todo á Londres con orden al Sr. Madrid, su apoderado en aquella fecha y nuestro Ministro cerca del gobierno inglés, para que hiciera imprimir con toda la documentación”¹⁴⁵.

De acordo com o próprio Abreu e Lima, a avaliação de seu trabalho por Bolívar foi bastante positiva. Em sua carta a Páez, comenta: “V. não faz idéia como o Libertador me ficou agradecido por esse trabalho e de que fez por mim antes de morrer”¹⁴⁶. Foi Bolívar, em 1830, que lhe concedeu o título de General. No entanto, o líder venezuelano não apenas ficou grato, como ainda o remunerou pelo seu trabalho. Na “advertência” que Carbonell copiou dos documentos originais, afirma o general que, depois de concluir seu trabalho, recebeu de Bolívar “*los más vivos agradecimientos por mi consagración y por la franqueza*

¹⁴⁴ Idem. P. CI.

¹⁴⁵ ABREU E LIMA. Op. Cit. Pp. 206 – 207.

¹⁴⁶ Carta a Antonio Páez *Diário de Pernambuco*, dias 20 e 21 de maio de 1873. Esta carta também foi publicada em: AZPÚRUA, Ramón. *Biografía de hombres notables de Hispano América*. Caracas, 1877. ROSALES, Manuel Landaeta. IN: Op. Cit.

*de mi estilo; recompensa que colmó mis esperanzas, y que pago sobradamente mi pequeña tarea*¹⁴⁷. Nesta ocasião recebeu alguns saldos atrasados do exército, por ordem de Bolívar.

No final de 1831, Abreu e Lima foi expulso da Colômbia e decidiu retornar ao Brasil. Depois de poucos meses nos Estados Unidos e na Europa, dirigiu-se para o Rio de Janeiro, onde começou uma nova etapa de sua vida, envolvido nas questões políticas brasileiras relativas ao processo de independência.

¹⁴⁷ CARBONELL, Diego. Op. Cit. P. CIV.

CAPÍTULO II

A IGREJA E A MONARQUIA NO BRASIL DE 1835 NA PERCEPÇÃO DE ABREU E LIMA

“Dedicamos de bom grado aos Brasileiros de todos os Partidos este trabalho, como uma pequena oblação do nosso patriotismo, para que meditem sobre as conseqüências desse espírito de inovação, que tem onegado a América em sangue”.

Abreu e Lima¹.

As idéias liberais, que chegaram de forma eclética na América Ibérica, são alicerces importantes para a compreensão do ambiente intelectual em que está inserido o pensamento de Abreu e Lima. Nesse momento, podem-se observar certas continuidades e algumas mudanças em suas idéias, ao comparar seus trabalhos e atuação política na América Andina com o caminho que percorreu no Brasil. Com o objetivo de demonstrar e compreender a trajetória intelectual deste pensador será acompanhado nos anos subseqüentes ao seu regresso ao Rio de Janeiro em 1832.

Para refletir sobre o posicionamento político e a produção intelectual de Abreu e Lima, a principal ferramenta será a obra que provavelmente expresse melhor suas idéias naquele momento: *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. A obra, publicada em 1835, é um dos estudos mais interessantes deste autor. O trabalho reflete diretamente o seu posicionamento político e ideológico sobre relevantes questões. O *Bosquejo histórico* apresenta uma análise de “história comparada” em que aborda questões que, em sua tese, demonstravam os “atrasos” e “limitações” políticas e intelectuais do Brasil no mundo ocidental. O livro é uma contundente e negativa reflexão acerca do país, inserido nas “desvantajosas” comparações frente à América Hispânica, à América do Norte e à Europa.

¹ ABREU E LIMA, J. I. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Nictheroy, Typographia de Rego e Comp., 1835. P.130.

1. De general de Bolívar a defensor de Pedro I: o posicionamento no Brasil

Ao chegar ao Brasil, Abreu e Lima encontrou um cenário que mesclava semelhanças e distinções com o ambiente político e intelectual de que havia participado na América Hispânica. Deixara um país republicano, que avançava sobre a repressão e direção ao fim da escravidão, que estava debilitado pelas guerras civis e pelas divergências políticas. No Brasil, encontrou um país monarquista, escravista e que estava ameaçado em sua unidade territorial. Em toda a América Ibérica, o momento era de construção de um Estado novo, da nação e da identidade nacional². Um dos caminhos que contribuiu entender e incentivar a nação era a literatura, em seu sentido mais amplo, procurando produzir trabalhos de identificação “nacional”.

Considerado entre os historiadores românticos por Silvio Romero e Honório Rodrigues³, Abreu e Lima contribuiu ativamente para desenvolver representações sobre o Brasil como nação. Após a expulsão da Colômbia e de um giro pelos Estados Unidos e a Europa, retornou ao Brasil em meados de 1832, pouco tempo após a abdicação de Pedro I. Neste período de grande agitação política em que se vivia a *Regência*, o país foi marcado por guerras civis e movimentos de autonomia das províncias contra o projeto centralizador do centro-sul do império. Durante a *Regência*, a integridade territorial e política, sob o sistema monárquico de governo estiveram ameaçadas. Entre as disputas das elites políticas, havia um intenso debate sobre a forma como se organizaria o governo, já como nação independente.

Estas discussões se inseriram em um processo amplo, o da formação do Estado Moderno. Wilson Martins considera que a independência do Brasil foi um longo movimento iniciado em 1808 e concluído apenas em 1831, período durante o qual o estado mental e sociológico vai se construído gradativamente no que este autor chamou de

² HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

³ RODRIGUES, Honório José. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo. Ed. Nacional, 1978; ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, Vol. 4º, 1980.

“metamorfismo imenso [que] dura 23 anos, com seu clímax mental em 1817, o clímax político em 1822 e a cristalização final em 1831”⁴.

Essa idéia de Martins poderia ser ampliada, considerando que o processo de independência se estendeu por um período maior, avançando nas décadas de 1830 e 1840, quando a cristalização política do estado se definia. Neste momento, a agitação política extrapolou os ciclos da elite, com participação inclusive das classes mais pobres da população. Segundo Francisco Iglesias, a *Regência* viveu “uma das fases mais vibrantes da vida nacional, senão a mais viva, pela participação popular em movimentos libertários até aí desconhecidos, não iguados nem mesmo em nenhum momento posterior”⁵. Eram as guerras civis no Brasil.

Nos anos 1830, o país sofreu grandes transformações políticas e intelectuais, quando iniciou a transição de sua “utensilagem mental” e a passagem por um processo político e social de autoconstrução⁶. Sob influência das idéias européias e norte-americanas e da expansão do capitalismo, o país procurou renovar e modernizar o Estado imperial. Suas elites começaram a se preocupar com a identidade brasileira, que foi alimentada no campo intelectual pelo o romantismo como referência para este processo.

Desde a mudança da Corte portuguesa para o Brasil em 1808, instituições ligadas à cultura passaram a se desenvolver. A imprensa, as faculdades, a primeira de Direito em 1827 e a de Medicina nos anos de 1832, os Institutos Históricos, os teatros, museus e bibliotecas integravam a vida intelectual de algumas das principais cidades do império, onde se desenvolveram durante aquele século⁷. Na região do cone-sul, também surgiram

⁴ MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, 3ª ed., vol II, 2001. P. 63.

⁵ IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000. P. 61.

⁶ KÖNIG, Hans-Joachim. “Nacionalismo: un problema específico de la investigación histórica de procesos de desarrollo”. IN: MESA, Luís Javier Ortiz; URÁN, Victor Manuel Uribe (orgs). *Naciones, gentes y territorios. Ensayos de historia e historiografía comparada de América Latina y el Caribe*. Editorial Universidad de ANTIOQUIA. Universidad Nacional de Colômbia: Medellín, 2000. MARTINS, Wilson. Op. Cit. RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 – 1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

⁷ SCHWARZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

estabelecimentos de ensino superior. Na Argentina foi criada a Universidade de Buenos Aires na década de 1820 e no Chile, na de 1840.

Neste período, inicia-se a formação do “nacionalismo cultural”⁸ necessário para construir-se como povo portador de uma identidade própria. De maneira geral, na América Ibérica inicia-se um período de reflexão sobre o que eram as sociedades americanas e onde queriam chegar, buscando integrar-se como estados-nações no desenvolvimento do capitalismo.

Os anos entre 1831 e 1834, segundo Martins, foram balizados por mudanças políticas e jurídicas acontecidas na capital, que marcariam decisivamente o império brasileiro. A importância deste momento é descrita incisivamente por este autor, que considera que “decide-se nesses três anos o destino das instituições monárquicas”⁹. O período se estende desde a Exposição dos princípios do ministério em 23 de julho de 1831, em que se governaria o país, ao Ato Adicional de 1834, quando reforça-se o retorno à centralidade política. Esta mudança marcará o chamado período do Regresso.

Para Wilson Martins, a época foi de revezamento de poder e de transmutação política no país. As quatro primeiras décadas do século XIX foram caracterizadas pela constante oscilação entre momentos liberais e momentos conservadores. Martins descreve o percurso das idéias que defenderam as gerações brasileiras de acordo com seu posicionamento político neste intervalo de tempo:

“[Em] 1800 começaram por ser liberais e progressistas, mas, por volta de 1820 foram substituídas por outras cujo progressismo e liberalismo ameaçava tornar-se anárquico. Assustados com essa perturbadora colheita do que haviam semeado, os mesmos homens tornaram-se insensivelmente cada vez mais conservadores (...) A figura de Silva Lisboa pode ser tida como paradigmática de todo o período, cujo clímax liberalizante foi a independência, em 1822, com a clara ameaça anarquizante da Constituinte de 1823, logo seguida da vaga conservadora, se não reacionária, dos anos seguintes, até à Abdicação, em 1831, que inicia outro ciclo, na direção

⁸ GUERRA, François-Xavier. *Modernidade e independencias sobre las revoluciones hispánicas*. Fondo de Cultura Económica, Editorial Mapfre: México – DF, 1993.

⁹ MARTINS, Wilson. Op. Cit. P. 203.

oposta, de novo represado pela Maioridade, em 1842, e assim por diante”¹⁰.

A historiografia mais recente está fazendo uma releitura da idéia de Regresso e do grupo restaurador. Parte-se do ponto que não houve um regresso com o retorno de Pedro I, nem a reunificação com Portugal. A palavra está carregada de sentidos e faz parte do vocabulário da época, com apego ao pensamento moderno das luzes. Considera-se também como argumento para a releitura a identidade política heterogênea do grupo “restaurador”, que tinha como elementos de unificação a manutenção da monarquia, da unidade territorial, do Estado centralizado e, não consenso, as idéias da volta de Pedro I e a manutenção da escravidão¹¹.

Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães, este período, considerado de crise, foi rico em sociedades associativas. As forças políticas deste momento não estavam organizadas propriamente em partidos modernos, mas em facções políticas. Foi também o momento de gênese dos partidos políticos no Brasil. Começaram a surgir os primeiros *Grêmios Patrióticos* que dariam base às *Sociedades* que existiriam posteriormente. Estas, por vez, serviram de pilar à formação dos partidos políticos no Segundo Reinado¹². A vida política estava centralizada principalmente ao redor do plano político da Corte no Rio de Janeiro, onde se alinharam diferentes grupos e se enfrentaram defendendo suas respectivas posições.

A historiografia destaca três grupos que estavam disputando o poder nos anos de 1830. De acordo com Thomas Skidmore¹³, havia a corrente *Absolutista*, constituída por

¹⁰ Idem. P. 46. Em parte, Abreu e Lima seguiu um caminho semelhante. Veio da *Revolução Pernambucana* de 1817, integrou-se ao exército de Bolívar em 1819, em seguida defendeu Pedro I e a Monarquia entre 1831 e 1844. Em 1848, dá outra virada em seu posicionamento, juntando-se à *Revolução Praieira* em Pernambuco.

¹¹ MOREL, Marcos. “Restaurar, Fracionar e Regenerar a nação: o Partido Caramuru nos anos 30”. Pp. 407-430. IN: ISTVÁN, Jancsó (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: hucitec; Ed.Unijuí; Fapesp, 2003.

¹² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Liberalismo Moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837)”. Pp. 103-126. IN: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (org), PRADO, Maria Emília (org). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001. Pp. 105-106. Segundo Morel, o sentido de *Facção*, ou pertencer a uma, era considerado negativo, pois relacionava-se a estar contra a pátria, uma vez que dividia, era parcial e contrário à integralidade. MOREL, Marcos. Op. Cit. P. 411.

¹³ SKIDMORE, Thomas. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

comerciantes e fazendeiros situados nas cidades do litoral, inclusive no Rio de Janeiro. Estes queriam uma monarquia forte e centralizada, com Pedro I como governante. A corrente dos *Exaltados* era contra o reinado de Pedro I e os regentes, moderados, que estavam no poder e defendiam uma maior autonomia provincial. A ala central dava apoio à monarquia brasileira. Acreditavam eles em construir um país único, através da manutenção de um império independente de Portugal. Uma terceira corrente, a dos *Liberais Moderados* e era formada basicamente pela elite de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Entretanto, esta divisão não representa homogeneidade quanto a seus integrantes, como também não reflete um agrupamento claro quanto às idéias e ideologia, uma vez que os grupos políticos formados eram heterogêneos quanto a seus participantes e, por consequência, às suas idéias¹⁴.

Foi nesse ambiente do início da década de 1830 que Abreu e Lima chegou ao Rio de Janeiro, quando se alinhavam as diferentes forças políticas. Após sua saída da Colômbia, não se dirigiu diretamente ao Brasil. Em passagem pelos Estados Unidos, soube da abdicação de Pedro I e já em Paris encontrou com esse monarca. Na carta enviada a Antonio Páez em 1868, afirma Abreu e Lima: “na Europa contraí com ele muito boas relações e supus que talvez conviesse ao Brasil a sua volta”¹⁵. Encontrou ainda em sua estada na França efervescências da Revolução Liberal de 30, com a queda de Carlos X, acontecimento que se refletiria sobre seu pensamento através de restrições às repúblicas e revoluções, temas que desenvolveu em seus estudos posteriores.

Recém retornado¹⁶, tomou as providências necessárias para reaver seus direitos de cidadão brasileiro, perdidos durante sua estadia no exterior. Segundo Pereira da Costa, o motivo da perda foi “haver aceitado honras e mercês de uma nação estrangeira, sem

¹⁴ MOREL, Marcos. Op. Cit.

¹⁵ Carta enviada a Antonio Páez em 1868. Publicada no *Diário de Pernambuco*, no dia 20 e com reprise em 21 de maio de 1873.

¹⁶ É interessante observar que se dirigiu ao Rio de Janeiro e não ao Recife, onde poderia possuir melhor infraestrutura, pois seus irmãos viviam na cidade. Este roteiro faz pensar que se dirigira à capital com a intenção de integrar-se à política da Corte. Noé comenta que “a nação era a corte”. NOÉ, Sandes. “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da memória: uma identidade americana para o Brasil”. IN: CABRERA, Olga (org). *Experiências e Memórias*. Goiânia: Ed., Vieira, 2001.

consentimento do governo”. Seu pedido foi sancionado em 23 de outubro de 1832 e em novembro saiu uma portaria que lhe permitia usar os títulos concedidos pelo governo da Venezuela e Colômbia¹⁷.

No Rio de Janeiro, residiu por mais treze anos até se mudar definitivamente para o Recife em 1844. Neste período, o general desenvolveu várias atividades no campo da política e da produção intelectual, estas principalmente ligadas à historiografia. Aliou-se imediatamente à corrente absolutista que defendia a volta de Pedro I, tornando-se um opositor ao governo regencial controlado pelos Liberais Moderados.

Profundamente marcado pela guerra civil vivida na republicana América Andina, para Abreu e Lima a forma de governo ideal para o Brasil era a monarquia. Esta posição, ele já defendia quando estava lutando pelos regimes republicanos na América Hispânica. Segundo Barbosa Lima Sobrinho, queria “alistar-se no partido que lutasse contra a desagregação”¹⁸. Estava convencido de que a unidade territorial do Império estava ligada à continuidade da monarquia, através dos “únicos” (os herdeiros do trono) que estavam legitimados para defender a integralidade do país¹⁹.

Já no ano de sua chegada, em 1832, iniciou suas atividades políticas e intelectuais, com a criação do periódico *Torre de Babel*²⁰ e se envolveu na defesa do regresso de Pedro I, como comentaria dez anos depois:

“Fui eu também o primeiro, que, em 1832, ao voltar à minha pátria, horrorizado pelo cynismo, pela impudencia com que se calumniava torpemente o Sr. D. Pedro I. de gloriosa memória, alcei a voz, e oppus uma barreira de bronze contra semelhante torrente de iniquidade. Sim, Sr. Padre

¹⁷ PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. Fac-simile da edição de 1882. P. 557.

¹⁸ SOBRINHO, Barbosa Lima. “Prefácio”. IN: ABREU E LIMA, J. I. *O Socialismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Faperj, 2001. P. 15. Este autor afirma também que Abreu e Lima, com ofim de manter a idoneidade quanto às suas propostas, “considerou questão fechada não considerar nenhum cargo”.

¹⁹ CARBONELL, Diego. “La personalidad de Abreu Y Lima”. Pp. CXVIII. IN: ABREU E LIMA, J. I. *Resumen histórico de la última dictadura del Libertador Simón Bolívar conprobada con documentos*. Rio de Janeiro: empre. Ind. Editora “O Norte”, 1922. Este artigo saiu no volume publicado em 1922.

²⁰ A *Torre de Babel* aparece em: SOUZA, Otávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. Companhia Editora Nacional, Brasileira, vol. 157, 1939. P. 216. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999. P. 123.

Januário, eu fui o redactor da TORRE DE BABEL; eu fui o primeiro que, depois do que chamais o *vosso glorioso 7 de abril*, gritei à uma facção immoral e comrrompida – *Parai* – e ella parou: eu fui o primeiro que gritei – *Ingratidão* – infâmia – e o povo me ouviu”²¹.

No ano seguinte, Abreu e Lima passou a integrar a *Sociedade Conservadora da Constituição Brasileira*, mantida pela corrente *Caramuru*, que defendia o retorno de Pedro I. Este grupo tinha diversas linhas; não era um bloco homogêneo, como muitas vezes é apresentado²². A sociedade era formada basicamente por militares²³ e fora criada para combater a *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*.

A *Sociedade Defensora*, fundada em 1831 pela ala moderada, tinha entre seus principais criadores Evaristo da Veiga, Odorico Mendes e Limpo de Abreu. Ela aglutinara o núcleo dos moderados que participaram do afastamento de Pedro I e assumira o poder, tornando-se a sustentação política da *Regência*. Após os acontecimentos de 7 de abril, passou de oposição a situação e foi o grupo que deu sustentação política à *Regência*²⁴.

Abreu e Lima, ao militar na *Sociedade Conservadora*, passou a ser adversário políticos de vários intelectuais importantes. Entre eles destacam-se o cônego Januário da Cunha Barbosa e Evaristo da Veiga. O primeiro já era intelectual conhecido por seu trabalho *Parnaso Brasileiro* (1826) e o segundo, um jornalista que mantinha grande liderança política entre os liberais moderados.

Pereira da Costa, em tom apologético, comenta que Abreu e Lima, ao defender a volta de Pedro I, “foi então um dos mais denodados batalhadores em prol dessa idéia sustentando uma viva e ardente lucta com Evaristo Ferreira da Veiga”²⁵. Como de costume

²¹ ABREU E LIMA, J. I. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro juizo de Francisco Adolf de Varnhagen, à análise negativa que seu Compendio da História do Brazil desde o seu descobrimento até o magestoso acto de coroação e sagração do Sr. D. Pedro II*. Pernambuco. Na tipographia de M. F. de Faria, 1844. P. 25. O *Jornal Torre de Babel* havia sido editado por Abreu e Lima na Colômbia, pouco antes de sua expulsão.

²² MOREL, Marcos. Op. Cit.

²³ BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico*. Tomo II, 2º volume, 4ª edição. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1978. P. 26.

²⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit. Pp. 109, 124-129.

²⁵ PEREIRA DA COSTA, F. A. Op. Cit. Pp. 558. Ver SOUZA, Otávio T. Op. Cit.

na época, este embate teve considerável parte de seu desenrolar através das polêmicas ocorridas em panfletos.

Evaristo da Veiga foi um personagem central na disputa política daquele momento. Participou ativamente da abdicação de Pedro I e da vida política da primeira metade da *Regência*. Inicialmente, trabalhou com o pai como livreiro, para depois fundar sua própria livraria em 1827. A casa de livros do jornalista passou a ser freqüentada por diversos políticos e intelectuais de expressão, tornando-se um dos lugares de sociabilidade. Francisco Iglesias²⁶ aponta entre os freqüentadores da livraria nomes importantes como Diogo Feijó, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Sales Torres Homem, Teófilo Otoni e o inglês John Armitage.

Neste ano, Evaristo também fundou seu periódico: *Aurora Fluminense*²⁷. O jornal foi um dos principais veículos de combate liberal no período da *Regência*. No entanto, Evaristo não participava da vida política apenas como jornalista. Entre os anos de 1828 e 1836, ocupou cargos políticos no Rio de Janeiro. Foi eleito para sucessivas legislaturas como deputado na Assembléia Geral do Império pela Província de Minas Gerais. Martins afirma que “o jornalismo era então simples prolongamento da atividade política”²⁸. Evaristo também foi o responsável pelo periódico da *Sociedade Defensora* e por *O Homem e a América*, publicados entre 1831 e 1833. O *Aurora* foi publicado até 30 de dezembro de 1835.

Abreu e Lima e Evaristo da Veiga, defendendo projetos políticos distintos, entraram em conflito e debates nos quais, mais do que as idéias, eram expostas questões pessoais. Em 15 de fevereiro de 1833, apareceu no *Aurora Fluminense* um ataque pessoal a Abreu e Lima. Evaristo chamava-o de “aventureiro Roma, disfarçado com o pomposo título de - General Lima”²⁹. Esta acusação atingiu fortemente o general bolivariano, pois, além de questionar sua atuação na América Hispânica, era novamente chamando de “aventureiro

²⁶ IGLÉSIAS, Francisco. Op. Cit. P. 57.

²⁷ Idem. P. 57.

²⁸ MARTINS, Wilson. Op. Cit. P. 128.

²⁹ *Aurora Fluminense*. IN: CHACON, Vamireh. Op. Cit. Pp. 160-1.

Roma”, assim como o fora na Grã Colômbia, quando entrara em conflito com Leocadio Guzmán³⁰.

A resposta do general, publicada do jornal *Mensageiro Nictheroyense*³¹, refutou as acusações encontradas na *Aurora Fluminense*. No dia seguinte, reafirmava com orgulho a sua participação nas lutas de emancipação da América Hispânica e informava o reconhecimento de sua patente de general pelo império, questionada por Evaristo da Veiga. Citou seus títulos e se respaldou nos documentos homologados pelo governo brasileiro e, além disso, também atacou o deputado devido à sua atuação contra Pedro I.

Evaristo da Veiga não deixou a “carta” do general sem resposta. Publicou na *Aurora* a *Resposta à primeira Carta do Sr. General José Lima por hum Exaltado Pernambucano*. O tom desta era mais agressivo do que o das anteriores, chegando a ameaçar Abreu e Lima de morte. Evaristo demonstrou conhecer a desavença com Leocadio Guzmán na Venezuela e o acusou de ter ido se enriquecer no país vizinho³².

A tréplica veio em seguida, com a *Segunda Carta do General Abreu e Lima ao Redactor da Aurora, em resposta ao artigo – Rio de Janeiro – do seu numero 735, de Sexta Feira 15 de Fevereiro*, a qual saiu à luz no dia 20 de fevereiro de 1833. O general defendeu-se publicando o decreto do Regente e Ministro do Império, Senador Nicolau Vergueiro, na íntegra e com o reconhecimento dado aos seus títulos pelo Vice-Cônsul da Colômbia no Rio de Janeiro³³.

Abreu e Lima, além das polêmicas em que participava no Rio de Janeiro, estava atento à movimentação política de Pernambuco, onde militavam seus irmãos. Em 1834, prestou solidariedade ao movimento que surgiu na Província sob a denominação de

³⁰ Durante as polêmicas que enfrentou na Grã Colômbia, foi chamado de “aventureiro” por seus opositores. A designação “Roma” era uma referência ao seu pai, o “Padre Roma”, executado como um dos líderes da *Revolução Pernambucana* de 1817, após ser preso na Bahia.

³¹ *Mensageiro Nictheroyense*. O título do artigo era: *Carta do General Abreu e Lima ao Redactor da Aurora; em resposta ao artigo – Rio de Janeiro – do seu numero 735, de sexta feira 15 de Fevereiro*. IN: Idem. Pp. 160-1.

³² *Aurora Fluminense*. IN: Ibidem. P. 161.

³³ *Aurora Fluminense*. IN: Ibidem. P. 162.

*Carneiradas*³⁴. Segundo Buarque de Holanda, o movimento ocorrido em Recife foi um levante em que camponeses da região e *Caramurus* se alinharam. Abreu e Lima, desde a capital, demonstrou apoio aos revoltosos.

Buarque de Holanda caracteriza assim a agitação da província pernambucana e as alianças entre os diferentes grupos políticos³⁵.

“Observamos ao lado de movimentos inteiramente direitistas, como o 14 de abril e a Guerra dos Cabanos, motins esquerdistas, como a Novembrada e as *Carneiradas*. O fenômeno é de ordem geral; no Rio de Janeiro ele se exprime, de modo bem claro, nos levantes de Miguel Frias e dos ‘*caramurus*’. Significavam manifestações de rebeldia das duas tendências abatidas, tentando a conquista do poder, então nas mãos do centro (...) a atuação de agitadores radicais aproveitando a tensão existente em vista da clara ligação dos “*caramurus*” com a revolta camponesa de Panelas do Miranda e da delonga de seu sufocamento, iria originar os levantes de 1834 e 1835, no Recife, conhecidos como as *carneiradas*”³⁶.

O jornal *Diário de Pernambuco* vinha dando intensa cobertura ao movimento das *Carneiradas*, conflito que se desenvolvia no interior da província. Segundo Luís Nascimento³⁷, no mês de janeiro apareceu uma denúncia segundo a qual os irmãos Abreu e Lima estavam planejando a incorporação nas fileiras dos insurgentes. De acordo com Nascimento, tomou-se conhecimento das atividades dos irmãos devido à apreensão de cartas trocadas entre os dois, entre o Rio e Recife. Estas cartas foram publicadas no *Diário de Pernambuco* e o caso, tornado público.

Buarque de Holanda apresenta um trecho da correspondência enviada a Luís Inácio Ribeiro Roma em Recife. Em dita carta, apreendida pelas autoridades e datada de 29 de novembro de 1833, Abreu e Lima incentivava o irmão a se juntar ao movimento. Dizia ainda que, com o triunfo do levante, “se tu logras derigir os Cabanos a hum centro comum,

³⁴ O movimento ficou conhecido assim por ter sido liderado pelos irmãos Francisco e Antônio Carneiro Machado Rios.

³⁵ DÉCIO, Freitas. *Os Guerrilheiros do Imperador*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. P.129. O autor considera Abreu e Lima um *moderado exaltado*.

³⁶ BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Op. Cit. Pp. 204-205.

³⁷ NASCIMENTO, Luís. *História da Imprensa de Pernambuco – 1821/1954*. Vol. I, 2ª edição. Imprensa Universitária, Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 1968. P. 33.

e consegues hum primeiro triunfo, podes contar que a minha incorporação ao partido [isso] he o signal de hum movimento geral”³⁸.

Décio Freitas afirma que foram apreendidas ao todo 8 cartas do general a Luís Inácio Ribeiro Roma, datadas entre 18 de setembro e 29 de novembro de 1833. Segundo Freitas, desde o Rio de Janeiro, o general dava instruções a Luís para que entrasse em contato “com os cabanos e os dirigissem para um centro comum, onde ele, Abreu e Lima, assumiria o comando, coadjuvado por 20 oficiais que tinha consigo”³⁹. Assim, mostrava-se neste momento que ainda não havia abandonado as armas, apesar do legalismo defendido contundentemente no *Resumen histórico* e na Grã Colômbia.

De acordo com Freitas, no Recife as cartas apreendidas foram usadas como prova no processo aberto contra os filhos do Padre Roma. Os irmãos de Abreu e Lima foram considerados inocentes, porém foi pedida a prisão do general naquele mesmo ano, prisão que não se efetivou⁴⁰. O Movimento das *Carneiradas*, que rebentou no Recife em 14 de janeiro de 1834, foi reprimido no ano seguinte. Luís Roma que participara ativamente do levante, foi preso e enviado para o presídio de Fernando de Noronha. Em abril de 1835, foi absolvido depois de ter passado por dois processos junto às autoridades⁴¹.

Nesse mesmo ano, o cônego Januário da Cunha Barbosa fez um agressivo discurso contra Pedro I na loja maçônica “Comércio e Artes”, contra o qual, segundo Chacon, Abreu e Lima retrucou⁴². Esta intriga política serviu como inspiração ao teatro que estava florescendo no momento⁴³. O cônego escreveu uma comédia chamada *A rusga na Praia Grande ou o quixotismo do general das massas*, em três atos, publicada em 1834 no Rio de Janeiro. Neste trabalho criticava a defesa de Abreu e Lima em relação ao governo de Pedro

³⁸ BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Op. Cit. P. 205. A carta foi publicada no *Diário de Pernambuco* de 12 de janeiro de 1834. IN: SILVA, Dantas Leonardo (org.). *A República em Pernambuco*. Recife: FUNDAJ, 1990. P. 135. QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. 6ª ed. Recife: Editora Massanagana, 1982.

³⁹ DÉCIO, Freitas. Op. Cit. P. 130.

⁴⁰ Idem. P. 130.

⁴¹ PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. Op. Cit. P. 627.

⁴² CHACON, Vamireh. *História das Idéias Socialistas no Brasil*. 2ª. Ed, Fortaleza, Ed., UFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. P. 107.

⁴³ MARTINS, Wilson. Op. Cit. P. 195.

I. Feijó Bittencourt afirma que a peça foi “escrita especialmente para ridicularizar o general Abreu e Lima, custou a Januário violentíssima resposta do militar, que não lhe poupou insultos”. De acordo com Bittencourt, tratava-se de:

“uma sedição militar que tenta se apoderar da Vila Real da Praia Grande. À frente dos insurrectos está o general Abreu e Lima, que pensa em repor o conselheiro José Bonifácio no alto cargo de tutor de Pedro II. Conseqüência: a queda da Regência e do ministério. Propagar-se-ia então por todas as províncias ‘o sistema de Jacuípe e de Panelas’ único ‘que podia realizar no Brasil a igualdade dos senhores de engenho e dos soldados’”⁴⁴.

Chacon considera que a defesa que Abreu e Lima fizera por volta de Pedro I, estava relacionada com vivência do general nos países vizinhos. Este autor afirma que deve “ter visto nele [Pedro I] uma espécie de novo Simón Bolívar, coroado pelas circunstanciais brasileiras exigindo um despotismo esclarecido iluminista para preservar sua união e até um futuro de liberdade”⁴⁵. Abreu e Lima, como a maioria da elite brasileira da época, encontrava na Monarquia o elemento essencial para se evitar a fragmentação da antiga América portuguesa, assim como acontecera com a República na Grã Colômbia.

Este autor, quando compara as duas Américas, considera que Pedro I era aliado do despotismo esclarecido iluminista, assemelhando-se à “última ditadura do Libertador, tão defendida por Abreu”⁴⁶. Lutou pela idéia bolivariana, inclusive após início da retirada frustrada de Bolívar do continente, e ainda após a sua morte ainda em Santa Marta. Só abandonou o tema com a sua expulsão da Colômbia por ter tentado dar continuidade ao projeto de unidade política defendido por Bolívar e seus aliados. Percebe-se assim uma continuidade na conduta política de Abreu e Lima, sendo a opção coerente com o seu posicionamento na Grã Colômbia.

Ao avaliar a trajetória político-ideológica de Abreu e Lima, Chacon faz uma afirmação que pode interpretar o seu posicionamento desde a fuga do Brasil em 1817, sua

⁴⁴ BITTENCOURT, Feijó. *Os Fundadores*. Instituto Histórico, Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1938. P. 189.

⁴⁵ CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima: general de Bolívar*. P. 159.

⁴⁶ Idem. P. 158.

participação na emancipação hispano-americana e sua atitude no Brasil. De acordo com este autor, “era um soldado egresso do jacobinismo, mas convertido ao girondinismo diante da impossibilidade de base social, naquela fase, para o liberalismo radical”, em 1848⁴⁷. De analisar esta trajetória, considerando o percurso ideológico da elite na corte descrito por Martins, percebe-se que o general não se desviou do caminho de seus conterrâneos brasileiros, embora com uma vivência tão distinta da que se encontrava na corte imperial.

Relembrando a idéia de Martins sobre a prática política de Pedro I e das elites do centro-sul, é possível relacionar o posicionamento destes e do trono naquele momento quando afirma que era preciso: “acrescentar, entretanto, que à época de Pedro I, o ‘trono’ era substancialmente muito mais liberal do que a elite política e, com certeza, muito mais do que os grupos que passaram a dominar a vida do país logo depois da abdicação”⁴⁸.

A partir de 1835, após a morte do ex-imperador, seu retorno deixou de ser um dos focos do debate político, que foi direcionado para a discussão da forma de organização das instituições e do regime político. Várias questões estiveram em pauta; entre elas, o lugar da Igreja em seu relacionamento com o Estado. O grande centro dos debates era a câmara dos deputados, onde as correntes políticas se definiam e expressavam suas divergências ou alianças em torno de questões fundamentais para a futura organização política do país.

Entre os debates apresentados na câmara dos deputados, dois projetos chamaram a atenção de Abreu e Lima e serviram de motivação para seus escritos de combate. O primeiro projeto foi levado à sessão de 16 de maio de 1835 pelo deputado Antônio Ferreira da França, cujo objetivo era mudar o sistema de governo de monarquia para república. O segundo, do deputado maranhense Estevão Rafael de Carvalho, de 06 de julho de 1835, preconizava a separação da igreja brasileira da santa sé⁴⁹. Segundo Sobrinho, como apontou

⁴⁷ Ibidem. P. 158.

⁴⁸ MARTINS, Wilson. Op. Cit. P. 139. Buarque de Holanda defende a tese de que a Constituição de 1824 era mais liberal do que a anterior. *História da Civilização Brasileira*.

⁴⁹ Publicado no segundo semestre de 1835 em Niterói, possivelmente o trabalho foi impresso inicialmente em periódicos, para somente então transformar-se em um volume. Não conhecemos referências sobre a impressão desta polêmica nas páginas de jornais, nem em panfletos da época. No entanto, sem maiores informações sobre sua “origem”, encontramos na “Advertência” dos editores uma referência onde apontam que inicialmente o estudo foi escrito em “artigos soltos”. Por esse motivo, procurando dar uma inteligibilidade

o próprio general em sua obra, o estudo foi elaborado “a instância de seus amigos que desejavam o seu pronunciamento”⁵⁰, pois o general possuía “o conhecimento prático (...) do Povo Americano, desde um a outro extremos”. Assim, Abreu e Lima escreveu vários artigos sobre estes temas e eles serviram de base para o autor expressar a sua interpretação sobre o Brasil.

2. As idéias de Abreu e Lima sobre a Igreja e a manutenção da Monarquia brasileira

Os projetos apresentados pelos deputados Antônio Ferreira França e Estevão Rafael de Carvalho sobre o regime político e problemas religiosos, respectivamente, levantavam duas questões candentes, entre as que tomaram conta das discussões políticas nas décadas de 1820 e 1830. Tratavam dos rumos da monarquia, quanto a mudanças jurídicas das instituições, assim como da “questão religiosa”. Nestas décadas, envolvidos na mudança, foram publicados diversos trabalhos que abordavam a “questão religiosa”, jurídica e governamental.

O ambiente para tais discussões era bastante efervescente no período da *Regência*. Martins afirma que a laicização e a modernização do pensamento brasileiro era impulsionada desde 1818 por Emmanuel Kant e pelos ideólogos franceses, sobretudo na câmara no Rio de Janeiro. Neste momento, o Brasil buscava substituir a legislação antiga da Metrópole por um sistema jurídico próprio⁵¹. Era o momento da modernização do Estado, quando o país afastava-se das antigas concepções herdadas da metrópole, que se

entre os arquivos, “temos ocupado cuidadosamente em coordina-los de tal maneira, que apresente o maior nexo possível entre as matérias de que se trata”. Outra informação sobre a obra é que ela não foi assinada por Abreu e Lima. A referência de autoria que consta em sua capa é apenas “Por Um Brasileiro***”. Na primeira edição do *Compendio*, a obra aparece entre suas publicações. Sobre a proposta do projeto, Ver ROMERO, Sílvio. *Compendio de história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Imago Ed. 2001. P. 355. MARTINS, Wilson. Op. Cit. Pp. 211, 212, 215-217. RODRIGUES, Honório. Op. Cit.

⁵⁰ SOBRINHO, Barbosa Lima. Op. Cit. ABREU E LIMA, J. I. *Bosquejo histórico, político e Literário*. P. 45.

⁵¹ MARTINS, Wilson. Op. Cit. Pp. 158 e 216. MOTA, Carlos G. “Idéias de Brasil: formação e problemas (1857). Pp. 197-237. IN: MOTA, Carlos G. (org) *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

relacionavam ao jusnaturalismo e à escolástica, como também o momento do fortalecimento do constitucionalismo⁵².

Entre 1830 e 1834, foram publicados alguns livros sobre a “questão religiosa”. Entre os temas debatidos estavam a divisão do Estado e da Igreja, o celibato⁵³ e a tolerância religiosa. É também por esta época que as discussões começam a mudar a legislação, com a votação do “Código Criminal e o do respectivo processo, que são, assim, depois da Constituição de 1824, as suas duas primeiras grandes leis orgânicas”⁵⁴. Trata-se da construção do Estado e de seu novo corpo jurídico.

O projeto de Antonio Ferreira França permitiu a Abreu e Lima aprofundar sobre as instituições brasileiras de forma comparada com outros países. Principalmente, permitiu fazer um paralelo com o processo político da América Hispânica que ele conhecia bem e, assim, defender sua idéia de monarquia. Mas a questão religiosa também foi seu tema de reflexão.

No polêmico projeto do deputado Rafael de Carvalho à Câmara, destacavam-se os seguintes artigos:

Art. 1º A igreja brasileira fica desde já separada da igreja romana.

Art. 2º. O supremo sacerdócio fica devolvido ao governo.

Segundo Wilson Martins, Rafael de Carvalho era considerado “homem inteligente muito liberal, revolucionário, ateu, ímpio, de gênio forte, atrabiliário”. Para Martins, o autor do projeto da separação da igreja constituía “uma figura curiosa de parlamentar injustamente esquecido”⁵⁵. Depois de exercer o cargo de Deputado, passou a escrever o periódico político maranhense *O Bem-Te-Vi*. O jornal surgiu no início de 1838, quando

⁵² LOPES, José Reinaldo de Lima. “Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX”. Pp. 197-218. IN: JANCSÓ, Istvan (org). Op. Cit.

⁵³ Feijó, inclusive como regente, atuou favoravelmente para acabar com o celibato imposto pela igreja aos seus sacerdotes.

⁵⁴ MARTINS, Wilson. Op. Cit. Pp. 168, 147-8 e 188.

⁵⁵ MARTINS, Wilson. Idem. P. 211. A fonte é MARQUES, César Augusto. *O Bem-Te-Vi, Periódico Maranhense e Seu Redator, o Sr. Estevão Rafael de Carvalho*. RIHGB, vol. XLIX, II, 1886. P. 289.

Rafael de Carvalho não conseguira se reeleger pela província e iniciara um ataque literário à situação governante. O periódico, publicado em prosa e verso, circulou até 6 de outubro e contou com 31 números⁵⁶. Martins o caracteriza de “*folha incendiária*” e lhe atribui uma possível influência sobre a explosão da *Balaiada* no Maranhão, da qual foi integrante⁵⁷.

Seguindo o relato do *Jornal do Comercio* de 9 de julho de 1835, o projeto não contou com apoio por parte de outros deputados e Abreu e Lima aponta um “clérigo Brasileiro” da província de Minas como seu único apoiador. Entretanto, o assunto era importante nas discussões jurídicas a respeito do papel da religião dentro do Estado, já que se tratava de uma questão primordial para as novas nações que estavam nascendo naquele momento. Embora não encontrasse apoio para sua aprovação, serviu para consolidar a posição dos defensores da ligação da Igreja com o Estado. Era uma questão política que diz respeito ao processo de formação nacional dentro da perspectiva da formação do corpo jurídico Estatal, da relação da Igreja com o Estado⁵⁸. Mas de acordo com Martins, o projeto foi amplamente recusado na Assembléia: “a proposta causou grande emoção no Presidente Araújo Lima”⁵⁹, que já havia se oposto a pôr em deliberação o projeto anterior de Ferreira França, chegando a ir combatê-lo no plenário.

Para Abreu e Lima, o projeto foi considerado inoportuno. Aparentemente, o tema foi abordado pelo fato de já ter se comprometido com seus leitores: “porém por nossa palavra, temos que satisfazer ao Publico, á quem prometemos a analyse do mais escandaloso projecto, que até hoje tem aparecido na Câmara electiva, depois dáquele que ocupou as primeiras páginas do estudo”⁶⁰.

Na interpretação de Abreu e Lima, o primeiro artigo era impossível de ser implementado, pois a questão que “se apresenta, he a de Dogma”, “Esta ley seria portanto

⁵⁶ SODRÉ, Nelson. W. *História da imprensa no Brasil*. P. 134.

⁵⁷ MARTINS, Wilson. Op. Cit. P. 234.

⁵⁸ MARTINS, Wilson. Op. Cit; KÖNIG, Hans-Joachim. Op. Cit; LOPES, José R. de Lima. Op. Cit.

⁵⁹ MARTINS, Wilson. Op. Cit.

⁶⁰ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 131.

inútil, sem efeito”⁶¹ e assim não poderia ser modificada, nem implementada. Em relação à questão religiosa proposta por Rafael de Carvalho, tomou o seguinte posicionamento:

“O artigo 1 do Projeto que combatemos, exprime em toda a sua força e vigor o seguinte mandamento: D`ora os Brasileiros deixarão de ser Católicos. Nós perguntamos a qualquer homem de bem, a qualquer que não tenha perdido todo o pudor à força de uma consciência depravada, a qualquer que conserve senso comum, e que não seja um furioso rematado, se semelhante proposição pode ser ouvida ou imaginada sequer sem se estremecer de horror”⁶².

Seus argumentos para combater o projeto foram baseados em exemplos históricos. Recorreu ao passado da Inglaterra e da França em relação ao desenvolvimento da religião nestes países. Buscou, sobretudo, abordar a origem da história do protestantismo na Inglaterra de Henrique VIII. A intenção de Abreu e Lima em relação à proposta do deputado era a de analisá-la sob a luz da história e do direito, “servindo-nos para isto, não so nas máximas do direito publico eclesiástico, admitido em todos os países civilizados, como da historia, verdadeira mestra de todos os homens e de todas as Nações”⁶³.

Apesar de discordar com o Projeto, não acusou este deputado, como o fez com Ferreira França. Considerou que o deputado Carvalho, além de sofrer de problemas mentais, possuía “suma ignorância da História”. Por isso não o acusaria, mas o esclareceria com o desenvolvimento histórico do tema. Isso não significa que Carvalho não houvesse incorrido em crime, pois o deputado havia quebrado seu “juramento aos Santos Evangelhos [em] manter a RELIGIÃO CATOLICA APOSTOLICA ROMANA”. Isso, para Abreu e Lima, também representava um “Perjúrio”⁶⁴; porém, achou melhor esclarecer o deputado e não denunciá-lo.

Além de recorrer ao direito civil, eclesiástico e à história, usou também como fonte de argumentação a Bíblia. Afirmou que a religião católica professada no Brasil era apostólica e romana. Apostólica, porque era baseada nas doutrinas difundidas pelos

⁶¹ Idem. P. 161.

⁶² Ibidem. P. 143.

⁶³ Ibidem. P. 138.

⁶⁴ Ibidem. P. 131.

apóstolos. Romana, porque a sede central da igreja estava em Roma, sob o poder do Papa, que considerava que assim como Jesus Cristo era o chefe invisível da igreja, o Papa era o chefe visível⁶⁵.

Existia também na recusa uma questão de cunho pragmático e cultural. A relação entre religião, costumes e direito estava ameaçada com as propostas de Carvalho. A separação “da Igreja Romana envolveria a derrogação de todas as leys disciplinares que nos ergem, de todos os Cânones, Decretos, Decisões, e outros artigos de fé, que constituem muitos dos nossos usos, e muitissimos dos nossos costumes”⁶⁶. Pode-se verificar a força atribuída à presença e relação da religião com o Estado, no pensamento de Abreu e Lima, assim como no dos demais homens da época⁶⁷.

Essa força estava presente pela herança do desenvolvimento conjunto Igreja-Estado, que estiveram unidos por séculos. A herança não era apenas observada como positiva, mas também necessitava ser respeitada. O “governo da Igreja” estava fundado nas decisões e Cânones dos concílios e dos Papas, nas “leys eclesiásticas, e dos Princepes Cristãos sobre os usos e costumes do paiz; cujas doutrinas formão o Direito Publico Eclesiástico, que muitos Sabios jurisconsultos tem por muito mais perfeito e mais rasoavel que o direito publico civil”. Entre alguns destes sábios, encontram-se referências a Bossuet, Nicole, de Wallemboug, Pelisson, Fisher, Fleury e Paebroch⁶⁸.

Em sua análise sobre o projeto do deputado Estevão de Carvalho, argumentou com exemplos que confirmavam a coerência da constituição do império. Apoiou-se no trabalho de João Antonio Llorente, autor de *História da inquisição*, publicada em Madri no ano de 1822. De acordo com o “pensamento do ilustre doutor do Projecto de uma Constituição Religiosa, muitas CARTAS tem já garantido a Religião existente, professada pela maioria dos Cidadãos, entre elles a do nosso império no seo art, 5”⁶⁹. A partir do pensamento

⁶⁵ Ibidem. Pp. 138 - 141.

⁶⁶ Ibidem. P. 144.

⁶⁷ FILHO; Rubens Barbosa. Op. Cit. SKINNER, Quentin. Op. Cit.

⁶⁸ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 142.

⁶⁹ Idem. P. 164. Este é um dos poucos autores ibéricos citados em sua obra quando o assunto foi o Direito.

político e do campo do direito, o trabalho refletia sobre a junção da vida civil com a eclesiástica, considerando a união entre Igreja e Estado um retrocesso no ambiente liberal.

Apoiava-se na história da relação da igreja com o Estado para reforçar a necessidade de se preservar a separação entre as duas instituições e refutar o projeto. O perigo deste processo era enxergado de tal maneira que se “deseja ver estabelecida uma inquisição religiosas no paiz, que a Providencia salvou deste flagello durante os Reinados mais despóticos dos Reis de Portugal”⁷⁰.

Abreu e Lima recorreu à história para verificar e apontar o poder que existia na relação da religião com o político. Apontando sua posição conservadora, considerava que as mudanças eram majoritariamente perigosas e que, via de regra, causavam distúrbios inesperados. O general acreditava existir uma “regra geral” que poderia ser observada através da comparação entre os países.

Esta idéia de uma regra geral percebe-se quando afirma que:

“os homens têm sido sempre os mesmos e as leys da natureza igualmente imutáveis, ainda que as suas relações variem com os tempos e com os lugares. As revoluções políticas quase sempre tem trasido reforma religiosas e vice versa, estas quase sempre produsem discórdias civis”⁷¹.

A relação entre a religião e a política nas revoluções é observada e apontada como maléfica à população, o qual indica seu posicionamento político. Dito vínculo é utilizado como argumento contra as revoluções.

Para ilustrar seu raciocínio, abordou a história da “reforma Protestante da Grã Bretanha”, procurando descrever o processo, considerado negativo e danoso para o país em que se desenvolveu. Segundo sua análise:

⁷⁰ Ibidem. P. 156.

⁷¹ Ibidem. P. 157.

“uma reforma que custou 200 annos de guerras civis, de incêndios, de roubos, de carniceria, e de iniquidades, que ainda hoje divide a Inglaterra em dous Povos distinctos, opressores e oprimidos⁷²; que fes com que seis milhões de habitantes soffrão um jugo horroroso, e que a liberdade política seja uma quimera na Irlanda (...) período lastimoso a liberdade esteve banida de Inglaterra, e a Inquisição religiosas encuberta debaixo do novo titulo de cortes de Justiça Episcopal”⁷³.

Interpretou também a questão como fonte da existência da Reforma Protestante na Inglaterra, com a separação de Henrique VIII, apontado como um tirano e assassino de suas esposas, o que fez que em 200 annos houvesse reis e rainhas degolados. Assim, a reforma Protestante de Inglaterra não poderia ser seguida, pois sua origem e resultados, como apontados, foram negativos⁷⁴. Esta idéa nos parece chocar com o pensamento exposto durante o trabalho ao indicar a origem moral do povo norte-americano, considerado “religioso” e de “boa moral”. Estas qualidades eram reconhecidas pela descendência anglo-saxã de ditos colonos.

Outro exemplo que Abreu e Lima utilizou sobre o assunto para mostrar a negatividade da aproximação entre Igreja e Estado foi o da França. A história desse país proporcionava “muitas verdades interessantes” sobre a questão. Apesar de haver sofrido os efeitos da reforma protestante no país, não optou por acolhê-la. O fato é considerado positivo por Abreu e Lima, pois “felismente a França pode estancar a fonte de seus males”, a reforma. Afirma que a Revolução Francesa, em 1791, “não teria por certo um caracter tão horroso, si não fosse acompanhada dos violentos efeitos de uma mudança religiosa”⁷⁵. Era novamente a negação da revolução como instrumento de transição, adicionada do reconhecimento dos efeitos provocados pelas mudanças religiosas.

Em relação ao segundo artigo do projeto, no qual “O Supremo Sacerdócio fica incluído no Governo”, também é considerada uma proposta de retrocesso dentro da história

⁷² Novamente usa uma expressão que se aproxima das idéias socialistas que tomariam fôlego em meados do século XIX.

⁷³ Ibidem. Pp. 144 e 156.

⁷⁴ Ibidem. Pp. 148 e 155.

⁷⁵ Ibidem. Pp. 157 e 158. Apesar de sua recusa neste momento pela religião protestante, no final de sua vida será proibido de ser sepultado em solo católico por ter defendido a liberdade religiosa no país em intensos debates através da imprensa pernambucana. Ver. FILHO, Andrade Lima; PEREIRA, Nilo. *O Bispo e o General*. Revista do Departamento Estadual de Cultura: Recife, 1973.

jurídica moderna ao procurar a união dos dois poderes. Considera que o deputado, “um [auto] titulado Republicano, liberal”, era contraditório com a prática liberal, pois um político assim posicionado devia ser “contra a invasão deste sobre os direitos políticos e civis, he claro e á todas as luses”⁷⁶.

Discorre sobre as implicações ideológicas que representava o posicionamento do deputado, pois “os liberais da Europa lutarão, há 3 seculos, por separar os poderes temporal e espiritual, e colocal-os em diferentes mãos; o nosso liberal pretende reunil-os outra vez”⁷⁷. Essa não era apenas a sua opinião quanto ao processo histórico. Apresentava como fonte de seu estudo os seguintes pensadores: Rosseau, Holbach, Voltaire, Bolingbroke, Tomas Paine, Volney, Calille, Mirabeau e, como indicou, “outros exaltados desta ordem”⁷⁸.

Abreu e Lima expressa sua posição sobre o clero brasileiro, onde não considerava a situação deste segmento, melhor do que a de outros como a dos intelectuais e de políticos. Não se mostra contrário às reformas em si; queria que ocorressem dentro das normas previstas, apesar de considerar este um mau momento para fazê-las. No texto, encontra-se a seguinte opinião sobre o assunto:

“não he da Igreja Romana, que provém os nossos atrasos e desmanchos em matéria de religião; he da imoralidade espantosa do nosso Clero, e dos vícios da nossa disciplina; reformemol-a, porém, com tento, e conforme as regras prescritas pelos Cânones; ainda que a ocasião he importuna para uma reforma religiosa, porque não estamos preparados para ella, nem poderíamos resistir no estado de nossa agitação política aos embates e vaivens das disputas, a que está habituado o mundo cristão”⁷⁹.

Este último comentário faz uma crítica voltada ao clero brasileiro e até levanta a possibilidade de se fazer uma reforma religiosa no Brasil. No *Bosquejo histórico*, o tema está presente na maioria das questões ligadas ao pensamento político moderno na esfera do Estado, representando a relação que mantinham estas instituições. Quando inicia sua

⁷⁶ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 168.

⁷⁷ Idem. P. 167.

⁷⁸ Ibidem. P. 178.

⁷⁹ Ibidem. P. 178.

modernização no pensamento americano, a Igreja também foi inserida no processo de mudanças.

Além de se posicionar contra a separação, combateu a proposta de acabar com a monarquia e estabelecer a república. O projeto do deputado Ferreira França foi o que possibilitou a Abreu e Lima desenvolver várias questões que estavam na base da organização política brasileira e avançar em idéias que seriam fundamentais nas representações sobre a nação.

Constavam no projeto do deputado os seguintes pontos:

“1º O Governo do Brasil cessará de ser patrimonio de uma familia.

2º O actual Imperador, e suas Augustas Irmãs, cederão de seu privilégio e receberão por uma vez um subsídio para completar sua educação, e principiarem seu estabelecimento.

3º A nação será governada por um Chefe eleito de dous em dous annos, no dia 7 de Setembro, à maioria de votos dos Cidadãos eleitores no Brasil”⁸⁰.

O assunto em debate resultava polêmico. Nesta ocasião, o Presidente da Assembléia negou-se a submeter o projeto à deliberação da Câmara e apenas um deputado apoiou a proposta republicana. Para resolver o impasse, foi colocado em votação se deveriam ou não discutir o projeto. Ao final, a discussão do texto foi vetada com o apoio de 44 deputados, contra 33 que gostariam de apreciar o projeto. O interesse por este assunto percebe-se na divisão equilibrada na Assembléia⁸¹. Segundo Abreu e Lima, o posicionamento da Câmara representava “uma divisão, que pode ser muito funesta”⁸².

Entre os debatedores, o deputado Henrique Rezende se colocou a favor do projeto afirmando que não era anticonstitucional, pois a Constituição mandava que “de quatro em quatro annos se possão reformar pelas regras prescritas”. Cornélio França, filho do autor do

⁸⁰ Ibidem. P. 5.

⁸¹ MARTINS, Wilson. Idem. Pp. 211 e 218.

⁸² ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. p 26.

Projeto, declarou que ele era anticonstitucional mas deveria ser colocado em votação, já que a Constituição podia ser reformada. Por sua parte, Assis Coelho considerou a proposta uma “subversão da ordem pública”⁸³. Ao final da discussão e da votação, o projeto foi indeferido, dando sinal da clara opção da Assembléia pela monarquia.

Abreu e Lima, além de escrever contra o projeto, valendo-se de seu direito de cidadão, fez a denúncia ao corpo legislativo. Declarou contra Antonio Ferreira França, “Deputado pela Província da Bahia, por perjúrio, aleivoso e traidor á pessoa do Imperador” e “por haver tentado destruir a constituição monárquica do Brasil”. Atuando como jurista, disse que neste caso o artigo 76º do Código do Processo podia ser usado, pois o deputado não fizera apenas um discurso, mas apresentara um “projecto escrito e assinado” à Assembléia⁸⁴.

Para o autor do *Bosquejo histórico*, era necessário punir o deputado pelo conteúdo criminoso de sua proposta. Isto resultava necessário inclusive para resguardar o local do Brasil entre os países civilizados. Procurou na história universal exemplos de propostas semelhantes à do deputado, assim como a atitude empreendida nos países citados. Achou exemplos de membros da Câmara sendo punidos na França, Inglaterra, Estados Unidos, México, Colômbia, Peru e Portugal. Em suas palavras:

“em todos os paizes civilizados o crime de atentar contra a ley fundamental, contra a *Religião do Estado* (onde existe uma preferida), contra a liberdade política ou contra a pessoa do Monarca inviolável e sagrada, nunca ficou impune, porque semelhante impunidade traria horrorosas conseqüências, estabelecendo um precedente funesto para todo gênero de violações, de ataques e de agressões parciaes”⁸⁵.

Em relação à discussão sobre a possibilidade de se mudar a Constituição, considerava bem clara a impossibilidade da questão. Os artigos 4º e 116º diziam que a Monarquia era imutável na Constituição. Os artigos 174º e 176º tratavam da “reforma de

⁸³ Idem. P. 7.

⁸⁴ Ibidem Pp. 14 e 22.

⁸⁵ Ibidem. Pp. 28-9. Grifo nosso.

algum artigo constitucional”, não de toda a Constituição, como buscava a proposta do projeto.

Para refutar a proposta e sustentar sua argumentação jurídica, Abreu e Lima constantemente recorreu à Constituição do Império. Em contraposição à proposta do deputado França, apontou, entre outros, os seguintes artigos da mesma⁸⁶:

“Art. 1º O Império do Brazil he a associação política de todos os cidadãos Brasileiros. Elles formão uma Nação livre, e independente, que não admite com qualquer outro laço algum de união, ou federação, que se opponha à sua independência.

Art. 3º. O seu governo he Monarchico Hereditário, Constitucional, e Representativo.

Art. 4º. A Dynastia Imperial he a do Senhor Dom Pedro I, actual Imperador, e Defensor Perpetuo do Brasil.

Art. 12. Todos estes Poderes no IMPÉRIO do Brasil são delegações da Nação.

Art. 15. parágrafo 9º. Velar na guarda da Constituição, e promover o bem geral da Nação.”

Na defesa da família imperial, lembrava que a Constituição, em seu artigo 107º, rezava que deviam ser resguardadas e amparadas pelo Estado as irmãs e a esposa do imperador. A sucessão do trono dentro da família real era defendida com a apresentação de alguns artigos constitucionais que garantiam o sustento da família imperial.

Em relação à sucessão do Império, levantou o: “Art. 116º. O Senhor D. Pedro I, por Unânime Aclamação dos Povos, actual Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo, IMPERARA SEMPRE NO BRASIL”. Completando a defesa do trono dos Bragança, destacou o artigo 117º, segundo o qual “Sua Descendência legítima succedera no Throno”⁸⁷. Era o acirramento das discussões acerca da manutenção do trono para Pedro II.

⁸⁶ Ibidem. Pp. 9-11.

⁸⁷ Ibidem. P. 11. O comentário aponta às discussões que ocorrerão em 1840, com a maioria de Pedro II.

Baseado nas “Garantias dos Direitos Civis, e Políticos, dos Cidadãos Brasileiros”, Abreu e Lima buscou esclarecer o ponto em relação à possibilidade de mudanças na Constituição que o projeto fomentara⁸⁸ invocando o artigo 174º, que previa que “passados quatro annos, depois de jurada a constituição do Brasil, se conhecer, que algum dos seus artigos merecem reforma, se fará a proposição por escrita, a qual deve ter origem na câmara dos Deputados, e ser apoiada pela 1/3 parte”⁸⁹.

A fim de defender o “pacto social”, buscava os erros dos deputados, “além de que existe o Perjúrio, crime atroz contra as leys de Deus e dos homens, e contra toda a moralidade dos povos civilizados, que admitem a santidade do juramento como regra imprescriptível da vida social”⁹⁰. Os deputados, de acordo com o Abreu e Lima, não haviam cometido apenas um crime jurídico, mas também contra o seu juramento constitucional. Ao assumir os cargos, faziam o seguinte compromisso:

“Juro aos Santos Evangelhos manter a Religião Catholica Apostolica Romana, observar, e fazer observar a Constituição, sustentar a indivisibilidade do Império; zelar os direitos dos povos e promover quanto em mim couber a prosperidade geral da Nação”⁹¹.

Para Abreu e Lima, a influência da revolução de 1830 na França fora amplamente sentida no Brasil e refletira-se na pretensão de derrubar Pedro I. É destacada a viagem do imperador a Minas em busca de apoio, em 22 de janeiro de 1831. Nesta ocasião, Pedro I falou aos mineiros para desconsiderarem o artigo 174º, que procurava mudar a Constituição e que seria contra ela, a fim de manter seu trono. Sobre a Constituição é feito o seguinte pedido: “Ajudai-me a sustentar a constituição”. Era a tentativa de manter seu governo.

Em relação à questão de o governo servir de “patrimônio” da família real, Abreu e Lima discordava do deputado por entender distintamente o que se chamava de governo; segundo suas idéias, “por governo se entende o acto de administrar, reger, e governar”. Assim:

⁸⁸ Ver MARTINS, Wilson. Op. Cit.

⁸⁹ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 11.

⁹⁰ Idem. P. 16. Neste comentário, sente-se uma forte presença da igreja em relação à política e ao Estado.

⁹¹ Ibidem. P. 12.

“A Nação não he patrimônio de nenhuma família, nem pessoa, porém esta verdadeira antinomia de princípios em outra representativa, visto que residindo a soberania essencialmente na Nação, nenhuma função publica existe senão por delegação especial do soberano. Mas o Sr. França tomando o Governo pela Nação, como em um governo absoluto, quis recordar ao Povo depois de 12 annos de um regime constitucional”⁹².

Este comentário é relevante em dois aspectos. Além de fazer referência ao fato de a soberania da nação ser um “bem público”, voltando novamente ao pacto social e ao desenvolvimento do direito moderno, aparece ainda uma incipiente discussão que mostra as discordâncias a respeito do que representava o conceito de Nação, conceito dinâmico, e sua relação com Estado e, no caso, com o governo⁹³. Eram as discussões que buscavam entender o papel dos poderes e das novas instituições.

Destaca nesta discussão a forte presença da idéia de que a soberania emanava do povo, e em nome do povo a nação deveria ser erigida. Prevalecia a vontade coletiva, apoiada no pacto social, segundo a qual o estado das comunidades, de um povo ou povos deveria ser preservado⁹⁴. A mudança da Constituição era um ato que atacava a liberdade coletiva, vista no caso como relacionada à soberania da nação. Seguindo o general, tal mudança “só pode emanar da vontade do Povo, como diz Bonnin, e que esta não pode ser manifestada senão por uma assembléa, que represente directamente a Soberania nacional?”⁹⁵, afirmação que reflete as idéias ilustradas sobre a aliança entre o povo e o soberano, dentro da necessidade de se erguer o novo Estado brasileiro.

Quando Abreu e Lima reuniu seus artigos e publicou o livro, declarou que seu objetivo era “denunciar ao Povo Brasileiro o maior atentado que, na actual circumstância, poderia cometer um seu Representante, insigne criminoso”. O que chama a atenção é o público a quem se dirige para fazer a denúncia: o “Povo Brasileiro”. Também é interessante

⁹² Ibidem. P. 30.

⁹³ Ver GUERRA, François-Xavier. Op. Cit.

⁹⁴ Ver KÖNIG, Hans-Joachim. Op. Cit.

⁹⁵ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 29.

observar como este povo é caracterizado, descrito, como o “Povo mais dócil, mais humano, e mais generoso, que existe sobre a terra”⁹⁶.

Citando Montesquieu e alinhando-se à ilustração, afirma que a “Soberania do Povo he um principio de Liberdade, e nós sustentamos que he uma verdadeira garantia ella está destinada á impedir, que um ou muitos indivíduos se apoderem um dia da suprema autoridade sem delegação alguma”. Lembra ainda que a Constituição havia sido reformada pouco tempo atrás, em 1834. No entanto, para Abreu e Lima, a Constituição deveria ser estável, a carta era “a ley das leys, cujo character he o de ser permanente”. Espelhando-se nos Estados Unidos, lembrava que “os Americanos do Norte ainda não tocarão na sua ley fundamental de 1787, ainda que tinha o character de provisória”⁹⁷.

Sua posição legalista e constitucionalista também aparece claramente quando recorre ao exemplo das repúblicas americanas e afirma que a fragilidade de sua organização política se deve à instabilidade de suas Constituições. Recordou também que as sucessivas Constituições que a França tivera nos anos de revolução acentuaram a instabilidade do país. Afirma também que “o mesmo succedeu com as Republicas Americanas, onde cada partido improvisa uma constituição, e por fim vivem todas em um constante interregno da liberdade”⁹⁸.

Visando a continuidade do império, o general declarava em seu livro defender o “firme propósito de sustentar a todo custo a causa da Monarquia e a combater todo sistema que tente desvirtuar a essência da nossa lei fundamental”. Neste caso, utilizou-se da lei para basear sua acusação. A lei do Império resguardava os deputados de qualquer acusação contra suas opiniões proferidas como homens de Estado. O artigo 26º da Constituição previa que “os Membros de cada uma das câmaras são invioláveis pelas OPINIÕES, que

⁹⁶ Idem. P. 5. Este comentário lembra o que Sérgio Buarque de Holanda trabalharia futuramente em relação à “cordialidade” brasileira em suas obras.

⁹⁷ Ibidem. Pp. 20 e 23.

⁹⁸ Ibidem. P. 23.

proferirem no exercício das suas funções”⁹⁹; isto é, não poderiam ser responsabilizados pelas suas opiniões, mas sim pelas suas propostas.

No entanto, em sua visão o que o deputado França havia exposto não era apenas uma opinião, era “um perjúrio”: “he um facto, e que os factos constituem Crimes, quando são opostos as leys positivas, e quando atacão a moral e a lealdade de um Povo culto”¹⁰⁰. Assim, “A política não he, propriamente falando, senão a moral aplicada entre o homem, como simples Cidadão, e o corpo social. Si a moral não forma a base de nossa legislação”¹⁰¹. Para embasar seu raciocínio, recorre à teoria política de Mably, que fornece sua definição de política, aproximando-a da construção do pacto social.

A expressão “povo culto” não se sustentará durante a obra, que, à medida que vai analisando a história e a situação intelectual do Brasil, empreende duras críticas aos brasileiros. Entretanto, neste momento considera o povo brasileiro como um “Povo civilizado” e uma nação que deveria reivindicar sua “honra” contra a “louca temerária proposição do Deputado França”¹⁰².

Estas foram algumas das principais questões políticas, relacionadas diretamente com a manutenção do sistema de governo brasileiro e a construção do corpo jurídico do país. Podem-se destacar, a respeito do projeto proposto, algumas das implicações e apontamentos presentes no trabalho: a monarquia defendida a partir da lealdade ao governante e ao pacto social, de acordo com as implicações da época, em que o direito divino está na base do direito moderno¹⁰³; a defesa da Constituição como o argumento central do objetivo prático do trabalho, e a vontade de espelhar-se nos Estados Unidos e de marcar distância com as repúblicas americanas, que eram reconhecidas pelas suas constantes trocas de Constituição.

⁹⁹ Ibidem. P. 10.

¹⁰⁰ Esta expressão, “Povo Culto”, entra em contradição com o raciocínio exposto durante sua obra.

¹⁰¹ Ibidem. Pp. 5 e 22.

¹⁰² Ibidem. P. 6.

¹⁰³ Ver SKINNER, Quentin, Op. Cit; FILHO, Rubens Barboza. *Tradição e Artifício. Iberismo e Barroco na Formação Americana*. Belo Horizonte: editora UFMG – Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

O pensamento de Abreu e Lima mostra o forte apelo constitucional e legalista que reinava na América, sobretudo nas discussões sobre a “formação” do Estado, em que as leis tomavam papel importante uma vez que se queria firmar um novo governo e um corpo jurídico que estivesse de acordo com a tendência liberal do momento¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Ver GUIMARÃES. Maria Lúcia Paschoal. Op. Cit; LOPES, José Reinaldo de Lima. Op. Cit.

BOSQUEJO

HISTORICO, POLITICO,

E

LITERARIO DO BRASIL;

OU

ANALYSE CRITICA DO PROJECTO DO DR. A. F. FRANÇA,

OFFERECIDO

EM SESSÃO DE 16 DE MAIO ULTIMO A' CAMARA DOS DE-
PUTADOS, REDUSINDO O SISTEMA MONARQUICO CONSTITU-
CIONAL, QUE FELISMENTE NOS REGE, A' UMA REPUBLI-
CA DEMOCRATICA:

SEGUIDA

De outra analyse do Projecto do Deputado RAFAEL
DE CARVALHO, sobre a separação da Igreja Bra-
sileira da SANTA SÉDE APOSTOLICA.

POR UM BRASILEIRO ***

CIDADE NICTHEROY.

NA TYPOGRAPHIA NICTHEROY DE REGO E COMP.
Rua da Conceição.

1835.

Figura 3: contracapa do *Bosquejo Histórico*.

3. A defesa da monarquia como sistema de governo

Baseado nas idéias segundo as quais a monarquia estava amparada pelo direito constitucional, através do pacto social e da herança derivada da ilustração européia, Abreu e Lima justificava sua defesa deste sistema e sua adequação ao Brasil. Sua argumentação se assentava sobre a prevalência do pacto, do acordo entre a comunidade, a fim de manter um estado comum e legitimado pela lei e pela ordem, para preservar a unidade territorial e política do país¹⁰⁵.

Tal e como já era conhecida sua posição desde a Grã Colômbia, em seu *Bosquejo histórico* reforça sua preferência pela “Monarquia a qualquer outra forma de governo, e à Monarquia hereditária à eletiva; respeitamos os Reys, sua dignidade, direitos e pessoas”¹⁰⁶. A novidade desta afirmação reside na defesa do sistema monárquico de maneira geral, não por algum motivo específico, mas porque o considera mais estável e apropriado, não sendo apenas uma demanda da conjuntura. Posiciona-se também claramente a favor da hereditariedade do trono e aponta seu alinhamento ao grupo que defendia a continuidade da monarquia portuguesa.

A defesa de Abreu e Lima à monarquia foi feita considerando a integralidade do país. A partir da experiência na extinta Grã Colômbia e nas agitações européias, combateu o sistema republicano em solo brasileiro, reforçando o regime vigente no país como necessário para a manutenção do território e da paz. Para o autor, mudar bruscamente a forma de governo poderia causar a guerra civil. Segundo o *Bosquejo histórico*, “Nunca se viu passar representativamente de uma forma de governo para outra sem uma forte reação, sem subversão da Ordem existente, sem um transtorno moral, sem uma revolução de princípios; ultimamente sem destruir para edificar de novo”¹⁰⁷. Fazendo uma referência direta às revoluções européias e às repúblicas hispano-americanas, procurava alertar o Brasil contra um destino semelhante.

¹⁰⁵ Ver GUERRA, François-Xavier Guerra. Op. Cit. FILHO, Rubens Barboza, Op. Cit; SKINNER, Quentin. Op. Cit. MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero: culturas e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹⁰⁶ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 79.

¹⁰⁷ Idem. P. 17.

Com o fim de exemplificar sua opção, buscou nas revoluções e rebeliões de outros países justificar seu posicionamento, novamente em nome do “objeto” principal para se formar a nação, a comunidade e o pacto social que asseguravam a monarquia: “o Povo não será provocado a medidas tumultuárias, e de própria autoridade, para reprimir a insolência de um Orador ou de um Projectista, como succede em Inglaterra, em França, nos Estados-Unidos, e em todas as outras Republicas Americanas”¹⁰⁸. Dita afirmação reforça a idéia da necessidade de distanciamento do modelo republicano para manter a paz.

No *Bosquejo histórico*, encontram-se as fontes que balizam o raciocínio de Abreu e Lima, o qual se apoiou nos intelectuais do direito entre os que destacavam os seguintes pensadores: “Todos os Escritores do direito constitucional, Constant, Fritol, Bonnin, Cottu, De Lolme, Bethan, Blakstone, &c., todos convem em que o equilíbrio dos poderes políticos he o paladion da liberdade”. Todos europeus, entre os quais considera ao conservador Jeremy Bethan “o maior jurisconsulto do século”¹⁰⁹. Estas linhas demonstram seu alinhamento ao processo político da Grã Bretanha.

Abreu e Lima era também um defensor do Poder Moderador. A defesa do quarto poder extravasava o elo que ligava os “liberais” e seus diferentes projetos de nação¹¹⁰. Considerava necessário o Moderador para se manter o equilíbrio dentro do sistema. Talvez seja por posicionamentos como este que Barbosa Lima Sobrinho caracteriza esta fase do general como “conservadora”, provavelmente em relação ao conjunto de sua trajetória¹¹¹. O poder moderador não era privilégio do Brasil, senão que era usado também em outros países. Assim:

“he quase sempre confiado á um dos trez Poderes nas Republicas, o nas Monarquias ao mesmo Monarca, debaixo de uma nova delegação chamada Poder Real como na Inglaterra, Poder Neutro como diz Constant,

¹⁰⁸ Ibidem. P. 17.

¹⁰⁹ Ibidem. P. 18.

¹¹⁰ CHALLANDES, Jean Philippe. *A Pátria dos vencidos. O crepúsculo de um projeto de nação. Brasil: 1839 1842*. Universidade de Brasília, Departamento de História. Brasília, DF. Tese de Doutorado. 2002.

¹¹¹ BARBOSA LIMA SOBRINHO. “Centenário da Morte do General José Inácio de Abreu e Lima”. IN: *Revista do Instituto Geográfico e Brasileiro*. Volume 283, abril-junho, Departamento de Imprensa Nacional – Rio de Janeiro - 1969. Pp. 169-184.

Poder Conservador como lhe chama Tracy, ou Poder Moderador como admite a nossa Constituição”¹¹².

O liberalismo de Constant, de fato, previa um Poder Real, um Executivo, um Senado, uma Câmara e o Poder Judiciário. No Brasil, o Real foi convertido em Poder Moderador¹¹³. No entanto, na análise de Sergio Buarque de Holanda, a questão não é tão simples. O que ocorreu no país foi um desvirtuamento deste ponto do liberalismo clássico. Para este autor, a Constituição de 1824 de Pedro I era mais liberal do que a anterior. No entanto, o poder neutro de Constant não possuía tanta força na Europa como no Brasil, pois abdicava do exercício do executivo, e no Brasil invadia este poder e o do legislativo¹¹⁴.

Defendendo a centralização do governo nas mãos do imperador, argumentava que, com a supressão do Moderador, o sistema podia desequilibrar-se, causando uma séria instabilidade à nação. Acabar com este poder era “atentar contra a Nação, que elegeo aquella forma de governo: he assassinar a liberdade, garantida pela divisão daquelles Poderes; he legalizar a anarquia; he finalmente entregarmos á uma total dissolução”¹¹⁵. Como pode se perceber, para o autor, a supressão do poder poderia provocar a guerra civil e a fragmentação do território, opinião um tanto exagerada em relação ao poder moderador, mas que demonstra a importância dada à centralização do Estado.

Ao refletir sobre a construção do Estado, encontra-se em seu pensamento a importância que é dada ao poder central, de preferência sob o controle de um único homem. Buscando embasar sua idéia centralista, recorre ao comentário de D.Tracy sobre o “Espírito das Leys”, segundo o qual:

“Nenhuma Nação, quando trata de organizar-se de novo, deve empregar a organização do seu novo pacto social, sem que todos os poderes da sociedade estejam reunidos nas mãos de uma AUTORIDADE favorável ao projecto; isto he a revolução e a destruição, o de mais he senão organização”¹¹⁶.

¹¹² ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 18.

¹¹³ MARTINS, Wilson. Op. Cit. P. 114.

¹¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque. Op. Cit. Pp. 256-61.

¹¹⁵ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 18.

¹¹⁶ Idem. P. 35.

Para reforçar seu argumento, indica exemplos de homens que dirigiram de maneira centralizada o processo de formação de seus Estados. George Washington nos Estados Unidos, mesmo com a federação, foi quem exerceu este poder; na Convenção de Ocaña foi Bolívar e na França foi a Convenção sua dirigente.

Em uma nota, aparece uma passagem interessante que sinaliza que Abreu e Lima, dentro dos seus estudos, já estava a algum tempo refletindo sobre o sistema de governo monárquico e suas implicações. Trata-se de uma declaração em que indica a origem e declara seu interesse pelo assunto: “acerca da origem e natureza do governo monarquico, he em grande parte extracto de uma memoria, que escrevemos há alguns annos em idênticas circunstancias, porem que motivos imperiosos impediram a sua publicassão”¹¹⁷.

A origem da monarquia, que estava ligada à antiguidade, mais precisamente a Roma e à Grécia, aparece em suas argumentações. A *República* de Platão apresentaria, em sua opinião, uma monarquia limitada ou uma aristocracia, não uma República tal e como era conhecida. No entanto, sua explicação parte da aliança entre a igreja e o estado: “assim como ao poder absoluto, que se tem atribuído á dignidade real, não se fundão em nenhum factu ou rasão; mas trassem a sua origem da antiga aliança entre o governo civil e eclesiastico”¹¹⁸. Este posicionamento, comum na época, expressa-se no trabalho reforçando a idéia da ligação e do desenvolvimento matizado do pensamento político moderno de herança ibérica encontrado na América¹¹⁹.

Com base nas idéias jurídicas da época, Abreu e Lima buscava mostrar a origem jurídica do pacto social, em sua ligação do direito civil com o eclesiástico:

“a obrigação, que temos, de sujeitarnos as leys humanas, como condição de todo pacto social, se demonstra com a simples luz da razão; e ninguém poderia resistir as condições de um contracto político sem infringir a ley natural, que nos obriga á acatar a ley civil. Deus não instituiu a Monarquia, nem a Democracia, nem forma alguma do governo, porém, quis que os

¹¹⁷ Não sabemos a que trabalho está se referindo.

¹¹⁸ Ibidem. P. 77.

¹¹⁹ Ver FILHO, Rubens Barboza, Op. Cit. SKINNER, Quentin. Op. Cit

homens obedecessem a ley d'aquella comunidade, a que cada um pertence por nascimento”¹²⁰.

Em relação ao tema, mostrava-se a favor da sucessão hereditária do trono e se posicionava contra a eleição como mecanismo para ocupar cargo central do governo, no qual a “vantagem se achará inteiramente de parte da sucessão hereditária”. O motivo de sua posição residia na estabilidade que o sistema hereditário produzira. Para ele, nas monarquias “electivas as eleições, seja bem ou mal feitas, acarretão muitas vezes tantas calamidades á Nação, que nem ainda os melhores reinados bastão para reparal-as; ao mesmo tempo que nas Monarquias hereditárias se evitão todos estes males”¹²¹. Este argumento era também uma maneira de legitimar suas opiniões referentes às questões políticas brasileiras, uma vez que o trono mantivera a continuidade da monarquia portuguesa e tendia-se a mantê-la com a sucessão de Pedro II.

Todo o trabalho de Abreu e Lima demonstra uma forte influência das idéias provenientes da ilustração, em um momento de transição ao direito moderno de meados do século XIX. Pode-se observar dito ponto de seu pensamento, pois a defesa empreendida aponta suas ligações intelectuais e políticas. Através da argumentação sobre a ordem e da defesa do pacto social, buscava-se manter a dinastia portuguesa e evitar o avanço da descentralização da Regência. Tratava-se das lutas pelo futuro do trono brasileiro.

¹²⁰ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 79.

¹²¹ Idem. P. 80.

CAPÍTULO III

DEFESA DA MONARQUIA E A VISÃO DE ATRASO DO BRASIL NOS ANOS 1830

“La soberanía del pueblo tiene todo su valor y su predomínio en el idioma”.

Domigo Sarmiento¹

O objetivo inicial do *Bosquejo histórico* era combater os projetos dos deputados Ferreira França e Estevão de Carvalho apresentados à câmara que propunham o fim da monarquia, a instalação de um governo republicano e a separação da Igreja brasileira com a romana. Abreu e Lima posicionava-se contra estas idéias e procurou apresentar sua argumentação sobre o porquê da recusa e da impossibilidade de implementação das idéias contidas nos projetos. Para refutar as propostas dos deputados, elaborou uma análise histórica comparativa que buscava as raízes de problemas contemporâneos.

A análise comparada entre a América Ibérica, a América Inglesa, França e Inglaterra é a base por onde se desenvolve a argumentação do trabalho. A reflexão é empreendida a partir de um processo de desenvolvimento histórico de cada país, onde intencionava-se apresentar e avaliar a formação intelectual, política e étnica dos Estados abordados. A produção literária de cada país e seus autores é apresentada e contrastada, assim como a história política.

1. Desvantagens do sistema representativo republicano no Brasil

¹ SARMIENTO, Domingo. “Primera polémica literaria”. *Obras completas*. IN: RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 – 1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

A negação do sistema representativo foi um dos pontos relevantes presente no estudo de Abreu e Lima. Baseando-se no processo de desenvolvimento histórico, procurou analisar as desvantagens que oferecia a política representativa para o Brasil, demonstrando a inviabilidade do sistema a partir das condições materiais, intelectuais e sociais do país na época.

Abreu e Lima analisa o caminho que trilharam a Inglaterra e a França a partir de uma perspectiva de evolução política. Apresenta estes países e seus sistemas políticos considerando a etapa monárquica que passaram antes de estabelecerem um sistema representativo. Segundo ele, “o regimen representativo só tinha vingado sob a monarquia hereditária, depois de uma experiência de quase 120 annos em Inglaterra, e 41 em França”². Os dois países europeus serviam de exemplo por haver instaurado a forma representativa dentro do sistema monárquico e por contar com um longo tempo para o seu desenvolvimento. Este era considerado o modelo a ser seguido: a Europa.

Apesar de considerar o avanço do sistema representativo, fez uma crítica interessante sobre a efetividade da liberdade e a democracia. A crítica à democracia está presente da seguinte maneira: “actualmente supomos que a liberdade nunca existio senão com os governos representativos, sem nos lembrarmos de que nos governos os mais livres tem havido tanto despotismos, como liberdades nos mais absolutos”³. Este posicionamento é bastante crítico e cético a respeito das liberdades alcançadas através do sistema democrático, constantemente relacionadas com a representação política.

A Inglaterra era considerada a nação exemplar para Abreu e Lima e para muitos intelectuais da época. Ao observar a história de outros países, indica a Inglaterra como modelo a seguir: “he pois nas instituições inglezas onde devemos ir beber, como á fonte pura, as doutrinas e máximas do governo representativo”⁴. Em seu trabalho, afirmou seguir as reflexões de pensadores como Montesquieu, Roederer, De Lolme, Cottu e Dupin para

² ABREU E LIMA, J. I. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Nictheroy, Typographia de Rego e Comp., 1835. P. 109.

³ Idem. P. 106.

⁴ Ibidem. P. 105.

legitimar sua opinião sobre o país europeu e seu processo histórico. Considerava o sistema representativo como um risco para o governo e para a nação brasileira e rejeitava a opção da América Hispânica e ainda o apreciado modelo norte-americano. Assim, distanciava-se do modelo republicano que defendera anos atrás.

O exemplo inglês não era apontado apenas pela sua forma de governo. Outro motivo do sucesso era o seu desenvolvimento industrial, em uma época em que o capitalismo acelerava sua expansão. A América Ibérica, de maneira geral, sofrera forte influência econômica inglesa, que estivera ocupando o lugar de hegemonia econômica após a independência⁵. O centro do desenvolvimento do capitalismo era considerado como a referência de civilização a ser implementada na América.

“Promoveo a sua industria, riqueza, poder e ilustração a ponto de ser considerada hoje, como a Nação mais industriosa, mais rica e mais ilustrada do Globo; finalmente, si alguma vez existio um Povo, onde o principio de liberdade tenha sido a base de todas as suas instituições, não he outro povo senão o Povo Inglez”⁶.

Em relação à França, não considerava seu desenvolvimento maior do que o da Inglaterra. Julgava a industrialização do país frente do processo inglês. A França só alcançou considerável industrialização em um segundo momento, em meados do século XIX⁷. Era a rejeição da revolução e da república implementada pela França. O atraso em comparação aos ingleses era considerado resultado das recentes convulsões políticas que havia sofrido o país. Segundo Abreu e Lima, os franceses se encontravam no seguinte estágio:

“A França, pelo contrario, apenas pode diser-se della, que acaba de passar o seo tirocínio; Suas instituições ainda se resentem desse espirito de novidade, que acompanha a todos os actos da inexperiência; a primeira garantia da liberdade política, que he a liberdade de imprensa, apenas se acha plantada”⁸.

⁵ BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico*. Tomo II, 2º volume, 4ª edição. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1978; SKIDMORE, Thomas. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

⁶ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 109.

⁷ HOBBSBAMM, Eric. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

⁸ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 110.

Os Estados Unidos também estavam entre as nações admiradas e de referencial para a outra América. No entanto, em relação ao sistema de governo, o país não era visto como um modelo a ser seguindo. Considerava os Estados Unidos como uma exceção por ser uma república em um momento de circunstância única, e achava que o sistema dos “americanos ingleses” não podia ser imitado no resto da América, onde seu exemplo se havia “tornado uma epidemia”. Esta era a afirmação das diferenças entre a América Inglesa e a América Ibérica⁹.

Em relação à América Ibérica, enxergava com desconfiança a implementação do sistema representativo. Para o autor, apenas duas repúblicas “se tem preservado da guerra civil e da anarquia, (Haiti e Bolívia) só porque se aproximão muito mais da forma monárquica”¹⁰. Essa aproximação consistia em que estes dois países tinham uma carta centralista e adotavam um presidencialismo vitalício e hereditário, assemelhando-se ao sistema monárquico defendido no Brasil¹¹. Esta escolha não era reflexo apenas do momento intelectual, mas havia também um motivo diretamente relacionado ao projeto bolivariano. Segundo Abreu e Lima, “Bolívar no discurso de introdução á Constituição para Bolívia dis, que fora á buscar na constituição de Haiti, a mais democrática de toda a América”.

Em relação ao “progresso democrático”, o trabalho avança sobre o tema esclarecendo certas questões sobre o desenvolvimento humano. Considera ao longo da história ter existido uma separação de “classes”, baseadas nas condições materiais e intelectuais entre os povos. Por afirmar esta divisão em “classes” antagônicas, Gilberto

⁹ GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

¹⁰ A Bolívia era governada na época pelo general Santa Cruz, que saiu das fileiras bolivarianas e que estava consolidando o regime caudilhista no país. Santa cruz sofreu várias tentativas de golpe.

¹¹ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 112. Em nota, reconsidera a questão da Bolívia por haver tomado conhecimento, no *Jornal do Commercio* de 12 de agosto, que a Constituição boliviana foi reformulada, reduzindo o mandato de vitalício para quadrienal. No entanto, não considera que a mudança foi efetiva, pois o presidente continuava o mesmo. Abreu e Lima aponta que escreveu um artigo sobre o assunto e o publicou no *Mensageiro Nictheroyense* de 28 de agosto de 1835, N° 57.

Freyre e Chacon reconheceram no pensamento de Abreu e Lima antecipações socialistas, “pré-marxistas”¹². Segundo Abreu Lima:

“o caráter essencial de todos os Povos tem sido a primazia de certas classes sobre outras menos numerosas ou mais embrutecidas. Eis a razão porque muitos sustentão, que nunca houve uma perfeita Democracia, e que a essência de todos os governos tem consistido dessa Aristocracia material ou intelectual, que sempre tem predominado em todos os paizes. M. Guizot sostem que tal he o caracter dos governos representativos”¹³.

Chacon afirma que a produção de teorias socialistas ocorreu com intelectuais da geração que participaram dos levantes populares europeus e também pernambucanos ocorridos em 1848. A América estava desenvolvendo teorias socialistas semelhantes às produzidas em meados do século XIX na Europa. Outro representante das idéias socialistas no continente foi o mexicano Mariano Otero, que publicou em 1842 o *Ensayo sobre el verdadero estado de la cuestión social y política que se agita en la República mexicana*¹⁴.

Outra idéia que Abreu e Lima coloca é a da representação. Reconhece a importância do sistema representativo, relacionando-o como avanço da liberdade e do pensamento político moderno:

“alguns pretendem, que a introdução do sistema representativo tem de tal modo alterada a politica pratica, que he impossivel calcular-se até que ponto podem chegar as modificações, que se tem feito nas formas antiga, para aperfeiçoar os governos modernos; o sistema representativo tem exercido sem a menor duvida uma feliz influencia sobre o desenvolvimento da liberdade racional”¹⁵.

¹² FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, 1960. CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. P. 109. Em 1855, Abreu e Lima publicou *O Socialismo* em 1855, considerado um dos primeiros livros do gênero na América. ABRAMSON, Pierre-Luc. *Las utopías sociales en América Latina en el siglo XIX*. México: Fondo de cultura económica, 1999. MOREIRA, Aluizio Franco. *As políticas e outras idéias de dois “Quarante-huitards” pernambucanos (Abreu e Lima e Antônio Pedro Figueiredo)*. DFPE. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História. Recife, PE. Dissertação de Mestrado, 1986.

¹³ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 103.

¹⁴ Idem. P. 56. Na década de 1840 em Pernambuco, outros divulgadores destas idéias eram Antônio Pedro de Figueiredo e o francês Louis Léger Vauthier.

¹⁵ Ibidem. P. 102.

O sistema representativo, segundo o autor, só poderia desenvolver-se equilibradamente e sem convulsões políticas se implementado dentro do sistema monárquico. Em busca de esclarecer melhor o assunto, Abreu e Lima considera que houve crise quando se buscou “tanto em uma como em outra qualquer forma de governo, que não fosse a Monarquia, o regimem representativo sofreu uma intermitência, e passou por todos os acessos de uma crise violenta”¹⁶. Este comentário esclarece mais sua posição frente à monarquia e a república, uma vez que as insere dentro de uma conjuntura histórica, onde o progresso se dá em níveis. O salto de um destes níveis políticos e intelectuais levaria ao caminho da revolução e da anarquia, por não respeitar seu estado civilizacional.

De fato, Abreu e Lima considerava importante o avanço do sistema representativo. Argumenta a favor da representação política como um processo de transformação, citando um artigo da *Revista trimestral (Quartely Review)*, “debaixo do titulo destruição e decadencia dáquelles Povos, e provando, que o século presente era um século de transição”¹⁷. Esta passagem é importante, pois basicamente seu argumento toma como referência a idéia da corrida civilizacional a partir de um crescimento *etapista* e do progresso, no qual as nações estavam em um estágio de evolução dado, em uma direção linear e em ascensão¹⁸.

Estes argumentos utilizados por Abreu e Lima indicam a influência das idéias que relacionavam civilização e progresso, segundo as quais sobretudo “civilização” tem um peso especial no vocabulário “romântico” americano do momento. Este pensamento conta como influência com as idéias iluministas dos escoceses Adam Ferguson e Adam Smith, que associavam civilização com os níveis mais elevados do desenvolvimento humano nas obras *Ensaio sobre a história da sociedade civil* (1767) e *A riqueza das nações* (1776)¹⁹. No trabalho de Abreu e Lima, são comuns as referências ao menos aos estudos de Adam Smith.

¹⁶ Ibidem. P. 111.

¹⁷ Ibidem. P. 84.

¹⁸ Mota considera que Abreu e Lima produziu uma interpretação “progressista da História”. MOTA, Carlos Guilherme. “Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850)”, Pp. 197-237. IN: *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500 – 2000)*. São Paulo: SENAC, 2000.

¹⁹ RICUPERO, Bernardo. Op. Cit. Pp. XXV –VI. Na França, este pensamento se desenvolveria apenas após a Revolução Francesa.

A falta de confiança no sistema republicano era tanta que Abreu e Lima desconfiava inclusive de sua perpetuação nos Estados Unidos. O autor aponta o sistema como frágil e chega a considerar que o país passaria em breve por uma crise. A previsão indica uma tendência que de fato ocorreu, se considerada a guerra civil norte-americana. No entanto, sua previsão ia mais longe. O autor do *Bosquejo histórico* apresenta a seguinte análise para a América inglesa, prevendo o conflito causado pelas diferenças entre os Estados do sul e do norte:

“si os Estados-Unidos podessem ainda resistir a duas ou trez crises de eleições para Presidente da União, talvez o seo sistema extraordinario se cossolidasse por muito mais tempo; porém no estado actual da população dáquelle paiz, he quase inevitável uma modificação no sistema geral, ou cisão de território. O termos desta crise não está distante”²⁰.

Embora fosse partidário da representação política de acordo com a conjuntura, Abreu e Lima estava a favor de um trono hereditário e não eletivo, novamente pendendo para o lado dos integrantes mais conservadores dos Caramuru²¹. O terceiro artigo do projeto do deputado Ferreira França, contra o qual ele se posicionou e que previa a eleição de dois em dois anos, foi considerado um “disparate e de absurdos” e que o deputado sofria de “desarranjo mental”²².

Um dos argumentos que apresentou na discussão, para mostrar a inadequação do sistema bienal era de ordem prática. Segundo ele, não seria possível “conceber-se na vasta extensão do Brasil uma eleição bienal para chefe de Estado”. Considerava isto sobretudo naquele momento da Regência, quando as guerras civis estouravam por todo o país, em que “tudo se dificulta por falta de unidade na acção do governo, onde todas as molas se tem

²⁰ Ibidem. P. 110. Ricupero aponta que Torres Homem também considerou em seu artigo as diferenças entre o sul e o norte dos Estados Unidos. Esta tendência seria influência das idéias de Gustave de Beaumont e de Aléxis de Tocqueville. IN: RICUPERO, Bernardo. Op. Cit. P. 93.

²¹ Ver a heterogeneidade dos grupos que foram formados e suas correntes distintas. MOREL, Marcos. MOREL, Marcos. “Restaurar, Fracionar e Regenerar a nação: o Partido Caramuru nos anos 30”. Pp. 407-430. IN: ISTVÁN, Jancsó (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: hucitec; Ed.Unijuí; Fapesp, 2003.

²² ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 36.

debilitada á titulo de exigências locais”²³. Era a critica ao governo e o reconhecimento das diferenças entre as partes do império, com suas comunidades e identidades locais²⁴.

Abreu e Lima lembra que naquela época estavam passando por dificuldades com a eleição do Regente ocorrida em 1834, da qual ainda não se havia concluído a apuração dos votos. Previa que “a fins de julho ainda não haverá eleição completa, isto he, não terá chegado à Capital a totalidade das actas eleitoraes”²⁵, quatro meses após a realização da eleição geral ocorrida em cada província do império. O argumento era consistente quanto à inviabilidade prática da proposta do deputado.

Estes não eram os únicos problemas técnicos encontrados na proposta. Havia ainda questões referentes ao funcionamento da representação do parlamento e da governabilidade em mandatos de apenas dois anos. Observa que:

“um chefe de Poder Executivo bienal, escolhido por eleitores quatrienais, com uma Câmara temporária tão bem quatrienal, e com um senado vitalicio, pode conceber-se de boa fé um absurdo semelhante? Com que os mesmos eleitores terão de fazer duas distinctas eleições para Chefe da Nação? (...) como poderia existir um Executivo de tão curta duração”²⁶.

O general estava argumentando a favor da centralização do poder, contra o enfraquecimento do Executivo. Usava como exemplos os mandatos dos governos nos demais países da América, onde o Haiti e a Bolívia contavam com chefes vitalícios; a Colômbia possuía um chefe eleito cada oito anos, sem reeleição; os Estados Unidos, o México, a Guatemala, o Peru e o Chile elegiam seus chefes por quatro anos, com direito a reeleição²⁷.

A dinâmica e as transformações dos sistemas de governo na História eram a base de seu argumento. Considerava relevante a conjuntura na qual as diversas formas estiveram

²³ Idem. P. 37.

²⁴ PIMENTA, João Paulo Garrido. “Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano”. IN: *almanack brasiliense* nº. 3, maio de 2006. <http://www.almanack.usp.br.20/05/2006>.

²⁵ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 37.

²⁶ Ibidem. P. 36.

²⁷ Ibidem. P. 37.

presentes em cada país. A mudança gradual era aceita, mas a revolução não. Fazia-se presente a influência da Grã Colômbia e da França de 1830. A gradação da mudança, de acordo com as condições materiais e intelectuais, era esperada e observada na análise do estudo. Seguindo estas idéias:

“As revoluções políticas devem fazer-se por gradações; seus efeitos são mais salutares e duradouros, quando são calculados pelo estado em que se acha o Povo, que as emprenhe; ao passo que, franqueando a barreira da capacidade nacional, (estado intelectual de uma Nação), o resultado será retrogrado para começar de novo, como sucedeo á França com a sua espantosa revolução”²⁸.

O cenário acima apresentado foi o que havia ocorrido na América Hispânica quando se implementara a República e tivera lugar a guerra civil: “isto he cabalmente o que sucedeo, e esta acontecendo na América do Sul, depois das idéas exageradas que ali se tem propagado”. É interessante contrastar dita declaração com as afirmações encontradas no *Resumen histórico*, escrito na Grã Colômbia, tão fiel à República. Neste comentário, o que se percebe é a diferença das idéias políticas em transição. A condição intelectual americana era considerada incompatível com o sistema republicano.

A rejeição do caminho tomado pelas repúblicas hispano-americanas está amplamente presente no pensamento de Abreu e Lima. O fato de haver participado das lutas naquela região não o diferenciou dos compatriotas brasileiros que reforçaram as diferenças entre as duas Américas. As experiências vividas no exterior, com o projeto autônomo vitorioso e com alguns de seus antigos rivais no poder, podem haver contribuído à visão negativa da república que é apresentada no texto. Esta tendência historiográfica terá ampla difusão em um dos principais órgãos ocupados em pensar o Brasil como nação e de criar uma identidade nacional: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro²⁹.

²⁸ Ibidem. P. 60.

²⁹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional” Pp. 5-27. IN: *Estudos Históricos 1. Caminhos da Historiografia*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988. PIMENTA, João Paulo Garrido. Op. Cit.

A observação de Abreu e Lima era baseada na história recente dos países sul-americanos, que começavam a se restabelecer das guerras civis ocorridas durante as lutas de emancipação. A sua visão é clara quanto ao caminho e resultado da experiência hispano-americana:

“As duas únicas Republicas americanas (Haiti e Bolívia), além dos Estados-Unidos, que se tem conservado em paz, são aquelles, que tem respeitado o seu primeiro pacto social; as de mais como Mexico, Guatemala, Colômbia, Peru, Chili, e Buenos Aires apemas contão um momento de liberdade entre annos de despotismo. He acaso este o exemplo, que devemos imitar?”³⁰.

Em seus estudos, posiciona-se de uma maneira bastante crítica aos rumos tomados pelas repúblicas americanas, onde eram destacados os desrespeitos constitucionais, as guerras civis e os períodos de interrupção democrática.

O pensamento descrito mostra as marcas que deixaram as experiências vividas na América Andina. As principais causas das guerras civis no continente estavam ligadas ao modelo republicano, que não era forte o suficiente para centralizar o governo e não permitir que as disputas internas dos países os levassem à desordem e à ingovernabilidade. República, no caso, era quase sinônimo de revolução. Esta leitura sobre a América Hispânica permanecerá na historiografia brasileira durante todo o século XIX e terá fortes influências ainda no século XX³¹.

2. A República e os povos americanos

Na análise que Abreu e Lima desenvolveu sobre os países americanos, assume-se como ponto principal de comparação em relação à corrida ao progresso da civilização, a formação étnica e cultural das populações. A obra que se comenta propõe-se fazer uma análise do que chama de “todos os elementos constitutivos dos diferentes Povos

³⁰ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 23.

³¹ DIEHL. Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: dos IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

Americanos”³². De acordo com sua origem e processo histórico de formação, os países eram analisados e comparados, atestando o estado intelectual de cada povo e seus avanços em direção à democracia através do sistema político e de governo. Esta não foi apenas uma visão do Brasil, mas também da condição intelectual da América naquela época.

A análise era essencial em um momento que as elites de diversos países iniciavam o debate relacionado com a busca de identidade e de formação das Nações. Apesar de trabalhar mais com a idéia de formação da população e pouco com a idéia de “povo”, o termo aparece constantemente em seu trabalho. O povo era considerado a base para a constituição do projeto do estado nacional. Esta base, para Abreu e Lima, era essencial na hora de entender as questões referentes ao desenvolvimento do direito natural e moderno, no qual o reconhecimento da liberdade, ou seja, de cidadãos com direitos iguais, é central. Dito argumento que fazia sentido especialmente no Brasil, onde a escravidão ainda contrariava a liberdade de grande parte da população em seu território.

A sua visão era fundamentalmente influenciada pelas idéias européias acerca do estado e composição da América, herdeiras das teorias negativas de Montesquieu, Buffon e De Pawn³³. Tal influência não o impedia de encontrar características positivas na população pré-colombiana. Amparado em Humboldt, exaltava a grandeza e diversidade brasileira. A importância da constituição biológica e cultural de cada país foi central em seu estudo. Apesar de não entrar em discussões teóricas diretas, não deixa de refletir em seu pensamento um alinhamento com a negatividade que representava o homem da América, o negro e o mestiço.

A idéia de uma América “inferior”, expressada principalmente através das características tanto da natureza quanto de seus habitantes, estava presente em suas

³² ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 44.

³³ GERBI, Antonello. Op. Cit. Um dos mais influentes pensadores da segunda metade do século XIX, Charles Darwin, em sua viagem exploratória em 1836, faz o seguinte comentário sobre Recife: “a cidade é por toda parte detestável, as ruas estreitas, mal calçadas e imundas; as casas, altas e lúgubres”. DARWIN, Charles. “Diário das investigações sobre História durante a viagem ao redor do Mundo pelo navio de Sua Majestade ‘Beagle’, sob o comando de capt. Fitz Roy”. Nova Edição, 1871. Apud: MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas. *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: FUNDAJ, Editora Massanaga, 1992. P. 165.

análises. Não era baseada apenas na questão biológica, mas apontava para o controle da técnica e da natureza pelo homem e contém também a idéia da “infantilidade” do continente e de sua população:

“em meio dessa vigorosa vegetação todos os nossos artigos de gosto são inferiores aos que produz a Europa; hortas e pomares, ainda exóticos, são infinitamente superiores ali, devido tudo ao cultivo e modo de estrumar a terra; o que prova demasiado o nosso estado de infância, e a insuficiência da simples natureza”³⁴.

A discussão sobre a origem da nação encontra uma continuidade no que seria a nação e seu povo. A questão da democracia e de seu processo de formação está relacionada à constituição física da população. A relação deste povo, povos ou comunidades, com a nação, ocorria quando, através do direito natural e no pacto social, procurava-se estabelecer a igualdade entre os homens em nome da soberania nacional³⁵. Esta igualdade seria medida por Abreu e Lima considerando tanto as leis do país analisado, como também a formação étnica deste e a presença ou não da escravidão.

O Brasil, assim como os demais países americanos, teve sua população classificada por Abreu e Lima. Sua heterogeneidade é considerada um aspecto negativo que coloca o país em atraso em relação à América e à Europa³⁶. No entanto, este não era o único argumento em relação à formação de sua população que ligava o Brasil ao atraso. O outro argumento era a origem cultural dos colonos brasileiros: os portugueses.

No texto, está bastante presente a afirmação da própria identidade frente à rejeição da identidade estrangeira, sobretudo a relacionada à metrópole colonizadora; no caso do Brasil, Portugal³⁷. O “anti-lusitanismo” está presente e é defendido no trabalho. Abreu e Lima reafirma esta idéia no seguinte comentário sobre a origem dos brasileiros: “sendo nós

³⁴ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 59.

³⁵ GUERRA, François-Xavier. *Modernidade e independências sobre las revoluciones hispánicas*. Fondo de Cultura Económica, Editorial Mapfre: México – DF, 1993. Op. Cit; KNIGHT, Alan. “Pueblo, política y nación, siglos XIX y XX”. IN: MESA, Luís Javier Ortiz; URÁN, Victor Manuel Uribe (orgs). *Naciones, gentes y territorios. Ensayos de historia e historiografía comparada de América Latina y el Caribe*. Editorial Universidad de Antioquia. Universidade Nacional de Colômbia, 2000

³⁶ A idéia da mestiçagem passa a ser considerada positiva, pois previa o “embranquecimento” do país, apenas a partir da na metade do século XIX, com o movimento romântico.

³⁷ Ver KNIGHT, Alan. Op. Cit.

descendentes do portugueses, éramos por isso mesmo o Povo mais ignorante do Continente americano”³⁸. Estas palavras deixam claro o lugar da herança portuguesa e o estado atual do Brasil para seu autor.

Não apenas o anti-lusitanismo, mas também a idéia da degeneração do povo brasileiro, se fazem presentes no pensamento do pernambucano. Qualifica o estado da população branca seguindo a idéia da degeneração antropológica que, segundo seu critério, acontecia no continente: “he forçoso reconhecer o que somos, para não despedaçar-mos contra os escolhos que temos diante; somos Portugueses, porém já degenerados”³⁹. Tratava-se da visão do homem americano influenciado pelo clima, pela natureza, pela miscigenação, que se refletiam em seu estado intelectual.⁴⁰

A visão de Abreu e Lima quanto à distinção da formação da América Ibérica e a Inglesa aparece quando busca valorizar o continente. Ao analisar o povoamento dos Estados Unidos por colonos “religiosos” e “organizados”, considerado diferente em sua natureza e origem do ocorrido na América Ibérica, contestava a idéia negativa acerca da América defendida pelo Abade Raynal, segundo a qual fora povoada apenas por indesejáveis provenientes da Europa. Refutava a versão da colonização por “degredados e bandidos” e afirmava que a prática, que viera apenas no século XVII, ocorrera de diferentes maneiras no continente⁴¹.

Assim como o seriam para Sarmiento em seu livro “Barbarie y civilización”, para nosso autor os Estados Unidos eram o país mais avançado naquele momento na América. Seu argumento novamente se aproximava do etnocentrismo europeu, segundo o qual a população branca era considerada com modelo. Os Estados Unidos, por possuírem uma população homogênea de origem anglo-saxã, onde “5/6 são perfeitamente homogêneos, sem mescla de classes distintas”, era o modelo ideal.

³⁸ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 111.

³⁹ Idem. P. 60.

⁴⁰ GERBI. Antonello. Op. Cit.

⁴¹ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 39.

Apontava que o censo de 1830 indicara que apenas 1/6 da população dos Estados Unidos era escrava. Estas características haviam possibilitado que o país se desenvolvesse e progredisse rumo à “civilização”. A origem do sistema republicano estava relacionada diretamente com a colonização do país, confirmando uma capacidade possibilitada pela sua origem “genealógica” e cultural inglesa. O autor afirma que “nenhum outro Povo americano se achou nas mesmas circunstâncias para adotar um sistema análogo”, isso devido à sua “colonização inglesa” e à homogeneidade populacional⁴².

Em seu livro apresenta idéias que se aproximam da análise de Knight, em que são apontados os vários eixos pelos quais se desenvolveram as idéias de Nação, Nacionalismo e Identidade. Entre as teorias que discutem as diferentes possibilidades de observar a formação das nações através de traços culturais ou étnicos, encontra-se uma de origem racial, mais apegada à gênese ancestral e étnica dos Estados; e outra, mais moderna, ligada às imigrações européias à América, como também a características culturais e econômicas dos colonizadores. Por esta se inclina a argumentação de Abreu e Lima em relação aos países abordados⁴³, ao analisar os povos e suas potencialidades a partir de sua formação étnica e cultural.

Os Estados Unidos teriam um povo valioso para o autor, onde afirmava: “que paiz no mundo foi jamais povoado desta maneira singular? Onde se vio tanta moralidade, tanto amor á Ordem, tantas virtudes reunidas em homens, que fugião da desordem da guerra civil?”⁴⁴. O progresso norte-americano era exaltado tanto em sua origem, quanto pela ausência das guerras civis que ocorriam na América Hispânica. Observando esta perspectiva, encontrava aqui a base na moralidade própria do país, que contribuía à ordem.

Dita moralidade estava relacionada à questão da religião, cuja presença, em sua análise, estava diretamente ligada ao desenvolvimento do país⁴⁵. Uma observação que merece destaque é aquela que considerava que “a educação d`aquelle Povo correspondia á

⁴² Idem. P. 39. Abreu e Lima já havia estado duas vezes nos Estados Unidos, em 1818 e em 1832.

⁴³ KNIGHT, Alan. Op. Cit.

⁴⁴ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 42.

⁴⁵ Em um momento posterior no livro, quando analisa o Segundo Projeto, apresenta uma origem negativa em relação ao protestantismo.

austeridade de seus princípios religiosos; a ilustração não se achava mui divulgada quando os Estados-Unidos se emanciparão”⁴⁶. Este segmento aponta para a intrincada relação entre civilização e religião, em que a idéia de civilização no sul do continente estava ligada à cristianização do indígena.

Sobre a América Ibérica, Abreu e Lima elegeu analisar e fazer comparações principalmente em relação à Colômbia e ao México. Estes países foram selecionados como objetos de estudo por ser considerados “nações mais consideráveis, tanto pela sua população, como seus feitos e riquezas”. O anterior comentário supõe o reconhecimento de um Estado da época ligado à sua “origem” étnica, como nação de origem “primordial”, baseando-se nos antigos impérios indígenas⁴⁷, a partir dos quais o avanço é considerado um traço de continuidade.

Em relação à população destes dois países andinos, Abreu e Lima encontrou sua origem positiva no “passado glorioso dos *Incas* (sic)”. Procurou legitimar seus argumentos com a obra de Humbolt sobre a região, que havia estado na “Venezuela, Nova Granada e Quito, de haver visto o Orinoco e Rio Negro, passou ao Peru (...) depois seguiu a Nova Espanha”. Segundo Abreu e Lima, “admirado Humbolt da progressiva ilustração do México, tratou de averiguar as suas causas, e as achou fundadas na primitiva civilização do Povo indígena”. Outro aspecto considerado para reconhecer o progresso mexicano era a baixa presença de população escrava, pois o país contava com apenas 1/17 da população total nesse estado⁴⁸.

No caso do México, também reconhecia uma referência positiva no que diz respeito ao seu passado pré-colombiano. Recorrendo ao trabalho de Humbolt, relembra os empreendimentos arquitetônicos antigos:

"em México existião homens de um saber imenso: os monumentos coloniaes, de que fala Humbolt em suas antiguidades e monumentos dos Andes, os Teocals, as Estatuas, Canaes, Caminhos e estradas, que ainda

⁴⁶ Idem. P. 42.

⁴⁷ KNIGHT, Alan. Op. Cit.

⁴⁸ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 45.

hoje admira o viajante, dão do México a idea do Povo mais culto e mais antigo do nosso Continente”⁴⁹.

Este comentário chama a atenção pela característica que deu aos astecas. Ao chamá-los de “povo mais culto e antigo do México”, está atribuindo-lhes uma característica pertencente à civilização: a cultura. Embora reconhecesse e considerasse relevante o avanço da civilização pré-colombina antes da colonização, não lhe concedia o mesmo grau de importância no presente da enunciação, o século XIX. Segundo ele, comentando sobre o Peru: “hoje devemos confessar, que a raça dos Incas tem perdido toda a sua energia, e se acha sumamente degradada e abatida”⁵⁰. Considerava que o passado de avanço havia dado lugar à degeneração da raça, mostrando seu alinhamento com a idéia de inferioridade do continente americano e dos indígenas.⁵¹

Em relação à Venezuela e à Nova Granada, em 1823 afirmava que o censo contara uma população de 2.700.000 de habitantes, dos quais 300 mil eram escravos, o que equivalia a apenas 1/9 da população. Este fato era bastante positivo na opinião de Abreu e Lima, pois, além de apresentar uma parcela relativamente pequena da população de cativos africanos e seus descendentes, que assim também expressavam uma baixa quantidade de mão-de-obra escrava⁵².

Um dos objetivos do *Bosquejo histórico* era empreender uma análise “actual” da população do Brasil. Logo no início, lamenta a falta de dados e o fato de não poder usar autores brasileiros e ter que recorrer a estrangeiros, por não haver trabalhos sobre o assunto. De acordo com o autor, “Difícilmente cousa por certo he determinar a nossa população, tendo desgraçadamente que ocorrer á estrangeiros”. Considera que os trabalhos que havia eram negativos e comenta que alguns dos autores destes estudos “valia mais, que nunca se tivessem ocupado de nós, como por exemplo Beauchamp, Henderson, Purdy, Lindley e outros deste teor, cujas produções só servem para dar uma triste idea do paiz”⁵³. Muitos

⁴⁹ Ibidem. P. 45.

⁵⁰ Ibidem. P. 45. Grifo nosso.

⁵¹ GERBI, ANTONELLO. Op. Cit.

⁵² ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 46.

⁵³ Idem. P. 47. No episódio de seu encontro com Henderson na Grã Colômbia, onde analisou o trabalho de história do inglês, criticou a abordagem que o estudo oferecia sobre a população brasileira. Ver capítulo 1.

destes autores apresentavam uma visão destoante da defendida pela elite intelectual brasileira a respeito de sua população, heterogênea, apresentando um descompasso com o projeto civilizacional.

A sua análise sobre a população também indica esta heterogeneidade. Apresenta estatísticas quanto ao número de habitantes e à proporção das “raças”. No entanto, trata-se de uma aproximação, pois a carência de fontes supunha uma importante dificuldade em relação ao estudo sobre o Brasil. Poucos levantamentos haviam sido feitos relativamente à população do país. Em palavras do Abade Correa da Serra, português que viveu por muito tempo nos EUA e que constatava a falta de censos sobre o país, “não há mais de um só produto, que possa oferecer resultados positivos a saber o de 1797 a 1798”⁵⁴.

Aproveitando os dados existentes, apresentou o estado da população do Brasil em 1776, composta por em torno de 1.500.000 “almas”. O censo não abarcava toda a população, os “menores de 10 anos não estavam em suas listas, nem tão pouco os Índios reduzidos, porém ainda não batizados”⁵⁵. O comentário demonstra a importância dada aos registros das paróquias, que eram importantes fontes de informação sobre a população, além do fato de que o rito do batismo elevava o indígena à posição de cidadão. O censo de 1798 contaria 3.000.000 de habitantes, dos quais metade eram escravos. Em 1809, Humbolt estimava em 4.000.000 o número de habitantes no país. Para o período em que se escrevia o trabalho, Abreu e Lima, dada a dificuldade da tarefa de precisar a população, considera mais verossímil a cifra de Balbi, que estimava um total de 4.110.000 habitantes e constatava a forte divisão da população brasileira, pois entre eles se calculava a existência de 2.100.000 escravos.

Uma das referências importantes que apresentava Abreu e Lima para contrastar o grau de avanço entre os países era a presença da escravidão. Este item envolvia aspectos jurídicos relacionados com aspectos democráticos. Para Abreu e Lima, a escravidão era incompatível com o sistema democrático moderno: “não pode haver liberdade política sem

⁵⁴ Ibidem. P. 48.

⁵⁵ O batismo era essencial para a transformação do indígena em elemento civilizado, pois civilização e cristianização eram palavras que estavam relacionadas.

liberdade civil e religiosa (...) o direito de um homem sobre a liberdade individual de outro he irrito, não só porque é injusto, senão porque he absurdo”⁵⁶. Era a campanha do general contra a escravidão.

Posicionou-se a favor do fim da escravidão negra no país, considerando-a um ato contrario à tendência da política democrática. Não é difícil indicar sua contrariedade ao sistema escravagista. Sua vivência na América Andina deve haver influenciado em sua opinião, pois lá ocorrera a abolição ainda durante os anos de guerra de emancipação e da guerra civil. A aproximação de seu pensamento com o de Bolívar reforça este aspecto em favor da emancipação dos negros no Brasil.

A questão da escravidão era considerada essencial por Abreu e Lima para estabelecer o “ranking” civilizacional. Neste aspecto, os Estados Unidos e as repúblicas hispano-americanas estavam mais avançadas do que o Brasil. Na Colômbia, havia sido sancionada em 1821 a Lei do Ventre Livre, “uma religiosidade admiravel e digna de imitar-se”⁵⁷, afirmação que talvez indicasse a necessidade de um processo gradual para acabar com a escravidão. A garantia de liberdade ao escravo é expressada valorizando a situação dos países vizinhos quanto à escravidão. Ao indicar o caminho a percorrer, destaca a Constituição da Bolívia, que, “sancionando a liberdade dos escravos, tocou o complemento dos direitos naturaes, civis e políticos do homem; estabeleceu de facto o santo dogma da igualdade”⁵⁸.

Apesar de ser partidário da emancipação do negro no Brasil, não considerava que o país, nem mesmo a América, estivessem caminhando em breve para um desfecho da escravidão. Relacionando liberdade civil e política, demonstra seu pessimismo, ou realismo, quanto ao fim do sistema:

“De tudo quanto temos dito, poderemos deduzir duas cousas: 1ª que a emancipação dos escravos, ou a liberdade civil da América he de

⁵⁶ Ibidem. P. 52.

⁵⁷ Ibidem. P. 50. Sobre alguns países, considerou que as “Republicas do Peru, de Chili e de Buenos Ayres são tão insignificantes em questão à escravatura”; por isso não os abordou.

⁵⁸ Ibidem. P. 52.

impossibilidade absoluta por muitos annos, principalmente no Brasil: 2º que sem a liberdade civil não poderemos aspirar ao complemento da liberdade política”⁵⁹.

Ao criticar a escravidão e o estado atual do Brasil, faz também o seguinte comentário: “é acaso em um país onde os cidadãos resistem a todos os meios legais de destruir o flagelo da escravidão⁶⁰”. Apóia-se no princípio do pacto social e da igualdade entre seus cidadãos, segundo o qual para se formar uma nação era necessário o exercício da liberdade⁶¹. Com a escravidão, este exercício estava privado de funcionamento e, por consequência, dava-se a impossibilidade da manutenção do Estado.

Comparando a Colômbia com o Brasil, Abreu e Lima considera que o primeiro se encontra mais avançado do que o segundo pelo fato de haver iniciado um processo em direção à abolição da escravidão negra. De acordo com sua idéia, na Colômbia:

“[o] povo marcha para a perfeição da liberdade política, sancionando a liberdade civil, que he a primeira e a mais grata de todas as liberdade, porém nós perguntamos agora a todos os demagogos do Brasil ¿o que se pratica com a nossa parte da população em Colômbia, poderia acaso verificar-se, quando se trata da metade de um povo agrícola, cujos produtos são todos devidos á braços cativos?”⁶².

Apresenta, assim, seu posicionamento sobre o fim imediato do sistema escravocrata. Confirma sua recusa ao sistema de escravidão exaltando o avançado estágio político em que a Colômbia estava em relação ao Brasil, mas também aponta a “necessidade” econômica de manter a escravidão que o país padecia.

Há um trecho sobre a abolição da escravidão em que as idéias de Abreu e Lima são explicitadas de acordo com o pensamento de Humbolt sobre o tema, considerado um absurdo tal sistema. No entanto, parece concordar com a impossibilidade de se decretar a abolição naquele momento no Brasil. Esta visão está de acordo com as idéias econômicas

⁵⁹ Ibidem. P. 54.

⁶⁰ Ibidem. P. 54.

⁶¹ GUERRA, François-Xavier Guerra. Op. Cit. P.330.

⁶² ABREU E LIMA, J. I. OP. Cit. P. 50. A Colômbia aboliu a escravidão apenas em 1848.

relacionadas à mão-de-obra escrava, segundo as quais o país iria à ruína com o fim do sistema. Segue o trecho:

“O Brasil, nação agrícola, cujos capitaes estão redusidos ás terras e á escravos, funda a sua existência actual na sua industria rural; por conseqüência, a prosperidade, o bem estar, a vida mesma da Sociedade depende dos escravos; o seu numero he imenso, seo valor assombroso; apenas haverá um homem livre, que não possa considerar-se senhor de dous cativos. A liberdade civil seria pois a morte política do Brasil, seria o ataque mais pernicioso contra a propriedade; seria finalmente a destruição do Estado. Agora perguntamos he um Povo que funda sua existência sobre base tão incerta de direito e justiça, pode, sem temor precipitar-se em um abismo”⁶³.

Apesar de haver convivido com o fim da escravidão na América Andina e ser partidário da supressão de tal forma de trabalho no Brasil, não deixava de participar do pensamento mais difundido na população brasileira. A elite da época considerava que poderia existir um forte choque econômico no país com o fim do trabalho escravo. A relação do Estado com o sistema era super valorizada por Abreu e Lima, que enxergava o “fim do Estado” com a supressão do trabalho escravo. O uso do termo “demagogos” parece sugerir que tenha entrado em conflito com alguns abolicionistas mais exaltados.

A abolição estava implicada com diversas questões, entre as quais se encontravam problemas econômicos, políticos e culturais. O Brasil havia se erguido sobre o uso da mão-de-obra escrava e era dependente desta, fato que era criticado na obra. Em relação à política, o sistema representativo não poderia obter sucesso pela existência da escravidão e pela população heterogênea e conflitante do Brasil.

Sobre o relacionamento da estrutura escravista agro-exportadora com as idéias liberais, Lucia Maria Paschoal Guimarães apresenta algumas reflexões. De acordo com a autora, com a conquista da independência na América Portuguesa, as pessoas que chegaram ao poder provinham de grupos sociais ligados à propriedade da terra e à agro-exportação dependente do trabalho escravo. Assim, dentro desta estrutura, o discurso liberal se constituiu apresentando suas especificidades. Em relação à emancipação política

⁶³ Idem. P. 54.

administrativa, foi revolucionário, mas, quanto à ordem interna vigente da estrutura social, foi conservador. Essa ambigüidade discurso-prática teria sido um dos motivos da instabilidade, sobretudo na primeira metade da Regência⁶⁴.

O trabalho escravo entrava em contraste com as idéias de civilização. Sua herança étnica e cultural resultava essencial para entender o caminho histórico percorrido por cada nação. A escravidão era, sobretudo, um problema rumo à civilização, uma vez que chocava com as idéias liberais vindas da Europa que sopravam sobre o ocidente, além da urgência inglesa para acabar com o tráfico. Segundo a tese de Abreu e Lima, devido às suas influências negativas na vida política e econômica, a escravidão representa o maior motivo para o atraso do Brasil, país com alto número de escravos.

O seguinte quadro ilustra o dito:

	POPULAÇÃO LIVRE	POPULAÇÃO ES CRAVA	POPULAÇÃO ABSOLUTA	ES CRAVOS PROPORÇÃO
BRASIL	2.250.000	2.250.000	4.500.000	1/2
ESTADOS UNIDOS	1.979.475	659.825	2.639.300	1/4
COLÔMBIA	2.400.000	300.000	2.700.000	1/9
MÉXICO	6.400.000	400.000	6.800.000	1/17

Quadro comparativo montado por Abreu e Lima⁶⁵.

Com uma população erigida sobre a base das diferenças, a divisão se assentava no mesmo seio da “nação” brasileira. A cisão observada aponta para um dos interesses, ou necessidades, que o momento demandava: a criação de um povo unido, de “rasgos comunes”, que, a partir da constatação e produção de elementos constitutivos comuns,

⁶⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Liberalismo Moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837)”. Pp. 103-126. IN: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (org). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

⁶⁵ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 50.

usaria destes como suporte à formação da nação⁶⁶. Abreu e Lima aponta que a principal divisão da população brasileira a deixava “dividida em duas partes iguais (...) isto he, pessoas livres e pessoas escravas”, “que somos todos inimigos, e rivaes um dos outros, na proporção de nossas respectivas classes”. Acrescenta ainda um comentário que reforça o alinhamento com as idéias etnocêntricas, tão comuns à época: “feliz de nós si esta parte livre fosse homogênea”. Além desta divisão principal, havia também uma subdivisão indicada no *Bosquejo histórico*, que dá lugar à seguinte classificação: “negros livres, mulatos livres, brancos natos e brancos adoptivos= sem contar com os Índios (que ainda formão uma quinta família) por ser uma classe inerte, e de nenhum peso político”⁶⁷. Assim era a situação brasileira.

Esta indicação era essencial para as comparações. Ao comparar o Brasil com os Estados Unidos, onde “5/6 são perfeitamente homogêneos, sem mescla de classes distintas”, reconhecia a superioridade da sociedade norte-americana. A heterogeneidade da população levou a um estado em que todos eram rivais e adversários uns dos outros. Concluiu que aqui “onde as leis são ineficazes para menorar o mal” não se podia implementar uma república, e que as “nossas reformas deviam se fazer com lentidão e com tino”.

Para o autor, “nós outros não temos um só termo de comparação com aquelle paiz”. A comparação era mais ampla, pois “[estávamos] infinitamente mais atrasados do que os Estados-Unidos, quando emprehenderão a sua emancipação política?”⁶⁸. A existência da escravidão no país não parece ser empecilho ao seu argumento, uma vez que o número era reduzido. A idéia de que a América inglesa era uma exceção dentro do continente estava presente e respaldada.

Argumentando contra uma possível implementação da república no Brasil, considerava um obstáculo as grandes diferenças sociais encontradas no país. Abreu e Lima

⁶⁶ KÖNIG, Hans-Joachim. “Nacionalismo: un problema específico de la investigación histórica de procesos de desarrollo”. IN: MESA, Luís Javier Ortiz; URÁN, Victor Manuel Uribe (orgs). Op. Cit.

⁶⁷ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 56.

⁶⁸ Ibidem. Pp. 113 e 61. Neste comentário, entende-se que o maior peso da questão racial estava centrado na mescla populacional, e não na questão da liberdade e desigualdade jurídica argumentada anteriormente.

chama a atenção para um fato que confirmava a importância da monarquia. Em uma análise da região sul-americana, aponta a unidade territorial brasileira mantida intacta. O autor considera:

“crível, que nos tenhamos preservado até hoje da guerra civil, e que ainda permaneçamos unidos á despeito desse espírito de localidade, que parece ameaçar a nossa União? De que modo milagroso temos nós escapado da anarquia, quando todos os nossos vizinhos, mais ou menos, tem sido acometido por esse monstro devorador; elles que estavam mais adiantados na carreira da civilização”⁶⁹.

Abreu e Lima não nega a mudança de sistema definitivamente para o país, porém considera que o momento ainda não era propício. Na escalada do progresso, o Brasil estava muito atrás dos países desenvolvidos, entre os quais até os “mais desenvolvidos” tiveram problemas com as mudanças. Lembra que os brasileiros não eram “Norte-Americanos, nem ingleses, nem Franceses; estamos, he certo, em estado de receber modificações, porque residimos em um Século de transição, porem somos muito fracos para fazer um salto mortal (...) isto he o que está acontecendo com as Republicas americanas”⁷⁰.

De acordo com a análise apresentada por Abreu e Lima, a sua visão só poderia ser negativa. Dadas as necessidades e características básicas exigidas para a edificação da Nação, do Estado e do povo, de acordo com a idéia eurocêntrica de civilização, o Brasil só poderia estar bastante atrasado. O número de escravos era o maior no continente, e, quiçá, no mundo; o povo era heterogêneo, dividido em “classes”, miscigenado, e boa parte dele, ainda não catequizado. Nem sequer o componente branco salvava, pois os brasileiros eram herdeiros dos portugueses.

3. O estado intelectual: da herança ibérica à literatura nacional

O estado dos países foi analisado considerando a produção de cada povo abordado, a presença de instituições de ensino em cada território e as expedições européias ocorridas

⁶⁹ Ibidem. P. 111.

⁷⁰ Ibidem. P. 127.

na primeira metade do XIX. Estas preocupações apontam para a “nacionalização” do pensamento americano e expressam o valor dado ao “nacionalismo cultural”⁷¹ em um processo identitário, necessário à formação da nação.

Nelson Werneck Sodré, ao abordar o início da historiografia no país e buscar as bases dos primeiros esforços da construção da literatura nacional, indica uma linha de desenvolvimento que se inicia em meados do século. De acordo com o autor, a “história literária e o esboço de crítica já surgiram com o ensaio de Gonçalves de Magalhães, prosseguindo com o trabalho de Abreu e Lima, mas é com Francisco de Adolfo de Varnhagen, na introdução ao *Florilégio da Poesia Brasileira*”⁷². Este último trabalho foi publicado apenas em 1850, em Lisboa. Sobre a questão da identidade literária, é sintomático como Abreu e Lima é constantemente relacionado aos primeiros passos da literatura do país na primeira metade do XIX.

A idéia da continuidade cultural brasileira com Portugal está presente no trabalho, apontando as causas do atraso brasileiro serem derivadas da herança intelectual e da colonização. As reflexões em relação à literatura do país não eram positivas. Entre as causas do negativo da situação, encontravam-se a herança portuguesa, a escassez de obras literárias e a fraca estrutura educacional do país. Esta diferença aumenta com as comparações feitas com a América Hispânica, que possuía uma tradição literária e universitária européia, e se via reforçada com a comparação das duas metrópoles ibéricas.

A respeito do contraste entre o Brasil e as ex-colônias espanholas, “nos achávamos em grande distancia, porque não tínhamos a ventagem d’aquelle sistema colonial; os espanhoes muito mais ilustrados que os Portugueses, possuem uma vasta literatura, senão a mais rica, pelo menos a mais antiga da Europa”. A literatura espanhola para Abreu e Lima reafirmava seu valor quando eram encontrados ingleses e franceses que buscavam “beber na fonte pura dos espanhoes”, como era o caso dos trabalhos indicados sobre as Antilhas e

⁷¹ Ver Knight, Alan. Op. Cit.

⁷² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960. P. 210.

a Costa do Marfim utilizados por Bossuet, Prony e Francoeur⁷³. Segundo o autor, a Espanha oferecia ao mundo grandes talentos, “os sábios D Jorge Juan, Ulloa, Chorruga, e Hidalgo, que tanto honra fazem á literatura espanhola, cujos nomes estão escritos entre os dos sábios de todo o mundo”⁷⁴.

Os espanhóis eram considerados cultos e com uma significativa produção literária, se comparados aos portugueses. Nossos compatriotas haviam “produzido pouca literatura”, que e apenas neste momento começava a florescer, com o trabalho de Silvestre Pinheiro. Para comprovar sua idéia, exemplificou o dito com dois reconhecidos pensadores da América Andina, o cartagenense García del Río e o caraquenho Andrés Bello.

No entanto, não deixava de reconhecer a existência de alguns trabalhos portugueses importantes, como os de Camões e de João de Barros, o qual chama de Tito Lívio português. Afirmava o valor das obras de ambos, mas não as poupou de críticas. Achava os trabalhos limitados em quantidade e conteúdo por estar “dominados sobre tudo pelas ideas religiosas dáquelle tempo”⁷⁵, ligadas à tradição da ilustração. Observa também a influência da herança portuguesa na literatura brasileira, ligação que era uma maneira de estabelecer uma referência direta com a civilização. A idéia de continuidade se reflete no seguinte comentário:

“até agora temos feito um e tudo particular da nossa literatura e não podemos dar um passo mais adiante; chamamos-lhes nossa, porque ainda homtem éramos Portugueses (com quanto nos pese); e se rejeitamos a literatura portuguesa, ficaremos redusidos á uma condição quase selvagem”⁷⁶.

Em outras palavras, sem a cultura européia, o país não alcançaria o mundo “civilizado”, mesmo sendo a crítica herança portuguesa. O analisar a origem e o desenvolvimento da produção literária brasileira da época o leva a fazer uma dura constatação quanto ao estado intelectual do país. O Brasil começava neste momento a

⁷³ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 62.

⁷⁴ Idem. P. 47.

⁷⁵ Ibidem. P. 67.

⁷⁶ Ibidem. P. 69.

pensar e desenvolver as questões sobre as origens, ligadas ao seu desenvolvimento histórico e identitário. Para encontrar-se e reconhecer-se como povo, um dos alicerces da nação era a cultura⁷⁷. Em relação ao estado intelectual brasileiro, assinalava:

“Entre os Brasileiros tem havido alguns homens distintos pelo seu saber; porém o mesmo sucede a seu respeito que com os Portugueses: a apatia é o nosso cunho nacional (...) não existe uma só obra clássica, de que possamos gloriar-nos, em nenhum ramo das Ciências positivas, exatas ou experimentais (...) não houve todavia quem se lembrasse de redigir um compêndio de doutrinas próprias para qualquer ramo das ciências exatas que ali se ensinam. Será por incapacidade ou por ignorância? Não; é por incúria, por desleixo, por apatia e por preguiça”⁷⁸.

Porém, apesar das ásperas críticas aos intelectuais brasileiros, Abreu e Lima reconhece que as obras de alguns poetas eram famosas e cita entre elas o *Caramuru*, o *Uruguai* e *Marília de Dirceu*. Reconheceu ainda alguns homens da época com talento e destacava entre eles o Visconde de Cairu. Outro que também foi citado era José Bonifácio⁷⁹.

Em 1836, um ano após a publicação do *Bosquejo histórico*, dando força à questão da literatura nacional, Gonçalves de Magalhães escreveu *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*, onde colocava a questão de “qual a origem da literatura brasileira?”. A análise de Magalhães assemelha-se da contida no *Bosquejo histórico*. Neste estudo, o autor considerou que não havia um caráter nacional suficientemente claro até aquele momento que possibilitasse a definição de uma literatura propriamente brasileira⁸⁰. Martins aponta que, de fato, a produção literária era escassa: “A verdade é que não se pode considerar como das mais brilhantes a situação das letras brasileiras em 1835”⁸¹.

A herança intelectual não era analisada apenas na América, mas também na Península Ibérica. A origem do sistema de ensino espanhol estava relacionada às instituições presentes desde a ocupação moura. Encontram-se indicações do início das

⁷⁷ MARTINS, Wilson. Op. Cit. DIEHL, Antônio Astor. Op. Cit.

⁷⁸ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 71.

⁷⁹ Idem. P. 72.

⁸⁰ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. 1997. P. 102.

⁸¹ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 215.

academias espanholas durante a presença árabe na Península Ibérica. Os árabes haviam deixado uma herança de “academias e Escolas publicas”. Outro povo que também foi considerado como de importância para a Espanha, foram “os Judeos [, que] concorrerão também para a gloria literaria e scientifica da península”. Essa herança espanhola, preocupada com a ciência, foi um diferenciador entre as Américas ibéricas.

A antiga rede educacional da América Hispânica, em relação à América Portuguesa, também estava relacionada com a sua colonização pela Espanha. A existência de universidades colocava a América vizinha mais à frente intelectual e civilizacionalmente do que o Brasil. A Nova Espanha possuía um aparato que se destacava no continente. Contava naquele momento com “quatro Universidades, além de 10 colégios e outros estabelecimentos científicos, quando se indenpendisou da velha metropoli”⁸². O Brasil acabava de inaugurar a sua primeira faculdade na década de 1820.

Tais preocupações não deixavam de ser importantes, porém não foi feita uma análise mais detalhada sobre o estado da população em relação ao analfabetismo. Abreu e Lima preocupou-se com o ensino secundário e superior, mas não procurou refletir sobre a instrução básica, onde, em 1823, 95% dos brasileiros eram analfabetos⁸³.

As repúblicas andinas podiam ser rejeitadas quanto ao sistema de governo que adotaram. Porém, em referência à vida intelectual, eram consideradas avançadas, férteis e exemplares intelectualmente. A educação estava ligada à sua história, e à existência de universidades e de homens de expressão intelectual, o qual elevava as repúblicas vizinhas na corrida civilizacional a caminho do progresso, encantando inclusive o experiente Humbolt:

“Tão bem existião no mesmo território 4 universidades, das quaes a de Caracas tinha uma centúria de existência antes da revolução. Humbolt admira, sobre tudo na Nova Granada, os homens de saber que elle encontrou, e que muito o coadjuvarão em todas as suas emprezas científicas como prova da sua gratidão e reconhecimento dedicou ao

⁸² Idem. P. 46.

⁸³ MARTINS, Wilson. Op. Cit. P. 106.

ilustre e desgraçado Caldas a sua imortal obra de Geografia das Plantas. Matemáticos, Naturalistas, Jurisconsultos, em todas finalmente, achou Humbolt que admirar e respeitar; um Caldas, um Motis, um Camilo Torres, um Zea, Um Mexias...”⁸⁴.

A inexistência de universidades no país era um ponto relevante de comparação e de crítica negativa a respeito do estado intelectual do Brasil. Desde 1812 se falava na criação da Universidade brasileira. Em 1823, houve a discussão no parlamento sobre o assunto⁸⁵:

“Nunca podemos obter uma universidade no Brasil, nem ao menos que se nos ensinassem as sciencias exactas ou naturaes; era mister ir á Portugal para aprender aquillo mesmo, que um Americano Espanhol teria aprendido em qualquer capitania Geral, ou Província subalterna (...) nem tivemos nunca uma Universidade, nem um Colégio, a exepção de Seminários, onde toda a instrução se redusia ás noções mais simples dos rudimentos clássicos”⁸⁶.

Tratava-se da preocupação com a emancipação intelectual do país, que demonstrava a necessidade de criar instituições de ensino, de produção de idéias autóctones e de formação de profissionais. Esta questão era significativa, pois as universidades alimentavam a vida intelectual da América Hispânica, o que contrastava com o Brasil. Os movimentos relacionados à construção da identidade nacional, enquanto no Brasil estiveram ligados às instituições de ensino, modeladas à maneira das instituições das luzes européias, nas repúblicas vizinhas estavam atrelados às universidades⁸⁷.

O título superior era “sinônimo de prestígio social, marca de poder político, o bacharel se transformava em uma figura especial em meio a um país interessado em criar elites próprias de pensamento e direção política”⁸⁸. Talvez por essa deficiência educacional, o Bacharel tivesse um papel de destaque na sociedade brasileira da época, reforçado com a criação das primeiras faculdades no país iniciada na década de 20 do século XIX. Lilia Schwarcz destaca o *status* dos que possuíam curso superior no país.

⁸⁴ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit P. 46.

⁸⁵ Idem. P. 64.

⁸⁶ Ibidem. Pp. 56 e 47.

⁸⁷ DIEHL, Antônio Astor. Op. Cit. RICUPERO, Bernardo. Op. Cit.

⁸⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 142.

Entretanto, o problema não se restringia à inexistência de instituições superiores de ensino. A ausência de trabalhos literários “nacionais” também era um entrave ao desenvolvimento intelectual do país. Em relação à produção de materiais utilizados nas academias, aparece o comentário de que naquela época utilizavam-se autores estrangeiros: não haveria ninguém, nas “Academias, militar e de marinha, Cursos jurídicos, Escolas medicas & c., que não conheça, como nomes clássicos, os de D. Jorge Juan, Manzarredo, Mendonza e Rios, Bellidor, Chorruga, Orfila, Ramon Sala, Covarrubias e outros muitos”⁸⁹.

Quando não utilizavam os autores, escreviam compêndios baseados em trabalhos estrangeiros⁹⁰. Abreu e Lima chama a atenção pelo fato de não haver produção portuguesa entre as utilizadas no Brasil. O recurso à produção lusitana era “inteiramente desconhecido, o que se observa pela criação da Academia militar do Rio de Janeiro, em que para organizar compêndios se lançou mãos das doutrinas de Biol, La Croix, Le-Greuder, Francoer, Prony, Bossut, La Caile, Marie, La Laude, Theveneau”⁹¹. A maioria dos pensadores apontados era francesa, o que confirma a forte influência destes intelectuais na América.

Um dos principais escritores reconhecidos por Abreu e Lima era Cairú. Tratava-se de “um dos Brasileiros, que mais tem escrito, he sem duvida o Visconde de Cayrú; assim mesmo he tão pesado, indigesto e de mau gosto, que apenas um ou outro Brasileiro, que conheça o lea os seus escritos”. Outro pensador considerado era Bonifácio, porém este pela sua potencialidade e não pela sua produção. Para o autor, “[o] mesmo Sr. José Bonifácio não tem correspondido à vastidão do seu imenso saber”, e ainda arrisca uma projeção sobre Bonifácio, que “em bem poucos annos elle será mais conhecido como político do que como literato”⁹². Esta previsão foi concretizada.

As opiniões de Abreu e Lima sobre a inexistência de uma literatura brasileira não suscitaram uma polêmica de imediato. O registro do debate em torno do assunto repercutiu

⁸⁹ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 62.

⁹⁰ RODRIGUES, José Honório. Op. Cit; GASPARELLO, Arlete Medeiros. “Historiografia didática e pesquisa no ensino de História. X Encontro Regional de História – ANPUH_RJ. História e Biografias – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – 2002. IN: <http://www.anpuh.uepg.br>. 15/06/2005.

⁹¹ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 69.

⁹² Idem. P. 70.

apenas em 1843, quando foi lançado o primeiro número do jornal *Minerva Brasiliense*. O debate ficaria conhecido como a “Polêmica da Minerva Brasiliense”, na qual se envolveram “representantes do segmento português e brasileiro, que expressaram suas idéias em diversos jornais do Rio de Janeiro”. Nesta oportunidade, Santiago Nunes Ribeiro “retoma o Bosquejo para se opor ao General Abreu e Lima”, questionando a inexistência de literatura evidenciada no trabalho⁹³.

Dado o estado intelectual brasileiro, Abreu e Lima afirma ser necessário que o conhecimento seja compartilhado e disseminado pelo país. Este ato era considerado um exercício político e um serviço à pátria. Assumindo esta tarefa, declara que:

“com o fim de ilustrar aquella parte do Povo, que não tem o necessário tempo para dedicar-se no estudo da história, verdadeira mestra de todos os homens que pretendem dirigir os destinos de seus semelhantes (...) entre nós há muitos que sabem, porém poucos que se dêem ao trabalho de instruir os outros; neste caso apenas oferecemos o nosso contingente, como um tributo devido a nossa posição social, por que actualmente, aquelle que pode lansar uma pedra de mais para consolidar a base do nosso edificio político, deve fazel-o por seu próprio interesse e pelo bem da sua patria”⁹⁴.

Outro aspecto que Abreu e Lima utilizou para avaliar o estado intelectual dos povos analisados era a presença/ausência de viajantes estrangeiros a serviço da ciência. Segundo ele, “[t]odas as grandes expedições científicas, a de Sesé e Moríño, a de la Peroux, a de Bouguer, Godin e la Condamine, a de Humbolt e Bompland, todas forão dirigidas ás Colonias Espanholas”⁹⁵.

Abreu e Lima faz um paralelo entre as expedições que vieram à América e aponta terem sido muito mais numerosas as presentes na América Hispânica do que no Brasil.

⁹³ GIUSTI, César, (org). “Nosso estado intelectual”. IN: *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias*, vol. 5, nº. 2, agosto de 1999. <http://www.pucrs.br/letras/pos/historiadaliteratura/textosraros/abreuelima.html>. 12/08/2005. Neste trabalho, encontra-se a transcrição do capítulo “Nosso estado intelectual; conclusão”, que traz uma síntese sobre o assunto abordado, nas páginas de 66 a 76.

⁹⁴ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 58. Em relação ao comentário sobre a condição social, de maneira geral na América, a elite foi responsável por participar da elaboração da nação através de sua atuação no campo das letras.

⁹⁵ Idem. P. 47. É interessante a referência de Humboldt na América e o fato de não fazê-la também ao Brasil, uma vez que o naturalista já havia passado pelo país e produzido a seu respeito.

Apontava o efeito negativo do “Pacto Colonial” e das restrições quanto a estrangeiros sobre o comércio, o conhecimento científico e do país:

“México, Peru e Nova Granada forão por muitas veses o teatro das investigações científicas; somente o pobre e desgraçado Brasil esteve vedado a todos os sabios e viajantes; somente os Brasileiros estiverão privados do commercio com o mundo civilizado: somente o nosso paiz não pode ser explorado, nem as nossas alturas medidas, nem observados os nossos climas”⁹⁶.

O estado intelectual do Brasil estava inclusive afetado em seu parlamento. Abreu e Lima reclama de que, com a última eleição, houvera a saída de deputados considerados superiores culturalmente aos do novo corpo legislativo, com era o caso dos Andradas, de Calmon, Montezuma, Lopes Gama e Manoel Alves Branco. Os novos deputados não eram considerados pensadores à altura dos anteriores. Segundo Abreu e Lima:

“a maior deputação, a da província de Minas, apenas oferece dous gênios salientes (Evaristo e Vasconcellos), e estes mesmos animados de tal sorte desse espírito de partido, que invalida as suas boas intenções, e inutilisa seos respectivos conhecimentos. Tornamos á protestar, que não he, e será a imparcialidade em questão de tanta monta, porém não podemos negar-nos á franquesa que o Povo se merece, visto que escrevemos para o Povo, tão somente para o Povo”⁹⁷.

Uma passagem interessante no trabalho é a transcrição de uma conversa ocorrida entre um brasileiro que viajava pelos Estados Unidos e Thomas Jefferson, em sua casa. O episódio aparece citado no sentido de legitimar as questões abordadas no trabalho, pois as opiniões de Jefferson concordavam com o fim da escravidão, a necessidade da monarquia para o Brasil, inclusive sob o governo de Pedro I.

Na análise de Jefferson, o Brasil é considerado em melhor condição do que os seus vizinhos americanos, teoria com a qual não concordava Abreu e Lima. Entre os pontos em

⁹⁶ Idem. P. 47. Esta análise não parece conferir com os estudos atuais. Com exceção do México, o Brasil é apontado como o país que mais recebeu viajantes e exploradores europeus. A opção pelo Brasil ocorreu devido ao estado mais ameno de sua situação política, em comparação com as guerras na América Hispânica, que se estenderam pelo menos por duas décadas após os primeiros movimentos de 1810.

Vide LISBOA, Karen Macknow. *Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX*. IN: MOTA, C. G (org). *A viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000. P. 269.

⁹⁷ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 104.

concordância, estava a conveniência da monarquia no país. Segundo o trabalho, Jefferson fez o seguinte comentário sobre o assunto: “eu creio que a monarquia se consolidará no Brasil com a recente constituição outorgada por D. Pedro”. O republicano não só acreditava na estabilidade do sistema para o país, mas também considerava que o mesmo era o “melhor” para o Brasil⁹⁸. Apoiando-se em uma das referências políticas da época, fica legitimado, convenientemente, o pensamento de Abreu e Lima a respeito deste tema.

Jefferson também teria abordado questões relativas à escravidão brasileira, descrito sua negatividade e o fato de ser um obstáculo ao avanço do país. De acordo com o norte-americano, “a escravatura no Brazil he um empencilho para toda e qualquer reforma em seos costumes”⁹⁹. Novamente usa-se o argumento de Jefferson para referendar uma idéia apresentada no livro.

Abreu e Lima faz uma crítica e um chamamento aos brasileiros para que reflitam sobre a “verdadeira” situação do país. Afirma que, depois da independência, os brasileiros estavam se considerando em situação “privilegiada” no mundo, embora esta idéia não refletisse a realidade do país.

Tal sentimento estava relacionado com a emancipação política brasileira. Segundo Abreu e Lima, os brasileiros, assim que deram “o primeiro passo para a Independência, nos julgamos desligados do resto do mundo, e muito superiores (não sabemos porque regra) aos nossos progenitores, aqueles mesmos que nos tinham legado todos os seus vícios sem nenhuma de suas virtudes”¹⁰⁰. Era o início da formação da nacionalidade brasileira, quando se buscava valorizar o país e que terá seu melhor momento com os românticos da metade do século, que apontam as especificidades brasileiras como o caminho para a construção de uma identidade própria.

⁹⁸ Idem. Pp. 121-2.

⁹⁹ Ibidem. P. 122.

¹⁰⁰ Ibidem. P. 59.

Abreu e Lima considerava que a idéia estava relacionada com a crença na grandeza do Brasil, que tanto se solidificara nos trabalhos de história da época¹⁰¹. Abreu e Lima combate estas representações, essa “idea vaga, que se tem propagado, da sua superioridade sobre todos os Povos do mundo pelas vantagens da sua situação privilegiada, riquezas naturaes, &c; e mais ainda pela risível estimativa da nossa capacidade intelectual”¹⁰². Em relação à posição privilegiada, era comum encontrar dita visão difundida por trabalhos de viajantes que conheceram o Brasil¹⁰³. No que diz respeito ao segundo ponto do comentário, percorrendo as idéias do *Bosquejo histórico*, não havia motivos que embasassem essa afirmação.

Apesar do livro de Abreu e Lima ter surgido em 1835 como um instrumento político produzido para combater e afirmar as demandas políticas de um momento dado, conseguiu extrapolar seus objetivos ao apresentar a visão de um intelectual sobre o Brasil em uma época em que o processo de independência se consolidava.

A partir da defesa à Monarquia, não se limitou a descrever os fatos e implicações do momento, mas procurou analisar também as condições intelectuais, materiais e históricas do país. Por meio do método comparativo, apresentou o Brasil e sua inserção no mundo ocidental. Em defesa da Monarquia Constitucional, seus ensaios históricos procuraram uma explicação que legitimasse a Monarquia no Brasil.

O *Bosquejo histórico*, entre a produção historiográfica conhecida de Abreu e Lima, pode ser considerado o trabalho mais analítico em relação à historiografia nascente do país. Distancia-se tanto de seu trabalho anterior na Grã Colômbia, o *Resumen histórico*, como do *Compendio da História do Brasil*, que escreveria dez anos depois e em que retorna ao estilo narrativo, de exposição de fatos e personagens, aventurando-se em poucas análises interpretativas¹⁰⁴.

¹⁰¹ DIEHL. Astor Antônio. Op. Cit. LISBOA, Karen. Op. Cit.

¹⁰² ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 48.

¹⁰³ LISBOA, Karen. Op. Cit.

¹⁰⁴ Nos anos iniciais do IHGB, está foi a tendência que dominou a sua primeira geração: o grande o apego à “organização” de documentos, personagens e fatos. Iglesias, Francisco. Op. Cit. GUIMARÃES. Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da Imediata proteção se Sua Majestade: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*

O estudo recorre à história européia e americana para sustentar seus argumentos. Em diversos momentos, retorna à antiguidade para indicar a origem de costumes, governo ou ideologia. O trabalho foca-se no período da história moderna para discutir as questões referentes às possibilidades de sistemas de governo e sua adequação a cada país. As comparações, baseadas “nos factos históricos, ou nos princípios do direito publico universal”¹⁰⁵, foram as ferramentas usadas, estando de acordo com seu objetivo, pois o trabalho era inicialmente uma apresentação formal à Câmara dos Deputados.

Abreu e Lima proporciona elementos que demonstram a preocupação com a busca de identidade e do auto-conhecimento como nação. O trabalho pretende fazer uma reflexão que produz uma “radiografia” de sua composição étnica, dentro de uma perspectiva comparada onde o exemplo a ser seguido era o da Europa. O Brasil ilustrava aquilo que não podia acontecer para estar entre os povos “avançados” e “civilizados” do mundo¹⁰⁶.

Sua vivência na América Andina lhe permitiu trabalhar com uma visão mais ampla do país, ao percorrer um caminho traçado pela comparação entre as Américas. Assim, tentou mostrar principalmente o atraso brasileiro em relação ao continente e no quadro da expansão capitalista. Apesar de sua motivação ter sido um livro de denúncia política, elaborou, sobretudo, um ensaio histórico. Com certeza, este é o documento que expressa com maior clareza as idéias de Abreu e Lima.

Sobre sua publicação, existem diversos apontamentos quanto ao seu valor naquele momento devido à análise que faz sobre o Brasil. Romero chama a atenção para questões que lhe parecem importantes, como algumas considerações sobre a composição e o estado da população do país. Destaca também sua habilidade de expressão. Considera que “já neste escrito, mostra seu espírito casuístico e suas raras habilidades de polemista”¹⁰⁷, que foram freqüentes em sua vida.

(1838-1889). RIHGB, Rio de Janeiro, 156 (388): jul.set. 1995. Um trabalho de cunho analítico, porém voltado à História Geral e às teorias socialistas foi *O Socialismo*, de 1855.

¹⁰⁵ ABREU E LIMA, J. I. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. P. 38.

¹⁰⁶ GERBI, Antonello. Op. Cit.

¹⁰⁷ ROMERO, Sílvio. Op. Cit. P. 356. Este autor, considerado conservador pela historiografia, mostrava-se bastante simpático ao trabalho de Abreu e Lima, a quem chamava de “patriota liberal”.

Estevão Pinto considera este trabalho como um dos mais interessantes estudos *político-sociais* produzidos na época da Regência¹⁰⁸. Segundo sua análise, a defesa da Monarquia como forma de governo para o Brasil não se devia a uma convicção na bondade do sistema monárquico em si, como sendo o melhor modelo de organização. A adesão e a defesa da monarquia eram, na visão de Abreu e Lima, necessárias ao país exclusivamente devido à conjuntura em que este se encontrava. Isto apontava à opção pragmática do general, dentro da perspectiva brasileira da época.

Estevão Pinto reforça que a tese central do *Bosquejo histórico* consiste em que o brasileiro era o povo mais atrasado do continente e que este atraso era proveniente da colonização portuguesa. Sobre esta crítica à colonização portuguesa, o autor comenta que este “tornou-se um verdadeiro ‘slogan’” para o general¹⁰⁹.

Outra opinião ao respeito provém de Wilson Martins, que caracteriza o livro como “na verdade, uma denúncia formal perante a Câmara dos Deputados, acusando Antônio Ferreira França de ‘Perjúrio, aleivoso e traidor’”¹¹⁰. De fato, esta foi a motivação inicial, a denuncia contra os dois deputados, que consistia em que ambos incorreram em crime contra a Constituição do império. Porém, o *Bosquejo histórico* acabou por ultrapassar seu destino inicial e se tornou uma das primeiras publicações de interpretação do Brasil independente.

¹⁰⁸ PINTO, Estevão. *O general Abreu e Lima*. Recife, 1949. Pp. 12-15. Estevão Pinto comenta que já nesta época era, em suas palavras, “raríssimo” este livro. Na Biblioteca Pública do Estado, não havia um exemplar. Em pesquisa, em janeiro de 2005, não havia edição nem catalogação do livro na biblioteca.

¹⁰⁹ PINTO, Estevão. Op. Cit. De fato, em sua obra posterior, o *Compendio histórico*, o português e a herança cultural deixada por esse são reconhecidos negativamente.

¹¹⁰ MARTINS, Wilson. Op. Cit. P. 211.

CAPÍTULO IV

A PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL: PRIMEIROS TRABALHOS

“As obras até o presente publicadas sobre as províncias, em separado, são de preço inestimável. Ellas abundam em factos importantes, esclarecem até com minuciosidade muitos acontecimentos; comtudo não satisfazem ainda as exigências da verdadeira historiografia”.

Karl Von Martius¹

Entre as atuações de Abreu e Lima como intelectual no Rio de Janeiro, está a sua participação nas primeiras discussões historiográficas promovidas na capital do império no final da década de 1830. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), contribuiu com a construção do projeto de Nação e de uma identidade nacional, projeto comum na América Ibérica após o processo de independência. Esta década foi a mais produtiva em relação à contribuição de Abreu e Lima à historiografia brasileira. É dentro das discussões “nacionais” que se encontra a publicação de seu trabalho historiográfico mais conhecido: o *Compendio da história do Brasil*.

A demanda da década de 1840 era produzir um trabalho que buscasse estabelecer uma periodização para a história do Brasil. O estudo foi o estudo produzido por Abreu e Lima nestes primeiros esforços do IHGB. No trabalho busco periodizar a historia brasileira através da divisão de períodos ligados a eventos políticos e administrativos. Apesar de ser um trabalho descritivo, encontram-se idéias sobre a necessidade de se produzir uma literatura nacional, a defesa da monarquia e o espaço das três “raças” na formação étnica brasileira.

¹ MARTIUS, Karl Von. “Como se Deve Escrever a História do Brasil”. IN: RIHGB. Vol. VI, 1845. P. 391.

1. A institucionalização da história

Durante os anos em que Abreu e Lima morou no Rio de Janeiro, esteve ligado ao círculo de intelectuais que discutiam a formação do Brasil como “projeto de nação”. Na primeira metade dos anos 1840, participou das disputas políticas que envolviam os rumos da monarquia brasileira e da principal instituição ligada à história do país. Posicionou-se a favor da continuidade da dinastia dos Bragança e esteve ligado ao grupo político que defendia o chamado “regresso”, apoiando a maioria do imperador. A favor de Pedro II, participou com a publicação de alguns jornais que defendiam a maioria do infante. Entre eles estava o *Maiorista*, por cuja edição era responsável².

Para Wilson Martins, o ano de 1840 foi de grande importância para definir o Projeto Político que se estava construindo, no sentido da “restauração”. Martins considera que neste ano, com a lei da Maioridade, o “progresso regressista” se completou. A corrente conservadora buscava recuperar o sentido unitarista e centralizador da Constituição de 1824, um documento liberal no qual esta corrente se reconhecia. Martins considera que a “reação conservadora” se efetuou em um ambiente modernizador, conduzido por liberais da década de 20³.

Segundo Martins, as atividades dos intelectuais na capital do império vinham se desenvolvendo desde 1821, quando Januário da Cunha Barbosa havia reunido “um grupo de intelectuais e criado uma sociedade literária modelada pela Academia das Ciências de Lisboa”. Esta, conjuntamente com a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, foram os pilares formadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁴.

O Instituto foi fundado com base no Instituto Histórico francês criado em 1834 em Paris. Teve como um de seus principais idealizadores François Montglave (1795-1873), que viveu longo tempo no Brasil e manteve contato com o país. Nos primeiros anos, o

² BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Conselho Federal de Cultura, 4º Vol., 1970. P. 459. PEREIRA DA COSTA. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Fundação de Cultura, Cidade do Recife, 1982. P. 559.

³ MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. 3ª ed., vol. II, São Paulo, 2001. P. 231.

⁴ Idem. P. 133.

Instituto francês recebeu diversos brasileiros, entre eles, Gonçalves de Magalhães, Torres Homem e Araújo Porto-Alegre⁵. O caminho brasileiro esteve de acordo com o que ocorreu de maneira geral na América Ibérica, onde houve uma grande influência francesa nas décadas de 20 e 30 do século XIX. Além de chegarem obras do exterior, hispano-americanos da geração romântica estiveram na França neste período.

Se, no Brasil, o expoente dos românticos foi Gonçalves de Magalhães, na América Hispânica, na *Generación de 37* da Argentina, será o portenho Esteban Echeverría, que esteve em Paris entre 1826 e 1830. Na região do Prata, o IHGB possuía influência sobre as instituições formadas nas nações vizinhas. Segundo o historiador argentino Ricardo Levene, o Instituto brasileiro foi o modelo das “instituições similares da América”. No Uruguai, Lamas foi seu impulsionador e, em Buenos Aires, Mitre reforçou a idéia em 1854⁶.

Os intelectuais brasileiros que fundaram o Instituto, em sua maioria, eram políticos, entre eles senadores, ministros, conselheiros de estado, diplomatas e militares⁷. Foi criado quando as idéias do romantismo europeu começavam a chegar ao Brasil. O movimento romântico impregnou a geração literária entre 1840 e 1860⁸ e teve influência no IHGB. O Instituto foi o grande ícone da elite política que vivia em torno da corte e pensava na construção do Brasil como uma nação.

Um dos instrumentos centrais de divulgação dos estudos do IHGB, de grande aceitação e sucesso, foi a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB). Considerando os diferentes esforços do órgão, a revista foi a grande promotora da divulgação das idéias do Instituto⁹. A *RIHGB* teve seu primeiro número já em 1839. A

⁵ Ibidem. P. 134.

⁶ SANDES, Noé F. “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da memória: uma identidade americana para o Brasil”. IN: CABRERA, Olga (org). *Experiências e Memórias*. Goiânia: Ed., Vieira, 2001.

⁷ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Moderna, 1997. P. 96.

⁸ MARTINS, Wilson. Op. Cit. P. 239.

⁹ IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000. P. 23.

respeito de seu conteúdo, comenta Iglésias que a publicação brasileira foi “valorizada, sobretudo, pela edição de documentos básicos, mais do que por estudos originais”¹⁰.

Abreu e Lima integrou-se no IHGB em 1839. As circunstâncias de seu ingresso foram narradas por ele mesmo. O fato merece credibilidade, pois não há notícia de desmentido por parte de nenhum de seus opositores ou sujeitos envolvidos. De acordo com sua informação, foi convidado a participar do Instituto mais de uma vez, desde o ano de sua criação, quando recusara a proposta:

“Deliberada a criação do Instituto, veio a minha casa o finado Marechal Cunha Mattos, que nutria commigo boas relações de amizade, a pedir-me com muita instancia, que eu fosse um dos Sócios Instituidores, a cujo pedido neguei (...) Desgraçadamente algum tempo depois entrou outro amigo em minha casa (...) e tirando da algibeira uma carta, me disse, que era o diploma de Membro Honorário do Instituto Histórico, de que me enviava, de parte do mesmo Instituto, o intitulado Secretario perpetuo, e que esperava que eu o acceitasse”¹¹.

Segundo Barbosa Lima Sobrinho¹², uma possibilidade, bastante provável, para justificar a recusa de Abreu e Lima em participar da instituição era a presença de Januário da Cunha Barbosa. Considerando a atuação essencial do cônego na formação e funcionamento do Instituto, o argumento toma mais força. Também deve ser considerada a participação no IHGB de outros inimigos de Abreu e Lima nas lutas políticas no Rio de Janeiro.

Apesar da recusa inicial, por fim, o general aceitou o título de Membro Honorário. Entretanto, assegurou-se antes de não ser obrigado a comparecer, nem ter obrigações com o Instituto, o que demonstra suas ressalvas quanto a participar de reuniões. Os ressentimentos

¹⁰ Idem. P. 63.

¹¹ ABREU E LIMA. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro juiz de Francisco Adolf de Varnhagen, à análise negativa que seu Compendio da História do Brazil desde o seu descobrimento até o magestoso acto de coroação e sagração do Sr. D. Pedro II*, 1844. P. 7.

¹² BARBOSA LIMA SOBRINHO. “Centenário da Morte do General José Inácio de Abreu e Lima”. IN: *Revista do Instituto Geográfico e Brasileiro*. Volume 283, abril-junho, Departamento de Imprensa Nacional – Rio - 1969. Pp. 169-184.

anteriores com o cônego ainda pareciam estar presentes. O aceite foi confirmado em uma carta ao Secretário Perpétuo:

“Ilustrissimo Senhor Cônego = Tenho a honra de accusar a recepção da carta de V. S. a 6 do actual, acompanhando o diploma de Sócio honorário, com que o Instituto histórico e geographico Brasileiro teve a bem honrar-me; he pois de meu dever significar a V. S. que aceito o favor do Instituto”¹³.

Uma das suas primeiras preocupações do IHGB foi determinar a periodização da história do Brasil. Esta questão se encontrava entre os interesses das gerações românticas americanas. Assim como na instituição brasileira, na Argentina uma das atividades e esforços iniciais da *Nueva Generación* de 1837 seria estabelecer uma periodização para a história americana¹⁴.

No Brasil, o problema da delimitação de períodos foi tão importante para o órgão que, já na primeira sessão, Januário da Cunha Barbosa colocou esta questão como prioritária. A proposta foi prontamente aceita. Na segunda sessão, apareceram trabalhos de Raimundo José da Cunha Matos, Lino de Moura e Silvestro Rebelo, que abordavam o tema. Reforçando a preocupação com o assunto, ocorreram nas sessões subseqüentes diversas questões sobre a formulação de períodos da história do país¹⁵.

José Honório Rodrigues descreve assim as primeiras necessidades que se verificavam na construção de uma história do Brasil:

“A intrincada tarefa de distinguir as épocas de nossa história nasce naturalmente com os nossos primeiros livros históricos. Domina então a necessidade puramente didática ou lógica de classificação do material selecionado”¹⁶.

¹³ ABREU E LIMA. Op. Cit. P. 8.

¹⁴ RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 – 1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. P. 258.

¹⁵ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil – Introdução Metodologia*. 1969. P. 125.

¹⁶ Idem. P. 125.

Em 1840, surge na 51ª sessão, como proposta de Januário da Cunha Barbosa, a escolha de um trabalho sobre a melhor forma de se escrever a história do Brasil. De acordo com Lucia Maria Paschoal Guimarães, esta tendência continuou durante a primeira geração, que esteve no Instituto até o final da década de 1850.¹⁷

Abreu e Lima respondeu ao chamado do Instituto. Durante o ano de 1840, dedicou-se a escrever seu trabalho, que foi apresentado e lido na sessão de 14 de setembro de 1843 e publicado nesse mesmo ano. Enviou o escrito acompanhado de uma carta ao IHGB, na qual descrevia seu trabalho como original. Ao respeito, pode-se assinalar sua opinião:

“Uma coisa resulta do meu compêndio e é quanto vale para dar-lhe algum valor. Tudo quanto existia escrito acerca do Brasil era sem método nem plano algum histórico. Era um montão de fatos atirados ao acaso, sem discriminação de épocas e períodos. E tanto é assim que o Instituto há pouco se ocupou desse objeto, tratando, de antes de tudo de triangular o terreno sobre que devia um hábil corógrafo traçar”¹⁸.

Esta obra foi uma das contribuições de Abreu e Lima para a construção da identidade brasileira, especificamente da incipiente periodização da historiografia do país impulsionada pelo IHGB. Trtava-se de um trabalho que, segundo acreditava seu autor, havia alcançado as expectativas do Instituto.

2. O *Compendio* e o objetivo pátrio

A principal produção historiográfica de Abreu e Lima no Rio de Janeiro teve como objetivo colaborar com os primeiros intentos de periodizar a história do Brasil. Era o momento de reflexão sobre o país, que começa a sentir a necessidade de possuir uma identidade própria e de se pensar como nação.

¹⁷ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da Imediata proteção se Sua Majestade: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. RIHGB, Rio de Janeiro, 156 (388): jul.set. 1995.

¹⁸ RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. P. 127. A indicação é: “Carta de Abreu e Lima a Januário da Cunha Barbosa”, s. d., RIHGB, t. 5, 2.ª ed., 1843. Pp. 369 – 371. A carta foi lida na 112ª sessão, em 14 de setembro de 1843. De acordo com a historiografia mais recente, a avaliação quanto ao resultado do trabalho indicado na carta, estava correta.

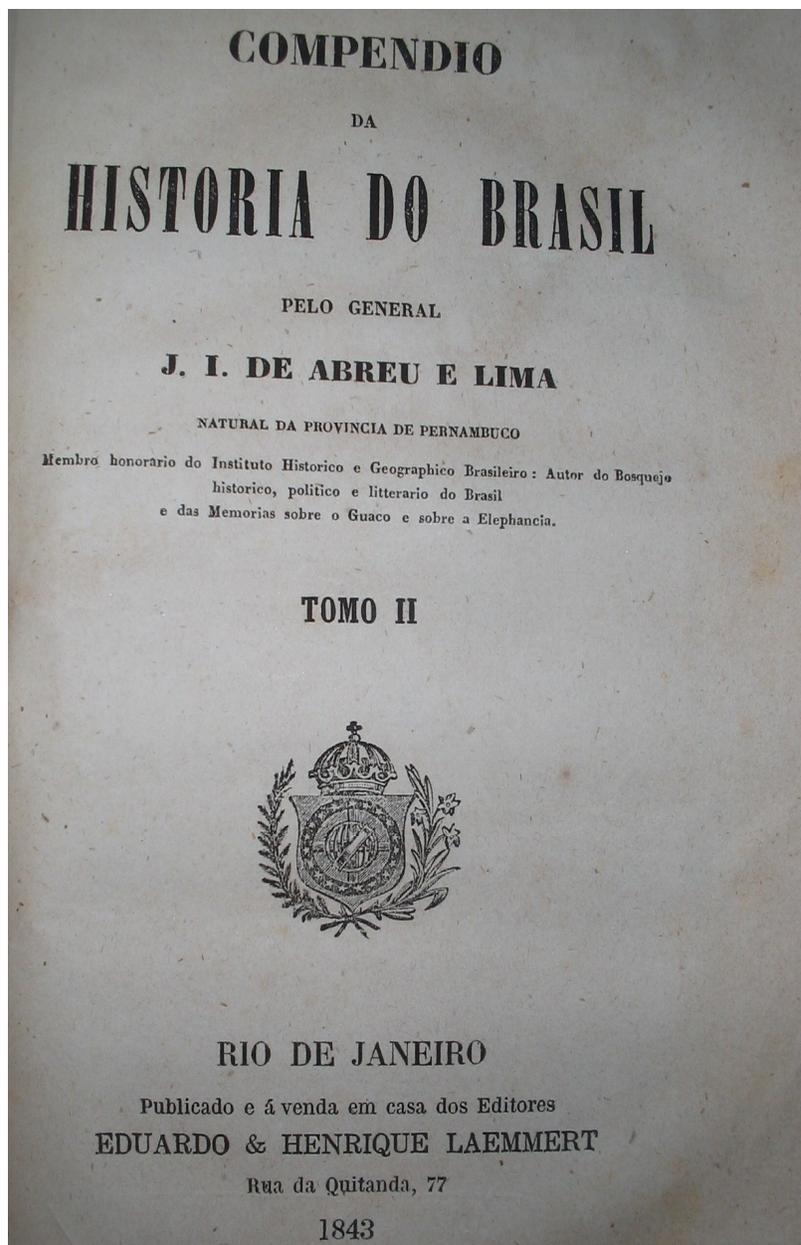


Figura 4: contracapa do segundo tomo da primeira edição do *Compendio*.



Figura 5: retrato de Pedro I contido na primeira edição do *Compendio*.

Em 1843, Abreu e Lima publicou seu *Compendio da Historia do Brazil, desde o seu descobrimento até o magestoso acto da cororação e sagração do Sr. D. Pedro II*¹⁹. Neste ano, talvez conjuntamente com a edição integral, a mesma casa publicou a obra reduzida em um volume sob o título *Compendio da História do Brasil*²⁰, dedicado a ser usado como manual nos colégios. Não há registro de quando começou seu trabalho; porém, o término foi em novembro de 1841, como ele mesmo aponta, apenas quatro meses após a coroação de Pedro II como imperador²¹.

A primeira proposta sobre a periodização fora apresentada ao Instituto pelo general Cunha Matos na 3ª sessão, em janeiro de 1839, sob o título: *Dissertações acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Brasil*. Seu estudo propunha a divisão da história do Brasil em três períodos. A primeira era relativa aos indígenas, a segunda se ocuparia com o descobrimento e a administração colonial; e, por fim, a terceira abarcaria os acontecimentos posteriores a 1822²².

O trabalho de Abreu e Lima não foge à periodização mais corrente conhecida na época. Serve-se bastante da cronologia traçada por Cairu e outros trabalhos famosos. Neste momento, a história entendida pelo Instituto era linear e progressiva, por vezes articulando o futuro, o presente e o passado, em uma construção teleológica²³ que apontava a continuidade com o passado português²⁴.

O *Compendio* desenvolveu-se seguindo uma cronologia linear e progressiva. Abreu e Lima utilizou-se da idéia de “História Geral” para fazer sua obra, que aborda “toda” a história do Brasil, desde 1500. Constantemente utiliza a história administrativa e faz-se

¹⁹ ABREU E LIMA, J. I. *Compendio da Historia do Brazil, desde o seu descobrimento até o magestoso acto da cororação e sagração no Sr. D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1843. Em dois volumes e com 7 retratos de Pedro I e Pedro II.

²⁰ ABREU E LIMA, J. I. *Compendio da Historia do Brazil*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, edição em 1 vol. 1843. Pp. 359.

²¹ Idem. P. 304.

²² RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. Pp. 126 e 127. Esta proposta influenciou os primeiros trabalhos que se ocuparam com o tema da periodização.

²³ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Nacional”. IN: *Estudos Históricos I. Caminhos da Historiografia*. Rio de Janeiro: vértice, 1988. Pp. 5- 27.

²⁴ MAGNOLI, Demétrio. Op. Cit.

merecedor de uma crítica feita por José Honório Rodrigues, que apontou seu uso como excessivo²⁵. Apesar da crítica, não deixa de contextualizar o trabalho e amenizar sua avaliação, pois “[n]ão se lhe poderia censurar a falta de critérios sociais e econômicos na distinção dos períodos e a divisão político-administrativa, desde que a história social e econômica data muito recente e essa crítica não atenderia aos critérios de sua época”.²⁶

A proposta de periodização do *Compendio* está segmentada em uma breve introdução e mais oito capítulos, que representavam idéias comuns entre os intelectuais da capital sobre as possíveis divisões historiográficas. A periodização inicial difundida no IHGB resultaria bastante influente durante os séculos XIX e XX, principalmente refletindo-se nos manuais escolares²⁷. Na carta de apresentação do estudo, declara sua proposta de periodização:

“1) Descobrimientos. As primeiras explorações. Estado físico do país; 2) Colonização; 3) Transição para o domínio estrangeiro; 4) Volta ao domínio pátrio; guerra dos holandeses; 5) Estado da Colônia. Melhoramentos. Administração interna; 6) Estabelecimento da Corte no Brasil. Administração del rei; 7) Independência. Administração do Primeiro Império; 8) Menoridade. Administração da Regência. a maioridade”²⁸.

A proposta é concretizada com a apresentação de uma história geral do Brasil, que transcorre desde 1500 até 1841, ano em que foi terminada a obra. No trabalho, não há um capítulo ou espaço destinado a fazer propriamente uma reflexão teórica sobre o assunto, assim como o fizeram Cunha Matos, em 1840, ou Karl Martius, em 1843²⁹. O caminho eleito por Abreu e Lima foi narrar a história do Brasil de maneira linear, dividida em oito períodos balizados por acontecimentos ligados à história política, militar e administrativa do país.

²⁵ RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. P. 128.

²⁶ Idem. P. 128.

²⁷ KARNAL, Leandro. *História na Sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003. DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica brasileira: memória, identidade e representação*. São Paulo: EDUSC, 2002.

²⁸ Carta de Abreu e Lima a Januário da Cunha lida 112ª na sessão em 1843. *RIHGB*, vol. 5, t. 5, 1843, pp. 369-371.

²⁹ MARTIUS, Karl Von. Op. Cit.

Para a compreensão da proposta de periodização de Abreu e Lima, é necessário conhecer quais são os eventos referenciais que delimitam os períodos indicados e aquilo que marca estes tempos. Na *Introdução*, dedica-se a descrever as navegações européias, seus personagens e os descobrimentos. Elogia Portugal pela sua ação de vanguarda na Europa ao sair mar adentro. Esta escolha aponta para o seu posicionamento em relação à continuidade portuguesa no Brasil, a qual é indicada em seus trabalhos.

No capítulo primeiro, aborda a questão do “descobrimento do Brasil”, com a chegada de Pedro Álvares Cabral, as primeiras explorações e posses nas novas terras até 1532. Preocupa-se em descrever a natureza brasileira, através de uma narração que apresenta a geografia brasileira, a biologia e os povos indígenas que estiveram em contato com os portugueses naquele momento. Trata-se do período relativo aos estudos das navegações e aos primeiros contatos.

No segundo capítulo, que transcorre entre 1532 a 1580, descreve o processo administrativo relacionado à divisão e à colonização que se passaram durante estes anos. Destaca também a história administrativa da Igreja no Brasil e o trabalho dos jesuítas nestes anos, por quem tinha admiração devido ao trabalho de catequização empreendido na América. Considera o período como de progresso para a colônia, com a organização das missões. Como fontes usou, em especial sobre as capitânicas, o Padre Ayres de Casal e João de Barros.

O terceiro capítulo, entre 1580 e 1640, está relacionado aos anos em que Portugal esteve sob o domínio da coroa espanhola, período designado como “calamitoso” devido às guerras contra os indígenas, os franceses, ingleses e holandeses. Continua também apontando a colonização do Brasil através da criação e do desenvolvimento das cidades. Seguindo a linha da história administrativa, faz várias abordagens ao governo de Maurício de Nassau e elogia as obras de engenharia e o progresso em geral da cidade do Recife sob seu comando.

O capítulo quarto, transcorrido entre os anos de 1641 e 1654, estende-se desde a separação das coroas ibéricas à expulsão dos holandeses do Brasil. Este capítulo gira basicamente por volta do conflito com os holandeses e da administração de Nassau. Eram as raízes dos estudos do desenvolvimento do nordeste e o do “nativismo”.

O capítulo quinto compreende o período de 1654 a 1807, ou seja, desde a expulsão dos Holandeses até o ano anterior à chegada da Família Real ao Brasil. Dito intervalo é declarado como um tempo de paz e crescimento para o país. Neste tempo, a colônia cresce se interiorizando, o que faz que se destaquem sobretudo as províncias de São Paulo e Minas Gerais. Trata-se dos estudos sobre a interiorização do país e o “ciclo do ouro”.

O sexto capítulo aborda um tempo mais recente da história em relação ao momento da enunciação, desde a vinda da corte portuguesa, em 1808, até o ano anterior aos agitos políticos que levaram à proclamação da independência em 1822. No capítulo, aparecem como um dos seus principais focos, as medidas tomadas pelo rei para o avanço do Brasil. O desenvolvimento das instituições é central na exposição do período³⁰. Era a época situada entre a transferência da corte e o processo de independência.

O penúltimo capítulo estende-se entre 1821 e 1831. Como termos balizadores, são selecionados o governo de Pedro I como Príncipe Regente, assim como o final de seu governo, com o exílio do ex-imperador brasileiro. Esta foi a divisão do Primeiro Reinado.

O período entre 1831 e 1841 define a periodização do *Oitavo Capítulo*. Os fatos marcantes deste momento vão desde a eleição da Regência até a aclamação da maioria de Pedro II. O capítulo aborda praticamente as questões políticas e militares do período da Regência.

Os capítulos sétimo e oitavo, que se estendem entre 1821 e 1841, são os que mais despertam interesse neste trabalho. Aquele era um momento ainda muito recente da história, grande parte de seus personagens estavam vivos e atuantes. Este fato promoverá

³⁰ A maior parte das fontes documentais apresentadas no *Compendio* inicia-se a partir deste período.

críticas e queixas ao estudo desde seu lançamento. Outro motivo da sua relevância diz respeito à posição de Abreu e Lima, de testemunha e de personagem envolvido na história narrada. O último capítulo é ainda mais interessante, pois o autor como testemunha ocular produziu suas reflexões sobre a época e os acontecimentos vividos. Residira no Rio de Janeiro desde 1832 e mantivera uma participação política ativa através de periódicos, *clubes* e sociedades.

Sem deixar de reconhecer a importância do *Compendio* para a historiografia da época, José Honório Rodrigues fez críticas quanto à periodização proposta na obra. Questionou o método de construção utilizado por Abreu e Lima. Inicialmente, o pernambucano traçou uma periodização e depois buscou aqueles fatos que se encaixavam conforme à sua proposta³¹. Rodrigues, ao criticar outra característica do trabalho do general, quase cem anos após sua produção, comete um anacronismo:

“É fácil verificar a periodização de Abreu e Lima obedece a critérios bem suscetíveis de crítica. Em primeiro lugar, preocupou-se em demasia com os aspectos puramente administrativos, (...) faltou-lhe uma maior capacidade de penetração dos fatos da história que lhe possibilitasse uma divisão mais bem definida nos seus contornos”³²

Os esforços em elaborar uma periodização estavam se iniciando, e existia pouco material que teorizasse sobre o assunto, ou modelos hegemônicos a serem seguidos. Como comenta Martins, é necessário analisar um livro dentro de sua conjuntura de produção. A pergunta para este autor não é se o livro é bom, mas se o livro é bom para sua época³³.

A periodização não era tão defeituosa, como aponta o autor da *Teoria da História do Brasil*. No mesmo período, a geração argentina de 1837, ao menos em seu início, faz uma divisão menos elaborada do que a apresentada no *Compendio*. A história americana, prevista em “bases saint-simonianas”, é dividida em apenas duas partes. A primeira era

³¹ RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. P. 128.

³² Idem. P. 128.

³³ MARTINS, Wilson. Op. Cit.

relativa à fase da independência; a segunda abordaria o momento “contemporâneo”, preocupada em elaborar a periodização da emancipação mental americana³⁴.

O *Compendio* contribuiu à preocupação do IHGB com a questão do avanço civilizatório no Brasil. Assim como na América Hispânica, a elite ilustrada brasileira que participava desta instituição assumiu o papel de expandir a civilização nos trópicos. Conjuntamente com esta responsabilidade, estava a necessidade de fundar uma cultura nacional, de acordo com a idéia de civilização de meados do século XIX³⁵.

Construiu-se no Brasil uma história informativa e direcionada à criação do sentimento nacional. Francisco Iglesias, ao comentar sua aplicação à sociedade, esclarece que naquele momento se pretendia fazer uma história que tivesse uma “função pedagógica, orientadora dos novos para o patriotismo, com base no modelo dos antepassados”³⁶. O trabalho de Abreu e Lima atende a estes pressupostos. No mesmo ano, foi lançada uma edição reduzida da obra. O motivo da redução foi apresentado pelos editores. Esta edição era direcionada aos “Colégios” e à “mocidade brasileira”, para ser usada como “*manual*” sobre a “História pátria”³⁷.

A definição da missão do historiador segundo a *Revista Trimestral* era “despertar o amor da pátria, a coragem, a constância, a fidelidade a prudência, em síntese todas as virtudes cívicas”³⁸. E, como afirmava Abreu e Lima, seu trabalho também tinha o objetivo de servir à pátria: “todo aquele que lançar uma pedra do cimento do edifício fará importante serviço à sua pátria”³⁹. Este espírito ficou impresso sobre a historiografia durante todo o século XIX.

³⁴ RICUPERO, Bernardo. Op. Cit. P. 258.

³⁵ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. Pp. 95 e 101.

³⁶ IGLÉSIAS, Francisco. Op. Cit. P. 61.

³⁷ ABREU E LIMA. J. I. *Compendio da Historia do Brazil*. Edição em um volume. “Advertência”. Procurou-se diminuir a obra visando a queda do preço, assim possibilitando seu acesso. Para tal fim, decidiram retirar as notas consideradas “não absolutamente indispensáveis” e todos os documentos que constavam na primeira edição. As sete estampas foram retiradas do volume.

³⁸ MAGNOLI, Demétrio. Op. Cit. P. 96.

³⁹ ABREU E LIMA. J. I. *Compendio da Historia do Brazil*. Edição em dois volumes, 1843. “Prefácio”.

Encontra-se ainda em seu pensamento a consciência a respeito do início da formação de uma identidade intelectual brasileira. Segundo Abreu e Lima, o objetivo do trabalho era iniciar uma literatura nacional. Era o princípio da “obra da nossa segurança intellectual, e preparando os elementos de uma litteratura propriamente brasileira”⁴⁰. Esta era a idéia lançada por Gonçalves de Magalhães na *Revista Nitheroy*, considerada como o início da literatura romântica e da qual se apropriaria o grupo de intelectuais que pensava o Brasil naquele momento.

No prefácio à primeira edição, a única em dois volumes, Abreu e Lima apresentou o seu entendimento sobre história e método. Encontra-se no *Compendio*, assim como no *Bosquejo histórico*, a idéia de “História mestra da vida” e do seu papel dentro das ciências, onde o trabalho não poderia ser mais importante do que no campo da História, pois esta tem um lugar privilegiado dentro da literatura⁴¹. O reforço do papel da história, o método mais adequado de trabalho e a importância da historiografia para a memória estão presentes nas primeiras páginas do *Compendio*. Assim se expressava o autor:

“E como na litteratura, propriamente dita, tem o primeiro lugar a historia, nenhum serviço será mais apreciado do que aquelle, que começar por preparar-lhe os elementos, averiguando e ordenando os factos, corrigindo e verificando as datas, e sobre tudo esmerilhando antigos documentos para salva-los do esquecimento, ou para comprovar muitos feitos que pela diuturnidade passam hoje por meramente fabuloso, ou que virão a parecer-se no futuro, se correrem sem provas da sua realidade”⁴².

No entanto, este não foi o caminho utilizado em sua pesquisa. Como já foi apontando primeiramente por Abreu e Lima, depois por Varnhagen e historiadores mais recentes, o *Compendio* basea-se no livro de Alfonso Beauchamp⁴³. Apesar da importância dada à pesquisa documental, escreveu um compêndio cuja preocupação principal foi mais com a cronologia do que com a pesquisa propriamente dita. Neste trabalho, trocou a pesquisa documental pela utilização de trabalhos reconhecidos.

⁴⁰ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. Prefácio.

⁴¹ Idem. Prefácio.

⁴² Ibidem. Prefácio.

⁴³ BEAUCHAMP. Alfonse. *História do Brasil*. A obra publicada em 1816 é considerada um plágio do trabalho de Robert Southey, *História do Brasil*, lançado em 1810.

Outra característica bastante presente no *Compendio* foi o uso da história administrativa referente à organização estatal brasileira. Valorizou bastante as questões relativas ao desenvolvimento do governo, do Estado e da Igreja no Brasil. Os cargos políticos e os períodos de administrações de capitanias, vilas, províncias e estados abundam em sua história. Também, como costume da época, abordou a história militar. Os conflitos tiveram um espaço privilegiado em sua narração.

3. A natureza, o progresso e o futuro do país

Duas das principais características que a historiografia ligada ao Brasil apresentou na década de 1840 foi o seu interesse pela natureza encontrada na América, assim como a crença no progresso da “civilização” nos novos Estados americanos, discussão relevante à época⁴⁴.

A América Ibérica contou com a constante presença de viajantes nos séculos XVIII e XIX. Em muitos países hispânicos, as visitas foram anteriores do que no Brasil, onde a entrada de estrangeiros só foi permitida após 1808, com a transferência da corte para a colônia. O próprio Humboldt foi expulso do território brasileiro neste ano. Muitos destes viajantes naturalistas estavam preocupados em catalogar a vida natural americana. São diversos os trabalhos que exploram a natureza. Como aponta Lisboa⁴⁵, estas explorações foram feitas dentro da expansão do capitalismo e denotam curiosidade sobre a potência comercial da América Ibérica.

A historiografia brasileira, desde seu início, esteve ligada à descrição e exaltação da natureza iniciadas por viajantes e cientistas estrangeiros. A princípio, as influências vieram da Missão Francesa de 1816 e, posteriormente, de viajantes e cientistas europeus que estiveram no país ou que escreveram sobre ele sem nunca haver estado aqui. Desde os

⁴⁴ GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

⁴⁵ LISBOA, Karen Macknow. *Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX*. IN: MOTA, C. G (org). *A viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000. P. 268.

primeiros trabalhos, são diversas e adjetivadas as referências à natureza. Esta tradição se reforçou nos trabalhos de influência francesa sobre o Brasil elaborados nas décadas de 1820 e 30.

Nas obras dos viajantes, não se reproduz a mesma visão do que na época dos descobridores, ligada à representação mítica entre o inferno e o paraíso como analogia do Brasil, mas em sua maioria reforçavam o caráter de inferioridade do continente americano⁴⁶. Os novos exploradores eram cientistas e artistas ilustrados que substituíram o imaginário religioso pela visão ilustrada do “pitoresco”⁴⁷. Este tipo de narração foi impulsionado pelas constantes abordagens e descrições da natureza e dos habitantes do Brasil, herdeiras dos primeiros anos do descobrimento.

Em 1824, foi publicado em Londres o trabalho de Spix e Martius, *Travels in Brazil*. No mesmo ano, apareceu a obra de Maria Graham *Journal of a Voyage to Brazil and Residence There During Part of the Years 1821, 1822, 1823*. Outra publicação relevante, que apareceu em 1824, foi a de Ferdinand Denis (1798 – 1890), intitulada: *Scènes de la Nature sous lês Tropiques*. Esta última, sobretudo, procurava “acentuar a influência da natureza sobre a imaginação dos homens que vivem nos países quentes”⁴⁸. Esta idéia provém do pensamento ilustrado do século XVIII, que afirmava a inferioridade americana, e reforçou-se posteriormente com a difusão dos trabalhos de Buffon e De Pawn.

Na década de 1830, apareceram estudos que exotizavam o Brasil, como o de Jean Baptist Debret, *Voyage Pittoresque et Historique au Bresil*, publicado em 1834. Debret viveu no país entre 1816 e 1831, período durante o qual suas pesquisas foram desenvolvidas. Outra obra foi *Voyage Pittoresque au Brésil*, de João Mauricio Rugendas, que morou entre 1821 e 1825 no país. Nas décadas seguintes, a tendência consistiu em explorar a natureza. O trabalho de Spix e Martius, que já era referência nesta linha, foi

⁴⁶ GERBI, Antonello. Op. Cit.

⁴⁷ MAGNOLI, Demétrio. Op. Cit. P. 105. DIEHL. Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: dos IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediuopf, 1998.

⁴⁸ MARTINS, Wilson. Op. Cit. P. 133.

ampliado. Em 1843, Spix lançou a *Flora Brasiliensis*, em que dividia o Brasil de acordo com sua vegetação e relevo⁴⁹.

Segundo Magnoli, a exaltação da natureza nos primeiros anos do império teve também um objetivo prático para o país. A valorização da natureza foi utilizada como propaganda, inclusive reaproximando-a da visão de paraíso, para ajudar no recrutamento de imigrantes ao país⁵⁰. Os historiadores brasileiros do final da primeira metade do século XIX, influenciados por esta visão, se serviram da observação da natureza na composição de suas obras.

As características de analogia mitológica que a historiografia assumiu para descrever o Brasil tiveram seu apogeu nos trabalhos produzidos na primeira metade do século, mas estavam presentes já desde o início da era colonial. Esta influência não desapareceu dos trabalhos de historiadores na década de 1840. No percurso do *Compendio*, aparecem momentos da idéia de paraíso para o passado, mas também para o presente, relacionados e amparados pela grandeza e a natureza diversificada do Brasil.

A abordagem da natureza no *Compendio* não abrange muitas páginas. Localizada no início do trabalho, opera como uma espécie de descrição geral da fauna, flora e relevo. A obra não entra em discussões teóricas a respeito da origem e desenvolvimento americano, ou sobre a degeneração ou infantilismo do continente. A preocupação maior do autor consistia em descrever o que havia no Brasil. Para isso, escolheu um discurso ligado à positividade do território brasileiro, onde a diversidade e a grandeza são destacadas como características do país. Comparada com o julgamento do *Bosquejo histórico*, esta visão é muito mais positiva.

⁴⁹ MAGNOLI, Demétrio. Op. Cit. P. 106. A propaganda era voltada para a imigração branca e européia, demonstrando a presença da idéia de “embranquecimento” que tomaria espaço principalmente na segunda metade do século XIX com o avanço das teorias raciais de Gobineau, um dos representantes do darwinismo social. Ver SCHWARCZ, Lílían M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

⁵⁰ MAGNOLI, Demétrio. Op. Cit. P. 107.

Entre os adjetivos que Abreu e Lima usou para descrever as terras recém descobertas, encontram-se “extensa, amena e povoada terra da Vera Cruz”⁵¹. No entanto, os elogios não eram apenas ao passado, senão também ao presente. Pretendendo fazer uma “descrição geral desta vasta nação”, o autor do *Compendio* expôs de maneira didática a natureza brasileira. À maneira dos naturalistas, descreveu seu litoral, relevo e hidrografia, destacando o Amazonas, “o maior rio do mundo”. Ainda classificou positivamente, sobretudo por sua diversidade, sua fauna e flora. Era sua contribuição à idéia de uma América que podia dar certo e superar a sua inferioridade do continente.

A narração dividiu a vida natural em diversos segmentos taxonômicos. Entre eles, encontra-se a *Zoologia*, dividida entre mamíferos, aves, répteis, peixes e insetos. Utilizou-se de Spix para indicar a variedade de animais encontrados no Brasil. Expõe também a vida vegetal brasileira, comparando-a com a de outros países para comprovar sua superioridade. Segundo Abreu e Lima, sobre *Phytologia* “talvez não haja país que possa competir com o Brasil na multiplicidade de vegetais”. Em relação à *mineralogia*, o país não era menos prezado, pois declara que essa “é imensa”⁵². Como se pode perceber, mais do que a qualidade para indicar os aspectos positivos, é utilizada a variedade da natureza. Neste momento da obra, alinhou-se aos teóricos mais favoráveis ao continente, como também apontou a potencialidade do país como fornecedor, dentro da lógica da expansão capitalista.

Nesse ambiente, expressou a sua crença em um avanço do “progresso” no Brasil. Expôs uma projeção positiva sobre o futuro do país. Acreditava que ocorreria um crescimento econômico através do comércio mundial, em expansão capitalista, através do porto do Rio de Janeiro, iniciado em 1808 com a transferência da Corte portuguesa ao Brasil. De acordo com o estudo de Varnhagen sobre o *Compendio*⁵³, esta idéia se encontrava inicialmente no trabalho Beauchamp. No entanto, era uma crença difundida

⁵¹ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 5.

⁵² Idem. Pp. 11-15.

⁵³ VARNHAGEN, Adolpho. “Primeiro Juízo Submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca do ‘Compendio da Historia do Brasil’ pelo Sr. José Ignácio de Abreu e Lima”. IN: *RIHGB*. Nº 21, tomo 6º, 1844. Pp. 60-83.

entre a elite brasileira, enxergando um determinismo geográfico que apontava para um futuro glorioso⁵⁴.

Apesar de vir de Beauchamp, provavelmente essa confiança no crescimento do país também era de Abreu e Lima, pois ele a defendeu e a reproduziu na obra. Em relação ao assunto, tem-se tal análise: “nenhum porto do Mundo está mais bem situado para o commercio: tem uma entrada segura, e uma fácil saída, e parece destinado a ser o centro da cadeia, que prende as relações entre as cinco partes do globo”⁵⁵. O trecho em questão é interessante por reafirmar o destino comercial do Rio de Janeiro.

Esta era uma demonstração da crença no avanço em direção ao progresso destinado ao país⁵⁶. Este avanço é medido de acordo com a integração ao mundo capitalista, e, no caso do Brasil, sua aproximação com a Europa. O trabalho era baseado em obras de autores europeus, que faziam estudos descritivos para os governos a serviço dos quais trabalhavam. As obras serviam como uma espécie de vitrine de matérias-primas para a industrialização em expansão⁵⁷. Seguindo o modelo destes viajantes, Abreu e Lima adotou alguns destes pontos de vista acerca do Brasil e de sua história.

Aparecem passagens onde se expressa a idéia de que o país estava em um estágio progressivo de desenvolvimento. É verdade que, sob a influência do romantismo da época, não se deixava de apontar um saudosismo do passado. Como afirma Guimarães, a tradição intelectual do Instituto era ligada ao “iluminismo português, marcadamente católico e conservador”⁵⁸. Falando sobre os progressos na Bahia do século XVIII, considera ir a província em direção à civilização:

“se podessemos comparar o seu bem estar d’aquelle tempo, suas commodidades, seus usos e costumes, sua afamada hospitalidade, sua vida patriarchal no seio da religião e da fé, quem sabe se teríamos a deplorar o

⁵⁴ MAGNOLI, Demétrio. Op. Cit. O Conde de Linhares, Rodrigo de Souza Coutinho, na primeira década do XIX, já previa o glorioso futuro econômico do Brasil devido à sua privilegiada posição geográfica.

⁵⁵ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 172.

⁵⁶ MAGNOLI, Demétrio. Op. Cit.

⁵⁷ LISBOA. Karen. Op. Cit.

⁵⁸ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Op. Cit. Pp. 5- 27.

nosso estado de progressiva civilização, em troco de algumas virtudes, de que se vangloriam nossos antepassados”.

Após constatar os avanços brasileiros, Abreu e Lima aborda um dos fatos que julgava mais marcante para o “desenvolvimento” do país. Considerou, sobretudo, a relação existente entre civilização, comércio e costumes europeus, impulsionados e diretamente vinculados à monarquia e aos efeitos produzidos no país desde o seu transplante à colônia. O capítulo que aborda o tema termina quase que “comprovando” as suas idéias de progresso civilizatório, pois finaliza com um fato em destaque na história do Brasil, a vinda da Família Real em 1808, para muitos historiadores o início do processo de emancipação política e mental.

4. Considerações sobre o índio, o negro e o português: a idéia de civilização

O século XIX foi considerado o século do avanço da ciência no mundo ocidental e tem como uma das suas principais características a crença no avanço em direção à civilização e ao progresso⁵⁹, que era medido de acordo com a sua integração ao mundo capitalista, e, no caso do Brasil, seu direcionamento à Europa. O avanço à civilização também era verificado através da formação da população de cada país, base para a formação da nação através da soberania do povo; no caso, o cristão e branco. Estas questões eram antigas nas reflexões de Abreu e Lima, como se viu anteriormente no *Bosquejo histórico*, e dito posicionamento foi comum na América. Em 1843, Domingo Sarmiento publicou “*Civilización y Barbárie*”, livro que continha idéias semelhantes sobre o continente.

A questão racial e a miscigenação, ocorrida sobretudo no Brasil, estiveram entre os principais interesses dos historiadores europeus e americanos de meados do século XIX. O assunto viu-se influenciado pelas teorias etnocêntricas que constantemente chegavam à

⁵⁹ KÖNIG, Hans-Joachim. “Nacionalismo: un problema específico de la investigación histórica de procesos de desarrollo”. IN: MESA, Luís Javier Ortiz; URÁN, Victor Manuel Uribe (orgs). *Naciones, gentes y territorios. Ensayos de historia e historiografía comparada de América Latina y el Caribe*. Editorial Universidad de ANTIOQUIA. Universidad Nacional de Colômbia: Medellín, 2000.

América, apesar a mudanças de seus paradigmas. Diversos trabalhos recorreram ao tema, produzindo análises positivas e negativas sobre os assuntos da miscigenação, da presença do índio, do negro, do colonizador português e do mestiço. Estreitamente relacionada a este assunto estava a questão do avanço do progresso em direção ao mundo civilizado⁶⁰.

Karen Macknow Lisboa, em seu trabalho sobre a representação construída pelos escritores estrangeiros, aborda a importância dada ao tema racial e cultural. Na obra de Spix e Martius, a questão era representada de forma positiva, pois apontavam o avanço da civilização sobre os bárbaros. Para ambos autores, a “selvageria” encontrada anteriormente fora substituída no Rio de Janeiro pela “cultura da velha e educada Europa”. Esta visão apontava para a idéia da negatividade do homem americano, a necessidade de civilizá-lo e, no caso do indígena, de catequizá-lo.

Na década de 1840, o romantismo assume o papel de “desconstruir”, ou reavaliar, o pensamento europeu acerca da inferioridade do continente e afirmar a “positividade” do povo americano, sendo as principais referências o indígena e posteriormente o mestiço.

Abreu e Lima também considerava a idéia de substituição da selvageria pela civilização, ao menos desde o *Resumen histórico*. Existe uma passagem em que expressa seu pensamento sobre a idéia de progresso e civilização. Agregava ainda a importância da religião dentro deste processo, no qual a idéia de “civilizacional” confunde-se com a cristianização do indígena e do negro. Expondo os avanços na colonização com o trabalho dos jesuítas e da coroa, esclarece que: “taes medidas fizerão prosperar rapidamente a capital do Brasil; mas isto não era, por dize-lo assim, senão uma prosperidade material, porque a moral e a religião são os unicos fundamentos reaes das sociedades”⁶¹. Esta idéia demonstra a força da Igreja católica e de seu pensamento sobre os pensadores da época.

⁶⁰ GERBI, Antonello. Op. Cit.

⁶¹ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 41.

Agregando força ao pensamento europeu, John Luccock reforça algumas idéias eurocêntricas indicadas por Spix e Martius⁶². Em geral, estes estudiosos observaram e consideraram como elementos catalizadores do processo “civilizador” a presença da corte, a abertura dos portos, o comércio, a elevação do Brasil a Reino, a independência e a manutenção da monarquia. Nesta mesma linha, foi escrito o trabalho de John Armitage. Para os mesmos autores, os fatores ligados às tradições européias estavam relacionados às discussões sobre a formação da nação e um sentimento nacional naquele tempo⁶³.

De acordo a visão dos viajantes estrangeiros, as questões da miscigenação e da escravidão no Brasil foram identificadas como temas que atrasavam o avanço do processo civilizador. Esta questão foi amplamente debatida no *Bosquejo histórico*. A miscigenação, porém, é vista desde Spix e Martius como positiva para o processo civilizador, já considerando válida a teoria do “embranquecimento”, que se reforçaria sobretudo no início da segunda metade do século XIX⁶⁴.

Apesar de inicialmente aparecer a incipiente visão romântica sobre o índio, há também no *Compendio* uma forte depreciação do indígena e a ausência do negro, que refletem a tendência que marcaria a trajetória dos trabalhos no IHGB. A identidade que se queria criar estava relacionada com a idéia de civilização européia, ou seja, branca e cristã. O Instituto trazia consigo forte marca excludente, onde o outro surge ao imaginário, com contadas exceções, de maneira depreciativa⁶⁵. A teoria das três raças, de Martius, ainda não havia tomado lugar de destaque. Apesar da idéia aparecer em artigo no mesmo volume em que foi apresentado o *Compendio*, só foi lançada a obra em 1847. Também não haviam sido publicados os principais trabalhos de Magalhães e Alencar, que fortaleciam a valorização do indígena.

No primeiro capítulo, dedicado ao estudo dos habitantes autóctones do Brasil, Abreu e Lima assume a imagem negativa do índio, como selvagem, bárbaro, indolente e

⁶² LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. IN: LISBOA, Karen. Op. Cit.

⁶³ LISBOA, Karen. Op. Cit. Pp. 271 e 272.

⁶⁴ Idem. P. 282. Ver SCHWARCZ, Lilia. Op. Cit.

⁶⁵ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Op. Cit. Pp. 5- 27.

preguiçoso. Esta visão não se restringia ao período inicial da colonização, mas era uma característica considerada presente ainda na época em que se escrevia a obra, no momento da enunciação.

Esses habitantes denominados no *Compendio* de “brasileiros” quando se referia ao descobrimento e aos primeiros séculos foram descritos como originários de diversos povos, com línguas e costumes diferentes. Em geral, foram apresentados de maneira negativa, sobretudo pelo uso generalizado, segundo Abreu e Lima, da antropofagia e pela constante guerra com os colonizadores. Embora se reconhecesse que cultuavam a natureza, não foram consideradas estas práticas como uma característica de culto a uma divindade; isto é, uma religião⁶⁶. À medida que negava a existência de religião aos indígenas, legitimava a necessidade de catequização.

Em relação ao negro pouco escreveu, com exceção de algum trecho sobre a importância do tráfico de escravos no Brasil, ou bem sobre Palmares. O tema da escravidão já era bastante corrente na década de 40 do século XIX. No Rio de Janeiro, desde 1833, havia periódicos abolicionistas⁶⁷, sem contar com que na época metade da população da capital do império era negra. No que diz respeito ao negro, Abreu e Lima seguiu os padrões da maior parte dos intelectuais da época, assim como do IHGB, não abordando essa população como parte integrante da história da nação que se constituía naquele momento. Não há referências sobre os efeitos do tráfico, sobre o papel do negro na sociedade brasileira, nem referências contra a escravidão, como havia no *Bosquejo histórico*.

Em toda a obra, o momento em que se dá maior destaque à questão do negro no Brasil é em referência a Palmares. O quilombo é apresentado de forma positiva e com certa referência etnográfica. No *Compendio* se considerou que Palmares chegou a se constituir como “estado independente e soberano”. Este comentário nos faz refletir quanto à ligação do Estado às pequenas comunidades locais, regionalmente separadas e de identidade

⁶⁶ ABREU E LIMA, J. I. *Compendio da Historia do Brazil*. Pp. 16-24.

⁶⁷ MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. P. 206.

delimitada⁶⁸. Ao abordar a relação com os vizinhos, considerou-a conflituosa e de constantes atritos com os colonos luso-brasileiros. Recordando Rocha Pita, faz uma analogia entre o rapto das mulheres locais e o das *sabinas*. Esse não era o único problema, pois constantemente aconteciam “saqueios” e “barbaridades”. Os quilombolas eram considerados bons agricultores e o que chamou de Colônia Africana tinha nesta época um chefe eletivo e de cargo vitalício, “Zumbe”⁶⁹. Apesar do pouco interesse sobre o negro, Palmares mereceu a atenção dos historiadores do século XIX.

O indígena e o negro são considerados como elementos integrantes da formação do imaginário de um povo heterogêneo apenas na metade do século XIX. O primeiro trabalho que expunha diretamente esta proposta foi o de Martius, apresentado apenas em 1843⁷⁰. Embora algumas obras das primeiras décadas apontem este papel, o indígena no início da década de 40 ainda era considerado negativamente do ponto de vista da civilização. O Brasil imperial, que buscava sua aproximação da Europa, via a questão como um empecilho ao seu objetivo de erigir uma civilização cristã. O *Bosquejo histórico*, escrito oito anos antes, apontava a heterogeneidade da população brasileira. Na ocasião, esta formação plural fora considerada bastante negativa e o Brasil, visto como a nação mais atrasada do continente americano por vários motivos, entre os quais estava dita heterogeneidade. Os Estados Unidos, país apresentado como homogêneo, eram a referência ideal para um futuro melhor.

Inicialmente, o indígena da época da colônia era descrito como o bárbaro e selvagem, e, algumas vezes, como o “bom” índio *roussoniano*. No entanto, a maior parte do tempo em que aparece o indígena na obra, este foi considerado como o selvagem que dificulta a posse do colono e o desenvolvimento da civilização no país. Como se pode observar, a análise é elaborada desde o ponto de vista pragmático da colonização portuguesa e do avanço civilizatório. No *Compendio*, assim como no *Bosquejo histórico*,

⁶⁸ KNIGHT, Alan. “Pueblo, política y nación, siglos XIX y XX”. IN: MESA, Luís Javier Ortiz; URÁN, Victor Manuel Uribe (orgs). Op. Cit.

⁶⁹ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. Pp. 145 – 6.

⁷⁰ MARTIUS, Karl Von. Op. Cit.

encontra-se constantemente a defesa da idéia de avanço da civilização sobre os povos encontrados na América, descritos como selvagens e pagãos.

Uma das figuras românticas que apareceriam como referência da identidade brasileira foi o índio de José de Alencar e Gonçalves Dias. Para formar uma comunhão étnica constituída das três raças, o negro só apareceu mais tarde com o impulso do movimento abolicionista⁷¹. No Rio de Janeiro, em 1837, a revista *Minerva Brasiliense* já iniciava seu combate à escravidão⁷².

A historiografia investiu na criação de um sentimento nacional para a história da América portuguesa. A guerra, além de estabelecer fronteiras, define também a identidade por meio da diferenciação estabelecida perante o outro. Um exemplo que exprime esta idéia é a narração das guerras contra os “estrangeiros”. As lutas contra a invasão holandesa foram recorrentemente objeto de estudo e ponto de referência para o embrião nacional.

Esta interpretação identitária e nativista da história é apontada desde o início da historiografia do país. Magnoli relembra que Varhagen, assim como outros historiadores da época, reforçaram a idéia nativista das três raças, aqui especificamente com ocasião da expulsão holandesa do Brasil, liderada pelo branco André Vidal de Negreiros, o negro Henrique Dias e o índio converso Felipe Camarão⁷³. Alguns anos antes, Abreu e Lima, em seu *Compendio*, já seguia a idéia que tomaria mais tarde grande força na historiografia do país.

Ao relatar a famosa Batalha do Guararapes em 1710, expressa a relevância que teve o acontecimento. A sua importância para a expulsão dos holandeses do território brasileiro, “libertando-o”, é afirmada. Exaltando Henrique Dias, Felipe Camarão e André Vidal de Negreiros, conjuntamente com os portugueses, afirma que a “batalha dos Guararapes exaltou a reputação dos independentes aos mais altos graus de glória e mudou a face da

⁷¹ MAGNOLI, Demétrio. Op. Cit. 99.

⁷² RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 – 1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. P. 154.

⁷³ MAGNOLI, Demétrio. Op. Cit. P. 98.

guerra”⁷⁴. É interessante destacar a denominação de “independentes”, que será dada mais de uma vez durante o texto, referida aos brasileiros e portugueses.

Magnoli afirma que, para a construção da historiografia nacional, os pensadores daquele momento escolheram uma narração que buscava reforçar a identidade com o mundo português e com seu passado colonial⁷⁵. Em algumas passagens, a idéia de continuidade aparece na obra, sobretudo em relação ao início da colonização do Brasil entre os séculos XVI e XVIII. No entanto, vinculada diretamente ao português, apresenta uma figura que vai se transformando através do tempo, desde a descoberta em direção à época da Regência. É visível o percurso que o “bom” colonizador português executa até a sua transformação no “mau” português da época da independência, carregado de “xenofobia”⁷⁶.

No início do texto, caracteriza assim o descobridor: “os Portuguezes, em todos os tempos altivos, bravos, intrépido, de espírito penetrante e imaginação ardente, navegão por mares desconhecidos, dobrão cabos até então considerados como limites do mundo”⁷⁷. A exaltação à obra portuguesa, quando extravasa o tempo, em “*todos os tempos*”, chega a romper a barreira que separa este português, encontrado no próprio *Compendio*, das descrições anti-lusitanas que aparecem após o período da independência, quando pensadores e literatos buscavam diferenciar-se como americanos⁷⁸.

O português bem visto do início da colonização está relacionado à descoberta do Brasil. Este fato pode influenciar a descrição do mesmo pela sua relação com o Brasil, com o Novo Mundo, o paraíso perdido em terra, *status* dado ao Brasil pela historiografia do século XIX e que tende a afirmar positividade. Nota-se que Abreu e Lima descreve o português das grandes navegações de maneira positiva, mas chama a atenção a maneira como este vai sendo descrito com o decorrer da obra.

⁷⁴ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 125.

⁷⁵ MAGNOLI, Demétrio. Op. Cit. P. 90.

⁷⁶ KNIGHT, Alan. Op. Cit. P. 375.

⁷⁷ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. II.

⁷⁸ PIMENTA, João Paulo Garrido. “Portugueses, americanos, brasileiros: identidade políticas na crise do Antigo Regime luso-americano”. IN: *almanack brasiliense* nº. 3, maio de 2006. <http://www.almanack.usp.br/Maio/2006>.

No quinto capítulo, por volta da metade do século XVII, começa a surgir a imagem de um português distinto do apresentado no início. Após analisar a relação de Portugal e Holanda depois da guerra, afirma que os portugueses estavam perdendo seu domínio. “Entretanto as Províncias Unidas pagavam-se com usura desta perda das Índias Orientaes, onde os Portuguezes degenerados viam declinar o seu poder”⁷⁹. O termo “degenerado” apresenta uma ligação com as idéias negativas a respeito do homem americano indicadas por Hegel, Buffon e De Pawm, entre outros europeus.

Neste capítulo, aparece o antilusitanismo característico do início do século XIX. Chamando os portugueses de “degenerados”, acusa-os de perder o comércio da colônia para a Inglaterra. Denuncia também o governo de João V, cujos 40 anos de duração haviam sido uma “longa e humilhante retrogração”. O monarca havia tolhido as atividades da indústria portuguesa e de suas colônias⁸⁰. Mas este não foi o único monarca criticado. José I, que era “fraco”, haveria sido responsável por um péssimo governo, no qual se salvava apenas a administração do Marquês de Pombal, que havia feito o país progredir. Estes dois últimos comentários apontam para a importância dada à modernização do país, que se iniciou com Pombal.

A administração de Pombal é relacionada a um período de prosperidade na colônia, de desenvolvimento comercial, cultural e administrativo. Pombal foi exaltado na obra por seu governo no Brasil. Em sua época, conhece-se um florescimento do comércio, das artes, das ciências, da agricultura. O marquês havia posto também limites à inquisição. Para Abreu e Lima, esta época foi de progresso e avanço em direção à civilização⁸¹ no que diz respeito ao sistema capitalista sobre a colônia. No entanto, se atrasara em outro elemento. O mesmo marquês, que incentivara a modernização do Estado, expulsou os maiores portadores da cristandade na América: os jesuítas. Para o general, eram merecedores de grande importância para o país devido aos seus trabalhos com os indígenas.

⁷⁹ Abreu e Lima. J. I. Op. Cit. P. 136.

⁸⁰ Ibidem. Pp. 156-7.

⁸¹ Ibidem. P. 157.

Apesar dos diversos elogios à chegada da corte, às medidas promovidas para o desenvolvimento da colônia e de considerar essencial a presença de um governo “ativo e sábio”, Abreu e Lima não deixou de fazer uma crítica sobre este momento. Com tom depreciativo, criticou os portugueses que vieram para o Brasil em 1808, data na qual um “enxame de aventureiros, necessitados e sem princípios, acompanhou a Família Real; foi necessário por tanto admiti-los nos diferentes ramos da administração Existindo desde muito tempo a rivalidade entre Portuguezes e Brasileiros”⁸². Este último comentário aponta à “origem” do antilusitanismo brasileiro, que, segundo Rowland, era mais político, de auto-reconhecimento e de interesses práticos, do que de origem⁸³.

O problema consistia em que estes portugueses tratavam de se enriquecer à custa do Estado, sem contar com a extravagância da corte e suas elevadas despesas. Por fim, o atrito entre os dois povos aumentou e se tornou inviável no governo de D. João, que se retirou para Portugal. Conjuntamente como ele, denuncia Abreu e Lima, “uma comitiva de mais de 3.000 pessoas: achavam-se neste numero muitos capitalistas, levando sommas immensas em espécie, que se extraíram do Banco”⁸⁴. Esta idéia aproxima-se da reflexão de Knight a respeito da necessidade de nacionalizar a economia americana neste período⁸⁵.

A visão negativa não se destinava apenas ao português e ao índio, mas também ao mestiço, que é criticado e desqualificado. Por mestiço entende-se o paulista bandeirante, habitante de uma província rebelde quanto ao poder central monárquico e contra a Igreja. Esta qualificação dada aos paulistas está relacionada com o seu conflito com os jesuítas e com o poder central da Igreja. Na ocasião narrada, o colono paulista se revelava contra o trabalho da instituição na província, impedindo a catequização do indígena e, conseqüentemente, o avanço da civilização.

⁸² ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 174.

⁸³ ROWLAND, Robert. “Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente”. IN: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

⁸⁴ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 211.

⁸⁵ KNIGHT, Alan. Op. Cit.

Sobre o assunto, Abreu e Lima descreveu um período de paz nas províncias que não era observado apenas em São Paulo do século XIX. A província aparecia descrita negativamente no *Compendio*, sobretudo os seus habitantes. Abreu e Lima faz a seguinte caracterização dos paulistas: “mameluco Belicosos” que tiveram “em sua origem uma população inquieta e turbulenta, nascida da mescla da raça brasileira com a de diferentes povos da Europa”⁸⁶. Trata-se de outra afirmação da idéia negativa sobre a miscigenação, sobretudo com os nativos do país.

Não se detém por aí a descrição dos paulistas. Segundo Abreu e Lima, eram contra o trabalho missionário feito no Paraguai, pois os jesuítas combatiam a escravidão indígena e os paulistas usavam este tipo de trabalho. Os paulistas resultavam duplamente culpados. O autor do *Compendio* se mostrava contra a escravidão indígena e considerava como grande progresso o trabalho dos jesuítas.

Para Abreu e Lima, os habitantes da província de São Paulo não só eram contrários aos Jesuítas e o progresso, senão também ao poder central da Igreja católica, pois tentaram erigir uma nova Igreja na Província com um Papa escolhido por eles no comando da mesma. Estas mudanças haviam promovido a mistura entre o cristianismo e as “superstições brasílicas”, produzindo uma “mescla impura”.

Os paulistas, mestiços, aparecem em seu trabalho como inimigos da “civilização christã” promovida pelos jesuítas no Paraguai, dado que os missionários haviam tirado os indígenas da barbárie. Falando sobre o assunto no Paraguai, Uruguai e Paraná, considera que os religiosos lhes “tinham dado uma nova forma de civilização, superior a de todos os povos recentemente convertidos”⁸⁷. Desta forma, os paulistas se tornavam inimigos do avanço civilizatório sobre a colônia, sendo este talvez o motivo do ataque aos habitantes daquela província.

⁸⁶ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 138.

⁸⁷ ABREU E LIMA. J. I. Idem. P. 138.

5. A história do tempo presente: a política e a unidade territorial

No *Compendio*, encontram-se tratadas algumas questões políticas e ideológicas relativas ao seu período. Respeito à monarquia, à unidade territorial e ao ambiente político da época, aparece não apenas seu relato como historiador, mas também sua versão dos fatos como partícipe dos acontecimentos apresentados. Entre os períodos, aquele que aborda a história recente é o que melhor aponta o posicionamento político de Abreu e Lima no momento. Defendeu que a continuidade da unidade territorial brasileira só fora possível devido à continuidade da monarquia através da dinastia dos Bragança, posição defendida por parte da elite brasileira. Verifica-se uma idéia de continuidade em seu pensamento sobre o assunto, pois fizera afirmações semelhantes em trabalhos anteriores, como no *Resumen histórico*, escrito entre 1828 e 1830, e no *Bosquejo histórico*, de 1835.

Diferentemente do que ocorrera na América Hispânica, que optara pela idéia de ruptura com a metrópole, o Brasil construiu sua história baseada no passado e na continuidade. Preferiu se constituir como Império monárquico, manter a dinastia portuguesa e perpetuar a escravidão. Este passado está imbuído de um sentido de destino. Assume-se um passado colonial que apresenta um Brasil e uma territorialidade pré-existente com base no passado⁸⁸.

De acordo com Karen Macknow Lisboa, este tema suscitou grande interesse nos escritores viajantes que estiveram na primeira metade do século XIX no país. Diversos destes viajantes relacionaram a monarquia à unidade territorial e a origem da identidade “pré-nacional”⁸⁹. Em relação à territorialidade e a historiografia, Abreu e Lima assumiu o discurso da necessidade da continuidade política para a manutenção territorial. Escreveu uma história geral do Brasil, embora concedesse bastante espaço aos eventos acontecidos em Pernambuco. Fez uma história do Brasil, não uma história local das províncias. Desta maneira procurou construir a representação de um todo territorial, relacionado, formando uma unidade pré-existente.

⁸⁸ MAGNOLI, Demétrio. Op. Cit. Pp.93-4.

⁸⁹ LISBOA, Karen. Op. Cit.

A relação entre a monarquia e a unidade era uma discussão corrente naquela época. Muitos pensadores entendiam que a integridade do império estava relacionada com a perpetuação do sistema monárquico. Abreu e Lima defendeu mais do que a monarquia, mas o governo de Pedro I, como meio de manter a unidade e evitar uma guerra civil. Em sua opinião, mantendo um posicionamento antigo, considerava que:

“Sua elevação ao Throno foi mui provavelmente o meio de preservar o Brasil de uma anarchia ainda mais fatal do que a que tem assolado as outrora colonias hespanholas (...) devemos reconhecer que, no estado a que tinham chegado os negócios públicos, foi esse o único meio de se firmar no throno a dynastia do senhor D. Pedro I, e de se prevenir a guerra civil, que só teria terminado pela separação das Provincias”⁹⁰.

Abreu e Lima reafirma uma velha opinião, a idéia da relação existente entre o estabelecimento da monarquia e o avanço da civilização na América. Em contraste com os vizinhos republicanos, o Brasil procurou aproximar-se do modelo europeu, reproduzindo em terras americanas um sistema monárquico identificado com a estabilidade política. Entre os pontos de apoio para a escolha do modelo, Abreu e Lima apresenta a tradição como argumento. Sobre a questão do regime de governo e de suas vantagens, encontra-se o seguinte comentário:

“o regime a que o povo estava acostumado era o monarchico, e esse foi o instrumento mais próprio para introduzir a civilização que faltava, e para se adotarem os aperfeiçoamentos sociaes, que formam uma parte inherente e essencial do systema representativo”⁹¹.

Reforçava e comprovava, assim, o que havia afirmado oito anos antes. Foi em defesa desta unidade territorial que escreveu condenando o movimento dos Cabanos, que chama de selvagens e despreparados. Este fato chama a atenção, pois Abreu e Lima chegara a discutir sua participação no movimento, tendo-se oferecido para comandar tropas do

⁹⁰ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. Pp. 263 e 264.

⁹¹ Idem. P. 264. O comentário é coerente com a posição apresentada no *Bosquejo histórico*.

mesmo⁹². Por isso, esta crítica causou estranhamento em Décio Freitas, que escreveu sobre o envolvimento do general no episódio⁹³.

Ao longo do texto, é reforçada a idéia da relação entre a monarquia, Pedro I e a unidade territorial são reforçados. Em relação à forma de governo que estava se discutindo para o novo Estado no início da *Regência*, expressa sua opinião sobre o assunto: “progrediam os conspiradores em seus projectos de mudar a forma de Governo; em seus clubs planos foram propostos, porém triumphou sempre o de conservar-se a Monarquia Representativa”⁹⁴. Em outro trecho, indica seu posicionamento no aniversário da Constituição: “sou e sempre fui constitucional”. Com a transição do Estado, o constitucionalismo foi amplamente defendido na América.

Muitos dos intelectuais que estavam participando do IHGB, como o próprio Januário, atuaram a favor da abdicação de Pedro I e continuavam a defender suas opiniões contra o ex-monarca. No entanto, segundo Martins, a historiografia brasileira, desde 1838, reintegrara este monarca à história brasileira⁹⁵. Pedro I é apresentado no *Compendio* como bom governante e como um dos dois grandes ideólogos da independência, junto a José Bonifácio.

Embora considerasse José Bonifácio como o político realizador da independência e ressaltasse a presença do povo no processo de emancipação, o mérito maior do processo pertencia a Pedro I. Segundo Martins, assim como Pedro I passou a ser “reintegrado” à memória brasileira em 1838, Bonifácio também conseguiu um espaço de relevo nos trabalhos historiográficos do país⁹⁶. Os personagens são ingredientes importantes para a construção da memória nacional, sobretudo se relacionados à construção do Estado e aos homens que escreviam a história.

⁹² DÉCIO, Freitas. *Os Guerrilheiros do Imperador*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. P. 130. Vide capítulo II.

⁹³ Idem. P. 130.

⁹⁴ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit, p. 260.

⁹⁵ MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. P. 272.

⁹⁶ Idem. P. 234.

Para melhor compreensão do papel de Pedro I e a posição de Abreu e Lima sobre a independência, transcreve-se a seguinte opinião:

“a nossa revolução é singular nos fastos do mundo: um povo que reivindica seus direitos, que os confia a seus representantes, que se emancipa quando se vê menoscabado, e injustamente desconhecidos; um Príncipe que previne os votos de seu povo; um sábio que firma a soberania de sua pátria; um Monarca que circunscreve a autoridade de seu Throno, é o exemplo mais notável e mais digno de admiração entre todos os povos cultos da terra”⁹⁷.

A independência brasileira para Abreu e Lima foi um acontecimento reivindicado pelo povo e afirmado pelo monarca. Ao contrário, a saída de Pedro I da direção do governo brasileiro não teve apoio popular. O acontecimento foi causado por “facções”, termo que possuía um significado pejorativo⁹⁸, e pelo exército, sem a participação do povo. De acordo com o *Compendio*, no governo de Pedro I a tribuna e a imprensa haviam se transformado em arena de conflito entre os “*dois partidos*”. A assembléia era inoperante e a imprensa, nociva ao governo.

Defendendo o ex-imperador, Abreu e Lima desqualificou a derrubada de Pedro I e a descreveu como um levante militar sem apoio:

“a revolução foi mais a obra dos militares do que do povo, ou para melhor dizer nada mais foi do que uma sedição militar (...) cumpre também notar, que se não tivesse rebentado esta sedição na corte, ou fosse abafada logo a nascença, o que talvez não teria sido muito difícil, haveriam aparecido movimentos sediciosos nas Províncias, attentes a impopularidade do Imperador e a fraqueza do Governo; e nesse caso o exito não seria duvidoso. O mal tinha lavrado por toda a parte, o cancro se tinha apoderado do coração do exército: d’elle partiu o movimento e acabou com elle”⁹⁹.

O exílio de Pedro I havia sido responsabilidade do Partido Moderado como forma de combater a restauração, que segundo Abreu e Lima não passava de um “fantasma na

⁹⁷ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 226. É interessante ver que considera a independência brasileira como uma “revolução”, principalmente se comparar o processo brasileiro com o hispano-americano.

⁹⁸ MOREL, Marcos. “Restaurar, Fracionar e Regenerar a nação: o Partido Caramuru nos anos 30”. Pp. 407 - 430. IN: ISTVÁN, Jancsó (org.). Op. Cit.

⁹⁹ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 266.

cabeça de algumas pessoas”. O imperador foi banido e, para o autor do *Compendio*, esse fato marcava um “monumento de eterna vergonha para um povo, que devia a sua existência política e a sua liberdade aquelle mesmo que voltava ao ostracismo”. Foi também o início da fragmentação do Partido Moderado¹⁰⁰ e a continuação das inimizades causadas pelas críticas aos promotores da abdicação de Pedro I.

A imprensa foi um problema para o primeiro monarca dos trópicos, pois os jornais constantemente atacavam o imperador. Apesar de Abreu e Lima criticar os ataques dos periódicos, não podia se ausentar de haver colaborado com tal imprensa, pois participava ativamente dos debates nas mesmas condições, por vezes agressivas, que tomavam o ambiente do Rio de Janeiro na época. No entanto, em defesa de Pedro I e atacando seus opositores, faz a seguinte descrição dos periódicos e de seus editores:

“o estilo violento e sarcástico dos Jornaes que tinham chegado ao ultimo ponto de exaltamento, e até de insolência, por que não só atacavam a pessoa sagrada do Monarcha, como a mesma Constituição em suas bases fundamentaes: começou por pregar federação, e acabaram proclamando a República. A vida, a honra, o lar doméstico, nada havia de sagrado para os follicularios”¹⁰¹.

Depois da abdicação, as “facções” haviam criado “idéias exageradas”, porém foram contidas pelo partido “chamado antes liberal”, que permanecera unido. Foi o início do Partido Moderado. Segundo o autor do *Compendio*, depois da abdicação do imperador, o exército ficou agitado. Alguns oficiais queriam seguir com o movimento e com “as idéias exageradas de revolução”; outros queriam terminá-lo e restabelecer a ordem. Essa oposição, logo após a abdicação, deu início aos partidos Exaltado e Moderado¹⁰². Abreu e Lima considerava legítimo o governo Moderado, porém acha a Regência Permanente um golpe de Estado, em detrimento da Constituição que legitimara o governo dos moderados até aquele momento¹⁰³.

¹⁰⁰ Idem. P. 287.

¹⁰¹ Ibidem. P. 257. O comentário aponta à existência da idéia republicana para o Brasil da época.

¹⁰² Ibidem. P. 267.

¹⁰³ Ibidem. Pp. 270-3.

Para ele, a *Sociedade Defensora* tivera uma enorme influência no governo. Fora ela que “verdadeiramente governou o Brasil pelo espaço de quatro anos: foi em realidade outro Estado no Estado”¹⁰⁴. Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães¹⁰⁵, essa expressão foi usada pelo deputado pernambucano Francisco de Holanda Cavalcanti na Assembléia Legislativa do Império, quando acusou a Sociedade de ser no Império um “*status in statu*”. Dita interpretação da força da Sociedade foi posteriormente incorporada à historiografia tradicional, e, segundo a Paschoal, vulgarizada pelo *Compendio*.

Abreu e Lima também abordou a criação do partido Caramuru, que havia exercido “pouca influência” no país. Ao tentar esclarecer as intenções deste partido, observa que: “nunca tivemos em vista que o senhor Duque de Bragança viesse ao Brasil para ocupar o Throno, que tão voluntariamente havia deixado”¹⁰⁶. Segundo ele, o partido teve suas intenções caluniadas e seu objetivo consistia no retorno de Pedro I como tutor de seu filho e regente. Faz, ainda, a seguinte observação: “o furor das facções fez dar-nos a denominação de Restauradores, porém a volta d’aquelle Augusto Senhor tinha para nós a grande vantagem de assegurar a Monarchia e o Trono de seu Filho pela sua presença no Brasil”¹⁰⁷.

Para Abreu e Lima, os denominados erroneamente de “restauradores” pela facção rival não queriam a volta de Pedro I ao trono, mas sim a defesa do cargo de imperador para seu filho. De acordo com Marcos Morel¹⁰⁸, a denominação veio a influenciar a construção da historiografia brasileira tradicional, quando se considera o movimento como de retorno. Como afirma Morel, a denominação fazia parte do vocabulário da época. A indicação de “restauradores” fora dada pelo grupo político adversário e estava carregada de ideologia ligada àquele momento.

¹⁰⁴ Ibidem. P. 271.

¹⁰⁵ PASCHOAL, Lúcia Maria Guimarães. “Liberalismo Moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837)”Pp. 103-126. IN: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (org), PRADO, Maria Emília (org). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001. Pp. 105-6. Otávio TARQUÍNIO DE SOUZA cita Abreu e Lima para defender esta idéia. IN: *Evaristo da Veiga*. Brasileira. Comp. Ed. Nacional, São Paulo, 1939. Pp. 164-5.

¹⁰⁶ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 273.

¹⁰⁷ Idem. P. 273.

¹⁰⁸ MOREL, Marcos. Op. Cit.

Apesar de haver combatido o Partido Moderado, fez a seguinte explanação sobre o tempo em que este esteve no governo:

“Todavia cumpre confessar que o Partido Moderado foi o único no Brasil, que teve a verdadeira influência sobre os negocios publicos, e que durante seu predomínio seguiu quase sempre uma política firme, desinteressada, e até certo ponto patriótica (...) sem os desvios de alguns membros influentes d`este partido elle seria talvez o mais azado para reparar os erros do anterior reinado, porém alguns excessos neutralizaram muitas das suas medidas”¹⁰⁹.

Outro episódio que merece espaço em seu trabalho foi a revolução de 1820 em Portugal. A questão foi qualificada de “inesperado acontecimento político”, que não considerava liberal por querer a reintegração do território brasileiro. As províncias brasileiras enviaram seus deputados separadamente para a “confecção de um novo pacto social”, como se dizia na época, dando mostra da falta de centralização política.

Ao comentar a representação brasileira, menciona a presença entre eles inclusive de alguns de seus inimigos, “sete [deputados] dos mais notáveis, entre os quaes figuravam Antonio Carlos Andrada, Lino Coutinho, Diogo A. Feijó, Cipriano Barata”¹¹⁰. No entanto, apesar dos esforços destes deputados, portugueses e brasileiros não se entenderam, pois divergiam quanto a seus interesses, fato que se tornou mais claro após a tomada de conhecimento do Manifesto que fora publicado pela corte de Portugal. Este episódio reforçaria o processo de rompimento entre Portugal e o Brasil que estava se amadurecendo e tomando força. Posteriormente, o episódio tomou lugar de destaque dentro da narração da história brasileira e de sua construção identitária.

6. Um toque autobiográfico: o nativismo pernambucano e a Revolução de 1817

Entre as características que se encontram na obra, encontra-se o nativismo presente na historiografia brasileira e que se desenvolveu principalmente em Pernambuco. Abreu e

¹⁰⁹ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 287.

¹¹⁰ Idem. P. 227.

Lima demonstra ser um representante deste segmento e apresenta esta característica em diversos momentos de sua narração, sobretudo em relação à sua província natal.

A historiografia foi um dos promotores da construção de uma identidade nacional. Como já se comentou, um exemplo que exprime esta idéia é a narração das guerras contra os estrangeiros. As lutas contra a invasão holandesa foram recorrentemente objeto de estudo e, por vezes, determinadas como ponto de referência para o embrião “nacional”¹¹¹.

Magnoli relembra o estudo de Varhagen que, sob a perspectiva racial, reforça a idéia nativista das três raças com ocasião da expulsão holandesa liderada por Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão¹¹². Abreu e Lima também fez a mesma consideração em seu *Compendio*. Sobretudo em Pernambuco¹¹³, existiu uma notável tendência a este tipo de estudo. Muitos historiadores consideraram que os primeiros sentimentos de brasilidade surgiram nessa província, através de suas primeiras iniciativas historiográficas.

Em relação ao sentimento “nativista” surgido inicialmente em Pernambuco, Abreu e Lima reconhece esta característica. Quando explana sobre os conflitos entre portugueses e brasileiros em 1822, aponta sua província como o lugar “onde o espírito de Independência era mais forte do que em nenhuma outra província do Brasil”¹¹⁴. Imbuída deste sentimento, logo expulsou as tropas portuguesas.

Contribuindo para a fortificação do nativismo brasileiro e utilizando Rocha Pita, aborda o conflito entre portugueses e holandeses nas costas brasileiras. Apontou como uma das características do conflito a falta de apoio do governo espanhol à defesa da colônia¹¹⁵. Este fato apenas realçava o valor dos brasileiros que, sozinhos, derrotaram os invasores estrangeiros. Pernambuco e a guerra com os holandeses, que estiveram no Brasil entre 1630 e 1654, ocupam a maior parte do capítulo. Do lado brasileiro, destaca o reconhecido trio:

¹¹¹ MAGNOLI, Demétrio. Op. Cit. P. 98.

¹¹² Idem. P. 98.

¹¹³ RICUPERO, Bernardo. Op. Cit. P. 28. A maior parte dos estudos sobre Abreu e Lima fora produzida em Pernambuco ou por pernambucanos, principalmente os mais profundos.

¹¹⁴ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 224.

¹¹⁵ Idem, Pp. 75-81.

Negreiros, o índio convertido Felipe Camarão e o negro Henrique Dias, além de militares e governantes. A produção nativista resultava visível no trabalho do historiador pernambucano.

No relativo ao sentimento de nativismo, há uma passagem que reforça este caráter no que diz respeito à província de Pernambuco. Durante a guerra com os holandeses, já no final, em 1653, Abreu e Lima aponta o isolamento de Pernambuco e seu esforço para vencer os invasores. Ao reclamar da falta de ajuda de Portugal e das demais províncias, comenta “desde então ficou o Recife abandonado às suas próprias forças”¹¹⁶. A libertação não era obra “nacional”, mas do “país” pernambucano.

Embora se declare abolicionista, elogiando o “herói” Dias pela sua bravura, reproduz o preconceito racial dos homens daquela época: “ainda que negro por nascimento, não deixou de obter pela fama eterna memória, porque esta não atende ao acidente de cor, senão às qualidades do coração”. O parágrafo reclama sobre a extinção do terço dos Henriques¹¹⁷, que em sua época havia desaparecido. Protestando por sua falta, de maneira exagerada, relaciona-o à memória. Para ele, “destruí-los, como fizemos, foi lançar por terra o único monumento que restava de nossas glórias passadas”¹¹⁸.

É notável o espaço destinado à luta contra o domínio holandês no nordeste. O capítulo quarto, que se desenvolve entre 1641 e 1654, estende-se desde a separação das coroas ibéricas até a expulsão dos holandeses do Brasil. Este capítulo gira basicamente por volta do conflito e da administração de Nassau. É provável que este interesse ocorresse por Abreu e Lima ser natural da província invadida e pelo seu apego à sua “patria chica”.

Quando aborda o desenvolvimento das províncias no interior durante os séculos anteriores, principalmente Minas e Goiás, toca também na questão do ouro, recém descoberto, que era enviado a Portugal. Neste momento do *Compendio*, reclama do

¹¹⁶ Ibidem. P. 130.

¹¹⁷ Após os conflitos em Pernambuco, em 1662, foi instituído pela coroa portuguesa o *Terço dos Henriques*, uma parte do regimento que era formada por mulatos e negros livres.

¹¹⁸ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 96.

escoamento do ouro na época colonial, “que arruinando o Estado, iam pejar os cofres estrangeiros”¹¹⁹, dando novamente amostra do seu nacionalismo econômico.

Em relação a Minas Gerais, demonstra o seu crescimento e povoamento, com bastante história administrativa e vinculando o crescimento da província com a exploração mineral. Além de apontar a interiorização do país, indicava as riquezas minerais da colônia. Não deixa também de recordar o movimento de 1779, sobre o qual, segundo Abreu e Lima, o governador teve notícia de que se tratava de “uma conspiração com o fito de declarar independente aquella província, sob um governo republicano à imitação da America Inglesa”¹²⁰. Quando aborda o tema, cita uma carta de Thomas Jefferson que fora reeditada na *Revista do Instituto*¹²¹, onde aparecia tratado o assunto.

Entre os aspectos mais interessantes do trabalho, encontra-se o tema da Revolução Pernambucana de 1817, que é abordada com um sentido autobiográfico. Logo no início do assunto, já o qualifica de acordo com sua perspectiva: “um acontecimento desgraçado, cujo sanguinolento desfecho derramou o luto sobre a província inteira (...) e arruinando muitas famílias, que ainda soffrem a consequência da bárbara legislação dáquelles tempos”. Abreu e Lima e seu irmão Luís Inácio Ribeiro fugiram do Brasil por causa do episódio; seu pai fora fuzilado e todos os bens familiares, confiscados¹²².

Discorre então sobre os motivos que teriam impulsionado esta revolução. O movimento queria a independência política, que já haviam obtido os Estados Unidos e as colônias espanholas estavam disputando. As razões imediatas apresentadas foram a existência de uma forte rivalidade entre os portugueses e os brasileiros e, em segundo lugar, o fato de Portugal estar dominado pela Inglaterra. Segundo Abreu e Lima, o plano de independência havia sido elaborado e desenvolvido pela maçonaria de ambos os países. A fim de conseguir a independência, apoiariam os brasileiros em seu plano de expulsar o rei

¹¹⁹ Idem. P. 155.

¹²⁰ Ibidem. Pp. 162-3.

¹²¹ Abreu e Lima indica a seguinte fonte: *Revista do Instituto Histórico*, tomo III, p. 209. A carta foi escrita em Marselha em 4 de maio de 1787, para Jonh Jay. Abreu e Lima considera a carta importante por falar de José Alves Maciel, emissário do levante que fora à Europa busca apoio.

¹²² Foi publicada uma carta sobre o assunto no *Diário Novo*, nº. 213, de 25 de setembro de 1845.

do Brasil e, assim, resultaria mais fácil alcançar o objetivo brasileiro. Para ele, Pernambuco era a província onde havia o maior número de maçons e isso favorecia o levante.

O episódio da morte na Bahia de seu pai, o Padre Roma, é narrado no livro de maneira discreta. Relata a missão do “Doutor José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima, um dos mais hábeis advogados de Pernambuco” como enviado da revolução às outras províncias nordestinas, que acabou sendo preso, enviado à Bahia e, em três dias, condenado à execução. Não se estendeu mais sobre o assunto.

Abreu e Lima também não exaltou a revolução em Pernambuco e pouco abordou o seu caráter republicano. Entre os motivos da derrocada do governo republicano, estavam a inoperância do governo provisório e a rejeição da população à república como sistema de governo. O argumento está em consonância ao apresentado anteriormente pelo *Bosquejo histórico*. Do seu ponto de vista, “não era fácil com bellas theorias e boas palavras, desarraigar preconceitos populares, e abalar os fundamentos de uma Monarchia cimentada sobre usos, costumes e religião”¹²³. Sua posição, mais do que uma recusa à república, era uma adesão à monarquia. A idéia toma força quando, ao comentar a queda da república pernambucana, afirma que a “ordem” fora estabelecida sob os gritos de “Viva El-Rei” na retomada das províncias afetadas pelo levante.

Outro ponto levantado durante a narração do conflito de 1817 foi a repressão que ocorreu depois de controlado o levante. Abreu e Lima acusou as autoridades de excessos em relação aos “patriotas” e aos muitos inocentes presos. Não sofreram apenas maus tratos os envolvidos, “ficando logo seqüestrados todos os bens dos presos, ficando suas innocentes esposas e filhos igualmente expostos a todos os horrores da mendicidade”¹²⁴.

Sobre a revolução de 1824 em Pernambuco, o autor não teceu muitos comentários. Considerava-a como uma causa que fora aceita pelo povo, porém que não conseguira se

¹²³ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 191.

¹²⁴ Idem. P. 195. Neste comentário, novamente aponta a experiência de sua família após o fracasso do levante de 1817. Não se sabe bem qual foi o motivo de sua prisão em 1817, mas parece ter sido devido ao envolvimento de sua família no episódio.

estabelecer. Parecia-lhe ameaçadora para a integridade do Império e declarou haver sido positiva a repressão do levante republicano. Chegou a comentar que, “felizmente para a causa da integridade”¹²⁵, chegara apoio aos realistas¹²⁶.

Especialmente o último capítulo conta com traços originais e análises próprias, pois a década havia acabado de passar e os primeiros estudos sobre o período eram recentes. A historiografia oficial estava apenas dando seus primeiros passos e quase não havia obras sobre o passado imediato. É necessário destacar que este trabalho foi apresentado em um momento em que se iniciava a institucionalização da historiografia brasileira. As discussões sobre teoria eram incipientes e os intelectuais autodidatas no assunto. Muitas das questões que marcariam o início da produção encontravam-se ainda em um estágio incipiente, ou até não haviam sido pautadas.

Para escrever o *Compendio*, serviu-se de amplo material literário existente na época e de documentação mais recente, sobretudo documentos relacionados com o reinado de Pedro I e a época da Regência. Abreu e Lima propôs uma periodização referenciada sobre importantes fatos políticos que, em sua opinião, haviam influenciado o país. A periodização seguiu a divisão de seus capítulos, sem propor maiores contornos, além de agregar os fatos referentes à época. Como indicou no prefácio de sua obra, a missão da periodização ainda estava se iniciando e precisaria primeiramente de se ter referências mais concretas quanto ao conhecimento do passado do Brasil.

¹²⁵ Ibidem. P. 239.

¹²⁶ Um comentário como este leva a crer que estava usando da “imparcialidade” do ofício do historiador, tão prezada em seus trabalhos, limitando-se a maiores opiniões sobre o assunto.

CAPÍTULO V

A HISTORIOGRAFIA ATRAVÉS DA POLÊMICA

ABREU E LIMA – VARNHAGEN

“É quasi impossível a imparcialidade na história contemporânea; qualquer juízo acerca de um facto, pois immoral ou deshonros o que seja, achará sempre quem o taxe injusto (...) [N]este conceito evitei quando me foi possível, comprometter a honra ou ferir o amor próprio de qualquer homem, que estivesse, contentando-me com referi os acontecimentos, como se passaram, e deixando á posteridade o direito de julga-lo”.

Abreu e Lima¹

Em volta da publicação do *Compendio da História do Brasil* a historiografia brasileira gerou uma polêmica que envolveria Abreu e Lima, Januário da Cunha Barbosa e Francisco Adolfo Varnhagen, os três integrantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Depois da publicação e apresentação do livro ao Instituto, iniciou-se uma discussão que produziria diretamente ao menos mais dois trabalhos historiográficos, um de Abreu e Lima e o outro de Varnhagen.

Os escritos produzidos nessa ocasião apresentavam críticas mútuas e causaram um debate em que se relacionavam questões pessoais, políticas e historiográficas. São debatidas questões pontuais quanto a acontecimentos históricos e discutidos autores. A disputa através do conhecimento sobre história mescla-se a antigos atritos entre pensadores que contribuíam para a produção e conhecimento da história do Brasil.

¹ *Compendio da Historia do Brazil, desde o seu descobrimento até o magestoso acto da coroação e sagração no Sr. D. Pedro II.* Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1843. Prefácio.

1. A avaliação do *Compendio*: leituras distintas

Depois de editada e oferecida a obra ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, bastava apenas esperar a apreciação do trabalho e a sua aceitação na *Revista* do Instituto. Pelo menos assim pensava Abreu e Lima, como ocorria costumeiramente desde a criação do órgão. Ao contrário do que esperava seu autor, o IHGB recusou o *Compendio da historia do Brazil*, seguindo de uma crítica contundente e negativa por Francisco Adolfo Varnhagen, aprovada pelo Instituto e impressa em seu periódico.

De acordo com algumas análises históricas posteriores à sua época, pode-se deduzir que o posicionamento político de Abreu e Lima se refletiu sobre sua produção intelectual de forma bastante negativa dentro do IHGB. Este desentendimento, de serem considerados os acontecimentos, o excluiu da participação no Instituto após aquele momento. Possivelmente também influenciou a aceitação/recusa de sua obra no início da historiografia brasileira e posteriormente contribuiu ao enfraquecimento de sua memória quanto à sua contribuição à historiografia nacional que surgia então.

Para avaliar a importância desta polêmica, sobre a construção da memória relativa à Abreu e Lima, parte-se da consideração de que este é um dos episódios mais conhecidos em relação à participação deste pensador na historiografia nacional. O foco da análise está na polêmica ocorrida no seio do IHGB, relegando o trabalho em si a um segundo plano. Apesar da importante contribuição de Abreu e Lima à historiografia do país, suas obras foram pouco estudadas. É verdade que muitas delas desapareceram e outras são raras.

O conflito é analisado, mas pretende-se ampliá-lo à produção intelectual que o rodeia. O foco não está apenas no conflito em si, há também a questão presente no trabalho, esta sim central, pois produz análises que apontam para um lugar distinto à obra de Abreu e Lima do que o indicado pelo IHGB. Analisa-se igualmente o posicionamento de estudos que foram produzidos depois da polêmica. A maioria destes sugere o sucesso da empreitada do general e discorda do fracasso apresentado por Varnhagen e sancionado pela *Revista* do Instituto.

Antes da publicação de cada trabalho no periódico, passava pela avaliação das *Comissões de Redação* e de *História*. Segundo Guimarães, desde os anos iniciais, era costume a publicação de “juízos e pareceres” sobre os trabalhos apresentados nas sessões do Instituto. Segundo a autora, os mesmos indicavam que o trabalho “era escolhido para vir fazer parte da publicação oficial da casa”. As comissões tinham poder de veto sobre as análises e o usaram em diversos momentos. Para Guimarães, não existia um quadro de normas específicas para o julgamento dos trabalhos. De acordo com a autora, os “censores gozavam de plenos poderes nas suas avaliações”. Estas análises não eram unânimes e causavam discussões, impressas na *Revista*, com “réplicas e treplicas”².

O IHGB, em publicação da *Revista* do Instituto, reprovou e considerou o *Compendio* como um trabalho de qualidade insuficiente para ser respaldado e indicado pela instituição. Primeiro aparece uma análise negativa assinada pela comissão responsável por fazê-la e, posteriormente, um estudo empreendido por Varnhagen e publicado na *Revista*. O conflito tem aparecido principalmente em estudos sobre a historiografia e literatura nascente no Brasil de meados do século XIX.

O veto da revista não foi a única opinião publicada na época acerca do *Compendio*. Posicionamentos divergentes a respeito da obra existiram desde o momento de sua publicação. Há uma crítica conhecida anterior à de Varnhagen e muito favorável ao trabalho. O periódico *Minerva Brasiliense* apresenta um artigo, de suposta autoria de Torres Homem, em que se analisa o *Compendio*. De acordo com a *Minerva*, elogiando o trabalho, afirmava que “não é em grande parte senão uma compilação bem feita e coordenada, do que o seu autor encontrou de melhor nos diferentes escritores que o precederam”³. Esta avaliação aproximava-se da auto-avaliação do general.

O artigo traz ainda um elogio à “profunda imparcialidade” do estudo em relação aos acontecimentos das últimas duas décadas, imparcialidade que, para o autor da *Minerva*,

² GUIMARÃES. Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da Imediata proteção se Sua Majestade: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. RIHGB, Rio de Janeiro, 156 (388): jul. set. 1995. Pp. 567 e 570.

³ *Minerva Brasiliense*, n.º. 2, de 15 de novembro de 1843. IN: ROMERO, Sílvio. *História da Literatura brasileira*. 5.º volume, Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília, 1980. P. 1604.

“seria rara em um contemporâneo qualquer e muito mais em um homem que não foi espectador passivo” do tempo sobre o qual se volta o trabalho. Este não era o último ponto favorável ao *Compendio*. Em relação ao “lugar” da obra na época de sua produção, tem-se uma leitura diferente. A publicação considerava o *Compêndio* como “o mais útil que há sido publicado sobre este objeto”⁴. Se Abreu e Lima não alcançou seu objetivo como previra, ao menos na visão do jornal produzira como esperava um bom manual para a mocidade brasileira.

Existe outra avaliação semelhante à do *Minerva*. Em 1858, teve lugar no próprio IHGB o que Guimarães chamou de “resgate definitivo de Abreu e Lima”, quando o então presidente do Instituto, visconde de Sapucaí, falou sobre a importância do *Compendio* para a historiografia brasileira. Guimarães considera que neste momento o general foi absolvido perante o Instituto, com a recordação do Presidente, em sessão na qual estava presente o imperador⁵. No entanto, sobre a acusação de Varnhagen, considera que a obra não se livrou da fama de ser um plágio.

O general pode ter sido absolvido por Sapucaí. Porém, resulta difícil concordar com a autora quando afirma que ocorreu então o seu “resgate definitivo”. Outro trabalho de dentro do IHGB conhecido a respeito do general foi o de Sobrinho, nas comemorações dos cem anos da morte de Abreu e Lima em 1969. Na ocasião, Sobrinho refletia sobre a necessidade de o Instituto se “desculpar” com a memória de Abreu e Lima e fazia um pedido para serem reavaliados os trabalhos deste autor⁶.

Sapucaí também elogia a imparcialidade de Abreu e Lima. Em 1858, o Visconde pede que seja feita honra “na parte moderna, e em que foi expectador, porque ali abdicou

⁴ *Minerva Brasiliense*, nº. 2, de 15 de novembro de 1843. IN: ROMERO, Sílvio. Idem. P. 1604.

⁵ Aparece no *Diário de Pernambuco* em 24 de dezembro de 1856, um pedido do IHGB ao Presidente da Província de que “encarregasse pessoas habilitada à tarefa de coligir todas as tradições e documentos relativos à história do Brasil existente em arquivos públicos”. Abreu e Lima foi um dos designados. IN: GONÇALVES MELLO, José A. *Diário de Pernambuco Economia e Sociedade no 2º Reinado*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

⁶ BARBOSA LIMA SOBRINHO. “Centenário da Morte do General José Inácio de Abreu e Lima”. IN: *Revista do Instituto Geográfico e Brasileiro*. Volume 283, abril-junho, Departamento de Imprensa Nacional – Rio - 1969. Pp. 169-184. Há o mesmo esforço de Sobrinho no prefácio da reedição da obra de Abreu e Lima, *O Socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

muitas vezes dos seus princípios e vistas políticas para fazer justiça aos seus contrários”⁷. De fato, encontram-se constantemente nas obras de Abreu e Lima referências sobre o seu comprometimento com a “imparcialidade” e “verdade histórica” dos fatos, buscando idoneidade em suas análises.

O *Compendio* foi um trabalho efetivado quando havia uma intensa preocupação com a produção de uma identidade própria. Existiam poucas obras de história escritas por brasileiros que se voltassem ao tema da periodização brasileira proposto pelo IHGB. Contrariamente ao que esperava, seu livro foi criticado severamente pelo IHGB. Como Sócio Honorário, afirmou Barbosa Lima Sobrinho que deveria esperar “[j]uizados favoráveis e ou, quando muito, um registro bibliográfico sumário, útil na divulgação e propaganda do livro”⁸. No entanto, não foi isto o que aconteceu.

De acordo com Sobrinho, houve uma manipulação do parecer por parte de seu Secretário Perpétuo, ainda ressentido com as divergências da época da Regência. Relembrando o assunto, Sobrinho traz à tona a questão de que houve dois pareceres no Instituto sobre a obra. Inicialmente, o *Compendio* foi encaminhado pela direção do Instituto à *Comissão de História* para fazer sua análise. Esta comissão era composta por intelectuais como Bento da Silva Lisboa, filho do visconde de Cairu, e Diogo Soares da Silva Bivar. Nesta ocasião, não vetaram o trabalho do general.

Chacon concorda com Lima Sobrinho e considera que houve um “transbordamento das paixões políticas”, que Abreu e Lima “só podia esperar academicamente um elogio, ou um mero registro bibliográfico”⁹. Este autor se remonta aos desentendimentos políticos no tempo da abdicação de Pedro I, quando o general e Januário da Cunha estavam em lados opostos.

⁷ GUIMARÃES. Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit. Pp. 572-3.

⁸ BARBOSA LIMA SOBRINHO. Op. Cit. P. 171.

⁹ CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima; general de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. P. 165. Chacon não considera o *Compendio* um trabalho muito significativo, considera que seu “único mérito e ser o primeiro em nosso país”. IN: CHACON, Vamireh. *História das Idéias socialistas no Brasil*. 2 Fortaleza, ed. UFC; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981. P. 111.

Questões pessoais e políticas parecem ter afetado a receptividade de Januário da Cunha. No entanto, pouco tempo antes do parecer do Instituto sobre o *Compendio*, o cônego já tinha claro que alguns trabalhos não deveriam ser publicados “talvez por circunstâncias mui recentes da nossa história, e talvez por menos perfeitos na compreensão de fatos que devem fazer o seu complexo”¹⁰. Neste caso, o livro se encaixava nas restrições apontadas anteriormente pelo Secretário.

A postura do cônego foi sustentada por muito tempo no Instituto. Segundo Guimarães, a “história recente” do império passou a ser tema de estudo por volta do final da década de 50. Isto ocorreu devido à renovação do quadro do IHGB. A velha geração, entre 1855 e 1865, fora substituída por novos dirigentes que, por sua vez, não haviam sido personagens da história daquele momento do Brasil¹¹.

A primeira comissão apresentou um parecer ameno que fazia algumas críticas ao livro. Chama a atenção sobre a obra, sobretudo por aparecerem fatos contemporâneos que podiam criar constrangimento e desavenças entre pessoas envolvidas nos acontecimentos abordados pela obra. Também pelo mesmo motivo, a contemporaneidade da obra, afirmava que o autor não conseguiria manter a imparcialidade necessária ao estudo. Apesar da crítica, este parecer não foi contundente, nem desprestigiou o trabalho do general, um de seus Sócios Honorários¹², restringindo-se a indicar as questões apresentadas.

Este primeiro parecer foi posto de lado e se fez outra análise do *Compendio*. Segundo a história de Sobrinho, o Secretário Perpétuo do Instituto, junto com um membro da *Comissão de Redação* -Antônio José de Paiva Guedes de Andrade- fizeram uma manobra política para aprovar outro parecer. Na assembléia de sócios do Instituto, adiou-se a votação sobre o parecer da *Comissão de História*, na sessão em que foi apresentado. Na

¹⁰ BARBOSA, Januário da Cunha. “Relatório do Secretário”. RIHGB, Rio de Janeiro, 4 (Suplemento): 19-20, 1842. IN: GUIMARÃES. Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit. P. 571.

¹¹ GUIMARÃES. Lúcia Maria Paschoal. Idem. P. 584.

¹² BARBOSA LIMA SOBRINHO. Op. Cit. Pp.172-3. Sobrinho indica que o administrador do Pará, Machado de Oliveira, reclamou sobre sua administração na província e sobre suas aparições no livro.

sessão seqüente, já surgia o novo parecer, desta vez da *Comissão de Redação*¹³, abandonando o decidido pela *Comissão de História*. Assinado em 11 de janeiro, a análise continha as seguintes opiniões:

“A Comissão de redacção da Revista trimestral do Instituto histórico e Geographico do Brazil, examinou o primeiro juízo que acerca do novo Compendio de história do Brazil publicou o Sr. J. I. de Abreu e Lima, e achando cordatas as considerações feitas pelo nosso sócio o Sr. Francisco Adolpho Varnhagen, especialmente contra o plágio tomado do insignificante escriptor francez Beauchamp: he de parecer que o Instituto deve adoptar e publicá-lo na Revista, para que possa chegar ao conhecimento dos possuidores do dito Compendio; visto que para a instrucção elementar he menos recomendável que o do Sr. Bellegarde”¹⁴.

As comissões tinham poder de embargar ou aprovar um estudo, pois suas decisões eram assumidas pelo IHGB. No caso de Abreu e Lima, a força do veto era maior, pois um dos integrantes da Comissão de Redação era Januário da Cunha. Secretário do Instituto entre 1838 e 1847, conduziu com firmeza os poderes que lhe dava seu título. Segundo Guimarães, “sua autoridade de aprovação ou veto eram inquestionáveis”¹⁵. A recusa ao *Compendio*, assinada por Januário, era definitiva.

Guimarães compreende que a recusa do *Compendio* pelo cônego se deu, sobretudo, pela abordagem existente no livro sobre acontecimentos muito recentes da história. Com as abordagens e análise deste momento, Abreu e Lima teria “transgredido as normas da ‘casa’”¹⁶. No entanto, estes não são os motivos apresentados para a recusa do *Compendio*. Os argumentos que permeiam o veto são outros, direcionados ao plágio e a supostos erros pontuais sobre fatos e fontes.

O trabalho de Abreu e Lima foi comparado com outro compêndio, a obra de Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde, o *Resumo de História do Brasil até 1828*, que

¹³ RIHGB, nº. 21, tomo 6, 1844. P. 125. IN: ABREU E LIMA. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro juizo de Francisco Adolf de Varnhagen, à análise negativa que seu Compendio da História do Brazil desde o seu descobrimento até o magestoso acto de coroação e sagração do Sr. D. Pedro II*, 1844.

¹⁴ RIHGB. Tomo 6º, 1844. P. 124. IN: ABREU E LIMA. Op. Cit. P. 5. ROMERO, Sílvio. *História da Literatura brasileira*. 5º volume, Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília, 1980. P. 1602.

¹⁵ GUIMARÃES. Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit. P. 571.

¹⁶ Idem. P. 572.

havia sido publicado em 1831 no Rio de Janeiro. A obra era uma compilação sobre o *Resumé de l'Histoire du Brésil*, trabalho de Fernand Denis lançado em 1822. No Rio de Janeiro, Bellegarde trabalhava como responsável das obras de engenharia, pontes e canais, na cidade, labor pelo qual era reconhecido e elogiado. Apesar do sucesso da sua obra como engenheiro, é mais recordado pela sua obra como historiador. Foi integrante do IHGB e produziu o primeiro manual de história a ser adotado no Colégio Pedro II¹⁷.

O trabalho historiográfico de Bellegarde saiu com uma lista de 533 nomes como “Srs. Subscritores”. Entre eles estavam representantes da elite intelectual e política da capital do império. Gasparello interpreta esta lista como uma amostra que “atesta a importância colocada na divulgação e conhecimento de uma história nacional”¹⁸, em um momento em que estes se consideravam como os primeiros esforços próprios de definir uma identidade e uma produção intelectual para uma nação em formação. O apoio à obra era um trabalho à Pátria e uma legitimação para o autor.

Em 1841, dois anos após a morte de Bellegarde, seu *Resumo* foi indicado como o primeiro manual de história para as aulas no Colégio Pedro II. O IHGB reforçava assim positivamente seu trabalho como historiador e o papel dentro dos primeiros passos da cultura escolar em meados do século XIX. Gasparello considera que as obras de Bellegarde e de Abreu e Lima “tiveram suas trajetórias marcadas pela interferência” do IHGB. No entanto, a do engenheiro foi amigável e a do general, conflituosa¹⁹, o que se reflete de maneira distinta na construção da memória destes personagens.

O novo parecer não foi a única publicação a respeito do trabalho de Abreu e Lima neste número da *Revista*. No periódico do Instituto, de abril de 1844, saiu uma crítica do

¹⁷ GASPARELLO, Arlete Medeiros. “Historiografia didática e pesquisa no ensino de História”. X Encontro Regional de História – ANPUH_RJ. História e Biografias – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – 2002. IN: <http://www.anpuh.uepg.br> . 15/06/2005. Bellegarde nascera em Portugal em 1802 e viera para o Brasil na migração portuguesa de 1808. Serviu na Academia Real Militar no Rio de Janeiro. A serviço do governo brasileiro, foi à Europa em 1825, onde, em Portugal, se graduou em engenharia e geografia.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Ibidem.

Compendio escrita por Varnhagen²⁰, com uma avaliação bastante negativa do trabalho do general. Esta foi a maior crítica que sofreu sua obra como historiador e que marcaria sua trajetória e memória dentro do IHGB.

Embora reconhecesse a qualidade do trabalho de Abreu e Lima e sua superioridade neste conflito, Romero considera que Varnhagen “era muito mais preparado em história do Brasil, mas que escrevia com menor habilidade”²¹. Esta opinião de Romero não parece ser apropriada se considerado o momento do desentendimento, pois apenas posteriormente Varnhagen produziria obra de relevo sobre a história do Brasil. De acordo com nossa análise, entre o artigo de Varnhagen para a *RIHGB* e a *Resposta*²² do general pode-se considerar que, do ponto de vista do conhecimento histórico da época, Abreu e Lima mostrou-se mais bem informado do que seu opositor.

Décadas depois, Honório Rodrigues, concordando com Romero, considerou o conflito provocado pela negativa do Instituto como uma das “mais violentas polêmicas da historiografia brasileira”²³. De fato, os dois escritores se insultaram mutuamente em suas publicações sobre o assunto. No entanto, pode-se considerar que o insulto inicial partiu do *Primeiro Juízo* de Varnhagen, a não ser que o insultado não fosse apenas Varnhagen, devido à discordância de aspectos de sua obra no *Compendio*, senão também o cônego e ainda outros personagens que participaram das agitações da independência e Regência contidas no estudo.

Mais do que a aspereza da polêmica, deveriam ser destacadas as interessantes questões de historiografia que aparecem nas duas análises. A polêmica apresenta a reflexão sobre as questões metodológicas em relação a acontecimentos factuais, que assumiam

²⁰ VARNHAGEN, Adolpho. “Primeiro Juizo submetido ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca do Compendio da Historia do Brasil pelo Sr. José Ignácio de Abreu e Lima”. Pp. 60-83.

²¹ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura brasileira*. 5º volume, Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília, 1980. P. 1605.

²² ABREU E LIMA, J. I. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro juizo de Francisco Adolf de Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brazil*. Pernambuco: na typographia de M. F. de Faria, 1844.

²³ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil – Introdução Metodologia*. 3ª edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. P. 127.

importância primordial na construção historiográfica. Para os interessados no pensamento de Abreu e Lima, esta obra, a *Resposta*, é um documento rico em relação à compreensão sobre historiografia, como também quanto ao seu posicionamento político.

Honório Rodrigues chama a atenção para a análise de Varnhagen e indica que é preciso acentuar que a crítica a Abreu e Lima não entrou na questão da periodização em si. Varnhagen havia principalmente destacado que o trabalho fora baseado, quase que exclusivamente, na *História do Brasil* de Alphonse Beauchamp, “plagiário conhecido do livro de Robert Southey”. Rodrigues mais adiante faz outra crítica ao Instituto: “foi injusto quando decide, poucos anos passados, desconhecer a contribuição de Abreu e Lima uma periodização brasileira, para limitar-se apenas à crítica dos fatos materiais compreendidos em cada época”²⁴.

A objetividade da análise do futuro Visconde de Porto Seguro é contestada por Honório Rodrigues. O autor afirma que o estudo não se focou na crítica da periodização proposta para o concurso. O centro da análise do trabalho de Varnhagen era o suposto plágio sobre a obra de Beauchamp, além de apontar alguns erros factuais. Para o autor da *Teoria da História do Brasil*, Varnhagen “não poderia discutir o problema das épocas porque, como se verá mais adiante, ao tratar de sua História geral, ele não possuía base teórica e filosófica sobre a matéria”²⁵. Os trabalhos mais conhecidos do diplomata foram lançados na década de 50 e, acompanhando os trabalhos do general, percebe-se seu interesse e preparo em história.

José Honório Rodrigues também reconheceu que o *Compendio* de Abreu e Lima foi indevidamente recebido pelo Instituto e não concordou com o juízo de Varnhagen. Apontou o trabalho como um estudo original para a época. No entanto, não se omite de fazer algumas críticas, como se viu anteriormente. Em relação ao tema da periodização, Honório Rodrigues aponta o curto processo que ocorreu no IHGB desde a idéia até a sua efetivação,

²⁴ Idem. P. 129.

²⁵ Ibidem. P. 128. Carlos G. Mota também considera o *Compendio* o primeiro trabalho que alcança a proposta de periodização. MOTA, Carlos G. “Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850)”. Pp. 197-237. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC, 2000. P. 228.

mesmo que inicial. Nesta linha de desenvolvimento da questão, encontra-se o seguinte raciocínio: “cabe a Januário da Cunha Barbosa o levantamento do problema, ao brigadeiro Cunha Matos a primeira discussão teórica, a Abreu e Lima a primeira tentativa de realização concreta”²⁶.

O *Compendio* foi considerado por Honório Rodrigues o primeiro trabalho sobre a periodização da história brasileira. Para este autor, tratava-se “na realidade, a primeira tentativa de um agrupamento de fatos por períodos”. Ainda lamenta a preferência da *Comissão de Redação* por eleger o *Resumo da história do Brasil até 1828*, de Bellegarde, que seria um trabalho inferior para a adoção nos colégios do império²⁷.

É importante considerar esta comparação entre o trabalho de Bellegarde e de Abreu e Lima, pois sai-se um pouco da discussão da periodização e entra-se na produção dos manuais adotados nos colégios do império. A participação do general nas instituições brasileiras de ensino tem considerável destaque em meados do século XIX. Em relação ao ensino brasileiro, Gasparello considera o *Compendio* a obra “mais importante da fase inicial da historiografia didática nacional”²⁸.

Segundo Gasparello, Varnhagen não concordava com a visão do general frente ao Brasil. Para a autora, “o posicionamento desassombrado e crítico de Abreu e Lima em questões vitais da construção de uma história nacional”²⁹. Realmente as idéias de Abreu e Lima forma, por vezes, rotundamente críticas ao Brasil, possivelmente irritando muitos intelectuais contemporâneos. Entre as idéias que incomodavam Varnhagen estavam as acusações sobre os paulistas em conjunto, com seu posicionamento a favor dos Jesuítas em detrimento destes colonos, e de haver chamado os índios de brasileiros. Entretanto, um trabalho mais crítico com os brasileiros havia sido o *Bosquejo histórico*.

²⁶ RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. Pp. 128 e 130.

²⁷ Idem. P. 129.

²⁸ GASPARELLO, Arlette Medeiros. Op. Cit. Um livro realmente crítico do autor foi o *Bosquejo histórico*.

²⁹ Idem.

Esta última análise aponta a visão que se buscava construir naquele momento de forjamento da nação. Os manuais eram elementos para este projeto e deviam possuir um sentido pátrio e positivo. Para Varnhagen, o livro de Abreu e Lima não atendia a esta idéia. Criticou a visão dada aos colonos paulistas e a ligação do termo “brasileiro” com o indígena, considerada como uma raça degenerada. Preocupava a Varnhagen a possibilidade de se adotar o *Compendio* nos colégios do império como guia da juventude brasileira e fonte da “verdade histórica”, uma verdade que não estava de acordo com sua opinião, nem com a do cônego. Tratava-se de um trabalho duvidoso, realizado por um general bolivariano e com antecedentes negativos em relação à sua leitura do Brasil na ocasião do *Bosquejo histórico*.

2. O Juízo de Varnhagen: a crítica e o veto do Instituto

Criticando o *Compendio*, Varnhagen escreveu um estudo, em Lisboa, que foi publicado na *Revista* do IHGB. Esta análise foi lançada com o nome *Primeiro Juízo Submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca do ‘Compendio da Historia do Brasil’ pelo Sr. José Ignácio de Abreu e Lima*³⁰. Era a versão oficial do IHGB sobre o estudo do general.

O texto de Varnhagen deu início a uma polêmica que se arrastaria durante um ano. O episódio ocorreu entre 1843 e 44, quando Varnhagen contava com apenas 27 anos e estava iniciando a sua carreira. Era integrante da Academia de Ciência de Lisboa e já havia começado sua produção sobre a história do Brasil. No entanto, estava muito longe de ser considerado um dos principais historiadores brasileiros, ou ainda o “pai da historiografia brasileira”, como o foi posteriormente³¹.

³⁰ VARNHAGEN, Adolpho. “Primeiro Juízo Submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca do ‘Compendio da Historia do Brasil’ pelo Sr. José Ignácio de Abreu e Lima”. IN: *RIHGB*. Rio de Janeiro, 1843. Pp. 60-83.

³¹ Abreu e Lima já possuía prestígio. Uma das provas desta afirmação é o convite que recebeu do IHGB em 1838. No entanto, seus trabalhos também já lhe faziam conhecido. Na oportunidade do lançamento de seu livro *Sinopes ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da história do Brasil*, apareceu no *Diário de Pernambuco*, de 23 de julho de 1846, a indicação da obra aos leitores do periódico. O trabalho era

Varnhagen foi participante do IHGB desde seu início em 1838. Nesse ano, publica desde Lisboa *Notícias do Brasil*, de Gabriel Soares de Souza. Em agosto, adquire algum prestígio por haver descoberto o túmulo de Pedro Álvares Cabral no Presbitério do Convento da Graça. Em 1839, publica o *Diário de Navegação* de Pero Lopes de Souza, sobre a exploração das costas do Brasil. Em 1840, escreve uma crônica, uma novela histórica intitulada *O descobrimento do Brasil: crônica do fim do século XV*³², editada pela Academia Real de Ciência de Lisboa.

No período em que esteve no Brasil, logo se integrou à vida do país. Ao seu retorno, Varnhagen, que era primeiro tenente do Exército Português, requereu a incorporação ao exército brasileiro, onde ingressa em 6 de junho de 1842 como segundo tenente. No mesmo ano, inicia sua carreira diplomática, sendo admitido como representante do império. Durante o período, esteve participando ativamente do IHGB.

Em nome do Instituto, Varnhagen escreveu uma crítica com que buscou avaliar a qualidade do trabalho de Abreu e Lima. Considerava que a obra era apenas um plágio e que continha diversos erros factuais. Desqualifica-a e a censura como obra histórica. Assim, a obra não poderia ser acolhida e nem recomendada em nome do IHGB.

Na análise, existiam duas implicações práticas para o autor e para parte da vida intelectual brasileira. Além de o trabalho vencedor do concurso receber um prêmio e ter o reconhecimento do IHGB, ainda seria utilizado como manual nas escolas do império. Na avaliação de Varnhagen, foi desaconselhado o uso do *Compendio* pela juventude brasileira. Desqualifica da seguinte maneira o trabalho: “magoou-nos profundamente o não só conhecer quantos usos, invenções e falsidades iam ser comunicadas aos nossos jovens, por uma pessoa de boa fé, e provavelmente com os melhores desejos de acertar”³³. Era um veto à adoção do trabalho nos colégios.

caracterizado com diversos elogios. Seu autor também, indicado como “um dos primeiros literatos do Brasil”. IN: GONÇALVES MELLO, José. Op. Cit.

³² MARTINS, Wilson. Op. Cit. P. 249.

³³ VARNHAGEN, Francisco Aldolpho. Op. Cit. P. 62.

Para Varnhagen, “um compendio é, em qualquer sciencia ou arte, o livro mais difícil de escrever, e que mais pertence aos balisados grandes mestres”³⁴. Apesar de considerar importante o tipo de estudo escolhido por Abreu e Lima, não faz uma crítica positiva ao trabalho em si. Em alguns momentos do *Primeiro Juízo*, transcreve partes paralelas para comparar o texto de Abreu e Lima ao de Beauchamp. De fato, pode-se comprovar em partes explícitas na *Revista* do Instituto que existem parágrafos transcritos quase literalmente de uma obra à outra.

Embora reconheça que Abreu e Lima declarou no *Prefácio*³⁵ da obra que iria apresentar um trabalho de compilação de vários autores, tomou este ponto como eixo da sua crítica ao estudo. Indicou que quase todo o primeiro volume era cópia de Beauchamp, sendo-o praticamente toda a obra, pois o segundo volume seria em sua maioria a transcrição de documentos sobre o texto. Para Varnhagen, “todo o Compendio desde pag. 27 até pág. 257 (...) não é mais do que um apontado de pedaços da tradução portugueza de Beauchamp”³⁶. Este foi o ponto principal por onde estendeu a crítica.

Outro erro grave para Varnhagen fora a utilização da obra de Beauchamp como referência principal. Desconsiderando o trabalho de Beauchamp, *História do Brasil* de 1815, aponta-o como já um plágio, por sua vez, da *História do Brasil* de Robert Southey de 1810, a quem considerava muito superior do que o francês. Afirma que Beauchamp, “como ecriptor público, não inspira outro sentimento senão o do desprezo a quem louva a virtude”³⁷. Assim caracterizava o uso do autor francês, considerado por ele executor de um trabalho de plágio e ceifado de erros.

Varnhagen demonstrou seu posicionamento sobre o método adoptado no *Compendio*, que se centrava na veracidade dos fatos e das fontes. Representando o IHGB, expressa assim a restrição apresentada à metodologia de trabalho, de acordo com a crítica

³⁴ Idem. P. 66.

³⁵ ABREU E LIMA, J. I. *Compendio da História do Brasil*. 1844. Prefácio.

³⁶ VARNHAGEN, Aldolpho. Op. Cit. P. 66.

³⁷ Idem. P. 63.

de que: “perdoe-nos o Sr. Abreu e Lima que não admittamos a sua compilação, que, quando temos documentos positivos que fallam, a historia não póde inventar, nem fazer capitulações”³⁸. Apesar do apreço pessoal à documentação e também do próprio Instituto, o *Compendio* distanciara-se da fonte primária para a sua constituição. Verificam-se no comentário de Varnhagen as inspirações para as críticas de Honório Rodrigues.

No entanto, os erros apresentados não se restringiam às fontes e ao método de Abreu e Lima, mas o trabalho também possuía diversos problemas factuais. Entre os “erros” levantados estava o número de capitanias que havia na época de João III. Sobre o assunto, Varnhagen acusa Abreu e Lima de indicar apenas “nove capitanias e nove donatários no tempo de D. João III, não teve animo este Sr. de admitir no texto mais nenhuma das três que faltavam para completar o número das doze que delas faz menção Barros”³⁹. Outro ponto abordado na reflexão de Varnhagen disse respeito ao *Diário* de Pero Lopes, que em alguns momentos aparece na obra. O *Diario* foi usado especialmente para questionar a o número de capitanias existentes inicialmente no Brasil.

Varnhagen também critica as gravuras aparecidas no *Compendio*, qualificando-as como fantasiosas e não buscando uma imagem que correspondesse à “verdade”, à imagem original dos personagens representados, ou à “memória de homens célebres”. Assim descrevia as figuras apresentadas: “embora os retratos inventados, como o do chefe índio Camarão (aliás Poty), e o de Henriques Dias; que só desejaríamos para a nossa instrucção saber onde o Sr. Abreu e Lima descobriu que fora co-provincianos natural de Pernambuco”⁴⁰. Era a preocupação com a “verdade” e a legitimação das opiniões através da documentação.

Na análise, o posicionamento de Varnhagen quanto à sua naturalidade brasileira é apresentado. O autor escreveu como brasileiro e em nome do país busca contribuir ao estado intelectual da nação. Seguiu mais adiante pedindo a ajuda de Deus para fazer um bom trabalho e afirma que:

³⁸ Ibidem. P. 74.

³⁹ Ibidem P. 74.

⁴⁰ Ibidem. P. 61.

“emprendermos para o nosso paiz o melhor serviço, que hoje imaginamos possível de lhe fazer – o substituir-lhe na litteratura, e por tanto nas próprias idéas, um passado assente e seguro de recordações sólidas, á única litteratura de folhas ephemerhas do inquieto e insufficiente jornalismo”⁴¹.

Não se sabe se o autor destas palavras conhecia o *Bosquejo histórico*, porém demonstra que, em relação à vida intelectual do país, seu pensamento e o de Abreu e Lima se aproximam, apontando a escassez de obras próprias.

Varhagen, que era filho de estrangeiros mas havia nascido em São Paulo, não gostara da abordagem crítica e negativa que Abreu e Lima fizera dos paulistas em sua história. Assumindo a sua naturalidade, demonstrava irritação com as idéias do *Compendio*, que apontavam utilizar como fontes autores jesuítas. Precavendo-se de que se propalasse as idéias acerca dos paulistas, buscou combatê-las em nome da memória. Escrevia Varnhagen: “eu, como, paulista, mostraria ter mui pouco a gloria de o ser, se deixasse sem grave censura a repetição de uma sedição injuria, dirigida ao passado dos meus compatriotas”⁴². Este argumento indica o forte apelo de origem que o momento demandava. Esta era uma oportunidade para o historiador afirmar sua brasilidade⁴³.

Sobre os paulistas, Varnhagen procura dar outra versão. Quando aborda um dos temas políticos mais importantes naquele momento, o das fronteiras do império, aproveita para indicar em sua leitura o lugar de seus compatriotas, “os ousados descobridores dos sertões brasílicos até o Paraná a cujos esforços, e derrotas, que deram aos hespanhoes, o império de hoje vê a extensão vasta de seus limites occidentaes”⁴⁴. Ao contrário do general, reconhecia nos paulistas um dos principais méritos que a nação poderia ter naquele momento, a manutenção e expansão das fronteiras do império⁴⁵.

⁴¹ Ibidem. P. 75.

⁴² Ibidem. P. 80.

⁴³ Ver. ROWLAND, Robert. “Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente”. IN: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

⁴⁴ VARNHAGEN, Aldolpho Op. Cit. Pp. 80-1.

⁴⁵ MAGNOLI, Demétrio. MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Moderna, 1997.

Chacon comenta que nos trabalhos futuros de Varnhagen⁴⁶, em sua abordagem passageira à Revolução Pernambucana de 1817 e 1824, condena o separatismo e o republicanismo que se repetem em 1824, “os quais nos teriam reduzido às condições divisionistas resultantes do malogro dos ‘primeiros esforços de Caracas’”. Esta última refere-se às guerras de libertação da América Hispânica. Abreu e Lima estivera ligado tanto à revolução de 1817 como à Independência da América Espanhola, embora houvesse defendido a unidade colombiana até a sua expulsão, em agosto de 1831.

Há no pensamento de Varnhagen desta época uma crença na degeneração do continente americano e no momento intelectual de construção pelo que se passava e em que se pensava a respeito do Brasil da época. Em uma crítica ao trabalho, indica que tendo o estudo “lançado uma pequena pedra nesse edifício da nossa regeneração intellectual, por cuja construcção o Sr. Abreu e Lima, anhelamos todos os brasileiros”⁴⁷.

Vistas estas posições, Varnhagen poderia se sentir em dia com o dever de patriota. Como declarou no artigo, procurava contribuir para o bem da pátria, no caso “salvando” a mocidade brasileira e preservando o nome do Instituto do trabalho de Abreu e Lima.

3. A Resposta ao Instituto através da polêmica historiográfica

A crítica de Varnhagen pelo periódico do Instituto provocou uma reação imediata por parte de Abreu e Lima. A fim de responder o seu acusador, elaborou um trabalho historiográfico onde refutava as acusações do Instituto e questionava a competência do autor do artigo. O mesmo número da *RIHGB* que publicou a impiedosa crítica ao

⁴⁶ VARNHAGEN, Francisco Aldolpho. *História Geral do Brasil antes de sua Separação e Independência de Portugal*, São Paulo, Edições Melhoramentos, tomo IV, 7ª edição, 1962. IN: CHACON. Op. Cit.

⁴⁷ VARNHAGEN, Aldolpho. “Primeiro Juízo Submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. P. 66.

Compendio trouxe ainda o ensaio de Martius, *Como se deve escrever a História do Brasil*⁴⁸, que ganhou o concurso aberto em 1840.

Assim como Varnhagen, Martins parece não conhecer o prefácio da obra de Abreu e Lima, pois declara o uso da compilação como método de trabalho, como se Abreu e Lima não tivesse consciência do fato. Escreve equivocadamente sobre a compilação “sem que, segundo tudo indica, Abreu e Lima houvesse percebido”⁴⁹, pois seu prefácio indicava a intenção e até a metodologia de trabalho.

O veto do Instituto levou Abreu e Lima a se retirar do IHGB e do Rio de Janeiro. Logo após ter tomado conhecimento do parecer, renegou de sua condição de Sócio Honorário. Na sua *Resposta*, afirmou que em 22 de abril leu o parecer da comissão sobre seu trabalho. No mesmo dia, o general escreveu uma carta ao Secretário do Instituto e a entregou ao Segundo Secretário, tendo ele mesmo a levado à casa deste. A breve carta de desligamento é a seguinte:

“Illmo Sr. - Em vista do Parecer da Comissão de Redacção ‘da Revista Trimestral’ do Instituto histórico, exarado na sessão de 19 de Janeiro último, e que vem impresso à pagina 124 do n. 21 da mesma Revista, acerca do Primeiro Juízo do Sr, Francisco de Adolpho Varnhagen, sobre o meu *Compendio da Historia do Brasil*, não me he licito nem decoroso continuar a pertencer à mesma associação, portanto devolvo a V. S. o Diploma de Membro Honorário, que me foi conferido pelo mesmo instituto em 6 de novembro de 1839, esperando que com esta devolução seja o meu nome riscado da lista dos seus sócios. Deos Guarde a V. S. Rio de Janeiro 23 de abril de 1844._ (assinado) J. I. de Abreu e Lima”⁵⁰.

Após estes desentendimentos, em um breve espaço de tempo, Abreu e Lima deixou o Rio de Janeiro e se dirigiu ao Recife em 26 de abril de 1844⁵¹. Apesar de haver

⁴⁸ MARTIUS, Karl Friedich Von. *Como se deve escrever a História do Brasil. Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 6º, nº. 24, de janeiro de 1845, 2ª edição de 1865. O artigo é datado de janeiro de 1843.

⁴⁹ MARTINS, Wilson. Op. Cit. P. 287.

⁵⁰ ABREU E LIMA, J. I. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro juízo de Francisco Adolf de Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brazil*. P. 8.

⁵¹ No *Diário Novo*, de 28 de junho de 1845, encontramos a indicação de que Abreu e Lima, a pedido de seu irmão Luís, foi ao Recife para se candidatar como Deputado Geral à província pelo *Partido Praieiro*. Ver CAVALCANTE JUNIOR, Manuel Nunes. *Praieiros, Gabirus e ‘Populaça’: eleições gerais em 1844 em*

abandonado a capital, não deixou para trás a desavença. Para se defender do juízo feito a seu estudo e sua pessoa, publicou no Recife a *Resposta do General José Inácio de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou Análise do Primeiro Juízo de Francisco Adolfo de Varnhagen Acerca do Compendio de História do Brasil*. A pressa por publicar era grande. Ainda do Rio de Janeiro, antes mesmo de retornar à sua província natal, já havia mandado o trabalho para ser impresso e publicado em Pernambuco⁵².

Inicialmente, a idéia de Abreu e Lima fora escrever um artigo em resposta ao posicionamento do IHGB. No entanto, o trabalho acabou transformando-se em um livro, escrito em “quinze dias bem contados”⁵³. O curto prazo em que a obra foi produzida demonstra que, pela riqueza das fontes apresentadas em suas refutações ao Primeiro Juízo, Abreu e Lima estava bastante envolvido no estudo da História e possuía um notável conhecimento sobre o assunto.

Em Recife, o livro é divulgado de maneira positiva por parte da imprensa. Saiu um artigo na seção de “Publicação Litteraria” do *Diário de Pernambuco* de 23 de julho de 1845 elogiando o trabalho. O autor do artigo considera este “um dos mais importantes trabalhos sobre as cousas da nossa pátria”, e ainda contava com abordagem de “muitos fatos importantes e controversos da historia do Brasil”. No artigo, são destacados alguns destes fatos, um sobre a naturalidade de Henriques Dias e outro sobre o fato de Américo Vespúcio não ter sido o primeiro explorador a se aventurar pelas costas do Brasil. Dava também informações de questões práticas sobre a entrega e compra do volume⁵⁴. Após mais de vinte anos, Recife acolhia bem a obra do general. O mais freqüente fora que as obras de Abreu e Lima fossem bem recebidas pela imprensa local, contanto com uma divulgação positiva.

O trabalho recebeu o apoio de 567 personalidades. Entre estes estavam intelectuais, militares, bacharéis e políticos, que aparecem ao final do volume em uma *Lista dos*

Recife. Departamento de História. Centro de Filosofia e Ciências Humans. Universidade Federal de Pernambuco. 2001. Dissertação de Mestrado.

⁵² ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit.

⁵³ Idem. P. 83.

⁵⁴ *Diário de Pernambuco*. 29 de julho de 1845. TYP. De L. I. R. Roma. Nº. 164. P.3. O artigo apareceu novamente no dia 30 de julho, Nº. 165.

Senhores subscriptores, com o número de exemplares encomendado por cada um. Encontram-se nesta lista alguns nomes como Antônio Borges da Fonseca, futuro dirigente da *Revolução Praieira* de 1848, junto aos liberais Nascimento Feitosa e Menezes de Drummond, Antônio Pedro de Figueiredo, Antônio Vicente Izidro, Francisco de Paula Mesquita, vice-presidente da Província; Louis Lergier Vauthier, engenheiro fourierista francês, e o Visconde de Goiana, entre outros.

Na apresentação “Ao público”, a *Resposta* inicia-se com uma confissão na qual o autor declara, em nome das circunstâncias, “quebrar o propósito de não responder a nenhuma censura, que não fosse feita conforme as regras da hermeneutica, e sobretudo com a devida cortezia”. O “propósito” desta atitude deve de ser consequência das implicações obtidas com a discussão na América Hispânica com Leocádio Guzmán, as quais lhe renderam seis meses de detenção na Grã Colômbia.

Além de buscar defender a sua obra e seu nome, atribuía-se também a defesa do nome do imperador. Pedro II, aos 18 anos, quando já havia iniciado seu envolvimento com as ciências, já dava mostras da relação que nutriria com o IHGB até 1888. Abreu e Lima, em defesa do imperador, afirmava que o monarca havia “lido uma brochura do meu Compendio antes da sua publicação”. Após a leitura e a aprovação da obra pelo imperador, disse que “podia mandal-o imprimir”⁵⁵. Apesar do impulso de Pedro II, os responsáveis pela publicação e venda do trabalho foram os seus editores. Existe uma passagem que indica que o autor não ganharia dinheiro com a obra, por esta pertencer ao editores: “a edição do Compendio não me pertence, porque he propriedade do Editores”⁵⁶.

⁵⁵ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit.

⁵⁶ Idem. P. 15.

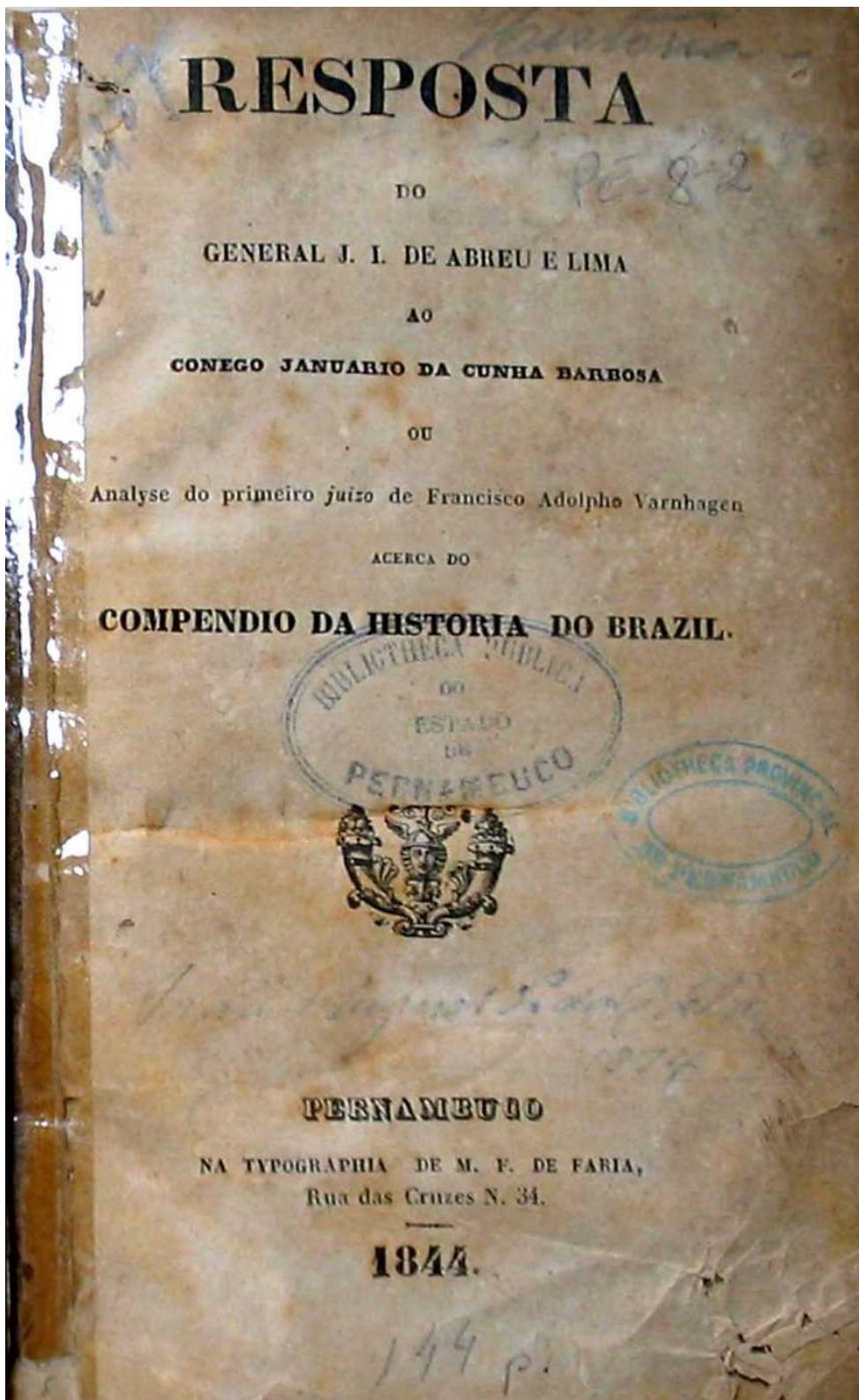


Figura 6: contracapa da única edição da *Resposta*.

Como de costume, seguindo as pistas de seus trabalhos anteriores, o estudo tinha também uma função pátria. De acordo com seu autor, a obra contava com a “convicção de fazer um importante serviço a nascente litteratura do meu paiz”⁵⁷. Tal função estava relacionada com a busca de uma produção intelectual própria, cuja contribuição era reconhecida como um trabalho patriótico. Ao que parece, Abreu e Lima não escrevia apenas em nome da pátria e do conhecimento. De acordo com Barbosa Lima Sobrinho, como não era funcionário do estado, escrevia também por encomenda para grandes editores, como os irmãos Laemmerte⁵⁸.

A crítica ao *Compendio* foi encarada como uma agressão pessoal e pública. Considerou que uma “sentença iníqua contra a minha reputação e contra a minha honra, de escriptor publico, foi proferida e apareceu sancionada pelo Instituto, sem o menor conhecimento da minha parte”. O Instituto, pelo fato de Abreu e Lima ser sócio, deveria ao menos ter-lhe comunicado sua sentença. Porém, o autor só tomou conhecimento da decisão após sua publicação na *RIHGB*.

A decisão do IHGB deve ter de fato contrariado o general, pois tinha uma opinião clara a respeito de seu trabalho. Para ele, o objetivo proposto pelo Instituto havia sido alcançado em sua obra. Encontra-se uma passagem onde reafirma claramente: “eu fui o primeiro Brasileiro, que offereci ao meu paiz um corpo de historia, senão perfeito como era de desejar, ao menos escripto conforme as regras da chronologia, e o mais completo de quantos existiam até hoje”⁵⁹.

A *Resposta* apresenta uma declaração que apontava como funcionava o IHGB quanto à participação de seus membros nas reuniões. Aparece uma afirmação que mostra a participação limitada em seus primeiros anos. De acordo com o catálogo de sócios, o Instituto possuía “300 nomes de brasileiros distinctos como seus sócios”. Deve haver sido este o motivo da lista de Subscriptores que aparece no final da obra, mostrando que, assim

⁵⁷ Ibidem. P. 40.

⁵⁸ SOBRINHO, Barbosa Lima. Op. Cit.

⁵⁹ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 40.

como Instituto apoiara o trabalho de Varnhagen, ele também tinha apoio de um número superior de personalidades, quase o dobro.

Abreu e Lima atacou também o Instituto, pois, apesar de o IHGB apresentar três centenas de sócios, a participação efetiva era apontada como bem inferior. De acordo com o texto, “nenhum desses homens distictos vai ao Instituto, nem sabe o que nelle se passa; que o tal Instituto he apenas a reunião de uma meia dúzia de indivíduos sem credito litterário”⁶⁰. Abreu e Lima podia caracterizar o IHGB desta forma. Porém, ele mesmo participara de reuniões. Schwarcz, sobre o Instituto, afirma que vários dos sócios eram participantes em dita instituição mais pela posição social do que pelo mérito intelectual⁶¹.

O estudo é direcionado a contestar Januário da Cunha e a Varnhagen. O primeiro a ser abordado foi o cônego. No trabalho, faz críticas ao papel de Januário no IHGB. Considera-o “*dono*” do Instituto e o acusa de usar da instituição em proveito próprio. Em uma passagem, descreve da seguinte forma o apoderamento do órgão pelo seu Secretário Perpétuo: “he o seu escriptorio de agencias, ou casa de cambio, onde troca Diplomas honorário por Commendas, hábitos, e outros títulos honoríficos”⁶².

Acusando Januário da Cunha de ser um “libelista profissional”, encontra-se um comentário que recorda velhas polêmicas e antigos rancores entre o cônego e o general. Defendendo-se das “calúnias” de Januário, lembra que já havia sido atacado em “1834, quando dirigia o Correio Official e a Mutuca Picante, quando não me conhecia”⁶³. O conflito entre os dois já se arrastava havia uma década.

Para combater o desprezo dado por Januário ao trabalho de Beauchamp, recorreu ao considerado Visconde de Cayrú, de “honrada memória”, como referência. Citando a *História dos principais sucessos do Império do Brasil*, elogia o escritor francês, que

⁶⁰ Idem. P. 06.

⁶¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁶² ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 06.

⁶³ Idem. P. 09.

labutava como “estrenuo e eloqüente advogado da causa do Brasil”⁶⁴ e faz frente à opinião de Januário, que o considerava um “insignificante” escritor. Este fato não era verídico, pois Beauchamp, que também era poeta, a esta altura já havia adquirido prestígio com seu trabalho⁶⁵.

Abreu e Lima demonstrava conhecer que a avaliação da primeira comissão, composta por Bivar e Bento da Silva Lisboa, fora substituída pela da outra comissão. Mas outro aspecto é mais interessante, pois indicou o estranhamento da atitude do Instituto em relação ao “costume” sobre a publicação de críticas de obras de seus membros. Aponta outras situações em que se preservara da exposição pública aos sócios do Instituto, diferentemente do que sucedera com seu trabalho. De acordo com o autor:

“Doutor Bivar, tomou a resolução de não publicar na sua Revista nenhum Parecer contra as obras de seus membros; a vista de cuja resolução deviam ser taes pareceres archivados em manuscriptos; e citarei entre outros os do Sr. Machado de Oliveira contra as Corographias do Pará, escriptas pelos Srs. Baena e Accioli, e o do Sr Bivar contra Memorias históricas do Sr. Fernandes Gama de Pernambuco, que motivo pois havia, para quebrantar-se a meu respeito semelhante resolução, fazendo-se imprimir na Revista não um Parecer ordenado pelo Instituto, mas um artigo comunicado”⁶⁶.

Invocando questões relativas à moral, argumentava que ele mesmo já havia feito análises críticas de trabalhos publicados. Apontava que havia elaborado análises “afim de serem publicas; mas até hoje me hei negado constantemente a semelhante pretensão. Respeitando sempre as reputações dos meus patrícios, tenho levado o meu escrúpulo até as más reputações”. Apesar desta afirmação, Abreu e Lima indicava alguns destes trabalhos críticos. Entre eles estavam o trabalho de Bellegarde e os relatórios do cônego:

“Annaes do Visconde de S. Leopoldo, do Novo Príncipe do Sr. Gama Castro (publicado nesta Corte), do Compendio de Geografia do Sr. Justiniano José da Rocha, do Compendio de Bellegarde, da Historia do Brazil por Constantino, dos Inimitáveis Relatórios do Padre Januário”⁶⁷.

⁶⁴ Ibidem. Pp. 12-3.

⁶⁵ MARTINS. Wilson. Op. Cit.

⁶⁶ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. Pp. 14-5.

⁶⁷ Idem. P. 121. Esses trabalhos não são conhecidos ou indicados pela historiografia brasileira. É possível que hajam se perdido ou estejam em manuscritos despersos.

Esta afirmação reforça o fato de que a produção do general foi grande neste período, e, em geral, voltada à historiografia. Não se tem conhecimento destas obras, que ou são muito raras, ou não chegaram a ser publicadas. Sacramento Blake aponta um destes trabalhos em seu estudo⁶⁸.

Durante a *Resposta*, encontram-se sinais de outros estudos elaborados por Abreu e Lima, mas que não foram publicados ou não se fizeram conhecidos na época, nem chegaram, até onde se sabe, aos nossos dias. Comentando sobre um “projecto de banimento” apresentado à Câmara dos deputados em 1834, declara que através da imprensa se opusera ao projeto. Segundo o autor, “esta representação foi tida e havida por tudo quanto há de ilustrado no paiz, como uma brilhante dissertação de direito publico constitucional”⁶⁹. Pelo que se pode entender, este não foi seu *Bosquejo histórico*, mas outro trabalho anterior.

No estudo, há a indicação de outras produções de Abreu e Lima que estavam relacionadas às questões de fronteiras e posse territorial, tema bastante relevante para a política e historiografia da época. Esta era a primeira vez que produzia sobre as fronteiras nacionais. Sobre estas questões, afirmava:

“estou revendo e extractando duas memórias importantes, escriptas no fim do século passado, uma sobre os nossos limites pelo Oyapock, e outra sobre a antiga Colônia do Sacramento e sobre os nossos primeiros estabelecimentos no Rio da Prata, provando que os Portuguezes forma o primeiros, que fundaram um estabelecimento em Montevideo no anno de 1723”⁷⁰.

Embora não houvesse publicado as críticas anteriores, não se poupou em fazê-las neste momento. A opinião em relação a Januário da Cunha é severa e negativa. Não considera a obra do cônego e desqualifica-o. Para o autor, Januário “não he litterato, nem possui nenhuma sciencia ex professo; tão pouco he conhecido como escriptor, porque

⁶⁸ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Conselho Federal de Cultura, 4º Vol., 1970.

⁶⁹ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 25.

⁷⁰ Idem. P. 80. Blake faz uma menção sobre o trabalho. BLAKE, Sacramento. Op. Cit.

nenhuma obra existe”. Este fato também não representava a verdade, pois na época já havia publicado seu *Parnaso Brasileiro*, que já possuía certa notoriedade na capital. Considera sobre o trabalho de seu adversário que este “apenas tem publicado algumas poesias de péssimo gosto, entre as quaes apparecem algumas Odes”⁷¹.

A *Resposta* é bastante irônica, ou “mordaz”, como prefere Romero. Há trechos que são fortemente marcados pela ironia, como o comentário sobre os ingleses, segundo o qual, se fossem mais espertos, em lugar de “fazerem a guerra a China pelo contrabando do opio, o teriam substituído pelos Relatórios do Padre Januario, que o causariam o mesmo effeito do extracto da papoula sem necessidade de cachimbo, o que já era uma grande economia”⁷². Após a comparação, aponta alguns “erros” no trabalho do Secretário. Cita um relatório do cônego ao Instituto, onde apontou que o ano da descoberta da América havia sido em 1498. Naquela altura, a data não era controversa entre os escritores, argumenta Abreu e Lima, indicando uma série de obras que confirmavam o assunto. Além deste relatório, cita outros trabalhos onde achara “erros” de história, sempre argumentando com indicações de autores que legitimavam seu ponto de vista.

Também não deixou de devolver na mesma moeda o insulto de plagiário que lhe apontara Januário da Cunha. Na *Resposta* aparece uma apropriação feita pelo cônego, do “Relatório dos manuscriptos, que vieram ao Gabinete do Márquez de Santo Amaro quando este Relatório fôra feito em uma das salas da Biblioteca, e à vista de vários empregados, pelo Conselheiro Julio Wallenstein”⁷³.

A *Resposta* não era apenas para Januário da Cunha, mas principalmente à crítica de Varnhagen. A maior parte da obra é direcionada ao artigo do diplomata. Logo no início, ataca a nacionalidade de seu opositor, contestando que Varnhagen fosse brasileiro. Este fato era significativo, pois, além do antilusitanismo, era também um momento em que se buscava uma produção de cunho brasileiro. Afirmava que este “veio portuguez e voltou

⁷¹Ibidem. P. 16. Martins considera os trabalhos brasileiros desta época ainda como representantes do pensamento clássico que estava sendo substituído por parâmetros modernos, no caso o romantismo. MARTINS, Wilson. Op. Cit.

⁷² ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 17.

⁷³ Idem. P. 23.

brazileiro”. Ainda era indicado um agravante, o fato de seu opositor ser 2º tenente de Artilharia no exército de Portugal. Discordava também da nomeação de Varnhagen como “addido de 1ª classe para a Legação Brasileira em Portugal”⁷⁴, o que lhe parecia ilegal por não considerar brasileiro seu inimigo, sendo anticonstitucional sua contratação. Varnhagen possuía naturalidade brasileira, reconhecida pelo império.

Um dos pontos contestados por Abreu e Lima foi quanto à dúvida levantada por Varnhagen sobre a naturalidade de Henrique Dias. Para defender seu trabalho, buscou nada menos do que apoio no próprio IHGB, ou melhor, em sua considerada *Revista*, citando uma carta de Henrique Dias, publicada em um artigo no periódico, onde o soldado afirma sua naturalidade pernambucana. Esta era uma amostra do preparo superior do general como historiador do que o de Varnhagen.

Sobre aquele personagem da história, foi contestada também a imagem impressa no livro, indicada como diferente a outras conhecidas. Abreu e Lima responde com a experiência. Afirmou que havia visto “na própria casa de Washington, em poder de sua sobrinha M. Lewis, o seu retrato original, que me ficou gravado na memória”, e que não parecia com outras imagens conhecidas. Também dá exemplos sobre as representações acerca de Pedro I e Bolívar, os quais conhecera pessoalmente, indicando que “não há dois, que se pareçam com os originais”⁷⁵.

Na discussão, Abreu e Lima apresenta sua compreensão sobre história. Para ele, a “historia não he poesia, nem nunca foi; a historia não tem invenção, porque os factos não se inventam, nem se alteram”⁷⁶. A idéia presente neste comentário encontra-se no *Resumen* e no *Bosquejo histórico*, declarando que em nome da “verdade” e amparado pela documentação, escrevia a história. Em outras passagens, Abreu e Lima escreve sobre os documentos que possui. O general, pelo que se encontra em suas obras, tinha um grande

⁷⁴ Ibidem. P. 28.

⁷⁵ Ibidem. P. 35.

⁷⁶ Ibidem. P. 37.

apreço pela documentação e era possuidor de muitos documentos, costume este que manteve por toda a sua vida⁷⁷ e que fazia questão de indicar em seus trabalhos.

O hábito de pesquisar e guardar documentos provinha da época em que começara seus primeiros estudos históricos na Grã Colômbia. No Brasil, continuou a colecioná-los. No Rio de Janeiro, afirmava que “muitas pessoas me tem dado manuscriptos preciosos, outras mós tem confiado extractar ou copiar, e ultimamente até uma pessoa muito ligada ao Padre Januário, deu-me um documento importante para o acto da nossa Independência”⁷⁸.

Esta era a primeira vez, declarava o autor, que fazia um trabalho de compilação. Ao explicar sua opção entre os autores e os métodos utilizados, expõe sobre seu trabalho como historiador que a razão para escrever a obra foi a seguinte:

“depois de haver lido – Quadros das revoluções dos systemas políticos na Europa, por Aveillon – e a Historia das doutrinas moraes e politicas dos três últimos séculos, por Matter e de ter feito, como costume, o quadro synoptico destas duas obras, assentei que ellas continham o melhor methodo de escrever historia (...) concebi então a idea de applicar este grande plano à historia do Brazil (...) o único corpo de historia completo, que encontrei, foi a obra de Southey, mas notei logo tantos defeitos, tantos vícios de conformação, que preferi antes beber a fonte pura, porque o que eu procurava erão os grandes factos, os acontecimentos mais notáveis, como pontos cardiais do meu plano”⁷⁹.

Pelo que afirma nesta ocasião, seu trabalho já estaria em andamento e seu “quadro synoptico” estava elaborado “quando alguém me sugeriu o projeto de um Compendio”. Com o quadro pronto, se encarregou de “preencher os períodos de cada época”⁸⁰. Assim foi formado seu *Compendio*, método que lhe custou críticas não apenas de Varnhagen, senão também de Honório Rodrigues.

⁷⁷ Pereira da Costa lamenta a perda de muitos destes documentos após a morte de Abreu e Lima. PEREIRA DA COSTA, F. A. *Diccionario biographico de Pernambucanos célebres*. Recife, Typographia Universal, 1982. Edição Fac-simile a de 1882.

⁷⁸ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 79.

⁷⁹ Idem. P. 39.

⁸⁰ Ibidem. P. 39.

Uma questão presente na resposta às críticas ao seu trabalho diz respeito à sua preferência por Beauchamp, desqualificado por Varnhagen, e não por Southey. Abreu e Lima reconhecia a importância do trabalho do escritor inglês, que considerava “sem dúvida um prodígio de trabalho e de paciência”, sobretudo por sua extensão. No entanto, afirma não ter escolhido este autor por considerar que sua obra, ao incluir também alguns momentos de história da América Hispânica, cometia “digressões” e “anachronismos que prejudicam a veracidade dos factos”, além de apontar que existiam outros erros, segundo seu entendimento. Afirmava ainda que já estava elaborando um trabalho sanando-os.

Reconhecia que a obra de Beauchamp de fato era um compêndio de Southey, porém que este último havia dado “uma nova fôrma ao confuso e mal ordenado plano de Southey”⁸¹. A superioridade de Beauchamp em relação ao trabalho do escritor inglês se comprovava pela existência de duas traduções em português, uma em Portugal, outra no Brasil, diferentemente do estudo de Southey, que ainda não havia sido traduzido na época. Ao que parece, o general usou a obra do francês por ser mais prática, mais breve e reorganizada.

Em resposta à acusação de Varnhagen, que afirmava que Abreu e Lima não havia lido Southey, pode-se mencionar a recordação sobre seu trabalho feito na Colômbia. Relembrava que escrevera em 1826 sobre os limites do Brasil com a Colômbia e estudara na época Southey, Beauchamp e Henderson. Sobre este último, relata o encontro ocorrido anos atrás na Grã Colômbia e fala sobre sua opinião a respeito da obra *História do Brasil*⁸², que havia desconsiderado por tratar negativamente os brasileiros.

Outro debate presente na obra guardava relação com o uso da palavra “Brazileiro”. Varnhagen se mostrara contrário à utilização da palavra para designar “Índios selvagens, ou como adjetivos referindo-se às castas e nações Indígenas”, mesmo quando o general se referia ao passado colonial⁸³. Varnhagen sugeria que usasse “Brasiliense ou Brasileiro”.

⁸¹ Ibidem. P. 47.

⁸² Ibidem. P. 49.

⁸³ Uma das características do trabalho de Varnhagem e de conflito com integrantes do IHGB foi sua restrição ao indianismo. IN: DIEHL, Antônio Astor. Op. Cit.

Esta discussão demonstra o quanto o vocabulário da época, em relação à América, dentro do contexto de construção dos novos estados e das nações, estava em elaboração⁸⁴. O *Compendio* refutava esta proposta afirmando que o uso da palavra se referia “aos naturaes do paiz logo depois da descoberta, quando todos os brancos não tinham outra denominação senão a de Portuguezes”. O autor considerava que, na época do descobrimento, a palavra não podia “ligar-se, a certa idéia de cidadão civilizado, pois, como já disse, os homens brancos denominavam-se Portuguezes, ou simplesmente colonos”⁸⁵. Varnhagen, e provavelmente outros sócios, deviam não gostar do termo, pois, em meio aos esforços que o país fazia para se mostrar herdeiro da civilização, o general indicava como brasileiro o homem decaído e degenerado da América⁸⁶.

O general parecia se sentir seguro o suficiente sobre o assunto, pelo qual colocou à prova a obra de Martius. Na época, existia um grupo de intelectuais estrangeiros que, como indica Guimarães⁸⁷, possuíam uma situação privilegiada quanto à aceitação de suas opiniões, em geral tomadas como verdade. Estes estrangeiros eram reconhecidamente autoridades em assuntos brasileiros, principalmente dadas as restrições do ensino no Brasil, onde, além de produção intelectual, se importavam trabalhos europeus. Entre estes estrangeiros estavam dois participantes dos estudos do IHGB, Martius, o naturalista alemão e o francês Denis, os quais já possuíam autoridade e reconhecimento.

Abreu e Lima questionava a autoridade reconhecida e discordava da denominação e da classificação, tanto de Varnhagen quanto de Martius, quando o assunto eram os povos indígenas, em específico os *Tapuyas*. Para embasar sua opinião sobre os indígenas, usou diversos autores conhecidos, como também artigos da *Revista* do Instituto, novamente com a intenção de mostrar o desconhecimento de Varnhagen sobre as publicações do IHGB e reforçar seu conhecimento a respeito do país. No caso, era um brasileiro contestando o

⁸⁴ Ver PIMENTA, Paulo Garrido. “Portugueses, americanos, brasileiros: identidade políticas na crise do Antigo Regime luso-americano”. IN: almanack brasileiro, nº. 03, maio de 2006. <http://www.almanack.usp.br .20/05/2006>.

⁸⁵ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 51.

⁸⁶ GERBI, Antonello. Op. Cit.

⁸⁷ GUIMARÃES. Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit. P. 574.

conhecimento de “estrangeiros”, cientistas europeus, a respeito da própria história. Também isto era reflexo do momento nacional.

Em relação a Martius, reconhecia seu trabalho como naturalista de relevo e de importância para o Brasil. Porém, “como historiador e como geógrafo, dizia o general, rejeito sua autoridade”. O motivo que utilizou para não concordar com os trabalhos do naturalista alemão foram os trabalhos produzidos a pedido do governo francês. A razão estava ligada à soberania brasileira. Recorda que, em 1839 e 1840, quando da ocupação do território por franceses que queriam tomar um área ao norte do país, os mesmos utilizaram o trabalho encomendado a “Spix e Martius, que haviam levantado uma carta do Brasil”⁸⁸. Demonstrava assim, de novo, a necessidade de reafirmar o incipiente nacionalismo econômico como elemento de relevo para a construção do Estado.

A produção intelectual recente de Varnhagen também era questionada. Faz parte dela o Diário de Pero Lopes e alguns breves artigos. Sobre o Diário, afirmou que “poderia analysar e refutar uma por uma todas as notas (...) que estão inçadas de erros crassos e de absurdos”⁸⁹. No entanto, esta não foi a primeira vez que contestava as versões de Varnhagen. No *Compendio* foram usados trabalhos do diplomata, alguns deles inclusive contestados em suas versões. Defendia-se o autor do *Compendio*, dizendo que havia sido ameno e cortês na discordância dos trabalhos, fato que não ocorrera na *Resposta*. Nesta obra, são contestados seus trabalhos, comparados entre si e com os de outros escritores como Cayrú, o Padre Ayres de Cazal, João de Barros e novamente com artigos da *Revista do IHGB*.

Abreu e Lima criticava, além do Diário de Pero Lopes, também as *Primeiras Navegações diplomáticas respectivas ao Brazil*. Apontava problemas relativos aos acontecimentos. Buscando referendar-se nos autores já apresentados, colocou o texto de Varnhagen em contradição com estes outros.

⁸⁸ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 55. Ver LISBOA. Karen. M. Op. Cit; GUIMARÃES. Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit.

⁸⁹ ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 104.

O debate abordou ainda a questão que envolvia a colonização paulista. Buscou uma série de autores reconhecidos para confirmar o que havia dito sobre São Paulo. Declarou que havia se amparado em autores jesuítas. Confirmou ainda que utilizou, além de Beauchamp, o próprio Southey e mostrou também, fazendo uma comparação entre o seu texto e o do autor inglês, que Southey era mais duro com os paulistas e que possuía uma visão negativa acerca destes colonos⁹⁰.

O pensamento sobre a divisão em “classes” no Brasil continuava presente em sua obra, assim como quase 10 anos atrás aparecia no *Bosquejo histórico*. Reeditando sua idéia, comenta a relação da divisão de classes com as disputas políticas do momento. Ao defender-se da acusação de Varnhagen de “inimigo das castas de côr”, afirma sobre o assunto:

“Infelizmente tem-se adoptado no Brazil alguns meios, a que chamarei torpes, de se guerrearem os partidos, e como arma favorita nas nossas dissenções políticas tem servido a muito corriqueira accusação de inimigos da gente de cor, cada qual adulando uma classe, que se julgue forte pelo numero, crê que agrava a condição do seu rival attrahindo sobre elle a inimizade dessa classe”⁹¹.

Abreu e Lima demonstrava desta vez mais complacência com a produção intelectual brasileira do que anteriormente, em seu *Bosquejo histórico*. Defendeu que “não he uma litteratura que começa, como a nossa, que se podem exhibir abalisados conhecimentos em todos os ramos do saber humanos”⁹². Embora reconhecesse o avanço intelectual brasileiro, mantinha o pensamento de que o país possuía “o povo mais ignorante do Continente Americano”⁹³. Para Abreu e Lima, a situação atual do país continuava semelhante à de 1835. Reconhecia que também em Portugal começava a surgir uma nova geração de escritores. Sobre esta questão, apareceria uma nova declaração.

⁹⁰ Idem. P. 113.

⁹¹ Idem. P. 114. No ano da publicação da *Resposta*, mudou-se para o Recife e se envolveu com as teorias socialistas que chegavam ao Brasil, principalmente na província de Pernambuco. CHACON. *História das idéias socialista no Brasil*.

⁹² ABREU E LIMA. J. I. Op. Cit. P. 123.

⁹³ Idem. P. 118.

O autor da *Resposta* afirmava que em 1832 fora favorável à vinda de pensadores portugueses que estavam fugindo para o Brasil, para formar “Academias e Lyceos”. No entanto, segundo este autor, o anti-lusitanismo presente na época levava a que suas idéias fossem embargadas, pois “as idéias dáquelle tempo eram outras, e a minha lembrança foi repelida como impolítica”⁹⁴. De fato, este posicionamento é interessante em Abreu e Lima, dado que seu antilusitanismo era conhecido. A questão parece ser mais complexa e talvez apontasse à continuidade de suas idéias, ligadas à continuidade portuguesa e européia que apresenta sua obra, ainda em um momento de antilusitanismo, como foi o início da Regência no Brasil⁹⁵.

O término da obra é indicado como tendo ocorrido no Rio de Janeiro em 30 de maio de 1844. Abreu e Lima acabava sua produção apontando para o desfecho futuro da discussão, ao menos por sua parte: “de hoje em diante não responderei mais a uma só palavra do Sr. Varnhagen sobre cousa alguma, ou reprovação de tal Instituto”⁹⁶. Estas palavras foram cumpridas. O general não voltou a se envolver em novas polêmicas com Varnhagen nem Januário, apesar de existir uma resposta posterior por parte de seus dois opositores⁹⁷.

A *Resposta* foi reconhecido por Romero como “uma das publicações polemistas mais formidáveis pela mordacidade”⁹⁸. Realmente foi bastante violenta. Januário da Cunha chegou a fazer um pedido para que o IHGB publicasse em seu periódico uma nota declarando que não iria responder tais insultos, pois o general havia ultrapassado os limites da decência⁹⁹. Januário não foi o único a responder a Abreu e Lima. Varnhagem também mandou uma resposta ao General. Em Madri, escreveu e publicou *Réplica apologética de*

⁹⁴ Ibidem P. 118.

⁹⁵ ROWLAND, Robert. Op. Cit. Pinto caracteriza que o antilusitanismo foi um traço de sua obra. PINTO, Estevão. Op. Cit.

⁹⁶ ABREU E LIMA, J. I. Op. Cit. P. 124.

⁹⁷ Estas réplicas limitam-se a acusar a *Resposta* de violenta e repetem o ato de Abreu e Lima de negar-se a responder quaisquer outras publicações acerca do tema.

⁹⁸ ROMERO, Sílvio. Op. Cit. P. 1605.

⁹⁹ BARBOSA, Januário da Cunha. Sessão 138ª, de 7 de agosto de 1845, *RIHGB*, t. 7 1845, 421. IN: HONÓRIO RODRIGUES. Op. Cit. P. 128.

*um escritor caluniado e Juízo final de um plagiário difamador que se intitula general*¹⁰⁰. A polêmica chegava ao seu fim, porém deixando marcas que permmanecem ainda hoje presentes.

Silvio Romero considerou que a disputa contra Varnhagen e o cônego Januário da Cunha Barbosa teve o general como vencedor. Romero faz o seguinte comentário sobre o desentendimento: "o General Abreu e Lima infligiu-lhe uma formidável surra literária a que Januário pouco sobreviveu"¹⁰¹. Para José Honório Rodrigues¹⁰², esta disputa tem um espaço especial na historia brasileira, pois, para ele, "esta foi uma das mais violentas polêmicas da historiografia brasileira". De fato, a resposta de Abreu e Lima atacava violentamente a Varhagen e a Januário da Cunha.

Apesar da recomendação do Instituto, preferindo a manutenção da obra de Bellegarde como livro didático, o *Compendio* foi adotado como manual no Colégio Pedro II, sete anos após o parecer do IHGB. Foi o livro adotado no colégio entre os anos de 1850 a 1862. A partir desta data, foi substituído por *Lições de História do Brasil*, escrito por Joaquim Manoel de Macedo, professor do colégio e membro do IHGB¹⁰³.

De acordo com Sacramento Blake, o *Compendio* fez sucesso nos colégios imperiais e foi constantemente publicado durante o século XIX. Além das edições de 1843, uma em dois volumes e a outra, reduzida em apenas um, existiram pelo menos mais três edições, todas publicadas pela mesma casa. Há uma publicação sem data, com 357 páginas. Em 1852 apareceu outra edição com 359 páginas. Ambas possuem apenas um volume. A última foi uma publicação póstuma de 1882, apontada como uma nova edição mais ampla e continuada. A respeito da última versão, Honório Rodrigues não lhe dá muito crédito. O

¹⁰⁰ VARNHAGEN, Adolpho. *Réplica apologética de um escritor caluniado e Juízo final de um plagiário difamador que se intitula general* Madri, Imprensa da viúva de D. R. J. Dominguez, 1846.

¹⁰¹ ROMERO, Sílvio. Op. Cit. P. 172. O trabalho de ABREU E LIMA. J. I. Januário morreu em 1846.

¹⁰² RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. P. 127.

¹⁰³ GASPARELLO, Arlette Medeiros. Op. Cit. A *Synopse Chronológica*, escrita em 1845, é adotada como livro nos colégios da província de Pernambuco. ABREU E LIMA. J. I. *Sinopse ou deducção chronologica dos factos mais notáveis da história do Brasil*. Pernambuco: Typ. M. F. de Faria, 1845.

autor comenta que a obra estendida, “continuada até nossos dias por um distinto literato¹⁰⁴”, não “merece confiança”. O que caracterizou tal descrédito era que esta obra desrespeitava o texto da primeira edição, além de apresentar diversos erros de impressão.

O *Compendio*, apesar de haver sido escrito por um sócio do Instituto, não faz parte das obras pertencentes propriamente à produção histórica do IHGB pelo fato de o Instituto não haver acolhido positivamente e dado o aval ao *Compendio*, nem tê-lo publicado em sua *Revista*. Assim o trabalho respondeu à demanda do Instituto, mas não fez parte de uma produção legitimada e apresentada oficialmente pelo órgão¹⁰⁵. E esta fora a intenção de Abreu e Lima quando apresentou seu trabalho ao IHGB como membro do mesmo.

¹⁰⁴ ABREU E LIMA. J. I. *Compendio da historia do Brazil, continuada até nossos dias por um distinto literato*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1882. IN: BLAKE, Sacramento. Op. Cit.

¹⁰⁵ Ver GUIMARÃES. Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o caminho percorrido através dos trabalhos de Abreu e Lima, desde a Grã Colômbia até o desentendimento no IHGB e seu retorno ao Recife, podem ser concentradas as últimas considerações em dois focos principais. O primeiro é referente ao conhecimento e desenvolvimento do pensamento e prática política de Abreu e Lima no período e obras estudados. O segundo diz respeito ao julgamento do IHGB ocorrido em 1844 e à sua possível influência sobre a permanência/ausência de Abreu e Lima e sua produção intelectual em estudos produzidos no Instituto e na historiografia brasileira.

No momento de construção da nação e da identidade da América Ibérica, Abreu e Lima se somou aos primeiros intelectuais americanos que se dedicaram a pensar sobre o continente. Sua vivência nos países vizinhos lhe possibilitou uma riqueza da análise histórica e contemporânea produzida sobre o Brasil, em comparação com outros estudos que estavam refletindo sobre o país. Embasado nesta experiência, sua obra se enquadrou na perspectiva de uma rica história comparativa do Brasil, onde contrapunham principalmente à América Andina, México, Estados Unidos, Inglaterra e França.

Em termos de historiografia, está dentro do padrão de outros intelectuais de sua época. Participou do desenvolvimento de uma representação de história que se tornou hegemônica nos anos de 1840. Produziu trabalhos que procuravam analisar e conhecer, às vezes apresentar, um país que estava em estruturação e que ainda tinha muito que avançar em direção à modernidade. Seus trabalhos também apontavam para a crença em uma América “civilizada”, de acordo com as idéias vindas da Europa e acolhidas no continente.

Pelas posições políticas defendidas no Rio de Janeiro, onde se aliou ao projeto modernizante mais conservador, Abreu e Lima foi considerado por Barbosa Lima Sobrinho e por Chacon como um conservador. Pode-se verificar que no período se alinhou às idéias e elementos mais conservadores da Corte brasileira. Neste aspecto, há uma forte relação com a sua vivência na América Hispânica. Declarando-se partidário do pragmatismo em nome

da unidade territorial, analisava o Brasil dentro de um contexto referenciado pelas guerras civis presenciadas.

De acordo com as colocações de Sobrinho e Chacon, e com seu próprio percurso, pode-se considerar este efetivamente como um período mais conservador. Saiu da Revolução Pernambucana de 1817, foi aos Estados Unidos e dali se dirigiu a Angostura em 1819. Alistou-se nos exércitos bolivarianos durante as lutas de independência. A partir de 1826, rompeu com Santander e Páez, definindo-se pela república da Grã Colômbia e pelo projeto centralista de Bolívar. No Rio de Janeiro, defendeu a monarquia e o governo de Pedro I, ingressou na luta ao lado dos Caramurus e era partidário do chamado Golpe da Maioridade, de 1840. No entanto, esta posição não o impediu de se ligar a movimentos insurgentes em Pernambuco, como foram as *Carneiradas*. Em 1844, mudou suas referências e somou-se aos Praieiros, saindo como um dos candidatos a deputado por este grupo. Em 1848, participou da *Revolução Praieira*. Neste período, esteve envolvido com as teorias socialistas que chegavam ao Brasil. Lançou em 1849 *A Cartilha do Povo* e, em 1855, o livro *O socialismo*. Durante as últimas polêmicas de sua vida no Recife, foi partidário da liberdade religiosa até o ano de sua morte, em 1869.

Na Grã Colômbia, lutou a favor do projeto de união territorial e política proposto por Bolívar. Foi defensor do Libertador, não apenas quanto às questões de cunho político, mas também o preservou moralmente. Achava necessário conduzir um governo forte e centralizado. Encontrava nas divisões internas e “facções” o maior problema para a estabilidade e desenvolvimento da região. Em seu trabalho, repreendeu Santander e Páez, entre outros antigos companheiros que optaram pela autonomia regional. Apesar de apoiar um governo centralizado, foi contrário ao projeto monárquico para restabelecer a união e a paz nas repúblicas. A luta pela centralização e a fragmentação colombiana marcou-o profundamente e repercutiu sobre suas opções em solo brasileiro.

De volta ao país, tendo como referência as guerras civis hispano-americanas, reafirmou a necessidade de se manter a monarquia para evitar a “anarquia”. A unidade territorial e política foi uma das suas maiores preocupações no Brasil. Argumentando em

nome desta unidade, posicionava-se em defesa de uma monarquia constitucional e hereditária. Declarou-se a favor do sistema representativo para o Brasil, mas não naquele momento de fragilidade política. Considerava que o Brasil estava ainda muito atrasado intelectual e politicamente, em parte fruto de uma complexa desunião e conflito de “classes” entre a população heterogênea do país. Segundo Freyre e Chacon, estas afirmações eram antecipações “pré-marxistas”.

As origens dos problemas brasileiros residiam na colonização portuguesa, na população heterogênea e na escravidão, esta em dissonância com os preceitos liberais do pensamento político moderno que chegavam a meados do século XIX à América. Reconhecia a herança portuguesa como um dos motivos do que considerava “atraso” do Brasil. Considerava necessária a cristianização do indígena para o desenvolvimento da civilização brasileira. Era contrário à separação da Igreja Católica brasileira do centro romano e combateu a (re)união da Igreja com o Estado, o que considerava um retrocesso político.

Pensava que o melhor modelo de desenvolvimento para o Brasil era a Inglaterra. Aceitava também a influência do vizinho norte-americano, país visivelmente admirado, tanto por sua origem anglo-saxã, quanto por sua população “homogênea” e “disciplinada”, que construía uma América mais próxima da idéia de civilização. Reconhecia esta América saxã como uma parte diferente do novo continente e, ao mesmo tempo, uma prova da possibilidade de um futuro “civilizado” para a América Ibérica, apesar das tantas diferenças existentes entre as duas porções do continente.

Posicionou-se contra a escravidão ainda em 1835. Porém, não acreditava que o fim do sistema estivesse próximo. De acordo com sua leitura da sociedade brasileira, onde as bases das relações econômicas e sociais foram construídas a partir da “divisão” da sociedade, não se davam as condições nem havia interesse em acabar com o sistema de escravidão. Acreditava que o fim desta prática seria o fim do país, devido à crise econômica que provocaria o desaparecimento de dito sistema.

Estas idéias são componentes de trabalhos que foram pouco explorados, devido à forma como ocorreu recepção em seu momento de enunciação. Neste estudo, as obras foram analisadas considerando o contexto de produção e a sua trajetória posterior dentro da historiografia. Ao tomar como referência o pensamento de Koselleck¹, a pesquisa torna-se mais intrigante, pois o “espaço de experiência”, a polêmica no IHGB e seu afastamento da instituição foram essenciais para influenciar a historiografia posterior do Instituto. Naquele momento, um “horizonte de expectativas” foi reproduzido a partir do órgão que mantinha o poder e a autoridade para definir os caminhos da historiografia nascente do país.

Seguindo esta idéia, onde passado, presente e futuro se entrelaçam, delimitam-se dois momentos: o primeiro, quando seu trabalho não foi aceito, deslegitimado e desqualificado pelo Instituto; o segundo refere-se ao efeito produzido posteriormente ao ato deste julgamento. O episódio influenciaria negativamente na aceitação de seus estudos e, assim, na memória sobre este autor.

Desta maneira, o veto do Instituto, interfere na *ancoragem* da memória de Abreu e Lima na historiografia, apaga sua presença da memória brasileira. No caso, o general poderia ser inscrito no que François Hartog comenta sobre Koselleck e o poder na historiografia: “A história é escrita pelos vencedores, mas apenas por um tempo, diz Reinhart Koselleck, pois, a longo prazo, os ganhos históricos provêm dos vencidos”². E, neste caso, o vencedor foi o IHGB. Pode-se reforçar tal idéia quando, quase um século após a produção historiográfica de Abreu e Lima ter saído à luz, é reconsiderada por importantes historiadores brasileiros. O distanciamento temporal que indicava Barbosa Lima Sobrinho em relação ao período de sua produção (contexto) é essencial para esta releitura e permite um novo olhar da historiografia em relação aos seus trabalhos.

O “julgamento” historiográfico está relacionado à prática de poder existente no ato de sua produção e receptividade. Segundo Jenkins, o papel da ideologia e o exercício do

¹ KOSELLECK, Reinhart. *Future Past. On the semantics of historical time*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

² HARTOG, François. “A testemunha e o historiador”. IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. (11-41). P. 40.

poder se relacionam diretamente com a construção da historiografia. Seguindo suas palavras, pode-se colocar nosso personagem dentro da questão a partir dos posicionamentos do Instituto sobre o *Compendio* e o desenrolar da discussão que envolveu este trabalho:

“Todo consenso (temporário) só é alcançado quando as vozes dominantes conseguem silenciar outras, seja pelo exercício explícito do poder, seja pelo ato velado de inclusão e/ou anexação. Ao fim. A história é teoria, e a teoria é ideologia, e a ideologia é pura e simplesmente interesse material. A ideologia penetra todos os aspectos da história”³.

O reconhecimento de um autor, de um evento ou de uma tradição são construtos que legitimam uma história frente a outra e que têm relação com o tempo, influenciando-se mutuamente. Gregolin afirma que o “conhecimento/desconhecimento” é referente à relação do passado com o presente, que se influenciam mutuamente. Este vínculo não é estático, mas sim dinâmico. Reformula-se constantemente. Maria do Rosário Gregolin completa esta questão quando relaciona o texto com o contexto e sua incidência histórica. “Por esse objetivo de reconhecimento/desconhecimento, a aparição de um texto só se completa quando um leitor o insere na ordem da história”⁴. De acordo com Ecléia Bossi⁵, essa relação gera uma memória que permanece ou não, dando lugar a novas representações e promovendo uma identidade do grupo que a compartilha.

Também resulta relevante a compreensão do contexto de uma obra e um personagem, quanto ao seu lugar de fala, sua implicação ideológica e seus interesses diretos e indiretos. Orlandi afirma que “as formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória, o dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes”⁶. E, assim, o sentido considerado no momento de sua

³ JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2001. P. 43.

⁴ GREGOLIN, Maria do Rosário e Barones, Roberto (orgs). *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Paulo: Claraluz, 2001. P. 60.

⁵ BOSSI, Ecléia. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Queroz/Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

⁶ ORLANDI, Eni Pulcinelli. IN: *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. 5ª ed., Campinas. SP Editora da UNICAMP, 2002. P. 20.

produção se pode manter na memória e no discurso, perpetuando ou ausentando sua presença na construção posterior ao seu momento de recepção.

O estudo destas idéias, em busca de uma compreensão maior da sociedade, gera normalmente análises que se apresentam mais facilmente sobre obras escritas. Chartier⁷ expressa a seguinte opinião para o que chama de História Intelectual, a qual é “entendida como a história das condições próprias que tornam possíveis, de diversas maneiras de acordo com os tempos, a prática filosófica, e, finalmente, as reconstituições históricas que pretendem estabelecer o sentido dos textos em relação ao seu contexto de produção e recepção”. Esta afirmação dá fôlego aos incentivos de novas abordagens frente às obras de Abreu e Lima, contextualizando sua reprovação e buscando novos sentidos nos trabalhos.

Encontra-se a aplicação destas teorias quando se analisa a memória de Abreu e Lima na historiografia brasileira. A partir do momento em que o órgão instituído de poder e com autoridade para classificar/desclassificar um trabalho agiu negativamente sobre sua produção historiográfica, a continuidade na historiografia e memória deste autor ficou comprometida. Este episódio interferiu no que diz respeito à preservação na “realidade” brasileira (representação social) sobre Abreu e Lima. Denise Jodelet trabalha neste aspecto com a questão da presença na memória. Para a autora:

“a ancoragem [que] intervém ao longo do processo de formação das representações, assegurando sua incorporação ao social (...) a ancoragem desempenha um papel decisivo, essencialmente no que se refere à realização de sua inscrição num sistema de acolhimento nacional, um já pensado. Por um trabalho da memória, o pensamento constituinte apóia-se sobre o pensamento constituído para enquadrar a novidade a esquemas antigos, ao já conhecido”⁸.

Em relação ao caso de Abreu e Lima, encontra-se esta teorização quando são analisados os diferentes papéis exercidos por nosso autor e Varnhagen. Enquanto Abreu e Lima era um general de Bolívar, relacionado com as “mal-vistas” repúblicas americanas e

⁷ CHARTIER, Roger. “Uma crise da História? A História entre narração e conhecimento”. IN: PESAVENTO, Sandra J. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. P. 123.

⁸ JODELET, Denise. “Representações sociais: um domínio em expansão” (17-44). IN: JODELET, Denise (org.) *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. Pp. 38-9.

com o movimento pernambucano de 1817 e inimigo de Januário da Cunha, Varnhagen era amigo do cônego e um digno representante do Instituto⁹.

Apesar de desenvolver por toda sua vida o apreço pela história, este não foi único campo de atuação de Abreu e Lima. Foi militar, jornalista, político, professor e chegou a exercer a incipiente medicina homeopática que chegava então à América. Dedicou tempo a análises ligadas às questões territoriais, à ideologia socialista, ao que se chama hoje de questões ambientais, às discussões religiosas e jurídicas, e, inclusive, ao saneamento no Recife.

No Brasil, apesar de sua considerável produção intelectual, poucos estudos profundos foram produzidos a respeito de sua obra. Abreu e Lima e suas idéias pouco apareceram como objetos de pesquisa. Embora sejam poucos os trabalhos desenvolvidos sobre este personagem, não foi esquecido definitivamente pela memória e produção historiográfica nacional. É bem verdade que, em alguns momentos, o interesse sobre Abreu e Lima foi impulsionado pela persistência da Venezuela. Esporadicamente, aparecem análises, em geral curtas, com motivo de datas comemorativas ou raras reedições de seus principais e mais conhecidos trabalhos, mas, até hoje, pode-se afirmar que sua produção é em sua maior parte desconhecida pelos historiadores.

A obra de Abreu e Lima foi marginalizada devido ao julgamento inicial dado por Varnhagen e por Januário da Cunha, que faleceu em 1846 e já em 1848 teve um busto erguido em sua homenagem pelo IHGB. O “general das massas” participou ativamente da primeira geração pós-independência, preocupada em conhecer/criar a América. Produziu diversas obras, algumas de vanguarda, outras originais. No entanto, marginalizado pelo Instituto, seus trabalhos não receberam maior atenção por parte dos historiadores. De acordo com nossas pesquisas, poucos estudos foram encontrados sobre seus escritos.

⁹ BOURDIEU, Pierre. “A linguagem autorizada. As condições sociais da eficácia do discurso ritual” IN: *A economia das Trocas Lingüísticas*. 2ª ed., São Paulo: Edusp, 1998. Pp. 85-96.

Esta foi apenas uma leitura empreendida sobre a obra de Abreu e Lima, entre as tantas possíveis. Durante a pesquisa, as possibilidades de se trabalhar este pensador tornaram-se mais concretas e os vários caminhos de estudos sobre sua produção se confirmaram. No entanto, estas investigações têm seu tempo limitado devido à progressiva perda física de suas fontes, muitas delas raras e em estado precário de conservação desde o final do século XIX. Apesar dos esforços de pessoas e de algumas instituições em se preservar o patrimônio, as limitações relativas à manutenção física das obras e monumentos são grandes no país e os recursos referentes à preservação da memória são reconhecidamente escassos¹⁰.

Existem diferentes maneiras de se explorar a obra deste personagem. Durante sua vida, manteve o hábito de escrever para jornais e até de editar periódicos próprios, expondo suas idéias. Há jornais na Venezuela, Colômbia, Rio de Janeiro e Recife, onde se encontra a presença de Abreu e Lima. Entre os jornais em que participou, está *A Torre de Babel*, escrito na Colômbia e depois ressuscitado no Rio de Janeiro, *O Raio de Júpiter* e *A Barca de São Pedro*, escrita no Recife. Foi editor durante anos do *Diário Novo*, escreveu para o *Jornal do Commercio*, para o *Diário de Pernambuco*, o *Mensageiro Nictheroy*, a revista *O Progresso*, *Gaceta de Colombia*, possivelmente para o *Correo del Orinoco*, entre outros, dentro e fora do país. Seguir suas idéias através dos jornais pode resultar uma pesquisa original e promissora.

Outro recorte interessante que se pode sugerir está relacionado ao período em que esteve envolvido com as idéias socialistas, considerado um dos primeiros autores na América a abordar o tema. Entre as fontes de pesquisa sobre este assunto, estão o *Bosquejo histórico*, onde já aponta suas tendências, o jornal *A Barca de São Pedro* e o *Diário Novo*, o livro *A Cartilha do Povo*, sua obra mais famosa *O Socialismo*, e participações na revista

¹⁰ Durante as pesquisas, observou-se a dificuldade de se encontrar suas obras e principalmente os periódicos em que produziu ou participou. No Arquivo Estadual Público de Pernambuco, existem números do *Jornal Praieiro* *Diário Novo*. Porém, faltam alguns números e outros bastante fragmentados e até interditados para pesquisas. O raríssimo periódico de idéias socialistas, *A Barca de São Pedro*, editado por Abreu e Lima, também está em péssimas condições, fragmentando-se em pequenos pedaços. Na ocasião, optou-se por não consultá-lo com o fim de manter sua conservação para futuros reparos. No IAHGP, há “restos” do diário pessoal de Abreu e Lima, em pequenos fragmentos.

O Progresso editada por Antônio Pedro de Figueiredo. Além do mais, participou na *Revolução Praieira* e em publicações desconhecidas que só poderão ser desvendadas através de pesquisas.

Além destas, existem outras possibilidades de estudo, como o seu envolvimento nas questões religiosas do final da sua vida, como na obra *Mulher Católica brasileira* e na defesa da liberdade religiosa que movimentou Recife e lhe rendeu a proibição de ser enterrado em cemitério católico, sendo acolhido no Cemitério dos Ingleses. Estas são apenas algumas possibilidades entre as diversas produções que são conhecidamente de Abreu e Lima ou até os trabalhos que lhe são atribuídos. Suas obras são campos férteis para novas pesquisas e outras leituras sobre este singular personagem americano.

ANEXO

Quadro das obras de Abreu e Lima:

ANO	OBRAS
1828-1830	<i>*Resumen Histórico de la última dictadura del libertador Simon Bolívar.</i> Rio de Janeiro: empre. Ind. Editora “O Norte”. A primeira edição foi apenas em 1922. Na época, saiu através de periódicos na Colômbia e Europa.
1835	<i>*Bosquejo histórico político e litterario do império do Brasil.</i> Nictheroy.
1837	<i>*Memória sobre a planta conhecida na República da Colômbia pelo nome genérico de guaco.</i> Revista Médica Fluminense, tomo 3º.
1843	<i>*Compendio da Historia do Brazil, desde o seu descobrimento até o magestoso acto da coroação e sagração no Sr. D. Pedro II.</i> Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 2º vol.
1844	<i>*Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro juízo de Francisco Adolf de Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brazil.</i> Pernambuco: na typographia de M. F. de Faria.
1845	<i>*Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da história do Brasil.</i> Pernambuco, typ. Da Viúva Roma & Filhos.
1846-1847	<i>*História Universal desde os tempos mais remotos até os nossos dias.</i> Rio de Janeiro. 5º vol.
1849	<i>*A Cartilha do Povo.</i> Pernambuco, typ. Da Viúva Roma & Filhos.
1855	<i>*O Socialismo.</i> Recife, typ. Universal.
1867	<i>*As Bíblias falsificadas ou duas respostas ao Sr. Cônego Joaquim Pinto de Campos.</i> Recife, typ. Commercial. <i>*O Deus dos judeos e o Deus dos christãos.</i> Pernambuco, typ. Commercial.

FONTES/DOCUMENTOS

ABREU E LIMA, J. I. *Bosquejo histórico político e litterario do império do Brasil*. Nicheroy, 1835.

_____ *Compendio da Historia do Brazil, desde o seu descobrimento até o magestoso acto da coroação e sagração no Sr. D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1843. Edição em dois volumes.

_____ *Compendio da Historia do Brazil, desde o seu descobrimento até o magestoso acto da coroação e sagração no Sr. D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1843. Edição em um volume.

_____ *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro juizo de Francisco Adolf de Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brazil*. Pernambuco: na typographia de M. F. de Faria, 1844.

_____ *Sinopse ou deducção chronologica dos factos mais notáveis da história do Brasil*. Pernambuco. na Typ. M. F. de Faria, 1845.

_____ *Resumen Histórico de la última dictadura del libertador Simon Bolívar*. Rio de Janeiro: empre. Ind. Editora “O Norte”, 1922.

_____ *O Socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

VARNHAGEN, Adolpho. “Primeiro Juizo submetido ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca do Compendio da Historia do Brasil pelo Sr. José Ignácio de Abreu e Lima”. Pp. 60 – 83. IN: *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo VI, 1843.

Periódicos:

Diário de Pernambuco

Diário da Noite

Diário Novo

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco

Artigos:

ABREU E LIMA, J. I. *Última dictadura del Libertador Simón Bolívar*. IN: <http://www.bolívar.ula.ve>. 03/07/2003.

BOLÍVAR, Simon. *Manifiesto de Cartagena* de 1812, IN: <http://www.bibliotecasvirtuales.com/biblioteca/SimonBolivar/manifestodeCatagena.htm>. 03/07/2003.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. “Historiografia didática e pesquisa no ensino de História. X Encontro Regional de História – ANPUH_RJ. História e Biografias – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – 2002. IN: <http://www.anpuh.uepg.br> . 15/06/2005.

GIUSTI, César, (org). “Nosso estado intelectual”. IN: Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias, vol. 5, nº. 2, agosto de 1999. IN: <http://www.pucrs.br/letras/pos/historiadaliteratura/textosraros/abreuelima.html>. 12/08/2005.

MARTIUS, Karl Von. “Como se Deve Escrever a História do Brasil”. IN: *RIHGB*. Vol. VI, 1845. P. 391.

MONTENEGRO, J. Arturo. “Carta Importante”. IN: *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, que a publica no seu número Nº. 48 – 50, janeiro de 1896. Pp. 25-30.

PIMENTA, João Paulo Garrido Pimenta. “Portugueses, americanos, brasileiros: indetidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano”. IN: *Almanack brasiliense* nº. 03, Universidade de São Paulo. <http://www.almanack.usp.br>. 20/05/2006.

RIVAS, Ricardo Alberto. "*Abreu e Lima, Páez y la elite argentina*". Universidade Nacional de La Plata. <http://www.anphlac.hpg.ig.br/ensaio22htm>. 13/01/2003.

SOBRINHO, Barbosa Lima. “Centenário da Morte do General José Inácio de Abreu e Lima”. IN: *Revista do Instituto Geográfico e Brasileiro*. Volume 283, abril-junho, Departamento de Imprensa Nacional – Rio - 1969. Pp. 169-184.

Livros:

ALEIXO, José Carlos. *O Brasil e o Congresso Antictiônico do Panamá*. Brasília: FUNAG, 2000.

ABRAMSON, Pierre-Luc. *Las utopías sociales en América Latina en el siglo XIX*. México: Fondo de cultura económica, 1999.

BITTENCOURT, Feijó. *Os Fundadores*. Instituto Histórico, Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1938.

BOSSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Querosz/Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CABRERA, Olga (org). *Experiências e Memórias*. Goiânia: Ed., Vieira, 2001.

CASTRO, Moacir Wenerck de. *O libertador: A Vida de Simón Bolívar, 1783-1830*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. 2ª ed., Fortaleza, Edições UFC; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

_____ *Abreu e Lima: general de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____ *Da Confederação do Equador à Grã-Colômbia (1796 – 1830): escritos políticos e manifestos de Mundrucu..* Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1983.

DÉCIO, Freitas. *Os Guerrilheiros do Imperador*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: dos IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

_____ *Cultura historiográfica brasileira: memória, identidade e representação*. São Paulo: EDUSC, 2002.

FERREIRA, Lucia M; ORRICO, Evelyn G. D. (orgs.). *Linguagem, Identidade e Memória Social. Novas tendências, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FILHO, Rubens Barboza, *Tradição e Artifício. Iberismo e Barroco na Formação Americana*. Belo Horizonte: editora UFMG – Rio de Janeiro,:IUPERJ, 2000.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. *O Marxismo na América Latina*. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 1995.

FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, 1960.

GAMA, A. C. Chichorro da. *Breve Dicionário de autores clássicos da literatura brasileira*. Edição da Revista da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: S. A. Litho-typographia fluminense, 1921. Pp.9-10.

GERBI, ANTONELLO. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750 – 1900)*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

GONÇALVES MELLO, José A. *Diário de Pernambuco Economia e Sociedade no 2º Reinado*. Recife: editora Universitária da UFPE, 1996.

GREGOLIN, Maria do Rosário e BARONES, Roberto (orgs). *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Paulo: Claraluz, 2001.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidade e independências sobre las revoluciones hispánicas*. Fondo de Cultura Econômica, Editorial Mapfre: México – DF, 1993.

GUIMARÃES, Argeu. *Um brasileiro na epopéia bolivariana (Biografia do General Abreu e Lima)*. Recife, Empreza Graphico-Editora, 1926.

_____. *Vida e morte de Natividade Saldanha (1796 – 1832)*. Edições luz- braz: Lisboa, 1930.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da Imediata proteção se Sua Majestade: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. RIHGB, Rio de Janeiro, 156 (388): jul.set. 1995.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Guimarães Paschoal (org), PRADO, Maria Emília (org). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização no Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional” Pp. 5-27. IN: *Estudos Históricos 1. Caminhos da Historiografia*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

HALPERÍN DONGHI, Túlio. *Historia de América Latina, 3. Reforma y disolución de los imperios ibéricos 1750-1850*. Alianza Editorial: Madrid, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico*. Tomo II, 2º volume, 1978.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HONÓRIO RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil – Introdução Metodologia*. 3ª edição, São Paulo: companhia Editora Nacional, 1969.

_____. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: editora Fulgor, 1965.

IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

ISTVÁN, Jancsó (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: hucitec; Ed.Unijuí; Fapesp, 2003.

JAMBO, Arnaldo. *Diário de Pernambuco. História e jornal de quinze décadas*. Recife: Edição comemorativa, 1975.

JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

KARNAL, Leandro (org.). *História na Sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Future Past. On the semantics of historical time*". Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

LACROIX, Luis Peru de. *Diário de Bucaramaga. Vida pública y privada del Libertador Simon Bolívar*. 9 edição. Bogotá: editora bedout, s/d.

LIMA FILHO, Andrade; PEREIRA, Nilo. *O Bispo e o General. Polêmica amena sobre uma questão antiga: a negativa de sepultura ao General Abreu e Lima pelo Bispo Cardoso Ayres*. Recife, Separa da Revista do Dep. Estadual de Cultura, Ano III - N.º 8 – dezembro de 1973.

LYNCH, Jonh. *Las Revoluciones Hispanoamericanas, 1808-1826*. Editorial Ariel, S. A.: Barcelona, 1989.

LOPES, José C (org). *Grandes nomes da história intelectual*. Contexto: S.P. 2003.

MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas. *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: FUNDAJ, Editora Massanaga, 1992.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Moderna, 1997.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, 3ª ed., vol.II, 2001.

MELLO, Urbano Sabino Pessoa de (1811 – 1870). *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco*. Brasília, Senado Federal, 1978.

MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero: culturas e idéias nas Américas*. São Paulo: companhia das Letras, 1988.

MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. *A Revolução de 1817 e a História do Brasil – Um estudo de história diplomática*. Belo Horizonte: Ed., Itatiaia Limitada, 1996.

MUNIZ TAVARES, Francisco. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. Recife: Imprensa Industrial, 1917 (1ª ed., 1840).

NASCIMENTO, Luís. *História da Imprensa de Pernambuco – 1821/1954*. Vol. I, 2ª edição. Imprensa Universitária, Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 1968.

ORLANDI, Eni Pulccinelli. *As Formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. 5ª ed., Campinas.SP Editora da UNICAMP, 2002.

PÁEZ, José Antonio. *Autobiografía*. Colômbia: Editora Bedout S. A., 1973.

PEREIRA DA COSTA. F. A. *Diccionario biographico de Pernambucanos célebres*. Recife, Typographia Universal, 1982. Edição Fac-simile a de 1882.

PEREIRA, Gustavo. *Simon Bolívar: escritos anticolonialistas. Ministro de Estado para la cultura: Venezuela*. 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2001.

PINTO, Estevão. *O general Abreu e Lima*. Recife. 1949.

QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praeira*. 6ª ed. Recife: Editora Massanagana, 1982.

RÉMOND, René. *O século XIX (1815 – 1914)*. São Paulo: Ed., Cultrix. 1997.

RICOEUR, Paul. *Rumo a uma hermenêutica histórica em tempo e narrativa*. São Paulo: Papyrus, 1997

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 – 1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, vol. 24-A da coleção Documentos Brasileiros da livr. José Olympio Editora, tomo II e V, 7ª edição organizada por Nelson Romero, 1980.

_____ *Compêndio de história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Imago Ed., Universidade Federal de Sergipe, 2001.

SACRAMENTO BLAKE. *Diccionario Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895.

SALCEDO-BASTARDO, José Luís. "*História fundamental de Venezuela*". Caracas: Universidad Central de Venezuela, s/d.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCORON, Pedro (org.). *Contribuição para uma história da América Latina*. Edições populares, vol. 13, 1982.

SILVA, Leonardo Dantas (org.). *A República em Pernambuco*. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1990.

SKIDMORE, Thomas. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Companhia das letras.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Otávio Tarquínio de Souza. *Evaristo da Veiga*. São Paulo Companhia Editora Nacional, 1939.

URÁN, Victor Manuel Uribe; MESA, Luís Javier Ortiz (orgs). *Naciones, gentes y territorios. Ensayos de historia e historiografía comparada de América Latina y el Caribe*. Editorial Universidad de Antioquia. Universidade Nacional de Colômbia, 2000.

Monografias, dissertações e teses:

CAVALCANTE JUNIOR, Manuel Nunes. *Praieiros, Gabirus e 'Populaça': eleições gerais em 1844 em Recife*. Departamento de História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de Mestrado. 2001.

CHALLANDES, Jean Philippe. *A Pátria dos vencidos. O crepúsculo de um projeto de nação. Brasil: 1839 1842*. Universidade de Brasília, Departamento de História. Brasília, DF. Tese de Doutorado. 2002.

MOREIRA, Aluizio Franco. *As políticas e outras idéias de dois "Quarante-huitards" pernambucanos (Abreu e Lima e Antônio Pedro Figueiredo)*. DFPE. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História. Recife, PE. Tese de Mestrado, 1986

MOURA, Luís Cláudio R. H. de. *Abreu e Lima: um elo entre o Brasil e a América Andina*. Brasília, Universidade de Brasília. Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Monografia de Curso de graduação, 2003.